



CARMEN LEONTINA OJEDA OCAMPO MORÉ
ADRIANA LEONIDAS DE OLIVEIRA

organizadoras

FAMÍLIA E COMUNIDADE:

INOVAÇÕES METODOLÓGICAS NA PESQUISA E NA INTERVENÇÃO



CARMEN LEONTINA OJEDA OCAMPO MORÉ

ADRIANA LEONIDAS DE OLIVEIRA

organizadoras

FAMÍLIA E COMUNIDADE:

INOVAÇÕES METODOLÓGICAS NA PESQUISA E NA INTERVENÇÃO



Taubaté – SP

2026



EXPEDIENTE

edUNITAU - Editora da Universidade de Taubaté

Presidente

| Pró-reitora de Extensão: Profa. Dra. Alexandra Magna Rodrigues

Conselho Editorial

| Assessor de Difusão Cultural: Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves
| Coordenadora do Sistema Integrado de Bibliotecas: Shirlei de Moura Righeti
| Representante da Pró-reitoria de Graduação: Profa. Dra. Emari Andrade
| Representante da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação: Profa. Dra. Monica Franchi Carniello
| Área de Biociências: Profa. Dra. Eliane Stevanato
| Área de Exatas: Profa. Dra. Kátia Celina da Silva Richetto
| Área de Humanas: Prof. Dr. Fernando Gentil Gizzi de Almeida Pedroso

Consultoria Ad hoc (link equipe consultores) ↩

| Representante: Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveira (Universidade de Taubaté)

Equipe Técnica

| Coordenador de Produção Editorial: Alessandro Squarcini
| Grupo de Estudos em Língua Portuguesa – GELP
| Sistema Integrado de Bibliotecas - SiBi

Avaliação, parecer e revisão por pares

| Esta obra foi avaliada por pares e indicada para publicação

Projeto Gráfico

| Capa: Alessandro Squarcini - NDG/UNITAU
| Diagramação: Rafael Campos de Jesus - NDG/UNITAU
| Revisão: Renata Aparecida de Freitas
| Impressão: Eletrônica - E-book

Sistema Integrado de Bibliotecas – SiBi Universidade de Taubaté

F198 Família e comunidade: inovações metodológicas na pesquisa e na intervenção [recurso eletrônico] / organizadores: Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré, Adriana Leonidas de Oliveira. – Taubaté: EdUnitau, 2026.
1 recurso online [186p.].

Formato: PDF
Requisitos do sistema: Adobe
Modo de acesso: world wide web

ISBN: 978-85-9561-240-2 (online)

1. Família. 2. Comunidade. 3. Pesquisa social. 4. Intervenção social.
I. Moré, Carmen Leontina Ojeda Ocampo (org.). II. Oliveira, Adriana Leonidas de (org.). III. Título.

CDD – 306.85

Ficha catalográfica elaborada por Shirlei de Moura Righeti – CRB-8/6995

Índice para Catálogo Sistemático

Família - 306.85

Comunidade - 307.14

Pesquisa social - 300.72

Intervenção social - 361.32



<https://doi.org/10.66717/9788595612402>

Copyright © by Editora da UNITAU, 2026

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

Editora afiliada:



**OS TEXTOS DOS CAPÍTULOS, SEUS POSICIONAMENTOS
TEÓRICOS, SUAS CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS, ALÉM DO
PROCESSO DE FORMATAÇÃO E A CONSTRUÇÃO GERAL SÃO DE
INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
Adriana Leônidas de Oliveira e Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré	
ANÁLISE DE INFORMAÇÕES QUALITATIVAS EM TEMPOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA	12
Ida Kublikowski e Elisabete Garcia Marangon	
ENTRE FIOS DE MEMÓRIA E CAMINHOS NA FAMÍLIA EXTENSA: PARTILHA DE UMA ROTA AUTOETNOGRÁFICA COLABORATIVA À DERIVA	31
Diana Léia Alencar da Silva e Elaine Pedreira Rabinovich	
MAPA DE REDES COMO DISPOSITIVO CLÍNICO-INTERVENTIVO NO CUIDADO HUMANIZADO EM UNIDADES NEONATAIS.....	61
Camila Marchiori Pereira e Luziane Zacché Avellar	
O MECA GENOGRAMA COMO INSTRUMENTO DE COLETA NO CONTEXTO DA PESQUISA: BUSCANDO O PROTAGONISMO DAS FAMÍLIAS MIGRANTES.....	80
Ana Paula Risson e Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré	
O GENOGRAMA COMO FERRAMENTA DE PRODUÇÃO SIMULTÂNEA DE INFORMAÇÃO NA PESQUISA E TRANSFORMAÇÃO CLÍNICA.....	97
Andreza Maria Neves Manfredini, Ceneide Maria de Oliveira Cervený e Carla Guanaes-Lorenzi	
UMA PROPOSTA DE ANÁLISE SISTÊMICA DO PROCEDIMENTO DESENHO-ESTÓRIA COM TEMA.....	111
Adriana Leônidas de Oliveira, Monique Marques Godoy-Dolcinotti e Yvette Piha Lehman .	
DA TEORIA À PRÁTICA: A APLICAÇÃO DO MODELO BIOECOLÓGICO PPCT COMO MÉTODO DE PESQUISA E INTERVENÇÃO NO CONTEXTO PRISIONAL.....	129
Daniely da Silva Dias Vilela e Cirlene Francisca Sales da Silva	
SAÚDE MENTAL DE PESSOAS COM DOENÇA DE PARKINSON: PESQUISAS MISTAS COM AÇÕES MULTIDISCIPLINARES DE PREVENÇÃO E DE CUIDADO.....	145
Marianne Ramos Feijó, Carmen dos Santos Godoy Ura, Mariana Sartori Garcia, Ingrid Wenzel Prochnou, Bruno Sampaio Garrido e Fabio Augusto Baribieri	
PROMOÇÃO DE SAÚDE ONLINE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A PSICOLOGIA.....	166
Edson Luiz Defendi	
ORGANIZADORAS.....	179
AUTORES.....	180

*À memória da Professora Rosa Maria Stefanini de Macedo, que nos
introduziu sabiamente nos labirintos da Família e sua relação com a Comunidade*

APRESENTAÇÃO

A presente obra é produto do desejo e da proposta em comum do conjunto de integrantes do Grupo de Trabalho (GT) Família e Comunidade em dar continuidade à produção de conhecimento realizada pelo nosso grupo desde 1989. Cumpre destacar que esse GT foi idealizado pelas pioneiras desses estudos, as professoras Julia Ferrero Bucher, Mathide Neder, Terezinha Feres Carneiro e Rosa Maria Stefanini de Macedo, contribuindo para que temas relacionados à família, à pesquisa e à intervenção ganhassem protagonismo no âmbito do ensino universitário brasileiro. Nessa perspectiva, observou-se o surgimento de diversas redes de pesquisadores que, sob diferentes ângulos, estudam a família como um sistema dinâmico e complexo que sustenta diferentes processos do desenvolvimento humano, à luz dos contextos em que ela se insere.

Nosso grupo, num movimento transformador, foi ao longo do tempo integrando pesquisadores de diferentes instituições e cenários socioculturais do Brasil, tendo como eixos centrais o posicionamento teórico/epistemológico do pensamento sistêmico e, em termos de método, a pesquisa qualitativa. No cenário brasileiro contemporâneo atual, marcado por sua diversidade cultural e social, temas como imigração internacional, questões de gênero, raça, classe, orientação sexual e racismo desafiam valores sociais estabelecidos e exigem uma postura multiculturalista para abordar assuntos transversais aos estudos da família e das redes configuradas em torno dela, tais como saúde mental, promoção e prevenção em saúde, bem como as teorias e práticas de atenção à saúde.

Por meio da reflexão teórica, metodológica e crítica em torno da família, tentamos responder aos dilemas da contemporaneidade, buscando novas perspectivas e formas de comunicar, de conhecer e de escutar, na prática clínica ou na realização de pesquisa. Isso implica um olhar ético e cuidadoso para melhor responder às realidades em que intervimos, destacando instrumentos e processos que evidenciam sua potencialidade para melhor acolher o protagonismo dos envolvidos.

A utilização da Inteligência Artificial, (IA) entendida aqui como assistente nos procedimentos de organização e sistematização dos dados da pesquisa qualitativa, está também no foco de nossas análises. Refletimos criticamente em torno das questões éticas envolvidas e

da necessidade de repensar nossos caminhos metodológicos para melhor sustentar subjetividade e singularidade como princípios básicos da pesquisa qualitativa.

Esta obra, composta por nove capítulos de autoria de integrantes do GT, em parceria como outros pesquisadores, profissionais e estudantes da Pós-graduação, representa o sexto volume de publicação do grupo nos últimos 10 anos. Os capítulos foram organizados tendo como diretriz de reflexão a “Inovação em Pesquisa e em Intervenção”. Esses conteúdos foram desenvolvidos em múltiplas conjunturas e com distintas populações, sendo o ponto em comum a busca por respostas às questões contemporâneas que impactam a qualidade de vida das pessoas, tanto na prática profissional, quanto na produção e na formação acadêmica.

Nesse sentido, nosso objetivo é apresentar propostas teórico-metodológicas inovadoras, tanto no campo da pesquisa como das tecnologias sociais, desenvolvidas pelo grupo, visando fortalecer o campo da intervenção psicológica com instrumentos e processos que evidenciem sua potencialidade.

O Capítulo 1, intitulado *Análise de informações qualitativas em tempos de Inteligência Artificial Generativa (IAG)*, proposto por Ida Kublikowski e Elizabete G. Marangon, nos convida a adentrar nos desafios, debates e controvérsias que se apresentam nos múltiplos campos do conhecimento pela incorporação de ferramentas de IAG. Nas palavras das autoras, a questão que orienta o capítulo envolve a possibilidade de integração de ferramentas de IAG às práticas analíticas, sem desrespeitar o estatuto epistemológico da análise em pesquisas qualitativas, tais como concebidas em abordagens sistêmicas. Elas afirmam que a IA pode atuar como mediadora no processo analítico, mas que não pode substituir a produção de sentido, que permanece como um ato humano, teoricamente orientado e eticamente situado. Com um texto claro e muito bem fundamentado, nos convocam a refletir sobre os caminhos epistemológicos, éticos e políticos possíveis para as pesquisas qualitativas em um mundo marcado pela crescente mediação tecnológica.

O Capítulo 2, *Entre fios de memória e caminhos na família extensa: partilha de uma Rota Autobiográfica Colaborativa à Deriva*”, apresentado por Diana L. Alencar da Silva e Elaine P. Rabinovich, nos convoca a acompanhá-las por uma rota de pesquisa inovadora e ousada, em que a pesquisadora é também protagonista participante das narrativas que constituíram o arcabouço dos dados que fundamentaram a sua produção de conhecimento.

Ancorada por um conjunto de vozes teóricas consagradas, cada passo dado pela pesquisadora nessa rota, assim como os imprevistos encontrados, a auxiliaram na apreensão dos núcleos de sentidos relacionados à compreensão do narrado sobre a vida social e familiar e, em especial, sobre a gestão do grupo familiar por mulheres. As autoras nos incitam à reflexão quando nos deixam a mensagem de que o pesquisador se constrói ao caminhar pelas rotas metodológicas, levando consigo os princípios éticos e epistemológicos que sustentam a produção de conhecimento.

Os quatro capítulos à continuação constituem um aporte singular para a proposta do presente *e-book*, sustentado em um diálogo profícuo e potente sobre instrumentos e procedimentos de coleta de dados utilizados tanto na intervenção clínica como no campo da pesquisa, alicerçando propostas teórico/metodológicas inovadoras.

Assim, o Capítulo 3, intitulado *Mapa de Redes como dispositivo clínico-interventivo no cuidado humanizado em unidades neonatais*, de Camila M. Pereira e Luzianne Z. Avellar, nos apresenta o instrumento denominado Mapa de Redes, proposto por Carlos Sluzki, como dispositivo clínico-interventivo no cuidado a mulheres com bebês internados em unidades neonatais. As autoras sustentam que o Mapa de Redes ultrapassa a condição de recurso gráfico de registro ao tornar visíveis apoios, ausências, fragilidades e potencialidades da rede social significativa das pessoas envolvidas na situação de internação. Além disso, apontam para a necessidade de metodologias sensíveis, capazes de operar como dispositivos de escuta qualificada e ampliação do cuidado, em consonância com os princípios da Política Nacional de Humanização e com produções que assinalam a relevância de práticas mais relacionais, participativas e centradas na família no contexto neonatal.

O Capítulo 4, cujo título é *O meca genograma como instrumento de coleta no contexto da pesquisa: buscando o protagonismo das famílias migrantes*, de autoria de Ana Paula Risson e Carmen L. O. O. Moré, apresenta um instrumento de coleta de dados utilizado em pesquisa científica junto a famílias em processo de migração, denominado meca genograma. Advindo da experiência clínica, trata-se de um instrumento que se originou da Abordagem Multidimensional, Ecológica e Comparativa proposta por Celia J. Falicov a partir de suas pesquisas e intervenções com famílias imigrantes na Califórnia, e da adaptação do Modelo Bioecológico de Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner. Caracteriza-se por ser uma abordagem teórico-sistêmica para compreender famílias em situação de migração. As

autoras evidenciam seu caráter de ineditismo na produção de conhecimento no Brasil, e a experiência relatada sobre o uso do Meca Genograma permitiu comprovar que se trata de um instrumento com resultados eficientes e potentes para a compreensão das histórias e da condição de vida de imigrantes e de suas famílias, pois aprofunda a investigação de diversos elementos que perpassam a vida dessa população.

Já no Capítulo 5, intitulado *O genograma como ferramenta de produção simultânea de informação na pesquisa e transformação clínica*, de Andrezza M. N. Manfredini, Ceneide M. O. Cervený e Carla Guanaes-Lorenzi, as autoras, ancoradas na experiência de anos de atendimentos clínicos com família e casais, nos convocam a refletir sobre a nossa contemporaneidade, na qual vem-se observando uma crescente demanda por intervenções junto a esses sistemas de relacionamento devido à complexificação dos fenômenos sociais e psicológicos que atravessam as relações contemporâneas. Elas apontam que essas questões têm se apresentado cada vez mais complexas e multifacetadas, o que exige dos terapeutas de famílias e casais não somente seu manejo clínico, mas o desenvolvimento do interesse em realizar investigações de cunho científico sobre esses processos relacionais na atualidade. Seguindo essa perspectiva, as autoras nos apresentam uma utilização inovadora do genograma, não apenas como ferramenta de mapeamento familiar, mas como forma interventiva capaz de trazer à luz lealdades invisíveis e padrões transgeracionais, produzindo, simultaneamente, informações e transformações no campo pesquisado. Também nos convocam a refletir como a clínica e a pesquisa se integram, permitindo compreender esse instrumento como uma intervenção que, ao mesmo tempo em que produz conhecimento, favorece transformações no ambiente terapêutico.

Seguindo a linha do diálogo profícuo entre clínica psicológica, intervenção e pesquisa na busca por inovação das tecnologias sociais, o Capítulo 6, intitulado *Uma proposta de análise sistêmica do Procedimento Desenho-Estória com Tema*, das autoras Adriana L. de Oliveira, Monique M. Godoy-Dolcinotti e Yvette P. Lehman nos convida a adentrar no desenvolvimento de uma proposta de análise do Procedimento Desenho-Estória com Tema fundamentada na abordagem sistêmica, ampliando as possibilidades de compreensão oferecidas por essa técnica de investigação psicológica. As autoras fundamentam sua proposta apontando que, por mais de quatro décadas, o procedimento Desenho-Estória, desenvolvido por Walter Trinka, deixou de ser um recurso exclusivo da investigação clínica da personalidade, ampliando seu alcance para diferentes âmbitos de atuação. Atualmente, é utilizado em áreas como saúde pública, sistema judiciário, psicologia escolar e social, entre outras. O procedimento beneficia práticas clínicas,

pesquisas e ensino em diversas abordagens psicológicas. Nessa linha, as proponentes objetivam apresentar um roteiro de análise de base relacional e sistêmica, visando ampliar as possibilidades de compreensão de questões relacionadas à família. O roteiro é ilustrado por meio de um exemplo prático de pesquisa em que foi aplicado, permitindo ao leitor compreender sua amplitude e aplicabilidade e oferecendo subsídios para análises mais integradas e contextualizadas.

O Capítulo 7, cujo título é *Da teoria à prática: a aplicação do modelo bioecológico PPCT como método de pesquisa e intervenção no contexto prisional*, das autoras Daniely S. Dias Vilela e Cirlene F. S. da Silva, é um exemplo da diversidade de contextos em que, como grupo, produzimos conhecimento. Nesse caso, trata-se do ambiente prisional, caracterizado por sua complexidade singular, multifacetada e única, vinculado às possibilidades de desenvolvimento humano. O objetivo do capítulo é discutir os principais conceitos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH), proposta por Urie Bronfenbrenner, e sua aplicação ao desenvolvimento do homem idoso no contexto prisional. As autoras destacam os fatores que influenciam essa aplicação e suas implicações para a prática e a pesquisa, concluindo que a aplicação da TBDH ao estudo do desenvolvimento da pessoa idosa no contexto prisional proporciona uma compreensão mais ampla e aprofundada dos processos que influenciam o desenvolvimento humano. Chamam a atenção para o fato de que a utilização da mencionada teoria para a leitura de aspectos do homem idoso encarcerado representa inovação no campo da metodologia e das tecnologias sociais, uma vez que a TBDH foi e é muito utilizada para compreender outras dimensões do ciclo vital, tais como a infância e a adolescência. Além de orientar pesquisas em ambientes naturais, o modelo PPCT fornece subsídios para a construção de estratégias interventivas no âmbito prisional voltadas à promoção da resiliência, da saúde integral e da reinserção social da pessoa idosa.

O Capítulo 8, intitulado *Saúde mental de pessoas com Doença de Parkinson: pesquisas mistas com ações multidisciplinares de prevenção e de cuidado*, proposto por Marianne R. Feijó, Carmen S. G. Ura, Mariana S. Garcia, Ingrid E. Prochnou, Bruno S. e Garrido e Fábio A. Baribieri, nos transporta ao campo da saúde, mais especificamente, à temática das doenças crônicas, neste caso a doença de Parkinson (DP) e seus protagonistas: pacientes, familiares, cuidadores e equipes multidisciplinares, e nos convoca a pensar e a refletir sobre como produzir dialogia no entre os diferentes saberes envolvidos, no sentido da aceitação das diferenças, e construir diálogos proveitosos que melhor acolham as necessidades de pacientes, cuidadores,

família, como também da equipe de saúde. O texto visa discutir a importância dos estudos mistos (quanti-qualitativos) no subsídio de ações de cuidado e de promoção de saúde de pessoas com DP e de seus cuidadores em projetos de extensão multidisciplinares e em ações de divulgação científica. Tal compreensão possibilita o planejamento de ações de cuidado e de prevenção, o que inclui o preparo de profissionais e a divulgação científica aos pacientes, cuidadores e à população em geral.

O Capítulo 9, que fecha a proposta deste *e-book*, intitulado *Promoção de saúde online e suas contribuições para a Psicologia*, de autoria de Edson L. Defendi, nos remete à nossa contemporaneidade de forma inovadora, pois nos convoca a refletir sobre o conceito tradicionalmente reconhecido de promoção de saúde diante do crescimento exponencial do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), em que as modalidades digitais e *online* de promoção de saúde vêm ganhando espaço, sendo consideradas bastante inovadoras em termos de políticas públicas. O autor comenta que os programas de promoção de saúde são recursos e estratégias de grande benefício para a área da saúde em geral, seja para subsidiar intervenções e pesquisas em saúde mental ou, mais especificamente, para a produção de conhecimento teórico e prático no campo da Psicologia. Nesse sentido, o objetivo do capítulo é traçar um panorama histórico e conceitual acerca dos construtos de promoção de saúde e promoção de saúde *online*, conectando seus pressupostos com os desafios de produzir conhecimento e intervenções contextualizadas em Psicologia. Como resultado dessa explanação e reflexão, segundo as palavras do autor, pretende-se municiar e encorajar profissionais e pesquisadores das áreas psi e de outras áreas da saúde no desenvolvimento de programas de promoção de saúde *online* como poderosa estratégia de intervenção em âmbito clínico e institucional.

Por fim, coadunados com os princípios do GT Família e Comunidade, expressamos nossa satisfação e alegria pela produção desta obra. Almejamos continuar a debater, instigar e incentivar, com as experiências aqui relatadas, nosso compromisso dos docentes/pesquisadores, discentes e profissionais envolvidos, *com uma produção de conhecimento ética e contextualizada*, que reconhece as desigualdades sociais que impõem olhares críticos sobre a realidade, e que responda, principalmente, às demandas do cenário brasileiro.

As Organizadoras

ANÁLISE DE INFORMAÇÕES QUALITATIVAS EM TEMPOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA ¹

Ida Kublikowski

Elisabete Garcia Marangon

Introdução

A emergência e a rápida difusão de ferramentas de inteligência artificial generativa (IAG) têm desafiado práticas de pesquisa em múltiplos campos do conhecimento. No âmbito das ciências humanas e sociais, assim como na Psicologia, a incorporação dessas tecnologias suscita controvérsias, ao prometer uma objetividade que se vê desafiada pela preocupação com a redução dos procedimentos de pesquisa qualitativa a operações técnicas, alheias à produção de sentido, à reflexividade e à responsabilidade ética que a caracterizam. Este capítulo insere-se nesse debate, ao examinar criticamente o uso da IAG na Análise Qualitativa de Informações (AQI), com ênfase na Análise Temática Reflexiva (ATR), conforme proposta por Braun e Clarke (2021).

A questão que orienta o presente escrito envolve a possibilidade de integração de ferramentas de IAG a práticas analíticas, sem desrespeitar o estatuto epistemológico da análise em pesquisas qualitativas, tais como concebidas em abordagens sistêmicas. Em outros termos, o que significa fazer uso de tecnologias concebidas para operar por meio de padrões estatísticos, previsibilidade linguística e otimização de respostas na mediação de atividades tradicionalmente fundadas na interpretação humana? Sustentamos, neste capítulo, que a inteligência artificial pode atuar como **mediação técnica** no processo analítico, mas não pode substituir a produção de sentido, que permanece um ato humano, teoricamente orientado e eticamente situado.

A disponibilização do *Chat Generative Pre-Trained Transformer* (ChatGPT) no final de 2022 configura uma inflexão qualitativa no ecossistema científico, educacional e cultural. Conforme argumenta Santaella (2023), a inteligência artificial generativa (IAG) se distingue das formas anteriores de inteligência artificial sobretudo por sua acessibilidade, por sua capacidade de simular a linguagem humana e por sua inserção direta nas práticas cotidianas. Esse deslocamento da IAG do domínio de especialistas para o uso generalizado amplia seu

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

impacto sobre todas as áreas da produção baseada em linguagem, incluindo a pesquisa acadêmica.

Santaella (2023) diferencia a IAG da Inteligência Artificial Preditiva (IAP), destacando que, enquanto a IAP se orienta à classificação e previsão com base em dados históricos, a IAG opera por meio de modelos generativos e grandes modelos de linguagem, voltados à produção de novos conteúdos a partir de padrões estatísticos aprendidos. Essa arquitetura permite a geração de textos linguisticamente coerentes e contextualmente plausíveis, sem que isso implique compreensão, intencionalidade ou interpretação no sentido humano. Essa distinção fundamenta a necessidade de cautela metodológica e de regulamentação, não apenas pelos riscos técnicos envolvidos, mas, sobretudo, pelas exigências éticas e epistemológicas associadas aos usos da IAG.

No âmbito da produção acadêmica, a regulamentação da inteligência artificial generativa encontra-se em fase de consolidação, estruturando-se principalmente por meio de diretrizes institucionais, orientações editoriais e marcos legais, mais do que por normas unificadas. No contexto brasileiro, as diretrizes propostas por Sampaio, Sabbatini e Limongi (2024) enfatizam a transparência, a autoria humana e a responsabilidade indelegável do pesquisador, ao reconhecerem a presença crescente da IAG no campo acadêmico sem naturalizar seu uso como inevitável ou epistemologicamente neutro. Os autores defendem que a incorporação da IAG deve ser deliberada, transparente e criticamente delimitada, preservando-se a centralidade das decisões sob a responsabilidade humana.

Esse enquadramento articula-se ao marco jurídico brasileiro de proteção de dados, especialmente à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018 (Brasil, 2018), que estabelece princípios de finalidade, necessidade, transparência e responsabilização para o tratamento de dados, inclusive em contextos de pesquisa científica. No âmbito da AQI, tais princípios reforçam a compreensão de que o uso de ferramentas de IA constitui não apenas uma escolha técnica, mas uma decisão metodológica e institucionalmente situada, que demanda explicitação de finalidades, controle sobre fluxos de dados e a já citada responsabilidade indelegável do pesquisador.

Nesse horizonte, o presente capítulo concebe a IAG como mediação técnica auxiliar, mobilizada de forma situada no processo de análise, sem atribuir à tecnologia funções interpretativas centrais. A distinção entre padrões estatísticos e interpretação, bem como o reconhecimento das implicações jurídicas e institucionais do uso da IA, fundamentam a opção

por um enquadramento que recusa o tecnodeterminismo e reafirma a centralidade da interpretação humana na AQI.

A AQI e a IAG: o ChatGPT

O ChatGPT, segundo Turobov, Coyle e Harding (2024), é um modelo de linguagem capaz de processar grandes volumes de texto, identificar regularidades linguísticas e sugerir padrões, palavras-chave e temas a partir de instruções fornecidas pelo pesquisador. Assim, o ChatGPT pode ser concebido como uma ferramenta de apoio analítico, cuja eficácia depende do modo como é treinada no contexto do estudo e da condução das etapas da análise pelo pesquisador. Cabe destacar que consideramos o ChatGPT como uma caixa-preta (Morgan, 2023), capaz de processar consultas em linguagem comum sobre um conjunto de dados e retornar um conjunto de respostas. Embora o ChatGPT não tenha sido projetado como uma ferramenta para análise de dados qualitativos, visamos aqui refletir sobre sua aplicação para esse propósito.

Hitch (2024) afirma que o uso de IA em pesquisas qualitativas ainda é relativamente limitado, embora alguns pesquisadores reconheçam seu potencial para tornar tarefas analíticas mais eficientes e menos onerosas. Por outro lado, apesar das vantagens, a adoção de ferramentas de inteligência artificial também introduz dilemas éticos. Informações inseridas em plataformas de IA podem ser utilizadas para o desenvolvimento e o aprimoramento dos algoritmos que sustentam o aprendizado computacional. Em ferramentas como o ChatGPT, o processamento de dados ocorre em ambientes externos ao controle direto do pesquisador, o que impõe desafios relacionados à confidencialidade, ao sigilo e à proteção das informações utilizadas em pesquisa.

Entre as formas de inteligência artificial atualmente disponíveis, aquelas com maior potencial de ampliação da pesquisa qualitativa são as plataformas baseadas em **Processamento de Linguagem Natural (PLN)**. Trata-se de um campo da IAG que mobiliza técnicas de aprendizado de máquina e algoritmos estatísticos para possibilitar interações entre computadores e línguas humanas, permitindo a análise e a geração de textos em linguagem natural. Por meio desses recursos, os sistemas computacionais podem processar entradas textuais ou discursivas e produzir respostas linguisticamente plausíveis. Contudo, a ambiguidade inerente às línguas humanas e sua dependência de contextos socioculturais permanecem como desafios significativos para a IA, que demonstra limitações na apreensão

dessas nuances, especialmente quando os modelos dispõem de conjuntos restritos de dados de treinamento para determinadas línguas ou contextos culturais (Hitch, 2024).

O ChatGPT é um modelo de linguagem projetado para gerar interações textuais semelhantes às humanas. Utiliza uma combinação de técnicas de aprendizado de máquina, aprendizado profundo e Processamento de Linguagem Natural (PLN) para realizar diferentes tarefas baseadas em linguagem. Treinado a partir de um extenso acervo de dados textuais, não opera como um mecanismo de busca que recupera informações preexistentes; ao contrário, quando uma resposta é solicitada, o sistema decompõe as entradas em unidades linguísticas menores (como palavras e frases) e mobiliza modelos estatísticos e algoritmos para estimar, com base nos padrões aprendidos, uma resposta considerada linguisticamente adequada. Desse modo, o GPT gera textos que simulam a comunicação humana, sem, contudo, acessar diretamente fontes externas ou compreender o conteúdo nos termos da interpretação humana (Hitch, 2024).

A autora também destaca que o funcionamento das ferramentas de IA depende diretamente dos textos inseridos pelos usuários, o que torna a qualidade dos dados de entrada um aspecto central de sua utilização. Essas entradas, denominadas *prompts*, fornecem ao sistema informações contextuais que orientam a geração das respostas. Para além de perguntas, os *prompts* podem incluir indicações sobre o formato esperado do resultado, tópicos a serem contemplados, perspectivas analíticas a serem adotadas e requisitos específicos. Desse modo, a elaboração dos *prompts* influencia a precisão e a qualidade das respostas produzidas. A seleção criteriosa de *prompts* aproxima-se de práticas já conhecidas pelos pesquisadores qualitativos, como a escolha de operadores booleanos em buscas em bases de dados, nas quais a precisão terminológica favorece a obtenção de informações mais relevantes e pertinentes.

Turobov, Coyle e Harding (2024)) definem os *prompts* como instruções textuais estruturadas por meio das quais o pesquisador orienta o funcionamento da IA. Demonstram que diferentes tipologias de *prompts*, construídas a partir de referenciais teóricos e metodológicos explícitos, condicionam a qualidade das respostas do sistema. A utilização da IAG na análise temática em pesquisas exigiria assim a elaboração de *prompts* que contemplem o enquadramento teórico da pesquisa, a indicação da fase da análise temática em curso, a delimitação do tipo de operação analítica esperada (por exemplo, identificação de padrões, comparação de códigos, verificação de coerência temática) e solicitação de justificativas e reformulações para refinar as saídas do modelo.

Assim, os *prompts* não operam como comandos técnicos neutros, mas como mediações interpretativas que inscrevem a IA no projeto epistemológico do estudo. Na pesquisa qualitativa, conforme aqui compreendida, a análise não se configura como uma etapa posterior aplicada a um material previamente dado, mas como um processo de construção de sentido que transforma registros de experiência em conhecimento comunicável. Nessa perspectiva, os pesquisadores se debruçam sobre os significados, e a qualidade do estudo não pode ser assegurada apenas pela observância de procedimentos técnicos, uma vez que interpretações e sentidos são sempre situados. A AQI desenvolve-se, assim, no esforço de explicitar como os participantes compreendem suas experiências, em um processo de coconstrução que envolve, de modo indissociável, a presença e o posicionamento do pesquisador (Kublikowski, 2023).

Nesse mesmo horizonte, a perspectiva interpretativa enfatiza que compreender implica um movimento contínuo entre partes e todo, entre o dito e o não dito, entre o texto e seus contextos de produção. Interpretar é, portanto, posicionar-se diante do material empírico e de seus horizontes de significado. É nesse ponto que a análise assume um papel decisivo: ela torna visível o percurso pelo qual o pesquisador chega a determinadas compreensões, explicita as escolhas que orientam a leitura e os critérios que sustentam a plausibilidade interpretativa. Assim, longe de constituir uma operação técnica neutra, a análise configura-se como um trabalho reflexivo que articula epistemologia, teoria e método no interior da prática investigativa (Kublikowski, 2023).

AQI, IAG e questões epistemológicas

A disseminação dos modelos de inteligência artificial generativa, especialmente os grandes modelos de linguagem, tem como implicação intensos debates sobre seu potencial de transformar, ou mesmo automatizar, práticas da pesquisa científica. Nesse contexto, a AQI tem sido frequentemente apresentada como um campo propício à incorporação dessas tecnologias por sua capacidade de processamento de linguagem natural, a ser utilizada como recurso para economizar tempo e otimizar fluxos de trabalho analíticos. Esses sistemas são até mesmo concebidos por alguns autores como assistentes digitais capazes de realizar tarefas analíticas de alto nível, como identificação de padrões e interpretação de significados (Nguyen; Welch, 2026).

Compreender a análise qualitativa no sentido que lhe atribuímos evidencia limites fundamentais a tais promessas. Nguyen e Welch (2026) expressam essa perspectiva,

argumentando que os grandes modelos de linguagem devem ser compreendidos como artefatos conversacionais, baseados em correlações estatísticas e otimizados para produzir textos plausíveis, mas não para interpretar significados. Por essa razão, os autores sustentam que tais sistemas são inadequados para funções centrais da análise qualitativa, como codificação interpretativa, construção de temas e desenvolvimento teórico. Essa posição converge com a concepção de Braun e Clarke (2021), para quem a Análise Temática Reflexiva (ATR) constitui um processo interpretativo, situado e teoricamente orientado, no qual os temas são construídos pelo pesquisador, e não extraídos automaticamente de padrões textuais.

Portanto, a análise de dados qualitativos envolve não apenas tarefas de exploração e organização dos dados, mas exige a identificação de conexões inesperadas, a construção de abstrações teóricas, a mobilização de múltiplas formas de raciocínio e a proposição de problematizações críticas, que dependem da experiência vivida do pesquisador, de seu engajamento com o campo e de sua inserção na comunidade científica.

Assim, em consonância com Nguyen e Welch (2026) e Hitch (2024), a incorporação da inteligência artificial generativa em análise qualitativa pode ser compreendida apenas como mediação técnica auxiliar. Trata-se, portanto, de uma decisão epistemológica e metodológica, na qual a credibilidade da análise permanece como prática interpretativa, e não como procedimento automatizado.

No campo das abordagens contemporâneas, a **Análise Temática Reflexiva (ATR)** (Braun; Clarke, 2021) oferece um caminho consolidado para identificar e desenvolver padrões temáticos, assumindo que temas não são descobertos nem emergem automaticamente dos dados, mas são **produzidos** pelo trabalho interpretativo do pesquisador em diálogo com seus referenciais e objetivos. Esse enquadramento é particularmente relevante quando se discute o lugar de tecnologias de apoio, pois ele desloca a análise do terreno da mera codificação para o da **interpretação situada**, onde a reflexividade, a responsabilidade analítica e a transparência metodológica são condições essenciais do rigor metodológico.

Impõe-se então o projeto epistemológico da pesquisa, que nos remete a um ponto essencial quando utilizamos a IA na análise qualitativa de informações. Neste estudo, adotamos a distinção proposta por Braun e Clarke (2021) entre as abordagens *small-q* e *Big-Q*, termos para os quais **não encontramos uma tradução padronizada ou consagrada na literatura em português**.

O termo *small-q* refere-se a usos da pesquisa qualitativa ancorados em pressupostos pós-positivistas, com ênfase em procedimentos técnicos, codificação sistemática e critérios de

confiabilidade e replicabilidade. Segundo as autoras, a maioria das abordagens contemporâneas de análise temática enquadra-se no *small-q*, visando a confiabilidade da análise.

O processo de codificação se inicia com a familiarização do pesquisador com os dados. São então desenvolvidos os códigos que serão usados para analisá-los, e esse livro de códigos é aplicado a todo o conjunto de dados por dois ou mais pesquisadores trabalhando de forma independente (Katz; Fleming; Main, 2026). Índices de confiabilidade entre os avaliadores são calculados para determinar o nível de concordância entre os pesquisadores, triangulação esta considerada um marco de qualidade, pois impede a expressão da subjetividade do pesquisador na análise de dados. Contudo, como pesquisadoras qualitativas, consideramos que a subjetividade do pesquisador não pode ser eliminada.

Por sua vez, a análise temática, realizada a partir da perspectiva *Big Q*, por nós adotada, reconhece e acolhe a subjetividade do pesquisador. Trata-se de uma técnica qualitativa que enfatiza compreensões contextualizadas e rejeita noções de realidade objetiva. A diferença entre as duas abordagens é evidente na forma como a codificação é conduzida. Ao invés de desenvolver um quadro de codificação rígido, a análise temática, *Big Q* é um processo fluido e flexível. O objetivo da codificação não é buscar exatidão, mas sim recorrer às habilidades e ao posicionamento do pesquisador para produzir uma codificação plausível e coerente dos dados. Assim, a análise é o resultado proposto por um pesquisador com um conjunto particular de habilidades, formação, conhecimento disciplinar, biografia e posicionamento teórico e sociodemográfico, engajando-se ativamente com seus dados (Braun; Clarke, 2021).

Ao optar pelo *Big Q*, reconhecemos que os dados são produzidos em contextos sociais e discursivos, que o pesquisador é parte do processo analítico, não um observador neutro, e que a validade não se reduz à replicabilidade, mas envolve coerência teórica, plausibilidade interpretativa e responsabilidade ética. Essas premissas deslocam a análise do registro da técnica para o da prática teórico-interpretativa.

Estudos comparativos mostram que, embora ferramentas como o ChatGPT possam alcançar níveis satisfatórios de concordância na identificação de temas descritivos, elas apresentam limitações relevantes quando a análise demanda uma leitura culturalmente situada, a compreensão de significados implícitos e a sensibilidade a nuances afetivas e contextuais (Sakaguchi; Sakama; Watari, 2025). Assim, abordagens de análise assistida por máquinas reforçam que ganhos em eficiência são possíveis, desde que o controle interpretativo e as decisões analíticas permaneçam sob responsabilidade da equipe de pesquisa (Ward *et al.*, 2025).

É nesse cenário que a presença recente de ferramentas de inteligência artificial generativa, especialmente os modelos de linguagem de grande escala (LLMs), termo que se refere ao volume de dados e à complexidade computacional envolvidos no treinamento desses sistemas, passa a ser discutida na literatura como um possível suporte ao trabalho analítico em pesquisa qualitativa. Estudos e propostas metodológicas indicam usos da IAG voltados à organização do *corpus*, ao apoio à codificação inicial, à elaboração de sumários analíticos e à comparação entre versões de códigos e temas, particularmente em conjuntos extensos de dados textuais (Turobov; Doyle; Harding, 2024).

Jones (2025) defende a incorporação da inteligência artificial generativa na análise qualitativa, com ênfase no uso de modelos de linguagem, reconhecendo seu potencial para ampliar a velocidade e a escala do tratamento de dados. Embora identifique desafios relevantes, como a opacidade algorítmica, a presença de pontos cegos e a ausência de diretrizes específicas nos protocolos tradicionais de relato metodológico, sua posição não é de rejeição, mas de **regulação crítica**. Ao exigir transparência quanto às escolhas analíticas mediadas por IA e aos papéis atribuídos às ferramentas e às interações humano-máquina, o autor sustenta que tais recursos podem ser integrados de forma eticamente responsável, metodologicamente rigorosa e epistemologicamente defensável, contribuindo para o fortalecimento da credibilidade da pesquisa qualitativa, e não para o seu comprometimento.

Ao mesmo tempo, intensifica-se o debate ético-epistemológico acerca de **se e em que condições** ferramentas de inteligência artificial podem participar de abordagens qualitativas de natureza reflexiva. Parte da literatura sustenta uma posição de recusa ao uso de inteligência artificial generativa em métodos que dependem da reflexividade e da produção humana de sentido.

No artigo *We reject the use of generative artificial intelligence for reflexive qualitative research*, publicado na *Qualitative Inquiry*, Jowsey et al. (2025) apresentam uma posição contundente nesse sentido. Reunindo 419 pesquisadores qualitativos experientes de 32 países, entre eles Braun e Clarke, os autores defendem que abordagens como a Análise Temática Reflexiva constituem práticas de pesquisa intrinsecamente humanas, que exigem um pesquisador situado e reflexivo, razão pela qual o emprego de IAG nesses enquadramentos seria metodologicamente incongruente. Para além da dimensão epistemológica, a recusa também se ancora em princípios de justiça social e ambiental, ao alertar que a adoção acrítica dessas tecnologias pode reforçar assimetrias de poder, diluir a autoria interpretativa e ampliar impactos socioambientais, comprometendo valores centrais da pesquisa qualitativa crítica.

Em consonância com essa crítica, Chung-Lee e Lapum (2024) argumentam que formas de análise robótica, marcadas pela adesão rígida a procedimentos, tendem a restringir o pesquisador e a comprometer sua capacidade de interagir criativamente com os dados. A pesquisa qualitativa deve acolher a incerteza, valorizar o mistério, ver o invisível e ouvir o não dito. O compromisso com a produção de contribuições significativas junto a pacientes, famílias, comunidades e populações convoca o pesquisador a investir em uma presença analítica que permita uma interpretação menos aprisionada a protocolos e mais aberta à complexidade da experiência. Essa posição reforça que, no horizonte do *Big Q*, a centralidade da análise não reside na capacidade de classificar ou ordenar dados, mas na possibilidade de **habitar o texto**, sustentar tensões de sentido e produzir interpretações densas, reflexivas e eticamente implicadas.

Diante desse campo em disputa, este capítulo propõe situar a inteligência artificial não como substituta da análise, mas como um tipo de mediação técnica capaz de apoiar tarefas operacionais e comparativas no processo analítico. Permanecem, contudo, como responsabilidades irredutivelmente humanas as decisões interpretativas, a construção e a nomeação dos temas, a articulação teórica e a avaliação crítica da coerência, da densidade analítica e das implicações éticas dos resultados, bem como o compromisso de relatar de forma transparente o uso da IA, em consonância com orientações emergentes para a divulgação na pesquisa e na escrita científica.

Coloca-se, assim, uma questão propriamente epistemológica: o que acontece com a Análise Temática Reflexiva quando ferramentas de inteligência artificial são introduzidas no processo analítico? Nos termos de Braun e Clarke (2021), trata-se de interrogar o lugar do chamado *Big Q*, que constitui um processo de produção de sentido, no qual os temas são construídos pelo pesquisador em diálogo com referenciais teóricos, posicionamentos ontológicos e epistemológicos e com o próprio contexto da pesquisa. A Análise Temática Reflexiva assume explicitamente que a interpretação é sempre situada, historicamente informada e atravessada por escolhas analíticas (Braun; Clarke, 2021). Assim, qualquer incorporação de ferramentas automatizadas deve ser interrogada sobretudo quanto à sua coerência epistemológica com uma abordagem interpretativa.

O que se observa na literatura é, assim, uma tensão entre posições que defendem a rejeição total do uso da IAG na AQI e abordagens mais moduladas, nas quais autores discutem a análise qualitativa auxiliada por IA no interior de pressupostos *Big Q*. Nesses escritos, os sistemas computacionais são concebidos como suportes à organização, à triagem e à

comparação de grandes volumes de dados, sem que isso implique a substituição do trabalho interpretativo do pesquisador (Hitch, 2023). Nessa mesma direção, propostas metodológicas como as de Naeem, Smith e Thomas (2025) descrevem, de forma procedimental, como ferramentas de IA podem auxiliar na geração de códigos iniciais, no agrupamento provisório de unidades de sentido e na exploração de padrões lexicais, desde que a definição dos temas, sua nomeação e articulação teórica permaneçam sob responsabilidade humana.

De modo convergente, Morgan (2023), ao explorar o uso de modelos de linguagem como o ChatGPT na análise qualitativa, indica que tais ferramentas podem contribuir para tarefas como paráfrase analítica, comparação entre versões de códigos, identificação de recorrências linguísticas e apoio à documentação do processo analítico. O autor, contudo, também evidencia limites importantes desses sistemas no que se refere à interpretação de significados implícitos, à apreensão de contextos socioculturais e às construções subjetivas. É nessa direção que, no presente escrito, a inteligência artificial, especificamente o ChatGPT, com o qual as pesquisadoras tiveram experiência direta, é compreendida como instrumento auxiliar, e não como agente analítico autônomo.

Portanto, quando situada no horizonte do *Big Q*, a inteligência artificial não redefine o estatuto da análise, mas torna mais visível a sua natureza: a IA pode juntar e separar, organizar e recombina informações. A interpretação, entretanto, permanece um ato humano, teórico e ético. A adoção de ferramentas de IA, longe de reduzir a centralidade da reflexividade, exige maior transparência quanto às decisões analíticas, maior atenção aos vieses incorporados aos sistemas e maior responsabilidade na articulação entre técnica, teoria e implicações éticas. Nesse enquadramento, a IA integra-se à análise qualitativa como mediação técnica que auxilia o processo, sem substituir o trabalho interpretativo que lhe confere sentido.

O uso de ferramentas de inteligência artificial na análise qualitativa demanda, assim, um engajamento crítico do pesquisador com o próprio projeto de pesquisa, de modo que os procedimentos assistidos por IA permaneçam coerentes com seus pressupostos teóricos, metodológicos e éticos.

Considerando o exposto e certo grau de consenso entre pesquisadores sobre a utilização da IAG na AQI, podemos reforçar essa posição recorrendo ao referencial teórico de Paul Ricoeur, particularmente quando o autor delimita o papel da análise no interior do processo interpretativo. Em *O conflito das interpretações*, Ricoeur afirma:

As unidades que revelamos através da análise não significam nada, são simples possibilidades combinatórias; não dizem nada: limitam-se a juntar e separar. Mas, no movimento de ida e volta entre a análise e a síntese, a volta

não é equivalente à ida; no caminho da volta, subindo dos elementos para o texto e o poema inteiro, emerge, na viragem entre a frase e a palavra, uma problemática nova que tende a eliminar a análise estrutural. Essa problemática é própria do plano do discurso, e é a do dizer. O aparecimento do dizer no nosso falar é o próprio mistério da linguagem (Ricoeur, 1969, p. 97–98).

Desde essa perspectiva, o estatuto epistemológico da análise no processo interpretativo fica estabelecido: juntar e separar é condição necessária, mas não suficiente para compreender. A análise prepara o terreno; a compreensão se efetiva quando o gesto interpretativo atravessa o trabalho explicativo e o reinscreve no horizonte ético, teórico e histórico do intérprete. A realização de pesquisas qualitativas inclui, de forma inelutável, o pertencimento do pesquisador, que transforma informações em significados. Esses significados são construídos em diálogo com os participantes e respondem a questões específicas sobre a experiência vivida (Kublikowski, 2023).

Contudo, a atribuição de significados à experiência alheia, sem uma instância crítica mediadora, pode legitimar a incorporação de pré-julgamentos no campo da investigação científica. Ricoeur (1986, p. 211) adverte que a solução não é negar o compromisso pessoal do pesquisador, mas torná-lo mais preciso. Se a compreensão é mediada pelos procedimentos explicativos, então a compreensão não é “algo que possa ser sentida”; ela é, antes, “a significação dinâmica destacada pela explicação”.

Nessa perspectiva, a análise assume um papel decisivo como instância crítica mediadora entre o pertencimento inevitável do pesquisador e a exigência de rigor interpretativo, não sendo possível excluir o compromisso pessoal do pesquisador na interpretação, que reside precisamente em respeitar o estranho e o diferente, não permitindo que a interpretação impeça o possível ou contribua para a perpetuação da violência. No debate contemporâneo sobre o uso da inteligência artificial na pesquisa qualitativa, a IA poderia apoiar operações de organização, comparação e recombinação de informações. No entanto, a compreensão, entendida como apropriação de sentido pelo pesquisador, promove a abertura de mundos possíveis e exige a implicação de um intérprete situado. Assim, a introdução da IAG não redefine o estatuto da análise, mas torna ainda mais visível a necessidade de preservar sua função crítica de mediar, de forma reflexiva, a dialética entre explicar e compreender.

A utilização do ChatGPT na análise de informações qualitativas

A dissertação de Elisabete Garcia Marangon, intitulada *Diferenciação do self na jornada de transição de gênero de irmãs gêmeas transexuais: análise temática da série*

documental Gêmeas Trans: Uma Nova Vida (2025) constitui um estudo qualitativo de natureza documental que se insere no campo das investigações sobre família, comunidade e processos identitários, dialogando com a teoria sistêmica da diferenciação do *self* e com abordagens contemporâneas da Análise Temática Reflexiva.

O objetivo geral da dissertação foi compreender, a partir de uma perspectiva relacional, as estratégias desenvolvidas por duas irmãs gêmeas transexuais para enfrentar os desafios associados à transexualidade na sociedade brasileira, considerando de forma contextualizada a trajetória de transição de gênero, a relação fraterna, o papel da família materna e as experiências de preconceito e violência simbólica e institucional vivenciadas pelas protagonistas. A escolha do tema confere à pesquisa relevância particular para o campo das relações familiares e comunitárias, ao evidenciar como processos de identidade de gênero se constroem de modo intrinsecamente relacional, atravessados por vínculos, pertencimentos e tensões sociais.

O *corpus* analisado foi constituído a partir da série documental *Gêmeas Trans: Uma Nova Vida*, exibida pelo canal de televisão por assinatura Max, plataforma de streaming da Warner Bros e Discovery, que acompanhou a trajetória de duas irmãs gêmeas transexuais desde o reconhecimento de sua identidade de gênero até o período posterior à cirurgia de afirmação de gênero. A série apresenta narrativas densas, compostas por falas das protagonistas, interações familiares e cenas que situam as experiências em contextos familiares, sociais e institucionais específicos.

Para fins analíticos, as falas presentes nos episódios foram transcritas integralmente, resultando em um *corpus* textual composto por 277 segmentos de texto, atribuídos às protagonistas, à mãe, aos avós e à irmã mais nova. A constituição desse *corpus* permitiu à pesquisadora trabalhar com o material narrativo de forma sistemática, preservando a complexidade relacional e contextual das experiências representadas.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa interpretativa, fundamentada na Análise Temática Reflexiva, conforme proposta por Braun e Clarke (2021). Em consonância com esse enquadramento, a ATR foi compreendida não como aplicação de um protocolo rígido, mas como um processo analítico iterativo, no qual a pesquisadora se engajou reflexivamente com o material empírico, em diálogo constante com os objetivos da pesquisa e com o referencial teórico sistêmico, em especial a teoria da diferenciação do *self* de Bowen (1991).

O processo analítico teve início com uma imersão prolongada no *corpus*, por meio de leituras repetidas das transcrições, com o objetivo de apreender o conjunto das narrativas e suas nuances afetivas, relacionais e contextuais. Essa fase de familiarização permitiu à pesquisadora

desenvolver uma compreensão global do material e identificar focos analíticos relevantes. Em seguida, procedeu-se à identificação de unidades de significado, extraídas das falas transcritas. Essas unidades foram organizadas por similaridade e relevância em relação aos objetivos da pesquisa, dando origem à codificação inicial. Os códigos foram concebidos como rótulos analíticos provisórios, destinados a organizar o material e apoiar o aprofundamento interpretativo, e não como categorias fixas ou exaustivas.

A partir da codificação inicial, os códigos foram agrupados e reorganizados, possibilitando a geração inicial de temas, entendidos como padrões mais amplos de significado que atravessavam o *corpus*. Esses temas passaram por sucessivos movimentos de revisão e refinamento, nos quais foram avaliadas sua coerência interna, sua consistência em relação aos dados e sua articulação com o referencial teórico adotado.

O processo seguiu, de forma articulada, as seis fases da Análise Temática Reflexiva descritas por Braun e Clarke: (1) familiarização com os dados; (2) geração de códigos iniciais; (3) busca por temas; (4) revisão dos temas; (5) definição e nomeação dos temas; e (6) produção do relatório analítico. Essas fases foram compreendidas como movimentos interdependentes, e não como etapas lineares ou estanques.

Ao final do processo analítico, foram identificadas seis categorias temáticas, que sintetizam os principais sentidos construídos a partir do *corpus*: (1) transexualidade e identidade de gênero; (2) fusão e diferenciação na relação entre as irmãs gêmeas; (3) relação familiar e apoio; (4) cirurgia de afirmação de gênero no contexto brasileiro; (5) desafios e preconceitos; e (6) resiliência, conquistas e visibilidade. Essas categorias expressam tanto dimensões subjetivas quanto relacionais e comunitárias da experiência de transição de gênero, evidenciando a centralidade dos vínculos familiares e sociais na produção de sentido.

Considerações Metodológicas

A pesquisa de Marangon (2025) demonstra que a Análise Temática Reflexiva, quando orientada por um projeto epistemológico claro, permite capturar a complexidade das experiências familiares e comunitárias, articulando pertencimento, diferenciação e reconhecimento. O percurso analítico descrito evidencia a análise como um trabalho interpretativo situado, no qual a reflexividade da pesquisadora desempenhou papel central na construção dos temas e na articulação teórica dos resultados.

Nesta pesquisa, a inteligência artificial não foi utilizada para “realizar a análise”, tampouco para definir ou nomear temas. Sua entrada ocorreu de forma delimitada e complementar, após a pesquisadora já haver conduzido manualmente a organização inicial do *corpus* e desenvolvido uma estrutura temática preliminar. A IA foi mobilizada como recurso de revisão e conferência, com o objetivo de ampliar a verificação do material e explicitar padrões linguísticos e recorrências possíveis, sem deslocar, em nenhum momento, a responsabilidade interpretativa.

O processo analítico foi inicialmente conduzido de modo manual e reflexivo, envolvendo a familiarização com o *corpus*, a codificação inicial e a organização dos dados em agrupamentos temáticos provisórios. Somente após essa etapa — quando o material já se encontrava recortado, organizado e com uma proposta de temas em elaboração — o ChatGPT foi acionado como instrumento auxiliar. Essa decisão assegura, do ponto de vista metodológico, que a IA não define o rumo da análise, mas entra em cena quando já há um percurso interpretativo em curso e critérios analíticos previamente estabelecidos pela pesquisadora.

O ChatGPT foi empregado com a finalidade específica de revisar os dados já organizados, funcionando como um dispositivo complementar de checagem. Nesse sentido, a ferramenta foi utilizada para apoiar a revisão da disposição dos trechos nos agrupamentos construídos, identificar recorrências linguísticas e possíveis padrões descritivos adicionais, bem como apontar inconsistências formais, repetições, sobreposições ou lacunas aparentes no modo como os dados haviam sido organizados. Essa etapa de revisão não substituiu o gesto interpretativo, mas operou como um teste de robustez do arranjo analítico previamente produzido.

As operações atribuídas à IA permaneceram estritamente no plano de organização, comparação, recombinação e explicitação de regularidades. Isso incluiu, por exemplo, a comparação entre trechos reunidos sob um mesmo foco analítico, a sugestão de paráfrases ou sínteses de unidades de significado para facilitar a visualização de padrões e a verificação da coerência descritiva de determinados conjuntos de dados. Não foi solicitado à IA interpretar sentidos implícitos, produzir leituras contextualizadas, nomear temas finais, propor categorias teóricas ou julgar a relevância clínica, social ou ética do material analisado.

Um aspecto metodológico decisivo, explicitado na própria dissertação, é que os temas foram definidos pela autora ao longo do percurso analítico e que o uso do ChatGPT ocorreu exclusivamente como apoio, sem que houvesse qualquer alteração nos temas estabelecidos em decorrência de sua utilização. Esse ponto sustenta, de forma aplicada, a tese central do capítulo:

a IA pode apoiar tarefas operacionais e comparativas, mas não decide o sentido nem substitui a autoria interpretativa do pesquisador.

O funcionamento prático da ferramenta deu-se por meio de ciclos curtos de consulta, nos quais a pesquisadora selecionava conjuntos de trechos já transcritos e organizados, formulava solicitações focadas, como revisão, comparação, sumarização ou identificação de recorrências, examinava as respostas geradas pela IA e retornava sistematicamente ao *corpus* e aos agrupamentos temáticos para confirmar, recusar ou ajustar aspectos formais, sem jamais modificar o núcleo interpretativo. Esse retorno contínuo aos dados assegurou que a IA operasse como instrumento de conferência, e não como instância decisória.

No uso pontual da inteligência artificial como recurso auxiliar, a formulação dos *prompts* envolveu a seleção deliberada de termos conceituais, recortes analíticos e delimitações contextuais previamente sustentados pelo referencial teórico sistêmico e pelo percurso analítico já em desenvolvimento. Esse cuidado visou assegurar coerência epistemológica e metodológica, evitando que a ferramenta operasse como instância interpretativa autônoma. Assim, os *prompts* funcionaram como dispositivos operacionais orientados pela reflexividade da pesquisadora, favorecendo a organização, a revisão e a explicitação de padrões linguísticos sem interferir na construção dos temas, cuja definição permaneceu vinculada ao engajamento interpretativo direto com o *corpus*.

As respostas produzidas pela IA foram tratadas como produtos analíticos, jamais como resultados. Coube exclusivamente à pesquisadora avaliar a coerência das sugestões em relação ao *corpus* e aos objetivos do estudo, decidir o que era analiticamente pertinente e sustentar a interpretação à luz do referencial teórico sistêmico, especialmente no que se refere à diferenciação do *self*, às dinâmicas de pertencimento e autonomia e às relações familiares e comunitárias. Mantém-se, assim, o núcleo da ATR: a análise é produzida por um intérprete situado, e o eventual ganho proporcionado pela IA é de natureza operacional, não epistemológica.

No contexto desta coletânea, a estratégia adotada por Marangon (2025) permite caracterizar a inovação de forma responsável. Trata-se de uma incorporação circunscrita da inteligência artificial que potencializa a revisão e a organização de um *corpus* extenso, preservando como elementos centrais a reflexividade do pesquisador e a rastreabilidade do processo analítico, distinguindo claramente o que foi produzido antes e o que foi revisado posteriormente e a autoria interpretativa na construção dos temas e na articulação teórica dos resultados.

Considerações Finais: análise, mediação técnica e responsabilidade interpretativa

À luz da hermenêutica ricoeuriana, é possível compreender a análise como momento constitutivo do processo interpretativo, bem como situar criticamente a introdução de ferramentas de inteligência artificial na análise qualitativa. Em Ricoeur (1990), explicação e compreensão articulam-se dialeticamente: a análise constitui a significação no plano explicativo, enquanto a compreensão a atualiza por meio da apropriação, pela qual o intérprete reinscreve o sentido em seu próprio horizonte. Assim, mesmo quando ampliada por mediações técnicas, a análise não produz, por si só, compreensão, o que gera a exigência de um intérprete situado. Nesse sentido, a utilização da IAG não ameaça a análise qualitativa; ao contrário, reafirma a centralidade do gesto interpretativo.

Reconhecer a IAG, mesmo que apenas como possibilidade de mediação técnica, implica, portanto, a ampliação da responsabilidade interpretativa do pesquisador. Como destaca Hitch (2024), o uso de ferramentas como o ChatGPT exige mecanismos explícitos de reflexividade, rastreabilidade e auditoria interna, de modo a impedir a delegação de decisões analíticas a sistemas automatizados. Além disso, o uso de plataformas comerciais tensiona compromissos éticos relacionados à confidencialidade, à circulação de dados e à proteção de participantes, exigindo que resultados gerados por IA sejam tratados como recursos a serem interrogados, nunca como evidências, especialmente diante do risco de alucinações, interpretações equivocadas e produção de respostas enviesadas.

Um limite particularmente sensível para pesquisas qualitativas comprometidas com diversidade e justiça social refere-se ao risco de viés cultural. Conforme alertam Henrich, Heine e Norenzayan (2010), grande parte das pesquisas em psicologia tem produzido generalizações amplas com base em amostras oriundas de sociedades WEIRD (ocidentais, educadas, industrializadas, ricas e democráticas). Esse alerta torna-se ainda mais relevante no contexto da IAG, uma vez que modelos de linguagem são treinados predominantemente em grandes bases textuais oriundas de ambientes digitais, editoriais e acadêmicos marcados por assimetrias geopolíticas, linguísticas e culturais, o que tende a reproduzir e amplificar padrões dominantes.

Nesse sentido, a crítica de Bender *et al.* (2021) aos grandes modelos de linguagem concebidos como **papagaios estocásticos**, sistemas que reproduzem padrões linguísticos por correlação estatística, sem compreensão semântica ou intencionalidade, é central para compreender os limites epistemológicos desses sistemas. Ao reproduzirem regularidades, vieses e hierarquias presentes nos dados de treinamento, tais modelos tendem a privilegiar

padrões culturais hegemônicos, enquanto formas de produção de sentido de grupos historicamente marginalizados permanecem pouco representadas ou distorcidas. Esse enquadramento permite situar o uso da IAG no interior de um debate mais amplo sobre justiça epistêmica, no sentido de evitar que a mediação tecnológica reproduza desigualdades históricas na produção de conhecimento.

Em síntese, como destacam Nguyen e Welch (2026) os grandes modelos de linguagem devem ser compreendidos como artefatos conversacionais, baseados em correlações estatísticas e otimizados para produzir textos plausíveis, o que os torna inadequados para funções centrais da análise qualitativa, como codificação interpretativa, construção de temas e desenvolvimento teórico. Essa posição converge com Braun e Clarke (2021), ao reafirmar que a ATR é um processo interpretativo, situado e teoricamente orientado, no qual os temas são construídos pelo pesquisador, e não extraídos automaticamente de padrões textuais.

A inteligência artificial pode, assim, a nosso ver, ser aplicada a certas operações analíticas, sem eliminar a necessidade de rigor interpretativo, ético e epistemológico. Longe de legitimar a automatização da análise, sustentamos a incorporação da IAG apenas como mediação técnica auxiliar, subordinada à interpretação humana, cabendo lembrar que a supervalorização dessas tecnologias tende a favorecer a homogeneização do conhecimento e enfraquecer posturas críticas e reflexivas na pesquisa qualitativa. Portanto, não se trata de uma discussão sobre procedimentos, mas sim refletir sobre a via possível para as pesquisas qualitativas. Por isso, o debate aqui proposto ultrapassa a dimensão procedimental e nos convoca a refletir sobre os caminhos epistemológicos, éticos e políticos possíveis para as pesquisas qualitativas em um contexto marcado pela crescente mediação tecnológica.

Referências

BENDER, Emily M. *et al.* On the dangers of stochastic parrots: can language models be too big? In: *Proceedings of the 2021 ACM Conference on fairness, accountability and transparency*, Virtual Event. New York: Association for Computing Machinery, 2021. p. 610-623. DOI: <https://doi.org/10.1145/3442188.3445922>.

BOWEN, Murray. *De la familia al individuo: la diferenciación del sí mismo en el sistema familiar*. 13. ed. Barcelona: Paidós, 1991.

BRASIL. *Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018*. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2018.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Thematic analysis. In: LYONS, Evanthia; COYLE, Adrian (org.). *Analysing qualitative data in psychology*. 3. ed. London: Sage, 2021. p. 128-147.

CHUNG-LEE, Leinic; LAPUM, Jennifer. Resisting the robotic—moving fluidly towards soulful qualitative analysis. *International Journal of Qualitative Methods*, v. 23, p. 16094069241247475, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1177/16094069241247475>.

HENRICH, Joseph; HEINE, Steven J.; NORENZAYAN, Ara. The weirdest people in the world? *Behavioral and Brain Sciences*, v. 33, n. 2-3, p. 61-83, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0140525X0999152X>.

HITCH, Danielle. Artificial intelligence augmented qualitative analysis: the way of the future? *Qualitative Health Research*, v. 34, n. 7, p. 595-606, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1177/10497323231217392>.

JONES, Kyle M. L. Generative AI in qualitative research and related transparency problems: a novel heuristic for disclosing uses of AI. *International Journal of Qualitative Methods*, v. 24, p. 16094069251404329, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1177/16094069251404329>.

JOWSEY, Tanisha *et al.* We reject the use of generative artificial intelligence for reflexive qualitative research. *Qualitative Inquiry*, p. 10778004251401851, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1177/10778004251401851>.

KATZ, Andrew; FLEMING, Gabriella Coloyan; MAIN, Joyce B. Thematic analysis with open-source generative AI and machine learning: a new method for inductive qualitative codebook development. *Humanities and Social Sciences Communications*, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1057/s41599-026-06508-5>.

KUBLIKOWSKI, Ida. Reflections on analysis in qualitative research: the hermeneutic circle in Ricoeur. *Paidéia*, v. 33, p. e3319, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-4327e3319>.

MARANGON, Elisabete Garcia. *Diferenciação do self na jornada de transição de gênero de irmãs gêmeas transexuais: análise temática da série documental Gêmeas Trans: Uma Nova Vida*. 2025. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2025.

MORGAN, David L. Exploring the use of artificial intelligence for qualitative data analysis: the case of ChatGPT. *International Journal of Qualitative Methods*, v. 22, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/16094069231211248>.

NAEEM, Muhammad; SMITH, Tracy; THOMAS, Lorna. Thematic analysis and artificial intelligence: a step-by-step process for using ChatGPT in thematic analysis. *International Journal of Qualitative Methods*, v. 24, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1177/16094069251333886>.

NGUYEN, Duc Cuong; WELCH, Catherine. Generative artificial intelligence in qualitative data analysis: analyzing—or just chatting? *Organizational Research Methods*, v. 29, n. 1, p. 3-39, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1177/10944281251377154>.

RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica*. Tradução de M. F. Sá Correia. Lisboa: Rés, 1969.

RICOEUR, Paul. *Do texto à ação: ensaios de hermenêutica II*. Tradução de A. Cartaxo; M. J. Sarabando. Lisboa: Rés, 1986.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. 4. ed. Tradução de H. Japiassu. São Paulo: Francisco Alves, 1990.

SAKAGUCHI, Kota; SAKAMA, Reiko; WATARI, Takashi. Evaluating ChatGPT in qualitative thematic analysis with human researchers in the Japanese clinical context and its cultural interpretation challenges: comparative qualitative study. *Journal of Medical Internet Research*, v. 27, p. e71521, 2025. DOI: <https://doi.org/10.2196/71521>.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; SABBATINI, Marcelo; LIMONGI, Ricardo. Diretrizes para o uso ético e responsável da inteligência artificial generativa: um guia prático para pesquisadores. *Boletim Técnico do PPEC*, v. 10, p. e025003-e025003, 2024. Disponível em: <https://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/livro-diretrizes-ia.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2026.

SANTAELLA, Lucia. Por que é imprescindível um manual ético para a inteligência artificial generativa? *Revista Teccogs*, São Paulo, n. 28, 2023. DOI: <https://doi.org/10.23925/1984-3585.2023i28p7-24>.

TUROBOV, Aleksei; COYLE, Diane; HARDING, Verity. Using ChatGPT for thematic analysis. *arXiv preprint*, 2024. DOI: <https://doi.org/10.48550/arXiv.2405.08828>.

WARD, Emma *et al.* Using machine-assisted topic analysis to expedite thematic analysis of free-text data: exemplar investigation of factors influencing health behaviours and wellbeing during the COVID-19 pandemic. *British Journal of Health Psychology*, v. 30, n. 3, p. e70017, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1111/bjhp.70017>.

ENTRE FIOS DE MEMÓRIA E CAMINHOS NA FAMÍLIA EXTENSA: partilha de uma rota autoetnográfica colaborativa à deriva

Diana Léia Alencar da Silva

Elaine Pedreira Rabinovich

Este capítulo faz parte da tese da primeira autora, orientada pela segunda autora, intitulada “Um jirau, um pilão e a educação: ancestralidade nos legados intergeracionais de mulheres do Velho Chico”, defendida em 2025, junto ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica de Salvador.

Tem o intuito de apresentar a rota que de fato trilhei junto aos(as) meus/minhas parentes-guardiãs e as memórias associadas aos seus objetos. Ouso inscrever-me plenamente nessa trajetória não somente porque sou um(a) destes(as) guardiões(ãs), mas porque aprendi com bell hooks (2013) que teoria e pesquisados(as) não se separam da pessoa que pesquisa. Assim, ratifico minha identificação com o objeto em estudo, que é apreender mudanças, rupturas e permanências na gestão familiar ocasionadas pelos vínculos ancestrais entre as mulheres e pela educação. Certamente pelas razões anunciadas, não me limitei durante a pesquisa a observar e escutar passivamente, mas me inseri no *ethos* investigado de forma reflexiva e certamente me transformei a cada narrativa e palavra lida ou escrita. Dessa forma, do mesmo modo que percebo as minhas transformações e mobilidade relacionadas ao que pesquisei, há, certamente relação entre os resultados anunciados e a minha própria subjetividade.

Autoetnografia colaborativa à deriva, narrativas e objetos

Para o traçado metodológico da rota que possibilitou a imersão em meu contexto familiar na posição de pesquisadora, utilizei os princípios da Autoetnografia Colaborativa à Deriva, uma metodologia lapidada pelo grupo de pesquisa FABEP do qual faço parte e que experienciei em diferentes trajetórias investigativas.

Essa metodologia amplia, por meio da colaboração e por perspectivas de pesquisa à deriva, o “modelo triádico” da autoetnografia desenhado por Heewon Chang (2008), também evidenciado nas reflexões de Carolyn Ellis (2020) e nos conceitos alternativos, presentes nos estudos de Daniela G. C. B Versiani (2005). Tal tríade fundamentalmente baliza três orientações: a orientação metodológica, cuja base é etnográfica e analítica; a orientação cultural,

que tem como princípio a interpretação dos fatores vividos (a partir da memória), do aspecto relacional entre o pesquisador e os sujeitos (e objetos) da pesquisa e dos fenômenos sociais investigados; e a orientação de conteúdo, cuja base é a autobiografia, aliada a um caráter reflexivo (Elis, 2020; Chang, 2008; Santos, 2017; Versiani, 2005). Não sem razão, o seu próprio nome traduz o caminho que é trilhado nos estudos autoetnográficos: *auto* refere-se em si mesmo; *ethnos* alude a um povo ou grupo de pertencimento e *grapho* à escrita.

Certo é que, como estratégia metodológica, a “autoetnografia corresponde a uma história que pertence tanto à pessoa quanto ao mundo onde ela se movimenta, sendo tanto o processo quanto o que é produzido neste processo” (Rabinovich, 2025, p. 20). Na Autoetnografia Colaborativa à Deriva esse processo é ainda mais ampliado, pois ao possibilitar ao(à) pesquisador(a) se perceber, como pessoa, junto a um coletivo e ao mundo em um fluxo, que é, ao mesmo tempo, temporal e atemporal, abre espaço para uma experiência de tempos que ascende à transcendência na e da poética. Na fissura onde se edifica essa experiência, são ampliadas as possibilidades de intervenções criativas, quer no ato poético, quer no ato prático, concreto. Em ambas as vias, emerge um processo transformador para cada pessoa (Rabinovich, 2025).

Antes de detalhar o percurso anunciado e para elucidar melhor os motivos da escolha metodológica para a trajetória de pesquisa, cabe-me apontar que as sólidas portas de massaranduba, sucupira ou jatobá, comuns no interior do nordeste brasileiro até meados do século XX, ainda aprisionam histórias de mulheres nas casas de famílias, que reclamam serem contadas. Essas histórias, tais quais as árvores nobres que sobrevivem nos entalhamentos sem refinamento nas entradas das residências de mulheres rendeiras, doceiras, bordadeiras, quituteiras, rezadeiras, pescadoras ou pequenas agricultoras, também resistem e teimam em escapar pelas frestas do tempo para chegar às rodas de conversa, que ainda ocorrem nos alpendres e quintais das casas. Entendê-las, em uma perspectiva de pesquisa, demanda abertura às epistemes que não somente problematizam o caráter eurocêntrico e excludente das epistemologias hegemônicas, mas também valorizam a pluralidade de matrizes pautadas em referenciais teóricos, metodológicos e ético-políticos que questionam silenciamentos históricos, denunciam o racismo e abrem espaço para outras racionalidades, modos de saber e de existir. Este é o caso Epistemologia Feminista Negra (Colins, 2019) que, como um fio certamente tecido por mãos ancestrais, me ajudou a transformar o silêncio em palavra.

Cresci ouvindo histórias, semelhantes às aqui anunciadas, narradas por mulheres para outras mulheres, no interior do município do Velho Chico. Como suas ancestrais², elas compartilhavam, por vezes entre risos, as artimanhas criativas que estabeleciam com outras mulheres para sobreviverem, mas também denunciavam e acolhiam, entre lágrimas não contidas, as dores pelas violências testemunhadas ou sentidas em instâncias familiares e nos contextos sociais. Dessa forma, elas, nesses encontros, fortaleciam uma confraria³ (Evaristo, 2022) sem estatuto ou documento escrito, cujos pilares eram a amizade, a cumplicidade e a solidariedade.

As tramas narradas, de escrevivências (Evaristo 2020a, 2020b) ainda não escritas, não por poucas vezes eram e ainda são motivadas ou alimentadas pelo olhar para objetos biográficos (Bosi, 1994, 2003; Mauss, 2008; Morin, 1969; Rabinovich *et al*, 2019), como um bastidor de bordado, um tacho de cobre, um ferro aquecido a brasas, uma fotografia, ou mesmo um jirau ou um pilão. Esses objetos, herdados, apropriados ou reclamados, se caracterizam por um considerável valor subjetivo atribuído e relacionado à memória e à trajetória de vida da pessoa que se responsabiliza ou é responsabilizada por esses artefatos na família. Em outras palavras, essas pessoas não somente preservam um objeto de família, mas garantem a transmissão de histórias a ele associadas por meio de narrativas, muitas vezes sem a clara percepção desse legado e do compromisso que parece assumir com a continuidade da história familiar. Por assim se constituírem, elas são aqui consideradas não apenas guardiãs da memória (Caixeta, 2006), mas guardiãs da memória familiar⁴.

As narrativas, assim como os objetos a elas relacionados e preservados, são importantes “acervos geracionais” que podem, como tais, “conter todas as temporalidades: o passado, uma presentificação do passado e uma dimensão distópica de futuro” (Motta, 2022, p. 334), são aqui os fios condutores para apreender os processos relacionados às mudanças e permanências na gestão de famílias por mulheres.

No caminho metodológico evidenciado, aponto a premência de se considerar as narrativas, associadas aos objetos, como acervos socioculturais, cuja compreensão demanda em

² Nesses encontros são comuns as menções de vivências, ainda na infância, em reuniões idênticas. Embora elas relatassem que quando crianças apenas observassem os diálogos das avós, mães, avós, primas, elas posteriormente reproduziam encontros semelhantes, quando adultas. Daí porque considero essas reuniões como frutos de aprendizagens ancestrais.

³ Baseio-me na noção de confraria formulada por Conceição Evaristo (2022) no livro "Canção para ninar menino grande". Nessa obra ela associa e utiliza o termo confraria para traduzir e sintetizar a solidariedade e a união das mulheres em suas vivências e lutas, fortalecidas em encontros cuja tônica são os laços de cumplicidade, empatia e ajuda mútua.

⁴ Termo criado para traduzir a ideia de guardião da memória, no contexto familiar.

um exercício de “fabulação crítica”⁵, a exemplo do proposto pela escritora e professora Saidiya Hartman (2020, 2021, 2022). Essa abordagem, como em suas obras, reclama não apenas apreender os significados que emergem de narrativas e questionar as problemáticas sociais, culturais e políticas anunciadas e denunciadas, mas convoca o(a) leitor(a) a engajamentos mais reflexivos, a partir de uma compreensão mais ampla e crítica de realidades outrora silenciadas ou narradas apenas pelos privilegiados nos livros de história.

Por assim considerar, busquei compreender as narrativas no procedimento de análise “não como uma prática de hierarquização que nomeia, categoriza e constrói cânones e narrativas hegemônicas, mas a partir de uma perspectiva de desenvolver uma criticidade” em torno desses acervos (Motta, 2022, p. 333). O intuito desse movimento foi melhor entender as raízes que também são minhas, na erosão histórica ainda hoje alimentada, que insiste em ocultar as histórias reais de mulheres que desafiaram as adversidades e os ditames impostos socialmente para edificarem outros caminhos, principalmente para as suas descendentes.

Saliento que há hoje um considerável leque de estudos teóricos sobre as narrativas em diferentes campos do conhecimento, a exemplo da educação, da literatura, da psicologia, da sociologia e da teoria da comunicação, entre outros. Sem negar a importância dos diversos estudiosos que contribuíram significativamente para as teorias narrativas, destaco a importância dos estudos de Mikhail Bakhtin (1997) e de Paul Ricoeur (1991, 2004, 2006, 2011). Das ideias de Bakhtin (1997) me aproximei em minha trajetória como professora. Com ele refinei o olhar para o valor do diálogo e para a polifonia de vozes presentes nas narrativas dos(as) estudantes, em especial das mulheres da Educação de Jovens e Adultos. Pela perspectiva desse teórico, aprendi que o diálogo não se traduz tão somente em troca de palavras, mas em uma multiplicidade de vozes, que revelam incontáveis perspectivas em uma situação comunicativa. Essa coexistência de diferentes vozes e ideias com valores e significados próprios torna a narrativa complexa e dinâmica, principalmente porque reflete a diversidade humana em uma situação narrativa, traduzida por Bakhtin como polifonia, constatei também nas narrativas do meu parente-guardião e das minhas parentes-guardiãs (Bakhtin, 1997).

⁵ Essa abordagem, elaborada e utilizada por Saidiya Hartman (2020, 2021, 2022) em suas investigações sobre a experiência negra e a história da escravidão no contexto afro-americano, se caracteriza pela combinação da pesquisa histórica com a análise literária. Mediante a própria literatura e a teoria crítica, descortina a complexidade das identidades, memórias e resistências de pessoas negras na América, assim como a premência de cuidados éticos para evitar da reprodução de violências sobre os corpos das mulheres negras. Ao “exumar” em seus escritos esses corpos, como no texto “Vênus em dois atos” (Hartman, 2020) ela evidencia o desejo de restituir a elas a dignidade. Embora sem aplicá-la integralmente na pesquisa para esta tese, baseio-me em seus princípios ao refletir sobre as narrativas orais das minhas parentes-guardiãs e ao olhar para os contextos, também mediante registros em documentos, como a legislação da época e cartografias.

Durante o doutorado, fui apresentada aos estudos do filósofo Paul Ricoeur (1991, 2004, 2006, 2011), em um dos componentes do curso. Ao mergulhar em seu conceito de tempo e narrativa, aprendi que as histórias narradas moldam não somente a nossa percepção sobre o tempo, mas abrem caminhos para a construção de significados, a partir delas. Nessa perspectiva as narrativas nos ajudam a dar sentido à nossa experiência, mediante a estruturação do tempo vivido, geralmente fluído e inconstante, ao possibilitar um começo, meio e fim, durante a partilha de uma história (Ricoeur, 1991, 2011, 2006). Essa partilha, conforme ratifiquei ao recordar minhas vivências nas rodas para raspa de mandioca, inscreve a plateia como personagem ativa nas tramas compartilhadas, principalmente porque essas são comuns ao público presente. Dessa forma, a partilha não se resume a meras apropriações, mas em diferentes leituras, interpretações, incorporações e ressignificações realizadas pelas subjetividades presentes ao evento narrativo, necessárias às ações muitas vezes reclamada na própria narrativa (Ricoeur, 2011). Esse parece ser um dos fatores que contribui para a continuidade da tradição da partilha de narrativas sobre as ancestrais, com atualizações a cada geração, em rodas de conversa femininas no interior do território do Velho Chico, conforme verifiquei no percurso deste estudo.

Quanto às teorias relacionadas a objetos, necessárias ao olhar interpretativo sobre os artefatos preservados pelo guardião e pelas guardiãs aqui estudados, embora não tão múltiplas quanto os estudos sobre as narrativas, foi possível mapear algumas abordagens conceituais, cujas ênfases e lentes interpretativas próprias contribuíram para os desvendamentos pleiteados. Este foi o caso dos estudos de Violette Morin (1969) que, em uma publicação de 1969, intitulada *L'objet biographique*, distingue os objetos como biocêntricos ou biográficos e cosmocêntricos ou protocolares. Ela explica que a diferença entre ambos está na relação que os(as) proprietários(as) estabelecem com tais artefatos. Assim, enquanto os primeiros se relacionam à experiência vivida, passada ou presente, de seu(ua) possuidor(a), envelhece com o(a) guardião(ã) e lhe confere um lugar singular no tempo e no espaço, os segundos são transitórios e facilmente substituíveis. São dos primeiros que se aproximam os objetos em foco neste capítulo: fortemente relacionados à “simbiose viva” (Morin, 1969) não somente das mulheres que se responsabilizam e são responsabilizadas por sua guarda, mas do grupo familiar, são acessados pela família mediante principalmente as narrativas dos(as) seus(uas) guardiões(ãs), e talvez por esta razão não se esvaíam na ampulheta do tempo.

Se os objetos, como sugere o antropólogo e etnólogo **Thierry Bonnot** (2015), podem ter legitimamente vida, desde que sofram transformações técnicas, físicas, habituais ou

simbólicas, os artefatos aqui em estudo estão, de fato, vivos para a minha família extensa. Reafirmo que neste estudo família extensa é compreendida como o grupo familiar alargado que inclui não somente pais, filhos(as) e parentes próximos, como avós, tios(as) e primos(as) consanguíneos, mas pessoas vinculadas ao grupo pela longa convivência e por laços de afeto (Silva, 2020b).

Sem aqui pretender traçar a biografia de objetos, como propõe Igor Kopytoff (2008), percebo que os artefatos preservados pelas guardiãs da minha família parecem carregar consigo uma “alma”, um “espírito”, como evidenciado por Marcel Mauss (2008). É dessa forma que, embora sem existência autônoma, parecem compor “[...] uma complexa rede de relações sociais e cósmicas, nas quais desempenham funções mediadoras fundamentais entre natureza e cultura, deuses e seres humanos, mortos e vivos, passado e presente, cosmos e sociedade, corpo e alma [...]” (Gonçalves; Guimarães; Bitar, 2013, p. 8).

De igual modo, tal qual descrito por Ecléa Bosi (1994, 2003), alguns, especialmente aqueles relacionados ao cotidiano da pessoa que o guarda, passam a compor parte da história e a ser alvo de afeto do(a) seu(ua) guardião(ã). Por assim se constituírem, podem se transformar também em objetos biográficos (Bosi, 1994, 2003), para não somente envelhecer com quem o guarda, mas se incorporar a sua vida. Este é caso, por exemplo, da fotografia da casa da roça, preservada por uma das guardiãs que participou deste estudo.

Um aspecto merece ser destacado aqui em relação à teoria de objetos biográficos. De um modo geral, os estudos que acessei (Bosi, 1994, 2003; Morin, 1969), em conformidade com os sentidos que o termo “biográfico” parece traduzir, partem da ideia de que determinados objetos, embora possam circular e assumir, nesse movimento, outros valores e significados, à medida em que mudam de mãos carregam em si a história de vida de uma pessoa.

No caminho aqui evidenciado, embora reconheça que a biografia de uma pessoa se vincule às histórias e contextos sociais, podendo, nesse sentido, abranger um coletivo de pessoas que com ela se relaciona, afirmo que o termo “objeto biográfico” não traduz, plenamente, os sentidos emaranhados aos objetos preservados pelo guardião e pelas guardiãs que participaram do estudo aqui apresentado. Isso porque, como um rio que corre há séculos, tais objetos carregam em si e permitem a recuperação não somente da memória de uma única vida, mas do grupo familiar. Como tais, suas marcas e desgastes, depositados ao longo do tempo, ou mesmo a recordação da sua existência, permitem a recuperação, via narrativas, de histórias familiares que os cercaram e dos silêncios que os acompanharam. Por assim se constituírem, tais objetos não são apenas biográficos, pois não se associam a uma só pessoa,

mas às famílias, em uma história maior que, recuperada, pulsa em cada geração. Dessa forma, assim como o rio não pertence a uma única nascente, esses objetos, que não apresentam necessariamente um valor venal ou existência física em alguns casos, também não pertencem a um só passado — eles são a confluência, onde memórias se entrelaçam para ajudar a explicar, como partes do grupo chamado família, de onde viemos e alimentar o que somos.

Embora não sejam utensílios funcionais, certo é que, como as bilheiras⁶ investigadas por Rabinovich (1997), os objetos aqui em estudo são também artefatos sócio-culturais-familiares, que se relacionam a diferentes dimensões da vida familiar e do entorno. Como tais, podem desvelar aspectos não somente das moradias e do lugar onde as famílias se inserem, mas de histórias, práticas, relações e vínculos que se moldam em grupos familiares. É assim que esses objetos implicam e têm reflexos nas subjetividades que compõem o meu grupo familiar extenso, em uma temporalidade que transversaliza gerações, em uma perspectiva que a ancestralidade bem explica. Dessa forma, à luz do que apresento neste capítulo, ousar afirmar que um objeto de família, quando preservado por um(a) guardião(ã), transcende sua materialidade, funcionalidade ou valor venal e se torna também objeto ancestral de família. Nele repousa a ponte com os antepassados, o sopro das histórias familiares que o atravessam, transmitidas pelo(a) guardião(ã) que o preserva.

É certo, assim, que as recordações que se entrelaçam aos objetos familiares, transmitidas e atualizadas oralmente de uma geração para outra, pulsam e urgem à escrita, em contextos nos quais, conforme destaca David Lowenthal (1998, p. 77), “cada lembrança sustenta o nosso sentido de identidade”. É dessa forma, em contextos, nos quais o lembrar e o compartilhar parecem confirmar o que somos, que as narrativas, interpenetradas nos lugares privados que cada família habita, parecem se transformar em referenciais importantes de acesso a memórias individuais e coletivas, que tanto desvelam permanências quanto transgressões positivas na vida e nas relações construídas nessa instância, com reflexos nos grupos e espaços maiores nos quais se insere este nosso primeiro grupo de convívio social.

Considerar as narrativas e os objetos na perspectiva aqui em pauta requer um exercício de interiorização e exteriorização, semelhante ao apontado por Jorge Larossa (1994), para vislumbrar as imagens que permitem à pessoa ver a si mesma ao se revelar para outro na narrativa. Requer também não perder de vista que a memória do(a) narrador(a) se situa nas fronteiras das lembranças individuais e coletivas e está sujeita a flutuações e alterações a cada

⁶ Trata-se de um móvel de madeira, semelhante a uma estante, com prateleiras, sobre as quais são colocadas grandes talhas ou vasos de barro com água para uso doméstico.

tempo e espaço (Halbwachs, 2006). Ainda assim, as recordações evocadas nas narrativas, como aqui pretendido, permitem vislumbrar relações humanas de outrora e o vivido em instâncias sociais que, não por poucas vezes, explicam, justificam, consolidam e abrem espaços para reconfigurações não somente de uma pessoa, mas de um grupo social e, por consequência, da própria humanidade (Evaristo, 2020a, 2020b). Em uma sociedade como a brasileira, fortalecida por décadas de opressões e de privilégios a poucos em detrimento ao direito de muitos e de silenciamentos às diferenças sob a ideologia da igualdade, a memória é, conforme bem aponta Marilena de Souza Chauí (1992), um valor, e, sobretudo, um direito, ainda a ser conquistado nestas terras.

Fato é que, no decorrer da pesquisa, acessei memórias, que se revelaram, sobretudo, coletivas (Halbwachs, 2006), por meio de lembranças, conhecimentos e experiências compartilhados pelos(as) narradores(as). Tais recordações, que incluíram também a descrição etnográfica de lugares e espaços em temporalidades múltiplas, desvelaram o modo de ser e de conviver de coletividades e ratificaram que, de fato, conforme lembra Luiz Antônio Simas (2018), as raízes civilizatórias brasileiras estão imbricadas à multiplicidade de manifestações presentes em cotidianos de várias partes do Brasil. Em outras palavras, entre tensões e contradições na formação cultural brasileira, que teima em colocar à margem saberes da tradição oral, por exemplo, as manifestações populares, como festas religiosas, crenças de origem indígena e afro-brasileira, e figuras como benzedadeiras, rezadeiras, sambistas e capoeiristas resistem para contar outras histórias do nosso país (Simas, 2018). Este é também o caso das mulheres que ainda hoje se reúnem para a raspa de mandioca em casas de farinha, das lavadeiras que se irmanam na cumplicidade com o rio e das guardiãs da memória do Velho Chico que participaram deste estudo.

É válido destacar também que a trajetória de pesquisa trilhada para o estudo apresentado não desconsiderou ou menosprezou as estruturas, assim como os propulsores sociais, históricos, econômicos e culturais que são objetos de estudos específicos de diferentes áreas do conhecimento. Reclamou, sim, o olhar para percursos de pessoas e de grupos sociais ainda anônimos, em temporalidades e espaços múltiplos, com vistas a desvendar as tramas e engrenagens sociais que ainda definem, consentem e legitimam o discurso absoluto de poucos, em detrimento ao respeito à singularidade de muitos. Esse é, seguramente, um caminho para desvendarmos os percursos que ainda se fazem necessários às reconfigurações e posicionamentos para que a humanidade, e em especial as mulheres, vivenciem uma realidade menos predatória, no presente e no futuro.

A perspectiva em pauta, em se tratando das famílias e mais especificamente das mulheres que se encarregam ou são encarregadas dessa primeira instância social, implica que as tramas das pesadas portas que reforçavam a segurança das famílias no passado sejam retiradas por nós, mulheres, que estamos encarregadas ou nos encarregamos das famílias, também no âmbito das pesquisas, para possibilitar um olhar para os aprendizados, assim como para as mazelas, que atrás das portas ainda se desenham. Esse movimento, conforme pode ser verificado na sequência, requer muito além do consentimento livre e esclarecido dos participantes, mas a identificação e respeito à forma de ser e de conviver de cada um(a), também no grupo pesquisado.

Aposto que a liberdade para desvendar saberes que descortinam realidades vividas também sob a perspectiva de quem fez, faz e sofre os reflexos de seus contextos sociais nos foi legada por ancestrais, como as minhas avós. Dos postigos em janelas das suas portas, que elas conservavam estrategicamente abertos para olhar a vida que se desenvolvia para além dos espaços privados de suas moradias enquanto coziavam ou cozinham, elas nos conclamam a conhecê-las para nos conhecermos, sem a pretensão de possuí-las. Este é, certamente, um movimento autoformativo e, muitas vezes, de autorrecuperação (hooks, 2019b, 2023) que nos permite desvendar os seus percursos para que possamos nos (re)posicionar em nossa própria trajetória, quando revisarmos o nosso legado para as gerações que nos sucedem.

Preâmbulo do percurso em campo: aquiescência das matriarcas

Acessar as famílias como pesquisador(a) é uma ação difícil, mesmo para aqueles(as) que fazem parte do grupo familiar pesquisado, como foi o meu caso. Isso porque aos parâmetros que definem a ética e a rigorosidade da pesquisa, indispensáveis ao acesso às narrativas de vida no contexto social em que estão e estamos situados(as), se somam o reconhecimento à sabedoria da ancianidade e o respeito às relações hierárquicas que direcionam cada grupo familiar.

Para nordestinas do interior da Bahia da minha geração, descendente também dos povos originários e dos povos africanos, a deferência e o respeito aos mais velhos, característicos de nossas raízes ancestrais, são comuns. O ato de pedir a bênção ou de escutar um conselho de um parente mais velho, ligado ou não a nós pela consanguinidade, por exemplo, faz parte da nossa cultura. Esses valores e aprendizados, que se relacionam à importância dos mais velhos na rememoração e partilha de saberes, certamente, explicam as escolhas e posicionamentos de

muitas de nós, também na vida acadêmica. Não sem razão, nos conduzem à busca do conhecimento não somente na literatura, mas também pelo contato direto com pessoas que compartilham memórias do vivido e do apreendido com outras gerações, para escutar, dialogar, entender, comparar e, por consequência, aprender para transformar.

Neste movimento o convite para olhar a rugosidade dos troncos daqueles(las) que identificamos como os(as) nossos(as), longe ir em busca de desgastes provocados pelo tempo, nos convoca a reverenciar e aprender com as testemunhas vivas do pretérito. É assim que Eduardo Oliveira (2005, p. 90), certamente inspirado pela ancestralidade, nos ensina:

A pele do tronco é, na verdade, sua alma. Toda a antiguidade de um tronco está nos caminhos (in)visíveis de seu corpo. Ao pousar a mão levemente sobre sua superfície e escorregá-la como quem faz um carinho poder-se-á sentir toda a irregularidade de um tronco. Eles jamais são lineares. São resultados de muitas dobras. Pequenas dobras de celulose que se avolumam sobre outras camadas de celulose. Uma dobra de um tronco é um universo escondido que esconde outros universos. Não há padrão! Elas – as dobras – seguem caminhos próprios e desenharam a própria face da diversidade. A rugosidade dos troncos é um encontro de dobras. São dobras do tempo no corpo de um vegetal. Ou, melhor ainda, é o corpo do vegetal tecendo o tempo do tempo. Em cada microcavidade está a paciência de um ponto do tempo, como fazem idosas senhoras ao delinearem seus pontos de tricô, crochê ou rendas. Cada nódulo de tronco é o resultado de um nódulo de tempo. Um a um são pacientemente tecidos na superfície majestosa dos troncos. No conjunto formam um mosaico de nódulos e trilhas microscópicas que dão a exata medida da tessitura do tempo. Tempo profundo, denso, rugoso (Oliveira, 2005, p. 90).

Adentrar a própria família na condição de pesquisadora, no contexto aqui anunciado, implica reconhecer o muito a desvendar na rugosidade nossos mais velhos(as), conforme nos convida Oliveira (2005). Da mesma forma, demanda também o reconhecimento de que transitamos em um grupo bem próximo a nós em uma posição diferente daquela que até então ocupávamos. É um lugar de trânsitos, por vezes, relacionais, difíceis, mas que nos respalda a (re)pensar a nossa subjetividade, a nossa intersubjetividade e as nossas diferentes trajetórias a partir também do (re)construído na pesquisa. Ao mesmo tempo, reclama a nossa responsabilidade para decidir o destino que daremos às nossas apropriações da pesquisa. Neste trabalho, com o apoio da minha orientadora, de dentro e de fora ao mesmo tempo, de um grupo familiar, decidi não escolher sozinha.

A condição inicial foi compartilhar com cada parente e interlocutor(a) da pesquisa os escritos que emergissem do que ele ou ela narrou. Coerente com a etnografia recíproca proposta por Luke Eric Lassiter (2005), que requer não somente a análise do que foi produzido com

os(as) interlocutores(as), mas também na sua participação na escrita final, é esta uma posição que implica negociações éticas e responsabilidades, assim como clareza e sentido da proposta para todos que participaram da pesquisa. Assim sendo, a minha responsabilidade outorgada pela pesquisa e pelas mais velhas da família se estendeu para além de registros pautados na autoria singular, de modo a abranger o(as) parente(s) interlocutor(as) no que fosse elaborado. Como assim não decidir, se imaginava preliminarmente, como um dos pressupostos, que teria acesso a segredos e a não ditos da família? Assim como Bosi (2003) em sua pesquisa sobre a memória e a vida de imigrantes e operários da cidade de São Paulo, elaborada a partir de depoimentos de pessoas idosas, optei por não expor a inteireza do que me foi revelado nas confidências, se assim decidissem o(as) parente(s) interlocutor(as).

Como o campo e a temática me possibilitaram escolher minha própria família como objeto de estudo, assumi também a condição de não desmerecer a importância respeitosa que as diferentes gerações da minha família extensa atribuem aos(às) parentes mais velhos(as), entre os quais se destacam as mulheres, em todas as etapas da pesquisa. São elas também que assumem, via de regra, a posição de narradoras-protagonistas nas rodas de conversa. Essas rodas ainda ocorrem hoje, notadamente com mais frequência no mês de junho, período em que os membros da família que residem hoje em diferentes partes do Brasil retornam às casas nas quais viveram minhas avós.

Um primeiro passo lógico emergiu, após as decisões iniciais: cumprir um preâmbulo à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que consistiu na visita a cada uma das guardiãs mais velhas - minhas tias - para pedir a aquiescência para a pesquisa. Assim fiz porque em minha família a autorização das mais velhas é o movimento natural, ainda hoje respeitado e realizado pela maior parte dos(as) meus(minhas) parentes, em questões relacionadas a decisões familiares.

Realizei viagens a distâncias consideráveis para apresentar a cada guardiã a proposta da pesquisa e o pedido de autorização. Fui, por exemplo, não somente a Barra, mas a Brasília para encontrar as mais velhas. Nada foi assinado, então. A força da tradição, neste sentido, como bem destaca Amadou Hampaté Bâ (2010), está na palavra falada. É assim em minha família: o contrato verbal antecede o escrito. Conversamos, acordamos e depois escrevemos. A partilha no grupo, inclusive de heranças, ocorre dessa forma: localizamos o que foi herdado, decidimos o que cabe a cada um e somente depois oficializamos o registro. Assim foi feito, por exemplo, quando os herdeiros decidiram o destino de um terreno que pertenceu a um dos meus avós. Coube a cada um uma parte, decidida por sorteio, assim como o destino futuro que cada

herdeiro poderia dar ao que recebeu: cada parte recebida somente poderia ser vendida ou doada para outros da família. Ainda que sem um registro público ou mesmo um inventário, que poderia contribuir para oficializar tal decisão, nada do que foi acordado oralmente foi contestado, mesmo já tendo decorrido mais de uma década desse contrato oral.

Percorri uma trilha de encontros, nos primeiros contatos com as candidatas a interlocutoras desta pesquisa, no preâmbulo em busca de aquiescência. Era junho de 2022. Vivíamos nesse ano o fim de um período de distanciamento social, ocasionado pela COVID-19, a doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que restringiu os contatos presenciais nos dois anos anteriores, inclusive no mês de junho. É nesta época que grande parte da minha família, levada por fluxos migratórios para diferentes partes do Brasil, retorna ao município, como muitas da região, tendo por justificativa as festas juninas. Entre aqueles que migram, principalmente para o centro-oeste e sudeste brasileiro em busca de melhores condições de vida, estão também as guardiãs. É nessa época que elas também retornam a casa na qual viveram na infância. Não sem razão, havia escolhido esse mês para direcionar as narrativas. Essa etapa da pesquisa estava prevista para junho de 2024.

Foi, portanto, no mês destinado aos santos juninos, após o período de distanciamento social, que, com sentimentos nunca experimentados, retornamos ao encontro e festejos e iniciei os primeiros contatos com as minhas tias-guardiãs da memória, que chamo aqui de guardiãs-interlocutoras.

Registro que não havia estabelecido no projeto a ordem de consulta às guardiãs. Sabia apenas, em virtude da morte das minhas avós, que a autorização inicial seria solicitada às minhas tias. Em minha família extensa, elas são matriarcas, pois embora distantes de uma ginecocracia, são matrizes e criadoras de sentidos que sucessivamente geram outras mães, na intimidade do grupo familiar. Nesse caminho são mães, não restritas ao sentido biológico da palavra, que traduzem a ação de criar, de fazer nascer não somente os filhos e filhas, mas as condições que sustentam a continuidade da família em um tempo mais longo. É desta forma, sem os privilégios que advêm das posições de poder nas instâncias sociais públicas, ainda garantidas ao masculino, que elas implicam a continuidade da família, em um tempo mais longo. Este é principalmente o caso de uma das minhas tias mais novas, a primeira a quem solicitei a anuência para a pesquisa: respeitada e sempre consultada pelas irmãs mais velhas, ela hoje reside na casa “da cidade” na qual a família morava, no decorrer dos anos letivos. Foi para esta casa que ela retornou, após a morte da mãe, para cuidar do pai adoecido. É lá hoje, entre os móveis de madeira escura e as poucas louças de vó, preservadas em uma cristaleira que

conheço desde a minha infância, que ela acolhe a família durante todo o ano, como vó fazia e de onde parte para cuidar das irmãs adoecidas. Ao escrever, percebo que a minha escolha por ela não foi, como pensei a princípio, aleatória.

Registro que tinha como pressuposto que o pedido de autorização não seria fácil, já que tudo o que se refere à minha família e principalmente aos meus avós é defendido com veemência por minhas tias. Por essa razão, me preparei para a primeira interlocução, atenta à responsabilidade ética advinda da pesquisa em um ambiente tão íntimo. Mais ainda: semelhante ao cuidado respeitoso que tenho antes da mediação em uma aula, estudei e preparei a argumentação que julgava necessária ao pedido. Não previ, todavia, o retorno que obtive nesses primeiros encontros.

O primeiro encontro de busca à aquiescência ocorreu na casa da minha avó materna, sem agendamento. Aproveitei apenas um momento que estava sozinha com a tia escolhida e falei de vó, do jirau, das minhas interrogações e dos meus pressupostos e pedi a autorização. Portava na ocasião um caderno, transformado em diário de campo, pois entendia que este instrumento, nesses primeiros contatos, traria elementos significantes para a minha pesquisa. Assim fiz porque pretendi nele registrar minhas impressões, meus medos e desencantos, enfim, as minhas percepções subjetivas, reveladoras também da minha própria atuação como pesquisadora. São esses sentimentos e impressões, certamente, não meros adereços da pesquisa, mas elementos constitutivos da investigação, conforme destaca Florence Weber (2009).

Enquanto eu falava, ela apenas me olhava e escutava, sem nada revelar no corpo e no olhar. Quando eu concluí, ela disse: “Mãe era assim: uma chefe sem ser”. Compreendi que diversos sentidos e histórias estavam implícitos nesta declaração, mas nada mais perguntei. Apesar disso, ela, nativa da pesquisa (Weber, 2009), deu continuidade à narrativa, intercalada por breves pausas, sempre acompanhadas pelo olhar para os objetos da casa.

Enquanto narrava sobre a chefia da família que a originou e sobre o grupo familiar que constituiu, ela, ali na casa onde viveu durante grande parte da infância e adolescência e rodeada por objetos conhecidos, parecia não somente lembrar, mas reviver. À medida que a escutava e observava, corroborei que “vale mais a pena escutar os nativos do que interrogá-los, não somente para ouvir suas próprias classificações, mas também para evitar receber as respostas que não seriam senão espelho das questões e das expectativas do pesquisador” (Weber, 2009, p.29). Nesse caminho, confirmei o ouvir, o estar e o sentir como componentes da minha pesquisa.

Outros encontros se seguiram com as demais tias, sem que eu as procurasse. A notícia sobre a pesquisa havia se propagado e passei a ser interrogada, sem hostilidade ou desconfiança, sobre o meu objeto de estudo. A cada encontro, no qual pedia a autorização e era acolhida, objetos guardados eram revelados, sem que eu perguntasse por eles, em fluxos narrativos impossíveis de serem contidos: com uma, a caixa de madeira que pertenceu a minha avó, contendo cartas, fotografias e pequenos objetos acrescentados pela guardiã, como foi o caso de uma camisa do meu pai; com outra, a certidão de casamento dos avós; com outra, uma panela de ferro e um caderno de rascunho, feito por minha avó com papel de embrulho para que as filhas fizessem a primeira versão do dever de casa e ela corrigisse, antes do registro no caderno da escola; com outra, uma foto da casa da roça, que não mais existe, tendo minha avó e um filho do coração à porta; com outra, a máquina de costura; com outra, uma receita do picuá aprendida pela mãe com nossa avó e transmitida à filha.

Em cada aproximação, à medida que escutava as narrativas, não deixei de ser parente e me permiti sentimentos não verbalizados, que iam da identificação à indignação. Apesar dessa aproximação em uma intimidade conhecida, eu me percebia também em um lugar diferente até ali desfrutado: estava agora no grupo também como pesquisadora.

Enquanto eu solicitava as autorizações às matriarcas, as rodas de conversa nas casas das minhas avós materna e paterna foram ampliadas pelas novidades que emergiram dos anos anteriores. Sem reuniões no período da pandemia, as narrativas sobre as mudanças sofridas pelo grupo se multiplicavam: sequelas decorrentes da COVID-19, amigos perdidos para a pandemia, desemprego, rompimentos, mas também vários relatos de superação e de solidariedade, principalmente entre as mulheres, durante o período de distanciamento social. A prosa, represada pelo distanciamento, irrompia. Todas tinham algo a relatar. Falavam, por vezes, todas ao mesmo tempo, em diálogos que aparentavam monólogos para os de fora. Naquele momento peculiar de retorno aos encontros presenciais, fui aos poucos percebendo a mudança em minha qualificação dentro do grupo familiar extenso. Ao expor a minha condição em campo, percebi que não fui afastada dos lugares de neta, de sobrinha e de prima que constituem também a minha identidade, mas qualificada pela família extensa também como pesquisadora.

Ainda em junho de 2022, observei a organização da família extensa para dois encontros no mesmo mês de 2023. Até então, esses encontros dos descendentes maternos e paternos ocorriam anualmente, de forma assistemática. Diante da adesão da maioria, dois grupos de *Whatsapp* foram criados para a organização. Foi assim que vi avançarem os preparativos, que incluíram definição do local e de camisas, entre outros. Ao final das festas juninas, experimentei

um sentimento estranho a um período de férias, caracterizado por cansaço e por satisfação. Inseria-me na pesquisa e era alvo das suas consequências.

Registro que, a despeito do consentimento da maioria das tias-matriarcas, duas até então não haviam sido por mim consultadas porque não foram à cidade no mês em pauta. Como residiam em Brasília, decidi ir até lá, o que fiz no mês de janeiro de 2024. Temia um encontro porque uma delas se destaca particularmente na defesa das recordações dos meus avós, inclusive na divulgação de imagens deles. Na casa dela, entre os sons alegres de crianças da família que na ocasião se encontravam, ela acolheu plenamente a proposta da pesquisa, ao me escutar. Após me autorizar a prosseguir, ela saiu da sala e retornou com várias fotografias da minha avó. Em uma delas, minha avó estava à porta da casa da roça, junto a uma das várias crianças que cuidadas por ela. Além das filhas e netas consanguíneas, como era comum em muitas famílias extensas do Velho Chico, ela acolheu e assumiu a responsabilidade por várias crianças, todas transformadas em nossas parentes de coração. Na sequência, minha tia falou da sua relação com minha avó, de como se recusou a ir para a escola, para ficar mais tempo com ela; falou das estratégias da minha avó para alfabetizá-la e da rede de cuidados entre as irmãs. Enquanto ela falava, eu senti um cheiro conhecido de uma receita que minha avó fazia: minha prima, filha da tia que narrava, preparava picuás. Ali estava mais uma guardiã.

Nos passos seguintes, que se seguiram à assinatura do TCLE, estabeleci a proximidade necessária para a escuta das narrativas, o que fiz, principalmente no ano de 2024, nas casas onde viveram minhas avós. Esse foi o movimento que tornou possível, entre idas e poucas vindas, percorrer a trilha de pesquisa, na sequência evidenciada.

A trilha da pesquisa: identificações e sentidos emergentes

No total, quinze parentes-guardiãs e um guardião colaboraram diretamente para o estudo. Desses, após a gravação em áudio e a transcrição das falas, selecionei seis narrativas, para apresentação e análise. É válido aqui um destaque: não descartei nenhuma narrativa. Cada palavra que as minhas parentes-guardiãs compartilharam estão entrelaçadas, de modo implícito e sutil, ao que escrevi nesta tese. É assim que, embora pouco visíveis aos olhos, todas as mulheres que colaboraram com este estudo fluem junto ao curso do meu próprio rio.

Assim dito, registro que para a seleção que deu origem aos textos, considerei dois aspectos: o primeiro se referiu à (des)construção de sentidos evidenciados pelo(a) próprio(a) narrador(a), relacionados ao objeto por ele(a) preservado; no segundo, considerei a clareza da

narrativa como prática social constitutiva da realidade, necessária à compreensão do narrado sobre a vida social e familiar e, em especial, sobre a gestão do grupo familiar por mulheres. Por essa razão, a leitura das transcrições que antecedeu à seleção das seis narrativas, a exemplo do apontado por Elliot Mishler (1986) e Pedro Garcez (2002), foi considerada no estudo como uma etapa interpretativa introdutória, balizada pelos dois aspectos anteriormente mencionados.

Não é demais ressaltar, como destaca Fernando González Rey (2003), que um sentido pode se referir a uma necessidade, muitas vezes não atendida, capaz de mobilizar e impulsionar uma pessoa à atividade ou à inatividade. É, nesse caminho, relacionado a uma subjetividade. Por assim considerar, a apreensão dos sentidos, que possibilitou a formação dos núcleos nesta pesquisa, não tem a pretensão de elaborar uma resposta ímpar, absoluta e completa, mas sim de partilhar sentidos e percepções de pessoas, que embora algumas vezes contraditórios e parciais, podem apresentar, nas palavras de Aguiar e Ozella (2006), desvelamentos sobre as formas de ser e de processos sociais vividos. Esse cenário, como reflete Lev Semenovitch Vigotski (2001), demanda em olhar cada pessoa como ser social, ao mesmo tempo singular e síntese de múltiplas determinações.

Para definição e análise dos núcleos de sentido, estruturei e segui algumas etapas, fundamentadas nos pressupostos de análise da Autoetnografia Colaborativa à Deriva, consolidada pelo grupo de Pesquisa FABEP (Almeida; Silva; Rabinovich, 2024; Rabinovich; Bastos, 2012; Rabinovich *et al*, 2013; *et al*, 2019; Rabinovich; Silva, 2025). Essas etapas, embora não sejam rigidamente seguidas em cada pesquisa, guardam pressupostos que direcionam a análise nas diferentes investigações do grupo. Considerei ainda na estruturação dessas etapas, em especial no momento da análise, fundamentada pelo estudo de Bakhtin (1997), que uma narrativa e, por consequência, também um núcleo de sentido, presentifica diferentes vozes e perspectivas que podem, como sugere Ricoeur (2011), dar acesso ao sentido atribuído pelo(a) narrador(a) à sua própria existência no tempo.

As etapas que possibilitaram a definição e a análise dos núcleos de sentido foram as seguintes: submissão de todas as transcrições a uma leitura geral; levantamento e registro após uma segunda leitura, em um quadro de análise, dos conteúdos temáticos que emergiram de cada narrativa; definição dos núcleos de sentidos, a partir das ideias centrais e de elementos-chave em torno dos quais cada narrativa se estruturou; análise dos núcleos; e, por fim, apresentação das narrativas e dos objetos, com a respectiva análise, em textos, com foco nos elementos principais, que incluíram, entre outros, personagens, valores e conceitos centrais.

É importante dizer que a trajetória até os achados da pesquisa não foi linear, mas desenrolada a partir de um emaranhado de linhas que, embora previamente traçadas, demandou escolhas e redefinições durante o próprio percurso da pesquisa. Assim, algumas rotas inicialmente pensadas foram abandonadas e outras, revistas. Como bem reflete o poeta espanhol Antônio Machado⁷, o caminho, em verdade, se fez plenamente na caminhada. Foi assim com os objetos e as narrativas, que chegavam também por caminhos inicialmente não previstos.

Entre as contribuições imprevistas cito, como exemplo, dois traçados simples, feitos à mão por duas sobrinhas de minha avó paterna que moram em outro Estado. No pequeno mapa, elas registraram nomes e sobrenomes dos descendentes de uma irmã da minha avó e de outra, irmã do meu avô, que fugiram juntas para o Estado de Minas Gerais. Junto com estes mapas, feitos em uma folha de caderno, estavam duas antigas fotografias das irmãs dos meus avós paternos e várias fotos dos descendentes delas, em diferentes gerações. Em ambos, os sobrenomes evidenciaram o predomínio da constituição de grupos mononucleares, tendo a origem vinculada a uma mulher. Nesse achado da pesquisa tive acesso não somente a informações sobre a genealogia e a dispersão da família, mas a ligações biológicas e de afinidade entre os meus parentes de gerações diversas. As duas mulheres que deram origem aos grupos retratados nos mapas, por exemplo, não eram parentes consanguíneas, mas foram, de acordo com o relato da prima que me entregou os mapas e as fotos, próximas até a morte. Essa afinidade, que parece ter se fortalecido durante a fuga delas em um vapor pelo Rio São Francisco, une, ainda hoje, as duas famílias que elas constituíram.

Outra rota importante na pesquisa está relacionada à colaboração dos homens. Eu não havia previsto a escuta dos homens da família, pois, além de ter como pressuposto que eles pouco podiam colaborar com o objeto, tinha por intento fazer da pesquisa um espaço de enunciação de mulheres. Foram eles que me procuraram, em um encontro não programado. Nesse encontro, longe das mulheres, eles falaram. Curiosamente sentados em círculo como as mulheres do grupo faziam, eles recordaram a construção da casa que os abrigou, na qual tiveram participação ativa, na cidade onde viveram. Lembraram dos tijolos que meu avô transportava pelo rio e que eles carregaram pela rampa do cais, próximo à construção. Falaram de minha avó paterna na lida diária da pensão que ela mantinha para atender aos brejeiros e mascates que buscavam a cidade. Descreveram o esforço que ela fez para que eles estudassem, da luta dela para garantir os recursos necessários para encaminhá-los a Brasília e do valor mensal, em

⁷ Refiro-me aqui à afirmação "Caminhante, o caminho se faz ao caminhar", atribuída ao poeta espanhol Antônio Machado.

dinheiro, que ela enviava para a subsistência deles, enquanto ainda não trabalhavam. Além disso, a remessa de produtos da terra, como doces, farinha, feijão e tapioca, sempre que era possível, por viajantes que se deslocavam de Barra a Brasília.

Vários objetos emergiram também nas narrativas durante o encontro não programado com os meus tios. Em cada descrição, era apresentado um conjunto significativo de costumes, hábitos e comportamentos, comuns à época da sua infância e da adolescência, não somente na família, mas também em outras instituições locais. Do enorme pote de barro no qual minha avó armazenava água, emergiu a desassistência no saneamento básico do município, caracterizada por constantes interrupções do fornecimento de água tratada, a despeito de a cidade ser ladeada por dois rios perenes; do tacho de cobre, no qual minha avó fazia os doces de murici e saeta que servia na pensão, foi apontada a função de provedora ocupada pela mulher na subsistência da família; do facão do meu avô guardado a cada noite debaixo do seu travesseiro, foi denunciado o medo da minha avó, que a ele se submetia. Ratificou-se mais uma vez para mim, naquele momento, o valor das estratégias de investigação qualitativas, que partem de narrativas. Delas, sem dúvida, emergem quadros únicos, ora com bordas e ora sem, relacionados à leitura de mundo, sentimentos, percepções e interações com o contexto social em que estão situados cada narrador(a), fundamentais à compreensão das pessoas, das instituições e instâncias sociais que moldam valores, ideais ou crenças de uma determinada coletividade.

Registro que as contribuições indiretas para este trabalho, a exemplo de documentos, fotografias e outros registros que não imaginei ter acesso, abrangem um grupo expressivamente maior, que será certamente revisitado, em escritas futuras. Pela limitação de tempo e pelos objetivos, não pude mergulhar na totalidade dessas contribuições. Posso seguramente afirmar, todavia, que não encontrei resistência em nenhum(a) membro da minha família extensa para realizar a pesquisa. Este é um dos principais motivos para considerá-los(as) não somente como herdeiros(as) de um legado preservado pelos(as) guardiões(ãs) da memória, que serão aqui apresentados(as), mas como autores(as) de escritos que bordam a história da nossa família e todo um coletivo ancestral que sobreviveu, até então, nas narrativas e objetos de mulheres do Chico. Antes, todavia, de adentrar o corredor da memória para lembrar como nossas ancestrais desenharam e alicerçaram o caminho para cada uma de nós ser senhora do nosso orí⁸, cabe-me apresentá-las.

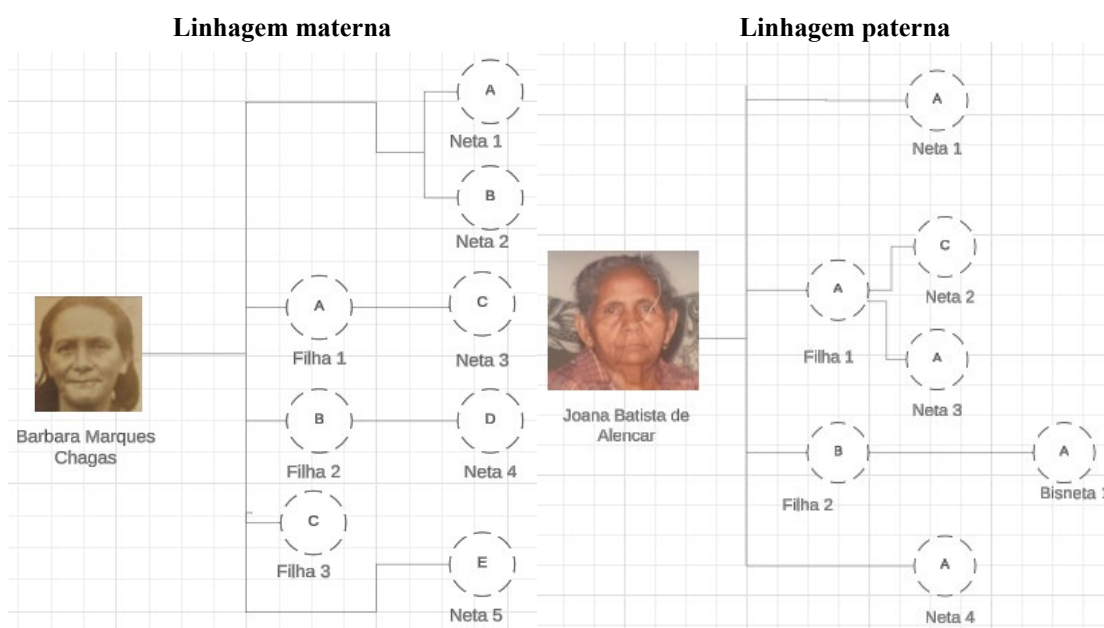
⁸ A palavra orí, originária do vocabulário da língua iorubá, descreve a consciência que se constitui como uma integração de pensamentos e emoções. Orí é considerado uma divindade por sua capacidade de criar pensamentos, de raciocínio e proporcionar entendimento (Nogueira, 2024).

Guardião e guardiãs da memória familiar: os(as) autoetnografados(as) narradores(as)

Conforme já anunciado, sou uma das narradoras, guardiãs da memória, que possibilitaram esta pesquisa. Assim me inscrevo porque embora a minha narrativa não componha o rol de textos que serão apresentados, minhas recordações transversalizam as análises e reflexões que aqui compartilho. Tal possibilidade, aberta pelo uso da Autoetnografia Colaborativa à Deriva, é fortalecida pelo fato de que, como outras mulheres da minha família, além de guardar herdades, como o pilão da minha avó paterna, aceito e sou posicionada como narradora de histórias relacionadas, acompanhadas e transformadas por esses objetos (Caixeta, 2006). É assim, de fato, que cada objeto se entrelaça a histórias de diferentes dimensões do cotidiano vivido, muitas vezes secretas, que atravessam parte das vidas contidas nas ascendências e descendências que são afirmadas também pelos(as) guardiões(ãs).

É importante reafirmar que não recrutei as guardiãs. Embora previstas no projeto inicial, as estratégias de recrutamento se mostraram desnecessárias, pois elas chegaram até a mim no movimento que se seguiu ao anúncio da pesquisa em minha família extensa. A representação a seguir retrata as linhagens nas quais estão estas parentes, a partir da descendência de minhas avós materna e paterna.

Figura 1 - Identificação das parentes-guardiãs, participantes da pesquisa, em minha linhagem materna e paterna



Fonte: elaborado pela pesquisadora (2024)

Longe de ser essa uma situação cômoda, a inscrição espontânea mencionada se constituiu em um desafio, também ampliado pela presença dos homens. O desafio, nesse momento, foi estabelecer uma estratégia de seleção que não afetasse negativamente as relações no grupo familiar, já que todas as mulheres candidatas atendiam aos critérios de inclusão previstos no projeto, que estabeleciam como necessário, entre outros, ser mulher, guardiã de um objeto da família, descendente e ter convivido com minhas avós. Como, então, privilegiar umas, em detrimento de outras? Quanto aos homens, o único critério de exclusão, que impossibilitava a participação era, de fato, o gênero.

Talvez porque a ausência de certezas seja a realidade aprendida pelas mulheres do lugar onde nasci, decidi, com o auxílio da minha orientadora, explorar novas possibilidades para a seleção. Consideramos que se, como Ponciá Vicêncio⁹ (Evaristo, 2003), pouco conhecimento tinha sobre as minhas raízes ancestrais, a ampliação do número de narradores(as) poderia favorecer o acesso a informações relativas à história, à memória e às experiências das mulheres na gestão de famílias, como pretendido.

Como estratégia para organizar os encontros individuais com as candidatas, elaborei um calendário, com dias e horários para a gravação das narrativas, nas casas das minhas avós materna e paterna. Expliquei, na ocasião, que as remarcações, em virtude das datas possíveis no mês de junho e da própria dinâmica do grupo familiar nas casas, não seriam possíveis. Essa condição reduziu o número de candidatas para onze, pois as demais não puderam comparecer. A essas se somaram um dos tios, que compareceu ao encontro previamente marcado. Adicionada essa camada de complexidade à pesquisa, resolvi explorá-la, principalmente porque o projeto previa, ao lado da escuta das guardiãs, a observação direta do cotidiano da minha família extensa, e desse cotidiano os homens também faziam parte. Após a transcrição das narrativas, seis foram selecionadas, a partir dos critérios já compartilhados, para apresentação em textos individuais.

A leitura inicial das narrativas selecionadas favoreceu vários desvelamentos, ainda que eu não os buscasse. Pretendia apenas, nesse momento, percorrê-las em uma leitura rápida, como faz um(a) leitor(a) ao folhear um jornal ou revista, na busca de informações principais ou de

⁹ Trata-se da personagem principal do livro Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo. No livro, Conceição narra as dores e desafios cotidianos de mulheres negras sob um ponto de vista feminino e negro. Ponciá nasceu no interior do Brasil, onde vive numa população de descendentes de escravizados. Seu pai e seu irmão trabalham no cultivo da lavoura da família Vicêncio, donos do sobrenome dos habitantes da vila, como a família de Ponciá. Depois de perder o pai, ela parte para a cidade grande em busca de uma vida melhor (Evaristo, 2003).

palavras-chave, sem mergulhar na compreensão detalhada, posteriormente pretendida. Não consegui. Um desses desvelamentos foram as identificações, reveladas pelos(as) próprios(as) narradores(as), ao apresentarem os seus objetos. São eles(as), em suas próprias palavras, guardiões(ãs), que relacionam essa condição ao objeto guardado. Assim, o quadro a seguir, que identifica cada um(a) a partir também da nomeação que utilizo ao me dirigir a eles(as) na família (tios, tias e primas), caracteriza, a partir do questionário sociodemográfico, o guardião, as guardiãs e os seus objetos:

Quadro 1 – Identificação do guardião e das guardiãs

Identificação do(a) Guardiã(ão)	Raíz familiar	Parentesco com a matriarca de linhagem	Formação escolar	Estado civil	Profissão	Renda individual
Tio-guardião 1: facão do pai	Paterna	Filho	Ensino Médio Técnico	Casado	Técnico em Telecomunicações	08 salários
Tia-guardiã 1: caixa de guardados	Paterna	Filha	Superior completo	Casada	Professora	04 salários
Tia-guardiã 2: receita de balinha de café	Paterna	Filha	Superior completo	Divorciada	Professora	04 salários
Tia-guardiã 3: caderno de rascunho secreto	Materna	Filha	Ensino médio (magistério)	Divorciada	Professora	03 salários
Tia-guardiã 4: fotografia da casa (Timbó)	materna	Filha	Superior completo	Divorciada	Professora	06 salários
Prima-guardiã 1: receita de picuá	Materna	Neta	Superior completo	Divorciada	Professora	04 salários

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2024)

O Quadro 1 revela uma mobilidade educacional visível entre as mulheres que participaram da pesquisa. Assim afirmo porque todas identificadas como filhas descenderam de mulheres sem escolaridade, que bem longe estavam da condição de donas de casa “limitadas à casa de boneca dos preconceitos vitorianos”, sustentadas financeiramente pelos maridos, como aponta Betty Friedan (1971, p. 110). Esse perfil de dona de casa, associado normalmente às mulheres também no nordeste brasileiro à época dessas ancestrais, é comum em estudos feministas clássicos no ocidente, a exemplo do publicado pela autora mencionada originalmente em 1963, no livro *The feminine mystique*. Em verdade, devido à preocupação constante com a

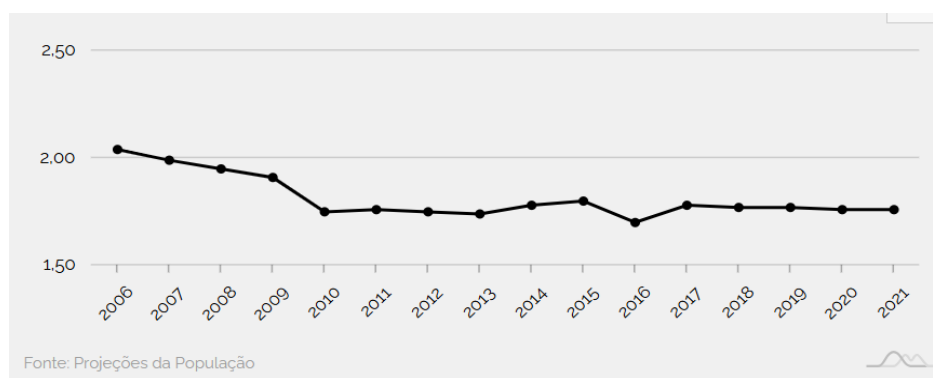
sobrevivência econômica de suas famílias — como a maioria das mulheres do Velho Chico na época — essas ancestrais se aproximam do perfil de mais de um terço das trabalhadoras, negras principalmente. Esse grupo, ausente em pesquisas como a de Friedan (1971), é pauta de destaque em estudos como os de hooks (2015) e Davis (2016), que destacam, entre outros temas, como as mulheres negras, pobres e marginalizadas, assumem posições de liderança doméstica e comunitária mesmo diante de estruturas opressivas de gênero, raça e classe.

No contexto evidenciado, considero importante ampliar a reflexão sobre como os desafios, a exemplo das barreiras culturais, das responsabilidades familiares e das desigualdades econômicas, podem, como destaca Cláudia Fonseca (2005), obstaculizar a mobilidade educacional, foram superados entre as gerações. Essa mobilidade aparenta também ter relação direta com a renda individual, pois todas as mulheres que participaram da pesquisa não somente a declararam, mas informaram que no atual grupo nuclear a maior renda é a delas. Tais informações são coerentes com os dados publicados pelo IBGE que, a despeito de sinalizarem a renda menor das mulheres quando comparada com os vencimentos dos homens, apontam, entre outros, para a evolução da renda das mulheres brasileiras (IBGE, 2024).

As informações possibilitadas pelo questionário sociodemográfico corroboram que somente uma das participantes não tem possuí filhos e que a média entre as demais é de três filhos. Esses dados, quando comparados ao total de filhos gerados pelas avós matriarcas, apontam a diminuição de filhos nas famílias e confirmam a queda na taxa de fecundidade das mulheres brasileiras, calculada pelo IBGE a partir de projeções da população.

Conforme o Gráfico 1, essa taxa totalizava, ao final de 2021, 1,7 filho por mulher.

Gráfico 1 – Filho por mulher - Brasil



Fonte: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores>

Outro dado importante que emergiu do questionário sociodemográfico se referiu aos divórcios, predominantes entre as guardiãs, e ao fato de que somente uma delas estabeleceu uma nova união, após o divórcio. Dessa forma todas, como as matriarcas, formalizaram matrimônio com um parceiro do gênero oposto, para estabelecer uma família nuclear constituída por pai, mãe e filhos. Essa estrutura guardava relação com o ideal de família presente, por muito tempo, no imaginário dos brasileiros, cuja organização social privilegiava as famílias e os clãs patriarcais (Flexor, 2015; Sarti, 2005).

A mudança na estrutura dos núcleos familiares, evidenciada pelos divórcios das guardiãs, certamente se relaciona com alterações verificadas nas sociedades ocidentais contemporâneas, notadamente a partir do final da década de 1960. Essas mudanças, como lembra Maria Auxiliadora Dessen (2010), impactaram, entre outros, nos arranjos, papéis, e, sobretudo, nas concepções sociais sobre as famílias e o ser mãe e ser pai. De igual modo, parece ter relação também com as insubmissões (Evaristo, 2016) no modo de ser das ancestrais retratadas nesta pesquisa, que se distanciava do feminismo hegemônico e se aproximava mais do modo de ser e resistir das mulheres, descrito em textos como os de Lélia Gonzalez (2020) e Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021). Isso porque minhas avós, como outras mulheres do Velho Chico, embora casadas, eram provedoras que não se limitavam a aceitar os ditames à ordem estabelecida, inclusive em relação à educação formal das filhas. Tal modo de ser, silenciado nos discursos ocidentais de gênero, fortaleceu e assegurou, como declarou a guardiã da fotografia, a certeza de que era um direito encerrar o casamento, quando o parceiro não mais respeitou o pacto de fidelidade e de cuidado mútuo acordado. Esse direito, como ela declarou, foi possibilitado pela mãe dela, minha avó, mediante o exemplo legado e a garantia do seu acesso à educação.

O questionário sociodemográfico também evidenciou o predomínio do magistério como profissão, nas duas gerações de guardiãs que precederam as minhas avós. Embora outras profissões sejam hoje eleitas pela última geração da família, posso assegurar que ser professora é, de fato, a profissão que prevaleceu entre as mulheres da minha família extensa, até a geração da qual faço parte. Esse quadro é coerente com as evidências de feminização do magistério no Brasil, notadamente observadas a partir do final século XIX, época de intensos movimentos, projetos e discussões a favor da democratização do ensino, como apontam Juliana Keller Nogueira e Analete Regina Schelbauer (2007) e ratificam Carolina Mafra de Sá e Walquíria Miranda Rosa (2004).

A feminização do magistério, todavia, não parece ser a única evidência que determinou a escolha da profissão pelas guardiãs. Entre as descendentes da minha linhagem materna, a admiração por minha avó, que, sem escolaridade, alfabetizou as mais velhas em casa, se refletiu inclusive em estratégias pedagógicas adotadas por elas, posteriormente, em sala de aula, conforme apontado nas narrativas das guardiãs. Reflexos como esses não são incomuns, pois como destaca Isabel Maria Sabino de Farias *et al.* (2011) em seu estudo sobre profissionalização docente, a trajetória de vida do(a) professor(a) é um dos elementos constitutivos da escolha e da prática da profissão. Assim, como Evaristo (2020), que anuncia o nascimento da sua escrita na grafia-desenho materna, as guardiãs reconhecem que o magistério brotou dos cadernos secretos, nas quais a minha avó as conduziu às primeiras escritas e ao registro dos cálculos, feitos no chão, com grãos de feijão. Essa escrita, comprometida com a vida (Evaristo, 2020), teceu e compôs o caminho decisivo que as conduziram ao magistério, como profissão.

Todas as guardiãs e o guardião, identificados como filhos no Quadro 1, no momento da pesquisa já estavam aposentados. Quanto à rotina atual, entre as atividades declaradas pelos guardiões aposentados foi evidenciada a divisão do tempo entre os afazeres domésticos, os cuidados médicos com a própria saúde, as viagens de lazer, o apoio aos filhos no que se refere principalmente aos cuidados com os netos, e as atividades religiosas. A pergunta, todavia, sobre a carga horária de trabalho, de afazeres domésticos e de educação dos filhos fez emergir reminiscências sobre um passado que se mostrou bem próximo, principalmente para as mulheres. Com detalhes, elas relataram a dificuldade em conciliar a educação formal e familiar dos filhos, hoje na maior parte independentes financeiramente, com a carga horária de trabalho remunerado, superior a 40 horas semanais para todas. A essas atividades se somou, para a maioria, o desafio da continuidade dos estudos no Ensino Superior.

Como elemento que tornou possível a conciliação dessas demandas, elas apontaram o apoio recebido da família extensa. Três relataram, por exemplo, que o trânsito de sobrinhas e irmãs em suas residências, que se deslocaram da cidade natal para as ajudarem a cuidar os filhos pequenos, foi constante. Esse movimento, comum em minha família extensa, possibilitou a essas sobrinhas e irmãs o acesso ao estudo que conduziu muitas delas à educação superior ou técnica, na capital. No mesmo caminho, o apoio recebido das genitoras é ratificado pela guardiã identificada no questionário socioeconômico como neta, que após o divórcio voltou a residir com a mãe. Desse modo, confirma-se entre as mulheres do meu grupo familiar extenso que o vínculo intergeracional (Pichon-Rivière, 1988), a dinâmica de papéis e o modo de viver e de pertencer ao grupo são caracterizados não somente por solidariedade e reciprocidade, mas,

sobretudo, pelos princípios de um termo cunhado por Vilma Piedade (2017): a dororidade. Tal palavra parece bem traduzir a transformação da dor em potência, nas irmandades que estabelecemos também em família para sobrevivermos.

A análise dos dados coletados por meio do questionário socioeconômico descortina o perfil de cada guardião(ã), com desvelamentos sobre as suas inscrições nos contextos familiares de pertença. Essas informações permitiram confirmar que todos, com exceção da guardiã identificada como neta, são naturais de Barra, BA, município do Velho Chico onde viveram as minhas avós, e que as idades dos respondentes, embora situem a maioria em uma mesma geração, variam significativamente. De igual modo, permitiu situar cada um(a) na descendência e grau de parentesco com vó Joaquina ou vó Bárbara, as ancestrais que se constituem em ponto de partida para esta pesquisa.

Quanto à rotina profissional e familiar, embora a maioria no momento da pesquisa já estivesse aposentada, as reminiscências sobre um passado conservado na memória evidenciaram que a carga horária de trabalho remunerado, de afazeres domésticos, de cuidados com os filhos e de formação educacional se pautou na multiplicidade de tarefas e responsabilidades enfrentadas, especialmente pelas mulheres. No mesmo caminho, a renda familiar e individual declarada se constitui em um aspecto que desvela a importância estratégica da mulher no que se refere ao sustento das famílias, descortinando desafios, mas, sobretudo, oportunidades, possíveis de serem abordados em futuras intervenções sociais.

Finalmente, o estado civil das guardiãs e do guardião, assim como o total de casamentos ou uniões estáveis por eles declarados, possibilitou ampliar o olhar sobre as estruturas familiares, situando-as em um processo de mudança, que parece pouco a pouco distanciá-las das estruturas patriarcais que por muito tempo moldaram o modo de ser das famílias e dos contextos sociais, econômicos e culturais no Brasil.

Em síntese, é possível afirmar que as informações do questionário socioeconômico não apenas desvelam o perfil das guardiãs e do guardião da memória familiar aceitos como narradores(as) nesta pesquisa, mas permitem entender melhor as relações familiares e sociais nos contextos em que elas e ele se inserem. Ademais, descortina também a complexidade do perfil da pessoa que preserva e transmite histórias, tradições e valores para moldar, embora sem muitas vezes assim pleitear, o modo de ser das famílias. Como tais, não apenas ajudam as novas gerações a conhecerem suas raízes, mas fortalecem os vínculos familiares, mediante principalmente o acesso ao legado, sobretudo, de resistências ancestrais, em um todo maior denominado família.

Referências

- AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sergio. Núcleos de Significação como instrumentos para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 26, n. 2, p. 222-245, 2006.
- ALMEIDA, Carla Verônica Albuquerque; SILVA, Diana Leia Alencar da; RABINOVICH, Elaine Pedreira (org.). *Religião e religiosidade: o relegere e o religare em família*. Curitiba: Appris, 2024.
- BÂ, Hampaté Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). *História geral da África*, I: Metodologia e pré-história da África. 2.ed. rev. Brasília : UNESCO, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução Maria Ensantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BONNOT, Thierry. **La biographie d'objets: une proposition de synthèse. *Culture & Musées*, v. 25, p. 65-183, 2015.** Disponível em: <https://doi.org/10.4000/culturemusees.543> Acesso em 02 abr.2025.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças dos velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: Ensaio de Psicologia*. São Paulo, SP: Ateliê Editorial, 2003.
- CAIXETA, Juliana Eugênia. *Guardiãs da memória: tecendo significações de si, suas fotografias e seus objetos*. 2006. (Tese de Doutorado) - Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- CHANG, Heewon. *Autoethnography as method*. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2008.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *Política cultural, cultura política e patrimônio histórico*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000842430>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento Feminista Negro*. Tradução de Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DESSEN, Maria Auxiliadora. Estudando a Família em Desenvolvimento: Desafios Conceituais e Teóricos. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 30 (núm. esp.), p. 202-219, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000500010> Acesso em 28 mar.2025.
- ELLIS, Carolyn. *Revision: Autoethnographic Reflections on Life and Work*. New York: Routledge Education Classic Edition, 2020.
- EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. São Paulo: Pallas, 2003.

EVARISTO, Conceição. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Belo Horizonte: Malê, 2016a.

EVARISTO, Conceição. A Escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. (org.) *Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020a.

EVARISTO, Conceição. Não me deixe dormir o profundo sono. *Revista Piauí*, edição 167, ago. 2020b (conto). Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/nao-me-deixe-dormir-o-profundo-do-sono/> Acesso em 18 maio 2024.

EVARISTO, Conceição. *Canção para ninar menino grande*. Rio de Janeiro: Pallas, 2022.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado Nunes(org.). *Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos; GUIMARÃES, Roberta Sampaio; BITAR, Nina Pinheiro (org.). *A alma das coisas: patrimônio, materialidade e ressonância*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2013.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

FARIAS, Isabel Maria Sabino *et al.* *Didática e docência: aprendendo a profissão*. Brasília: Liber, 2011.

FLEXOR, Helene Ochi. História da Família no Brasil (Parte 1). In: BASTOS, Ana Cecília de Sousa *et al.* *Famílias no Brasil: recurso para a pessoa e a sociedade*. Curitiba: Juruá, 2015.

FRIEDAN, Betty. *A mística feminina*. Tradução de Áurea B. Weissenberg. Petrópolis: Vozes, 1971. [Edição original: 1963. *The feminine mystique*. New York: W. W. Norton Company.]

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saude e Sociedade**, v. 14, n. 2, ago. 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/WGpvJkq4tm4wmZJbGcMkHGg/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 01 set.2023.

GARCEZ, Pedro. Transcrição como teoria: a identificação dos falantes como atividade analítica plena. In: MOITA-LOPES, Luis Paulo da; BASTOS, Liliana Cabral (org.). *Identities: recortes inter e multidisciplinares*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTMAN, Saidiya. *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. *Revista Eco-Pós*, v. 23 n. 3, p. 12-33, 2020.

HARTMAN, Saidiya. *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais*. (e-book). São Paulo: Fósforo, 2022.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Dossiê Feminismo e Antirracismo. *Revista Brasileira de Ciências Políticas*, v. 16, jan./abr.2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608> [linkcopiar](#)

HOOKS, bell. Heranças estéticas: história feita à mão. In: HOOKS, bell. *Anseios: raça, gênero e políticas culturais*. Tradução Jamille Pinheiro. São Paulo: Elefante, 2019a.

HOOKS, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Trad. Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019b.

HOOKS, bell. *Irmãs do inhome: Mulheres negras e autorrecuperação*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Painel de Indicadores*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores>. Acesso em: 1 mar. 2025.

MORIN, Violette. L'objet biographique. *Communications*, v. 13, p. 131-139, 1969. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/comm_0588-8018_1969_num_13_1_1189. Acesso em: 27 fev. 2025.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas*. Niterói: EDUFF, 2008.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 35-86.

LASSITER, Luke Eric. *The Chicago guide to collaborative ethnography*. Chicago: The University Chicago Press, 2005.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado: Projeto História. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v.17, p. 63 – 201, nov.1998. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/r_evph/article/view/11110 . Acesso em: 16 abr. 2023.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva: formas e razões de troca nas sociedades arcaicas*. Trad. Paulo Nevez. São Paulo: Edições 70, 2008.

MISHLER, Elliot. *Research interviewing: Context and narrative*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

MOTTA, Aline. A água é uma máquina do tempo. *Revista da Rede Internacional Lyracompoetics*, n. 18, p. 333–337, 2022. DOI: 10.21747/2182-8954/ely18d1. Disponível em: <https://elyra.org/index.php/elyra/article/view/422> Acesso em: 31 ago.2023

NOGUEIRA, Juliana Keller Nogueira. SCHELBAUER, Analete Regina. Feminização do magistério no Brasil: o que relatam os pareceres do Primeiro Congresso da Instrução do Rio de Janeiro. *Revista HISTEDBR*, n.27, p.78 –94, set. 2007.

OLIVEIRA, Eduardo David de. *Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da Educação Brasileira*. 2005. Tese (Doutorado) -, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/36895> Acesso em: 02. mar. 2024.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PICHÒN-RIVIÈRE, Enrique. *Teoria do vínculo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

PIEDADE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Editora Nós, 2017.

RABINOVICH, Elaine Pedreira. A casa como tempo: a bilheira e as três temporalidades. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 17, n. 3, 1997, p. 2-11. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/9nYfJJGfdNLgTYRQbByC8vC/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 jan. 2024.

RABINOVICH, Elaine Pedreira; BASTOS, Ana Cecília de Sousa (org.). *Poética da família e da comunidade*. São Paulo: AnnaBlume, 2012.

RABINOVICH, Elaine Pedreira *et al.* *Família e poéticas da infância*. Relatos autobiográficos. Curitiba: Juruá, 2013.

RABINOVICH, Elaine Pedreira *et al.* (org.). *Objetos de Família: Vozes e memórias*. Curitiba: CRV, 2019.

RABINOVICH, Elaine Pedreira; BASTOS, Ana Cecília de Sousa; CARDOSO, Lorena Márcia Nascimento (org.) *Raízes da família extensa no Brasil: (re)conexões colaborativas*. Curitiba: CRV, 2020.

RABINOVICH, Elaine Pedreira; SILVA, Diana Léia Alencar (org.) *Teoria e Prática da Autoetnografia à Deriva*. Curitiba: CRV, 2025.

RABINOVICH, Elaine Pedreira. Sobre autobiografia, poética e autoetnografia: o método. In: RABINOVICH, Elaine Pedreira; SILVA, Diana Léia Alencar (org.) *Teoria e Prática da Autoetnografia à Deriva*. Curitiba: CRV, 2025.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Trad. Luci Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1991.

RICOEUR, Paul. A epopeia de um sentido. [Entrevista concedida a] Roger-Pol Droit. *Folha de São Paulo*, São Paulo, domingo, 29 fev. 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2902200407.htm>. Acesso em 23 out. 2022.

RICOEUR, Paul. *O percurso do reconhecimento*. Trad. Nicoláis Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2006.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica*. Tradução de Renato Aguiar. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. *Plural*, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/113972>. Acesso em: 16 out. 2022.

SÁ, Carolina Mafra; ROSA, Walquíria Miranda. História da feminização do magistério no Brasil: uma revisão bibliográfica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3, 2004. *Anais [...]*. Curitiba: PUC-PR, 2004.

SARTI, Cynthia Anderson. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Diana Léia Alencar. Entre a consanguinidade e a cumplicidade: reflexões sobre a extensão da família, como grupo de pertença. In: RABINOVICH, Elaine Pedreira; BASTOS, Ana Cecília de Sousa; CARDOSO, Lorena Márcia Nascimento (org.) *Raízes da família extensa no Brasil: (re)conexões colaborativas*. Curitiba: CRV, 2020b.

SIMAS, Luiz Antonio. *Almanaque Brasilidades: um inventário do Brasil*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.

VERSIANI, Daniela G. C. B. 2005. *Autoetnografias: conceitos alternativos em construção*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. *A Construção do Pensamento e da Linguagem*. São Paulo. Martins Fontes, 2001.

WEBER, Florence. *Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

MAPA DE REDES COMO DISPOSITIVO CLÍNICO-INTERVENTIVO NO CUIDADO HUMANIZADO EM UNIDADES NEONATAIS

Camila Marchiori Pereira

Luziane Zacché Avellar

Introdução

Este capítulo discute o Mapa de Redes, fundamentado na perspectiva de Carlos Sluzki, como dispositivo clínico-interventivo no cuidado a mulheres com bebês internados em Unidades Neonatais. Sustenta-se que o Mapa de Redes ultrapassa a condição de recurso gráfico de registro, ao tornar visíveis apoios, ausências, fragilidades e potencialidades da rede social significativa.

A internação de um recém-nascido em Unidade Neonatal constitui-se como uma vivência de elevada intensidade psíquica, relacional e institucional para as mulheres que a enfrentam, sendo frequentemente acompanhada por sentimentos de medo, impotência, desorganização da rotina e revisão abrupta das expectativas em torno da maternidade e do nascimento (Zanfolim; Cerchiari; Ganassin, 2018; Montagner *et al.*, 2022). À preocupação com a condição clínica do bebê somam-se a ruptura das expectativas em torno do nascimento, a reorganização abrupta da vida cotidiana, a dependência de rotinas hospitalares e a necessidade de manejar, em curto espaço de tempo, exigências emocionais, práticas e sociais frequentemente incompatíveis entre si (Souza *et al.*, 2010; Klawetter *et al.*, 2019).

Quando essa experiência se inscreve em contextos de vulnerabilidade, precarização material ou fragilidade dos vínculos de suporte, a hospitalização neonatal deixa ainda mais visível que o sofrimento materno não pode ser compreendido apenas a partir da dimensão individual, uma vez que a disponibilidade, a qualidade e a responsividade da rede de apoio interferem diretamente nos modos de enfrentamento, proteção e resiliência diante da hospitalização neonatal (Gonçalves *et al.*, 2011; Eduku *et al.*, 2024).

É nesse horizonte que emerge a necessidade de metodologias sensíveis, capazes de operar como dispositivos de escuta qualificada e ampliação do cuidado, em consonância com os princípios da Política Nacional de Humanização e com produções que assinalam a relevância de práticas mais relacionais, participativas e centradas na família no contexto neonatal (Brasil, 2004; Souza *et al.*, 2010; Toivonen *et al.*, 2023). Tal perspectiva compreende a humanização

não como diretriz abstrata, mas como modo de produzir cuidado atento à complexidade relacional, afetiva e institucional que atravessa a experiência de adoecimento e hospitalização, valorizando usuários, trabalhadores e gestores como sujeitos implicados na construção cotidiana das práticas de saúde.

Essa constatação tensiona abordagens restritas ao modelo biomédico e convoca leituras que reconheçam a internação também como fenômeno relacional, no qual a experiência materna e a participação familiar constituem dimensões centrais do cuidado (Souza *et al.*, 2010; Toivonen *et al.*, 2023). Mais do que uma situação clínica circunscrita ao corpo do recém-nascido, a hospitalização neonatal produz rearranjos na rede de vínculos da mulher, modifica circuitos de apoio, redistribui responsabilidades e expõe tanto recursos quanto discontinuidades nos laços que participam da sustentação da vida cotidiana. Em tal cenário, a análise das redes sociais significativas adquire especial relevância, uma vez que permite deslocar o olhar do sujeito isolado para o conjunto de relações por meio das quais o cuidado se torna possível, precário ou sobrecarregado.

Nesse contexto, a contribuição de Carlos Sluzki (2006), por meio do referencial das redes sociais significativas e do Mapa de Redes, revela-se particularmente potente para o campo da saúde, ao articular a dimensão clínica ao campo social e relacional da experiência materna. Ao conceber a rede social significativa como o conjunto de relações percebidas como relevantes pelo sujeito, o autor oferece um referencial analítico que permite examinar não apenas a existência de vínculos, mas sua composição, distribuição, densidade, dispersão, funcionalidade e atributos relacionais. Essa perspectiva revela que a proteção oferecida pela rede não depende exclusivamente de sua extensão, mas da qualidade e da função efetivamente exercida pelos vínculos em situações de crise, adoecimento ou transição, o que a torna especialmente potente para a compreensão da experiência materna em contexto de internação neonatal.

Entre os dispositivos derivados desse referencial, o Mapa de Redes ocupa lugar singular. Mais do que um recurso gráfico de registro, trata-se de um operador clínico-metodológico que permite visualizar, com a própria participante, os vínculos significativos que compõem sua rede, os lugares de proximidade atribuídos a cada relação, as funções predominantes exercidas por esses laços e os vazios que atravessam o campo relacional. Ao tornar visível aquilo que muitas vezes permanece difuso na experiência, o mapa produz condições para uma escuta ampliada, favorece processos reflexivos e pode subsidiar intervenções mais situadas, compartilhadas e sensíveis à singularidade da experiência materna em contexto de hospitalização neonatal.

Quando utilizado em ambientes hospitalares neonatais, o Mapa de Redes pode favorecer práticas clínicas mais humanizadas e responsivas às necessidades concretas das mulheres em situação de internação de seus filhos. Seu uso permite reconhecer apoios, ausências, ambivalências e fragilidades que atravessam a experiência materna, ao mesmo tempo em que amplia as possibilidades de planejamento do cuidado em chave relacional. O instrumento reforça um compromisso ético-político com práticas de saúde orientadas pelo acolhimento, pela corresponsabilização e pela construção compartilhada de estratégias de enfrentamento e cuidado.

Assim, este capítulo tem por objetivo apresentar e discutir o uso do Mapa de Redes, fundamentado na perspectiva de Carlos Sluzki, como dispositivo clínico-interventivo capaz de ampliar práticas de cuidado humanizado no contexto das Unidades Neonatais. Para tanto, articula-se uma discussão teórica sobre redes sociais significativas à análise de material oriundo de pesquisa de doutorado realizada com mulheres cujos filhos estiveram internados nessas unidades, em contexto de pandemia de COVID-19. Sustenta-se que o uso do Mapa de Redes não se restringe à produção de dados de pesquisa, mas alcança estatuto clínico-interventivo ao favorecer a visibilização de apoios, ausências, ambivalências e possibilidades de reorganização do cuidado.

A compreensão de como as redes sociais significativas são vivenciadas por mulheres com recém-nascidos hospitalizados, particularmente em contextos de crise sanitária, oferece contribuições relevantes para a formulação de estratégias de atenção capazes de proteger, simultaneamente, o recém-nascido, a mulher, a família e a equipe de saúde. O desafio colocado por essa tecnologia relacional consiste em pensar modos de cuidado que, para além da resposta técnico-assistencial imediata, sejam capazes de incorporar a complexidade dos vínculos, das vulnerabilidades e dos recursos que atravessam a experiência materna. Sob essa perspectiva, a análise da função protetiva e interventiva das redes sociais significativas pode orientar ações comprometidas com a defesa dos direitos das mulheres, com a ampliação das práticas de humanização e com a produção de cuidado em saúde ancorada na vida relacional.

Redes sociais significativas e cuidado em saúde

No campo da saúde, a discussão sobre apoio social frequentemente se apresenta de modo difuso, mobilizando terminologias que, embora próximas, não são equivalentes entre si, como rede de apoio, apoio social, suporte social e rede social significativa (Zanforlim; Cerchiari;

Ganassin, 2018; Maffei; Menezes; Crepaldi, 2019). Tal imprecisão conceitual nem sempre é trivial, pois interfere no modo como se compreende a sustentação relacional de sujeitos em situação de adoecimento, crise ou vulnerabilidade. No referencial de Sluzki (2006), a rede social significativa não se reduz ao suporte efetivamente recebido, mas designa o conjunto de relações percebidas como relevantes pelo sujeito, no interior do qual determinadas funções podem estar presentes, fragilizadas, concentradas ou ausentes.

Essa distinção permite avançar em relação a leituras quantitativas ou excessivamente genéricas da noção de apoio. Uma rede numerosa, por exemplo, não implica necessariamente maior proteção; ao contrário, pode ocultar vínculos frágeis, pouco recíprocos ou funcionalmente limitados, aspecto também identificado em estudos com mães de bebês internados em UTIN, nos quais a presença de contatos não se converte, necessariamente, em apoio percebido como suficiente ou protetivo (Montagner *et al.*, 2022; Eduku *et al.*, 2024). De modo semelhante, relações socialmente legitimadas como centrais, a exemplo dos laços familiares, nem sempre comparecem como fontes efetivas de sustentação emocional, material ou normativa em contextos críticos. O interesse analítico desloca-se, assim, da simples existência de pessoas ao redor do sujeito para a configuração relacional por meio da qual determinadas funções se distribuem, se concentram ou falham.

A partir dessa perspectiva, Sluzki (2006) propõe que a rede seja analisada segundo características estruturais, funções e atributos dos vínculos. Em termos estruturais, importam aspectos como tamanho, densidade, composição ou distribuição entre quadrantes, dispersão geográfica e graus de homogeneidade ou heterogeneidade sociocultural. No plano funcional, destacam-se companhia social, apoio emocional, guia cognitivo e conselhos, regulação social, ajuda material e de serviços e acesso a novos contatos. Já os atributos do vínculo remetem à história da relação, à intensidade, à frequência de contato, à reciprocidade, à multidimensionalidade e à função predominante (Andreani; Custódio; Crepaldi, 2006; Sluzki, 2006). Trata-se, portanto, de um referencial que permite apreender a rede não como moldura estática do sujeito, mas como trama dinâmica de relações cuja qualidade, distribuição e capacidade de resposta se tornam particularmente visíveis em situações de crise.

Quando transpostos para o contexto da internação neonatal, esses operadores tornam-se especialmente fecundos para compreender os rearranjos produzidos pela hospitalização do recém-nascido na rede social significativa da mulher. Certos vínculos se intensificam, outros se esgarçam; funções antes distribuídas entre diferentes membros podem se concentrar em poucas pessoas; relações institucionalizadas, como aquelas estabelecidas com profissionais e serviços

de saúde, podem adquirir centralidade até então inexistente, e laços anteriormente idealizados podem revelar baixa responsividade diante das exigências concretas do cuidado. A crise neonatal, nesse sentido, não apenas torna visível a rede, mas reconfigura seus modos de funcionamento, redistribui expectativas e expõe os limites e possibilidades de sustentação relacional disponíveis à mulher.

No contexto da experiência materna, as redes sociais de apoio assumem relevância decisiva na constituição da maternidade, uma vez que se articulam à construção da autoimagem da mulher, à elaboração da identidade materna, ao sentimento de competência e aos modos de enfrentamento mobilizados em situações de crise (Andreani; Custódio; Crepaldi, 2006). No âmbito hospitalar, o suporte recebido tende a incidir sobre o bem-estar, a autoestima e o senso de pertencimento, enquanto a qualidade dos vínculos estabelecidos pode favorecer experiências de reconhecimento, compreensão e legitimação dos pensamentos e afetos mobilizados, influenciando também sobre a autoeficácia materna no cuidado ao recém-nascido prematuro (Moré; Crepaldi, 2012; Pinheiro *et al.*, 2023).

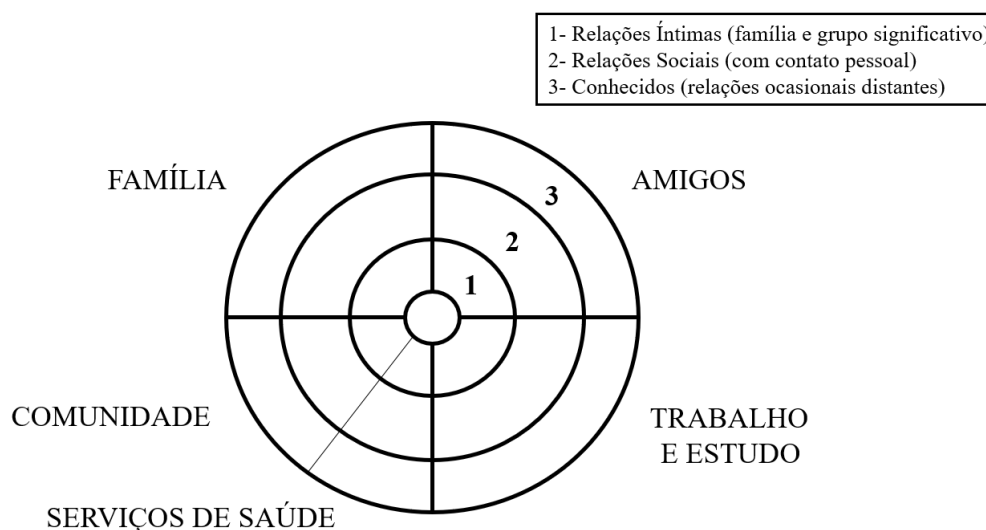
Nessas circunstâncias, a rede não comparece apenas como pano de fundo da experiência, mas como dimensão constitutiva dos modos pelos quais a mulher sustenta, interpreta e atravessa a internação do filho. Essa compreensão converge com a Política Nacional de Humanização (2004), ao afirmar que a produção do cuidado não pode ser dissociada da produção de subjetividade e dos modos de gerir os processos de trabalho, exigindo práticas que reconheçam a centralidade das relações na experiência em saúde. Sob essa ótica, a rede social significativa deixa de ser um elemento periférico e passa a integrar o próprio campo de inteligibilidade e intervenção do cuidado.

No caso de mulheres que vivenciam a hospitalização de um recém-nascido, tais dimensões adquirem especial densidade, na medida em que a rede pode tanto sustentar processos de fortalecimento subjetivo e de apropriação da experiência materna quanto intensificar vivências de desamparo, fragilidade e descontinuidade na construção dessa identidade. Nessa mesma direção, Gonçalves *et al.* (2011) destacam a relevância das relações e redes sociais para a saúde física e mental, compreendendo-as como fatores protetores e promotores de saúde, particularmente importantes em situações marcadas por estresse, crise e vulnerabilidade. No contexto neonatal, essa compreensão ganha contornos ainda mais agudos, pois a experiência materna se dá sob condições de elevada exigência emocional, dependência institucional e incerteza, o que torna a análise da rede social significativa não apenas pertinente, mas clinicamente necessária.

Mapa de Redes como dispositivo de investigação, elaboração e intervenção

O Mapa de Redes proposto por Sluzki (1997) consiste em um instrumento gráfico de representação da rede social significativa, organizado em quadrantes que contemplam os campos da família, das amizades, das relações de trabalho ou estudo e da comunidade, incluindo serviços e instituições. Sua estrutura distribui-se em círculos concêntricos de proximidade que distinguem vínculos íntimos, relações intermediárias e contatos mais periféricos. Tal configuração permite apreender, de modo visual e relacional, tanto a composição da rede quanto o grau de proximidade atribuído a cada vínculo, conforme exemplificado na Figura 1, com base na sistematização apresentada por Santos (2009).

Figura 1 - Mapa de Rede proposto por Sluzki (1997).



Fonte: Sluzki (1997)

Todavia, a relevância do Mapa de Redes não se esgota na representação visual da rede. Ao mobilizar processos de rememoração, discriminação, comparação e reposicionamento subjetivo, o instrumento se aproxima de experiências descritas em estudos qualitativos sobre maternidade em contextos neonatais, nos quais a elaboração da vivência depende, em grande medida, da possibilidade de nomear vínculos, rever expectativas e produzir compreensão sobre a própria experiência (Moré; Crepaldi, 2012; Zanforlim; Cerchiari; Ganassin, 2018; Montagner *et al.*, 2022).

Nessa direção, sua potencialidade reside não apenas na sistematização gráfica dos vínculos, mas também na capacidade de produzir reflexão sobre a rede, suas fragilidades, seus recursos e os modos pelos quais ela comparece na sustentação da experiência vivida.

Em função dessa potencialidade gráfica e relacional, o Mapa de Redes tem sido frequentemente utilizado em pesquisas que buscam articular os relatos das participantes à visualização da trama de vínculos por eles referida. Segundo Santos (2009), sua construção equivale a uma espécie de “radiografia” das relações significativas vividas em determinado momento, permitindo à participante conhecer a constituição da própria rede social e reconhecer, de modo mais nítido, os recursos que nela se encontram disponíveis.

No presente estudo, sua elaboração foi realizada de forma compartilhada entre pesquisadora e participante, conforme o procedimento descrito por Santos (2009), cabendo à própria mulher decidir se faria diretamente os registros ou se eles seriam efetuados pela pesquisadora a partir de suas indicações.

As etapas de construção do instrumento adotadas na pesquisa encontram-se sintetizadas no Quadro 1.

Quadro 1– Etapas da construção do Mapa de Redes segundo Moré e Crepaldi (2012)

Ordem	Etapas	Procedimento
1º	Aquecimento	Apresentação dos objetivos à participante; Identificação da participante; Realização da entrevista semiestruturada.
2º	Reconhecimento	Elaboração prévia de um desenho da estrutura do Mapa em uma folha 30x42cm pela pesquisadora. Compartilhamento com a participante do uso dos símbolos utilizados no Mapa (função, sexo, tipo de vínculo, apreciação).
3º	Construção	Esclarecimento sobre a diferença de proximidade dos círculos pela pesquisadora. Uso de dados da entrevista anterior pela pesquisadora para fazer perguntas sobre a rede. Utilização de caneta para a participante construir o Mapa conforme as respostas. A construção é acompanhada e mediada pela pesquisadora.
4º	Finalização	Observação do Mapa pela participante. Complementação de informações se julgado necessário pela pesquisadora. Registro de intercorrências no processo.
5º	Adequação	A pesquisadora fará a avaliação da fidedignidade entre os símbolos contidos nos Mapas e os dados fornecidos verbalmente pelas participantes.
6º	Mapa Geral	Reunião de informações de todos os Mapas individuais em um Mapa Geral diferenciando as participantes por símbolos.

Fonte: elaborado pelas autoras

Inicialmente, eram identificadas as pessoas consideradas significativas no contexto da internação neonatal, as quais eram distribuídas nos quatro quadrantes do mapa — família,

amizades, relações de estudo ou trabalho e comunidade/serviços, e posicionadas nos círculos de proximidade conforme o grau de intimidade ou compromisso relacional atribuído a cada vínculo. Cada pessoa era registrada uma única vez, podendo, no entanto, exercer uma ou mais funções na rede, entre elas companhia social, apoio emocional, guia cognitivo e conselhos, regulação social, ajuda material e de serviços e acesso a novos contatos. Ao longo desse procedimento, também se solicitava que a participante atribuísse um grau de apreciação ao apoio recebido, em uma escala de 0 a 10, o que permitia não apenas identificar a composição da rede, mas também produzir uma leitura qualitativa da experiência de suporte vivida naquele momento.

No contexto das Unidades Neonatais, um instrumento que possibilita a identificação qualitativa da rede social significativa pode operar como importante fator de proteção, na medida em que favorece tanto o acionamento de recursos concretos de apoio quanto reposicionamentos subjetivos diante da experiência vivida. A hospitalização do recém-nascido frequentemente produz vivências de suspensão temporal, sobrecarga emocional e estreitamento do horizonte cotidiano, em circunstâncias nas quais a rede de apoio pode ser percebida de modo difuso, idealizado ou fragmentário, especialmente quando a hospitalização prolongada exige rearranjos contínuos de suporte e enfrentamento (Montagner *et al.*, 2022; Souza *et al.*, 2010). Nesse cenário, a construção do Mapa de Redes introduz um trabalho de explicitação relacional que permite discernir quem está presente, de que maneira comparece, quais funções efetivamente desempenha, quais vínculos se mostram ausentes ou insuficientes, quais produzem frustração e quais emergem, por vezes de forma inesperada, como sustentação relevante no curso da internação.

Sob essa perspectiva, o Mapa de Redes opera simultaneamente em pelo menos três planos. No **plano investigativo**, sistematiza a rede social significativa e oferece subsídios para a análise de sua estrutura, extensão, distribuição e funcionalidade. No **plano clínico**, favorece processos de elaboração e tomada de consciência acerca das formas de apoio, desamparo, ambivalência e reposicionamento subjetivo que atravessam a experiência materna. No **plano interventivo**, cria condições para que profissionais construam estratégias de cuidado mais situadas, menos abstratas e mais comprometidas com os recursos e limites efetivamente presentes no entorno relacional da mulher. Nessa acepção, o Mapa de Redes ultrapassa a condição de instrumento de registro e se afirma como dispositivo clínico-interventivo capaz de ampliar a compreensão e a qualificação do cuidado em saúde no contexto das internações neonatais.

Mapeando Impressões: resultados da experiência do Mapa de Redes em pesquisa

Antes de apresentar os resultados, cabe situar brevemente o contexto empírico do material analisado. Os dados aqui discutidos derivam de pesquisa de doutorado realizada em 2021, em um hospital universitário de município da Região Sudeste do Brasil, com dez mulheres cujos bebês nasceram durante a pandemia de COVID-19 e permaneceram internados em Unidade Neonatal por mais de dez dias. Nesse contexto, a construção do Mapa de Redes e a entrevista posterior permitiram acessar as impressões das participantes sobre suas redes sociais significativas e sobre os efeitos produzidos pela experiência de mapeamento.

A construção do Mapa de Redes evidenciou que o instrumento não se limita à organização de informações sobre vínculos significativos, mas instaura um campo reflexivo no qual as participantes reavaliam a qualidade, a intensidade e a disponibilidade dos apoios que compõem sua vida relacional. Mais do que confirmar a existência de uma rede, o mapeamento tornou visíveis zonas de ambivalência, frustração e descompasso entre expectativas e suporte efetivamente recebido, em consonância com estudos que apontam a complexidade das necessidades de apoio materno na Unidade Neonatal e os desencontros entre demanda emocional e resposta institucional (Negarandeh *et al.*, 2021; Tosca; Rimolo; Breigeiron, 2020). Portanto, a elaboração do mapa operou como dispositivo de explicitação da trama relacional que sustenta — ou, em alguns casos, deixa de sustentar — a experiência materna no contexto da internação neonatal.

Partindo da compreensão de que o Mapa de Redes pode produzir não apenas conhecimento sobre a rede social significativa, mas também efeitos de elaboração sobre a própria experiência vivida, incluiu-se, ao final de sua construção, uma entrevista semiestruturada com o objetivo de apreender as impressões das participantes acerca desse procedimento. Tal estratégia metodológica permitiu acessar a reflexão das próprias mulheres sobre a experiência de mapear seus vínculos, favorecendo a apreensão de sentidos, valorações, formas de sentir e modos de compreender a rede em um momento marcado por intensas exigências emocionais e relacionais. Conforme assinala Minayo (2007), a entrevista constitui uma técnica dinâmica e social, atravessada pelos modos de pensar, agir e sentir dos sujeitos, o que a torna particularmente fecunda para a compreensão de experiências complexas.

A entrevista contemplou questões voltadas à percepção das participantes sobre a experiência de construção do mapa, buscando entender como se sentiram ao realizá-lo, se consideravam ter ampliado a compreensão acerca das pessoas que lhes eram próximas, como

vivenciaram a atribuição de funções aos vínculos, se percebiam a experiência como benéfica e se o maior conhecimento sobre as funções exercidas por pessoas ao seu redor favorecia um uso mais qualificado dos recursos disponíveis em sua rede.

De modo geral, as participantes avaliaram positivamente a experiência de construção do Mapa de Redes, atribuindo-lhe nota máxima. Entretanto, a análise do material produzido mostrou que tal avaliação não correspondeu a uma experiência homogênea ou isenta de tensões, aspecto compatível com estudos que descrevem a vivência parental na Unidade Neonatal como marcada por necessidades complexas de apoio e por desencontros entre expectativas emocionais e respostas institucionais (Negarandeh *et al.*, 2021; Tosca; Rimolo; Breigeiron, 2020).

A partir desse material, os resultados foram organizados em três categorias analíticas, que expressam diferentes dimensões da operacionalidade do Mapa de Redes nesse contexto. A primeira refere-se ao **plano investigativo**, no qual o instrumento possibilitou sistematizar a rede social significativa e apreender aspectos relativos à sua composição, extensão, distribuição e funcionalidade. A segunda corresponde ao **plano clínico**, uma vez que a experiência de elaboração do mapa favoreceu a reflexão e a tomada de consciência sobre formas de apoio, desamparo, ambivalência e reposicionamento subjetivo diante dos vínculos. A terceira diz respeito ao **plano interventivo**, na medida em que o instrumento ofereceu elementos concretos para a construção de estratégias de cuidado mais situadas e sensíveis às condições relacionais efetivamente presentes no entorno das mulheres. Em conjunto, tais categorias evidenciam que o Mapa de Redes ultrapassa a função de representação gráfica dos vínculos e se afirma como dispositivo capaz de produzir conhecimento, elaboração e subsídios para a qualificação da intervenção em saúde.

O Mapa no Plano Investigativo: visibilização da estrutura e da funcionalidade da rede

A análise das falas das participantes permite compreender que o Mapa de Redes operou em diferentes planos, cujos efeitos se articulam sem se confundir. No plano investigativo, o instrumento possibilitou maior nitidez quanto à composição, extensão e funcionalidade da rede social significativa, em consonância com estudos que destacam a relevância de dispositivos e abordagens capazes de tornar mais inteligíveis os apoios disponíveis e suas limitações em contextos de crise e vulnerabilidade (Gonçalves et al., 2011; Montagner; Arenales; Rodrigues, 2022).

Mais do que reunir nomes ou registrar a presença de vínculos, o instrumento possibilitou uma leitura mais discriminada da configuração relacional das participantes, permitindo identificar quem compunha efetivamente a rede, quais funções eram exercidas por determinados vínculos e em que medida a existência de relações ao redor correspondia, ou não, à disponibilidade concreta de apoio. As falas das participantes Jéssica, Beatriz, Ester e Paola, apresentadas a seguir, evidenciam que a construção do mapa favoreceu a distinção entre quantidade de contatos e qualidade do suporte recebido, tornando visíveis tanto recursos antes pouco reconhecidos quanto limitações importantes na sustentação oferecida pela rede.

Jéssica relatou que, embora inicialmente percebesse sua rede como pequena, a construção do mapa lhe permitiu reconhecer uma rede numerosa, porém de baixa qualidade, concluindo que “quantidade não é qualidade”. Tal formulação evidencia um dos ganhos investigativos centrais do instrumento: a possibilidade de distinguir tamanho e funcionalidade da rede, evitando que a extensão numérica dos vínculos seja confundida com sua capacidade efetiva de proteção e sustentação.

Beatriz relatou que foi difícil qualificar, pensar na função de certas pessoas; relatou que foi preciso fazer esforço para acionar a memória em muitos momentos, o que a fez perceber que alguns membros não proviam tanto apoio quanto imaginava. Aqui, o mapa atuou como instrumento de discriminação funcional dos vínculos, permitindo revisar a função efetivamente exercida pelos membros da rede.

Ester mencionou, inclusive, sentir-se frustrada por querer classificar os membros com mais funções, mas perceber que são poucas: “Às vezes a gente quer classificar a pessoa a mais, não a menos. Mas acaba vendo na verdade que ela não preenche totalmente”. Essa fala também se enquadra no plano investigativo, pois mostra que o instrumento não apenas identifica pessoas da rede, mas permite analisar a multidimensionalidade ou limitação funcional dos vínculos.

Paola também mencionou sentir que ficará mais seletiva após a experiência, mas que por outro lado, se surpreendeu ao perceber que não imaginava que existiam tantas pessoas na sua rede. Nesse caso, o mapa amplia a visibilidade da composição da rede e favorece uma apreensão mais nítida de sua extensão e distribuição.

No plano investigativo, as falas das participantes indicam que o Mapa de Redes não apenas registra vínculos, mas qualifica a compreensão de sua estrutura e funcionalidade. Ao distinguir entre quantidade de contatos e efetividade do apoio recebido, as mulheres puderam reconhecer tanto a extensão quanto os limites de sua rede, identificando vínculos mais

responsivos, funções concentradas em poucos membros e discrepâncias entre proximidade presumida e suporte efetivamente disponível.

O Mapa no Plano Clínico: elaboração de ausências, frustrações e reposicionamentos subjetivos

No plano clínico, a experiência de construção do Mapa de Redes favoreceu processos de elaboração e tomada de consciência acerca das formas de apoio e desamparo que atravessavam a experiência materna, tornando mais visíveis ausências, frustrações, ambivalências e reposicionamentos subjetivos diante dos vínculos.

Ao nomear pessoas, atribuir funções, situá-las em diferentes graus de proximidade e avaliar a qualidade do suporte recebido, as participantes não apenas organizaram informações sobre sua rede, mas acessaram dimensões sensíveis de sua experiência relacional, confrontando idealizações, revisando expectativas e produzindo novas leituras sobre pertencimento, reciprocidade e valor atribuído aos laços. Esse movimento dialoga com estudos qualitativos que descrevem a experiência materna na Unidade Neonatal como atravessada por reelaboração identitária, vulnerabilidade relacional e busca de reconhecimento (Moré; Crepaldi, 2012; Klawetter *et al.*, 2019).

Embora a experiência de construção do Mapa tenha sido, de modo geral, descrita como positiva, a fala da participante Mônica evidencia que esse processo também pode mobilizar conteúdos dolorosos. Ao afirmar que a atividade “trouxe lembranças” e que houve “o lado ruim de pensar nas pessoas que se afastaram”, a participante explicita que a construção do mapa não se limita a representar relações atuais, mas convoca uma elaboração afetiva sobre perdas, distanciamentos e lugares vazios na rede.

Esse movimento torna-se ainda mais expressivo quando menciona o pai vivo, porém ausente, e reconhece que ele “não se encaixou em basicamente nada”, atribuindo a essa constatação um caráter marcadamente doloroso. Nesse caso, o mapa opera clinicamente ao explicitar uma ausência de elevada densidade afetiva, cuja força não deriva apenas da falta de apoio concreto, mas também do confronto com aquilo que social e subjetivamente se esperaria de tal vínculo.

De modo semelhante, a fala de Ester evidencia o potencial clínico do instrumento ao mobilizar frustração diante da discrepância entre o lugar desejado para certas pessoas e as funções que efetivamente desempenham. Ao reconhecer que, por vezes, gostaria de “classificar

a pessoa a mais, não a menos”, mas que “acaba vendo na verdade que ela não preenche totalmente”, a participante explicita o confronto entre expectativa e realidade relacional. O Mapa, nesse sentido, favorece uma elaboração que não se restringe a constatar insuficiências, mas permite reconhecer a ambivalência de vínculos que permanecem significativos sem, contudo, oferecer a sustentação imaginada ou desejada.

Já nas falas de Jéssica, o rendimento clínico do instrumento aparece sobretudo na produção de discernimento subjetivo e no reposicionamento frente à própria rede. Ao afirmar que o mapa “mostrou a importância da seletividade”, “esclareceu coisas” e a fez sentir-se ainda mais seletiva para evitar novas experiências de sofrimento, a participante indica que a construção do instrumento favoreceu um movimento de revisão do lugar atribuído aos outros em sua vida. Tal movimento se explicita com maior força quando afirma:

Hoje já não me sinto egoísta por priorizar meu sentimento e a minha emoção. Por ser sanguíneo ou não. Porque é parente tem que ser lembrado? Já não carrego essa culpa. Tem que ser levado em conta eu me sentir à vontade e querer a companhia.

Nessa formulação, o que se evidencia é um trabalho de elaboração que incide sobre culpa, legitimidade afetiva e redefinição dos critérios de pertencimento, desestabilizando a centralidade normativa dos laços consanguíneos e afirmando a relevância da reciprocidade e do desejo nas relações significativas.

Os relatos analisados indicam, portanto, que o Mapa de Redes favoreceu processos clínicos de reconhecimento e elaboração das formas pelas quais a rede se apresenta à mulher em contexto de internação neonatal. Ao tornar mais nítidas ausências dolorosas, insuficiências de apoio, vínculos ambivalentes e possibilidades de reposicionamento subjetivo, o instrumento não apenas ampliou a inteligibilidade da experiência relacional, mas também criou condições para que as participantes revisassem idealizações, ressignificassem expectativas e produzissem outras leituras sobre os modos de sustentação e falha presentes em sua rede social significativa.

O Mapa no Plano Interventivo: implicações para a construção de estratégias de cuidado

No plano interventivo, as falas analisadas oferecem elementos concretos para a qualificação do cuidado em saúde. Ao explicitar quais vínculos estão efetivamente disponíveis, quais funções se encontram fragilizadas, concentradas ou ausentes, e quais lacunas incidem de modo mais intenso sobre a experiência materna, o instrumento fornece subsídios para que os

profissionais construam estratégias de cuidado menos abstratas e mais comprometidas com os recursos e limites presentes no entorno relacional da mulher. Assim, o mapa não se restringe à descrição da rede social significativa, mas amplia a capacidade de intervenção clínica e institucional no contexto das Unidades Neonatais.

As falas de Beatriz, ao perceber que certos membros “não proviam tanto apoio quanto imaginava”, e de Ester, ao reconhecer que, embora se desejasse atribuir mais funções a determinadas pessoas, “acaba vendo na verdade que ela não preenche totalmente”, evidenciam um aspecto decisivo para o trabalho interventivo: a presença de um vínculo não autoriza, por si só, a suposição de que ele seja capaz de sustentar funções relevantes no contexto da internação. Interventivamente, isso indica que não basta presumir apoio familiar ou social com base na existência de pessoas ao redor da mulher; é necessário investigar, de modo mais preciso, quem efetivamente pode oferecer suporte, em que medida esse apoio se mostra disponível e quais funções permanecem descobertas ou insuficientemente sustentadas.

Nessa mesma direção, a reflexão de Jéssica sobre o fato de que quantidade não significa qualidade adensa a compreensão de que uma rede numerosa pode não corresponder, necessariamente, a uma rede protetiva. O valor interventivo do Mapa de Redes reside, nesse ponto, em permitir uma leitura qualitativa da rede social significativa, deslocando o foco da mera contagem de vínculos para a análise de sua funcionalidade, reciprocidade e responsividade diante das exigências concretas da hospitalização neonatal. Para os profissionais de saúde, esse deslocamento é particularmente importante, pois impede que se naturalize a existência de suporte suficiente apenas porque a mulher se encontra cercada por várias pessoas.

A fala de Mônica ao explicitar a dor mobilizada pela ausência paterna, sinaliza como o mapa pode orientar o cuidado ao tornar visíveis fragilidades relacionais que intensificam a vulnerabilidade materna. Nesse caso, o instrumento não apenas registra uma ausência, mas permite apreender o peso subjetivo dessa falta em um momento marcado pela expectativa social de participação familiar e pela necessidade ampliada de sustentação emocional. Tal visibilização pode orientar a equipe na identificação de situações em que a mulher demanda maior apoio institucional, sobretudo quando vínculos socialmente presumidos como protetivos não comparecem de modo efetivo.

Além disso, as participantes que afirmaram que conhecer melhor as funções desempenhadas pelas pessoas ao seu redor favorece um uso mais qualificado dos recursos da rede, evidenciando uma dimensão interventiva central do Mapa de Redes. Ao explicitar quem oferece determinado tipo de suporte, em que medida esse apoio se encontra disponível e quais

funções permanecem frágeis ou ausentes, o instrumento cria condições para que o profissional sustente a elaboração desse material relacional junto à mulher, favorecendo a identificação de possibilidades concretas de fortalecimento, redistribuição ou ampliação da rede social significativa. Sob essa perspectiva, o mapa não apenas torna visíveis os apoios já existentes, mas também amplia sua potencial mobilização, favorecendo estratégias mais situadas e efetivas de enfrentamento da internação neonatal.

Essa dimensão interventiva torna-se ainda mais expressiva quando se considera a própria instituição de saúde como parte da rede social significativa no contexto da internação neonatal. Em situações de crise, determinados vínculos institucionais podem adquirir centralidade na sustentação do sujeito, especialmente quando outras fontes de apoio se mostram frágeis, ambivalentes ou insuficientes.

No caso das Unidades Neonatais, a equipe de saúde, os serviços assistenciais e a própria organização institucional podem passar a exercer funções que extrapolam a dimensão estritamente técnica do cuidado, comparecendo como apoio emocional, ao oferecer acolhimento e reconhecimento da experiência materna; como guia cognitivo e conselho, ao traduzir informações, reduzir incertezas e sustentar a inteligibilidade do processo de internação; como regulação social, ao organizar pactuações e mediar relações; como ajuda material e de serviços, pela oferta direta de recursos especializados; e, em alguns casos, como via de acesso a novos contatos e circuitos de proteção, aspectos também evidenciados em estudos sobre apoio da equipe, cuidado centrado na família e práticas humanizadas em unidades neonatais (Souza *et al.*, 2010; Tosca *et al.*, 2020; Negarandeh *et al.*, 2021; Toivonen *et al.*, 2023).

Nessa perspectiva, o Mapa de Redes também permite que a instituição se reconheça como agente implicado na trama relacional que envolve a mulher, e não apenas como cenário técnico no qual o cuidado se desenrola. Esse deslocamento é particularmente importante para o campo da humanização, pois impede que o serviço se limite a identificar carências externas e o convoca a interrogar o lugar que ele próprio ocupa na sustentação da experiência materna. Essa leitura encontra ressonância na Política Nacional de Humanização (2004), ao sustentar que humanizar implica transformar simultaneamente os modos de cuidar e os modos de gerir, reconhecendo trabalhadores, usuários e gestores como corresponsáveis pela produção da saúde.

No contexto das Unidades Neonatais, isso significa compreender que a equipe e o serviço não figuram apenas como suporte técnico, mas como componentes ativos da rede de sustentação da mulher, com potencial para acolher, mediar, orientar e produzir continência em situações de elevada vulnerabilidade. Assim, quando o mapa evidencia redes pouco disponíveis

ou funcionalmente limitadas, ele não apenas orienta a mobilização de apoios já existentes, mas também sinaliza os pontos em que a equipe pode - e, em certa medida, precisa - assumir papel mais ativo na produção de suporte, segurança e continência.

Considerações Finais

A discussão desenvolvida ao longo deste capítulo permitiu sustentar que o Mapa de Redes, fundamentado na perspectiva de Carlos Sluzki, ultrapassa a condição de recurso gráfico de levantamento de vínculos e se afirma como dispositivo clínico-interventivo com potência para ampliar práticas de cuidado humanizado no contexto das Unidades Neonatais. Em um cenário marcado por intensa sobrecarga emocional, reorganização abrupta da vida cotidiana, fragilização de apoios e dependência institucional, o instrumento mostrou-se capaz de tornar visível a trama relacional que sustenta - ou, em certas circunstâncias, deixa de sustentar - a experiência materna, deslocando o foco do sujeito isolado para as condições concretas de produção e sustentação do cuidado.

Ao articular os planos investigativo, clínico e interventivo, o Mapa de Redes evidenciou sua relevância para a compreensão e a qualificação da experiência materna em contexto de internação neonatal. No plano investigativo, permitiu apreender a composição, a extensão e a funcionalidade da rede social significativa, distinguindo quantidade de vínculos e qualidade do apoio efetivamente disponível. No plano clínico, favoreceu processos de elaboração de ausências, frustrações, ambivalências e reposicionamentos subjetivos, criando condições para que as mulheres pudessem revisar expectativas, ressignificar pertencimentos e produzir novas leituras sobre os modos de sustentação e falha presentes em suas relações. No plano interventivo, ofereceu subsídios concretos para a construção de estratégias de cuidado mais situadas, capazes de reconhecer fragilidades, mobilizar recursos existentes e identificar pontos em que a presença institucional se torna decisiva.

Um dos aspectos mais relevantes evidenciados pela análise refere-se ao reconhecimento da instituição de saúde como parte da rede social significativa em situações de crise. Tais achados dialogam com estudos recentes que apontam o apoio social e a responsividade institucional como dimensões relevantes para o enfrentamento, a resiliência materna e a qualificação do cuidado ao recém-nascido prematuro ou hospitalizado (Montagner *et al.*, 2022; Eduku *et al.*, 2024; Negarandeh *et al.*, 2021).

Ao mostrar que profissionais e serviços podem assumir funções de apoio emocional, guia cognitivo, regulação social, ajuda material e mediação de novos contatos, se reforça que a humanização do cuidado não pode ser reduzida a um princípio abstrato ou a uma diretriz normativa descolada das práticas concretas. Humanizar, nesse contexto, implica reconhecer a centralidade da vida relacional na experiência materna e interrogar criticamente o lugar que a própria equipe ocupa na sustentação dessa experiência.

Nessa direção, a incorporação do Mapa de Redes às práticas em Unidades Neonatais pode ser compreendida como estratégia afinada com a Política Nacional de Humanização, na medida em que amplia a escuta, fortalece a corresponsabilização e desloca o cuidado de uma lógica estritamente procedimental para uma abordagem relacionalmente situada. Ao evidenciar que o sofrimento materno e a experiência neonatal são atravessados por vínculos, ausências, suportes e fragilidades institucionais, o instrumento contribui para concretizar, no cotidiano dos serviços, a aposta ético-estético-política da humanização em saúde.

Desse modo, o uso do Mapa de Redes em Unidades Neonatais revela-se promissor não apenas como estratégia metodológica de produção de conhecimento, mas como ferramenta de ampliação da escuta, do acolhimento e do planejamento compartilhado do cuidado. Sua contribuição reside em permitir que apoios, ausências, fragilidades e potencialidades da rede sejam reconhecidos de modo mais nítido, favorecendo intervenções menos genéricas e mais comprometidas com a singularidade das mulheres e com a complexidade dos vínculos que atravessam a hospitalização do recém-nascido.

Por fim, considera-se que a incorporação e a inovação de tecnologias sociais em nível relacional, como o Mapa de Redes, pode fortalecer práticas em saúde comprometidas com a integralidade, a corresponsabilização e a defesa dos direitos das mulheres em contextos de alta vulnerabilidade. Ao evidenciar que o cuidado neonatal não se restringe ao campo biomédico, mas se inscreve em uma trama de relações, afetos, expectativas e suportes desigualmente distribuídos, o instrumento contribui para o avanço de práticas clínicas e institucionais mais sensíveis, reflexivas e eticamente comprometidas com a vida em sua dimensão relacional.

Referências

ANDREANI, Grace; CUSTÓDIO, Zaira Aparecida de Oliveira; CREPALDI, Maria Aparecida. Tecendo as redes de apoio na prematuridade. *Aletheia*, Canoas, n. 24, p. 115-126, jul./dez. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. *HumanizaSUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

EDUKU, Sabina; ANNAN, Emma; AMPONSAH, Mary Ani. Maternal social support and resilience in caring for preterm newborns at the neonatal intensive care unit (NICU): a qualitative study. *Heliyon*, [s. l.], v. 10, n. 14, e34731, 2024. DOI: 10.1016/j.heliyon.2024.e34731.

GONÇALVES, Tonantzin Ribeiro; PAWLOWSKI, Juciane; BANDEIRA, Denise Ruschel; PICCININI, Cesar Augusto. Avaliação de apoio social em estudos brasileiros: aspectos conceituais e instrumentos. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 1755-1769, 2011.

KLAWETTER, Susanne; GREENFIELD, Jennifer C.; ROYBAL, Kristi; SCOTT, Jessica L.; HWANG, Sunah S.; NEU, Madalynn. Mothering in the NICU: a qualitative exploration of maternal engagement. *Social Work in Health Care*, v. 58, n. 8, p. 746-763, 2019. DOI: 10.1080/00981389.2019.1629152.

MAFFEI, Bruna; MENEZES, Marina; CREPALDI, Maria Aparecida. Rede social significativa no processo gestacional: uma revisão integrativa. *Revista da SBPH*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 216-237, 2019. DOI: 10.57167/Rev-SBPH.22.186.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MONTAGNER, Carolina Daniel; ARENALES, Nadja Guazzi; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. Mães de bebês em UTIN: rede de apoio e estratégias de enfrentamento. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 34, p. 1-10, 2022. DOI: 10.22409/1984-0292/2022/v34/28423.

MORE, Carmen Leontina Ojeda Ocampo; CREPALDI, Maria Aparecida. O mapa de rede social significativa como instrumento de investigação no contexto da pesquisa qualitativa. *Nova Perspectiva Sistêmica*, São Paulo, v. 21, n. 43, p. 84-98, dez. 2012.

NEGARANDEH, Reza; HASSANKHANI, Hadi; JABRAEILI, Mahnaz; et al. Health care staff support for mothers in NICU: a focused ethnography study. *BMC Pregnancy and Childbirth*, London, v. 21, art. 455, 2021. DOI: 10.1186/s12884-021-03915-9.

PINHEIRO, Sarah Rayssa Cordeiro Sales; GUBERT, Fabiane do Amaral; MARTINS, Mariana Costa; et al. Autoeficácia e apoio social das mães de prematuros em unidade neonatal. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife, v. 23, 2023. DOI: 10.1590/1806-9304202300000289.

SANTOS, Ana Cláudia Wendt dos. *Mulheres, violência, rede de serviços de referência e suporte psicossocial*. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SLUZKI, Carlos E. *A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SLUZKI, Carlos E. A rede social: proposições gerais. In: SLUZKI, Carlos E. *A rede social na prática sistêmica*. Porto Alegre: Casa do Psicólogo, 2006.

SOUZA, Kleyde Ventura de *et al.* Assistência humanizada em UTI neonatal: os sentidos e as limitações identificadas pelos profissionais de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 471-480, 2010.

TOSCA, Christina Fiorini; RIMOLO, Maitê Larini; BREIGEIRON, Márcia Koja. Apoio oferecido aos pais de neonatos pela equipe de enfermagem. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife, v. 20, n. 1, p. 55-63, 2020. DOI: 10.1590/1806-93042020000100004.

TOIVONEN, Mirka; LEHTONEN, Liisa; AHLQVIST-BJÖRKROTH, Sari; AXELIN, Anna. Effects of the Close Collaboration With Parents intervention on the quality of family-centered care in NICUs. *Advances in Neonatal Care*, Hagerstown, v. 23, n. 3, p. 281-289, 2023. DOI: 10.1097/ANC.0000000000000953.

ZANFOLIM, Lúgia Carla; CERCHIARI, Ednéia Albino Nunes; GANASSIN, Fernanda Mota. Dificuldades vivenciadas pelas mães na hospitalização do filho em unidade neonatal. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 38, n. 1, p. 22-35, 2018.

O MECA GENOGRAMA COMO INSTRUMENTO DE COLETA NO CONTEXTO DA PESQUISA: buscando o protagonismo das famílias migrantes

Ana Paula Risson

Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré

Introdução

Atendendo ao objetivo central deste livro, que versa sobre propostas metodológicas inovadoras no campo da pesquisa e das tecnologias sociais, o presente capítulo visa a apresentação de um instrumento de coleta de dados para ser utilizado no contexto da pesquisa científica junto a famílias em processo de migração, denominado Meca Genograma. Assim, apresentar-se-á brevemente as bases teóricas que o sustentam e suas aproximações e diferenças com o genograma tradicional, para depois apresentar os passos de construção e aplicação do Meca Genograma e os aspectos éticos envolvidos.

Cumprir apontar que o Meca Genograma se constitui numa releitura do genograma tradicional, o qual é reconhecido atualmente como um dos principais instrumentos de compreensão e intervenção com famílias em diferentes contextos. Por meio da combinação de figuras geométricas, emergem do genograma as relações e as configurações familiares, a transgeracionalidade e a história afetiva dos vínculos (Crepaldi; Moré; Schultz, 2014).

Trata-se de um instrumento útil e eficaz para a compreensão do funcionamento do sistema familiar, que inclui aspectos relacionais, emocionais, transgeracionais, repetição de padrões, cortes emocionais e triangulações. Além de permitir a visualização de elementos gráficos que “falam sobre a família”, o genograma desencadeia reflexões e diálogos que não estão explícitos, por meio da trama de símbolos (Macedo, 2014).

As múltiplas possibilidades de utilização do genograma somam-se a outras duas características. A primeira é o baixo custo, pois sua construção demanda apenas folha de papel ou cartolina e lápis ou caneta. A segunda é sua versatilidade, pois pode ser utilizado no contexto da clínica, das políticas públicas e da pesquisa acadêmica.

No contexto brasileiro, observa-se o registro de utilização e aplicação do genograma em uma diversidade de situações e campos de atuação, como em temáticas de orientação profissional (Macedo, 2014), no trabalho com crianças (Zerbini, 2014) e com jovens (Feijó, 2014), na investigação sobre violência (Cantelmo; Costa, 2014), na vivência da sexualidade

(Hintz; Forgearini), na formação de terapeutas (Cervený; Galano, 2014), no desenvolvimento de pesquisas científicas (Crepaldi; Moré; Schultz, 2014), em experiências nas políticas públicas como SUS e SUAS (Barreto; Crepaldi, 2017) e na clínica médica (Lima, 2014), e no contexto das migrações (Queiroz, 2008; Falicov, 2014). Tais experiências indicam e afirmam que se trata de um instrumento acessível, com baixo ou nulo custo e versátil para conhecer as dinâmicas familiares.

A partir das experiências exitosas com o uso do genograma e de pesquisas sobre famílias imigrantes, tomou-se conhecimento do Meca Genograma (Falicov, 2014). Esse instrumento tornou-se central para a coleta de dados da pesquisa de doutorado intitulada “Famílias imigrantes com filhos nascidos no Brasil: processo migratório, reconstrução da dinâmica familiar e estressores do ciclo vital” (Risson, 2023).

O Meca Genograma, objeto principal de análise neste capítulo, é um instrumento que se originou da Abordagem Multidimensional, Ecológica e Comparativa (originalmente *Multidimensional, Ecosystemic, Comparative Approach - MECA*), proposta por Celia Jaes Falicov (2014, 2016) a partir de suas pesquisas e intervenções com famílias imigrantes na Califórnia, e da adaptação do Modelo Bioecológico de Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner. A própria autora denomina a abordagem como uma proposta teórico-sistêmica de compreender famílias em situação de migração. Em complemento, destaca-se que Falicov tem nacionalidade argentina e é radicada nos Estados Unidos, fato este que, segundo ela, a sensibilizou para se aproximar, trabalhar e realizar pesquisas junto a famílias latino-americanas residentes nos Estados Unidos (Falicov, 2014).

No que se refere à abordagem conceitual que sustenta o Meca Genograma, esta amplia as possibilidades de entendimento da família imigrante integrando quatro dimensões temáticas: 1) migração e aculturação; 2) contexto ecológico; 3) ciclo vital familiar; e 4) organização familiar. Cada uma dessas dimensões congrega um conjunto de aspectos relacionados ao seu nome, os quais guiam a percepção sobre a condição de vida do imigrante ou da família imigrante. Essas quatro dimensões possibilitam interseccionar tanto os aspectos relacionados à família (ciclo vital e organização familiar) quanto os aspectos contextuais, sociais e culturais (contexto ecológico, migração e aculturação) que a perpassam.

Por sua vez, Falicov (2014) agrupa essas dimensões em dois construtos estruturantes para melhor conceitualizar os processos vitais enfrentados pelas famílias imigrantes, com vistas a melhor contextualizar as experiências migratórias, à luz dos novos territórios culturais e sociais.

O primeiro se refere à justiça social, a qual integra as dimensões de migração, aculturação e contexto ecológico, enfocando os efeitos das diferenças de poder (desigualdades de gênero, econômicas ou raciais) e estressores sociopolíticos ou contextuais sobre o bem-estar e a saúde mental individual e familiar. Pela perspectiva da justiça social, são reconhecidos os efeitos de questões sociopolíticas, condições de vida, fatores estressantes contextuais, desigualdades sociais, discriminação, entre outros que podem repercutir na saúde física e mental das pessoas em situação de vulnerabilidade (de migrantes ou famílias migrantes).

Ancorada em Montalvo e Gutiérrez (1983), a autora reitera que, sem uma lente que reconheça o impacto das desigualdades sociais, as questões culturais podem ser usadas como meras "explicações" para, por exemplo, o fracasso econômico, a violência doméstica ou o desempenho escolar, minimizando, assim, os efeitos negativos da pobreza ou da discriminação racial (Falicov, 2014).

O segundo constructo, ainda conforme a autora citada, é denominado diversidade cultural. Reúne as dimensões da organização familiar e do ciclo de vida familiar e tem, como foco de análise, as questões culturais das pessoas com base em sua etnia, religião, nacionalidade, profissão ou ideologia política. Pela diversidade cultural, busca-se conhecer, por exemplo, crenças, estilos de comunicação, tradições ou rituais de imigrantes e famílias imigrantes (Falicov, 2014).

Com o intuito de melhor compreensão do instrumento, apresentamos um quadro explicativo da própria autora sobre os temas abordados nas dimensões propostas e na sistematização dos constructos.

Quadro 1 – Dimensões temáticas e construtos de Falicov

Transformações: continuidade e mudanças	Migração e aculturação	• Tipo da migração (p. ex., não documentada) • Composição das separações (p. ex., pai sozinho) • Trauma pré, durante e pós-migração • Perdas e ganhos • Erradicação dos significados • Transnacionalismo • Família psicológica ou virtual • Aculturação complexa (p. ex., alternância) • Rituais espontâneos • Exposição transnacional da segunda geração • Biculturalismo adolescente-pais	Justiça social
	Contexto ecológico	• Pobreza • Trabalho/escola • Bairro • Isolamento • Comunidade ética • Comunidade virtual • Igreja e religião • Racismo/recepção anti-imigrante • Perigos do contexto (drogas, violência, gangues) • Proteções do contexto (língua, rede social)	
	Ciclo vital familiar	• Ideais culturais • Significados • Momentos • Transições • Rituais • Práticas sociocêntricas de criação dos filhos • Dilemas desenvolvimentais (autonomia/lealdade à família) • Tentativas de suicídio e conflitos pais-adolescentes • Acúmulo de transições • Ausências de marcadores cruciais no ciclo vital	Diversidade cultural
	Organização familiar	• Separações e reunificações • Conexões à longa distância • Cuidados por parentes: triângulos transnacionais • Remessas • Estresses relacionais - Evoluções de gênero - Polarizações quanto à migração - Ambiguidade das fronteiras	

Fonte: Falicov (2016, p. 299)

Passos e processo de construção do meca genograma para sua aplicação

Para a coleta de dados, optou-se pela integração de diferentes instrumentos, por reconhecer que essa combinação gera condições de explorar em profundidade as experiências de famílias haitianas no Brasil. Foram eles:

Entrevista em profundidade e questionário sociodemográfico

A entrevista em profundidade, também denominada entrevista semiestruturada, configura-se como uma das maneiras de conduzir a coleta de dados pela interação de pesquisador e pesquisado. A entrevista em profundidade é reconhecida por Moré (2015, p. 127) como um espaço relacional privilegiado, “[...] criado e proposto pelo investigador, em que o participante expressará livremente suas opiniões, vivências e emoções que constituem suas experiências de vida, cabendo ao pesquisador o controle do fluxo das mesmas.” Partindo disso, entende-se que a entrevista em profundidade permite um encontro intersubjetivo entre participantes e pesquisador.

Integrado à entrevista em profundidade, foi aplicado o questionário sociodemográfico, com o objetivo de conhecer as características de trabalho, renda, moradia, configuração familiar e acesso a serviços (creche e escola). Além disso, a partir da entrevista, pode-se coletar informações para construir o Meca Genograma.

O roteiro da entrevista foi elaborado a partir da proposta de Moré (2015), que organiza essa construção em cinco momentos. No *primeiro momento*, as perguntas norteadoras da entrevista são elencadas, considerando a fundamentação teórica do tema principal da investigação e as quatro dimensões da Abordagem Multidimensional, Ecológica e Comparativa (MECA) que sustentam o instrumento a ser utilizado, neste caso o Meca Genograma.

O segundo momento contempla a elaboração das perguntas principais e complementares para cada item norteador. O roteiro das perguntas deve integrar questões que permitam a descrição da experiência pelos participantes e que propiciem reflexões e problematizações, devendo ser inseridas pelo pesquisador à medida em que a narrativa se desenvolve. Nesse momento, o roteiro é submetido ao mediador cultural e linguístico para suas sugestões de adequação.

No terceiro momento, ainda prévio à ida a campo, treinar-se-á com outros pesquisadores experientes as perguntas que serão realizadas, utilizando a técnica de *role play*. Almeja-se com esse treino prévio evitar a influência do pesquisador para além do objetivo central proposto na pesquisa. Cumpre apontar que, ao trabalhar com famílias migrantes, o pesquisador estará exposto a idiomas e expressões culturais diferentes, o que constitui um aspecto ético e de respeito para com os participantes que necessariamente precisa ser considerado. Nesse caso, a

figura de um mediador cultural constitui um elemento central para a produção de um trabalho culturalmente adequado.

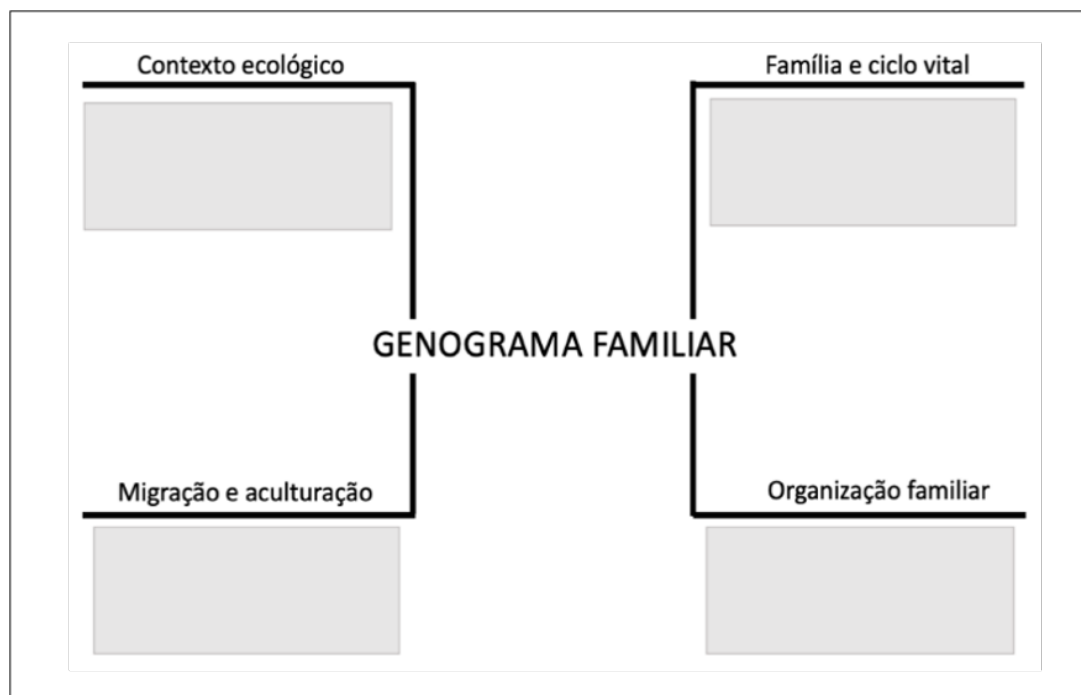
O quarto momento se constitui na realização da entrevista em profundidade, utilizando roteiro pré-estruturado, e se dá após a entrevista. Aqui se analisam as narrativas emergentes, as intercorrências imprevisíveis durante a coleta de dados e o tempo de aplicação dos instrumentos envolvidos. O objetivo desse momento é detectar a sensibilidade às perguntas realizadas em torno do objetivo central do estudo e a necessidade de sua adequação.

O Meca Genograma e sua aplicação

O Meca Genograma, como representado na Figura 1, está diretamente relacionado às quatro dimensões da Abordagem Multidimensional, Ecolossistêmica e Comparativa (MECA), que são: contexto ecológico, migração e aculturação, organização familiar e família e ciclo vital (Falicov, 2014).

No centro do Meca Genograma registra-se o genograma na família, com os símbolos tradicionalmente conhecidos do genograma e em cada canto registram-se as informações relacionadas a cada uma das dimensões descritas.

Figura 1: Meca Genograma



Fonte: Falicov (2014, p. 39)

Para a elaboração do Meca Genograma, inicialmente explicou-se para as participantes do que se tratavam aqueles “desenhos” e “símbolos”. Cabe apontar que na primeira entrevista de elaboração do Meca Genograma uma das participantes afirmou que o desenho parecia uma árvore genealógica; adotou-se então essa comparação nas demais explicações.

Após a explicitação do Termo de Consentimento, o qual foi apresentado também em versão no idioma original das participantes, creole, foram realizados dois encontros com cada participante da pesquisa. No primeiro, foi aplicada a entrevista em profundidade e o questionário sociodemográfico. Após a entrevista, a partir das informações coletadas, elaborava-se uma primeira versão do Meca Genograma. Assim, no segundo encontro com a participante, levava-se essa primeira versão do Meca Genograma e se concluía sua elaboração. A pesquisadora, acompanhada pelo mediador cultural e linguístico, tinha em mãos para elaboração do genograma papel A3, lápis, canetas e borracha.

Diário de campo da pesquisadora como instrumento integrador

Paralelamente à aplicação dos instrumentos acima, a pesquisadora realizou anotações complementares às informações e às análises que emergiram do contexto da pesquisa, registradas em forma de memorandos no *software* Atlas.ti. Ainda que se considere que os memorandos tenham sido essenciais para a integralização dos dados coletados, avalia-se que eles não se configuraram como outro instrumento de coleta de dados e, sim, como espaço de registro auxiliar. Tais anotações podem ser identificadas com o que Minayo (2009) define como diário de campo, um “amigo silencioso” do pesquisador. O diário de campo, para a referida autora, consiste no registro das percepções, angústias, questionamentos, informações e descrições realizado pelo pesquisador, congregados em torno dos objetivos gerais e específicos da pesquisa.

Nesse sentido, Böing, Crepaldi e Moré (2008) consideram que as anotações do diário de campo são “dados integradores” relevantes para a análise dos outros instrumentos utilizados, auxiliando tanto na compreensão quanto na contextualização da análise do campo de pesquisa (Böing; Crepaldi; Moré, 2008). A partir desse entendimento, o diário de campo foi utilizado para o registro de reflexões da pesquisadora na coleta de dados e na observação de notícias relacionadas às migrações humanas no mundo.

Procedimentos para a coleta de dados

O conjunto de procedimentos para a coleta de dados desta pesquisa foi dividido em três grandes etapas. A primeira etapa refere-se aos procedimentos relacionados ao projeto de pesquisa, como escrita, qualificação com a banca avaliadora e submissão ao Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da UFSC. A segunda etapa abarca os procedimentos referentes à preparação para a ida a campo, como revisão do roteiro de entrevista conjuntamente com o mediador cultural e linguístico, criação de estratégias de contato com as participantes e definição de cronogramas de pesquisa de campo. E a terceira etapa, em que se realizou efetivamente a pesquisa de campo, envolve contato com as primeiras participantes, realização das entrevistas, readequações nas estratégias de coleta de dados, agradecimento e despedida das participantes da pesquisa (Quadro 2).

Quadro 2: Sistematização das etapas da pesquisa.

Etapas	Procedimentos
Preparação para a pesquisa de campo	1. Revisão do roteiro de entrevista conjuntamente com o mediador cultural e linguístico, de nacionalidade haitiana; 2. Reunião com o mediador cultural e linguístico para a criação de estratégias de contato com as participantes; 3. Definição de datas e cronogramas de pesquisa de campo.
Pesquisa de campo	1. Contato com as primeiras possíveis participantes da pesquisa; 2. Realização das primeiras entrevistas e readequações nas estratégias de coleta de dados; 3. Realização das demais entrevistas, adotando a mudança na forma de coletar os dados. 4. Agradecimento e despedida das participantes da pesquisa.

Fonte: elaborado pelas autoras (2023)

Durante a realização da pesquisa, devido a imprevistos, foram necessárias adaptações. Inicialmente, foi planejada a realização da coleta de dados com cada participante de preferência em duas etapas – a primeira para aplicação da entrevista e do questionário sociodemográfico e a segunda para a elaboração do Meca Genograma, a fim de evitar o cansaço das participantes, com prejuízo para a coleta dos dados.

Todavia, nos contatos iniciais que antecederam a realização da quarta entrevista, a participante questionou se seria possível realizar as duas etapas em apenas uma, pois ela havia começado a trabalhar. Em diálogo entre pesquisadora e mediador cultural e linguístico, entendeu-se que seria interessante fazer uma tentativa a fim de avaliar se seria adotada a coleta com cada participante em apenas um momento.

Ao final dessa entrevista, avaliou-se que 1) não houve prejuízos na qualidade dos dados coletados e 2) que cada encontro entre pesquisadora e participante demandaria mais tempo, visto que seriam três instrumentos a serem aplicados. Portanto, a partir dessa entrevista, passou-se a oferecer a cada participante a possibilidade de realizar a entrevista em um ou dois momentos. Por fim, quatro escolheram participar da pesquisa por meio de um encontro apenas.

Organização e análise de dados

Para a organização e a análise dos dados utilizou-se a *Grounded Theory*, traduzida para a língua portuguesa como Teoria Fundamentada nos Dados (TFD), como condução teórica e metodológica. Para Charmaz (2009), a pesquisa orientada pela TFD apresenta alguns componentes determinantes, como realização simultânea de coleta e análise de dados, construção de código e categorias a partir dos dados e redação de memorandos para elaborar categorias.

A organização e a análise dos dados, alinhando-se a Strauss e Corbin (2008), seguiu as três etapas de codificação proposta por essas autoras: aberta, axial e seletiva. A codificação aberta dedica-se à leitura sucessiva do material coletado e sistematizado (transcrições das entrevistas e Meca Genogramas), com vistas a identificar temas, fenômeno e conceitos, iniciando o agrupamento pela proximidade de seus conteúdos. Na etapa seguinte, a codificação axial, busca-se realizar aproximações ou conexões entre os agrupamentos iniciados na etapa anterior, diferenciando-os entre subcategorias e elementos de análise. Finalmente, a codificação seletiva dedica-se ao refinamento da organização dos dados nas dimensões, categorias, subcategorias e elementos de análise, levando em consideração o objeto e os objetivos da pesquisa.

Alinhado a essas etapas, o conjunto de dados coletados se organiza nos seguintes materiais analisados: 1) transcrição dos sete questionários sociodemográfico; 2) transcrição das sete entrevistas em profundidade; 3) desenho dos sete Meca Genogramas; 4) registros em diário de campo da pesquisadora.

Como recurso para auxiliar para organização, sistematização e análise dos dados foi utilizado o *software* Atlas.ti na versão 22.1.0. Atualmente, o potencial deste *software* é reconhecido por várias áreas do conhecimento, contribuindo significativamente com o trabalho do pesquisador e a qualidade da análise dos dados.

Síntese da história de vida e meca genograma das participantes

Como mencionado, o estudo foi realizado com sete mulheres haitianas. Todavia, serão apresentados como exemplificação três Meca Genogramas e histórias de vida de três participantes, quais sejam: Participante G, Participante Y e Participante L.

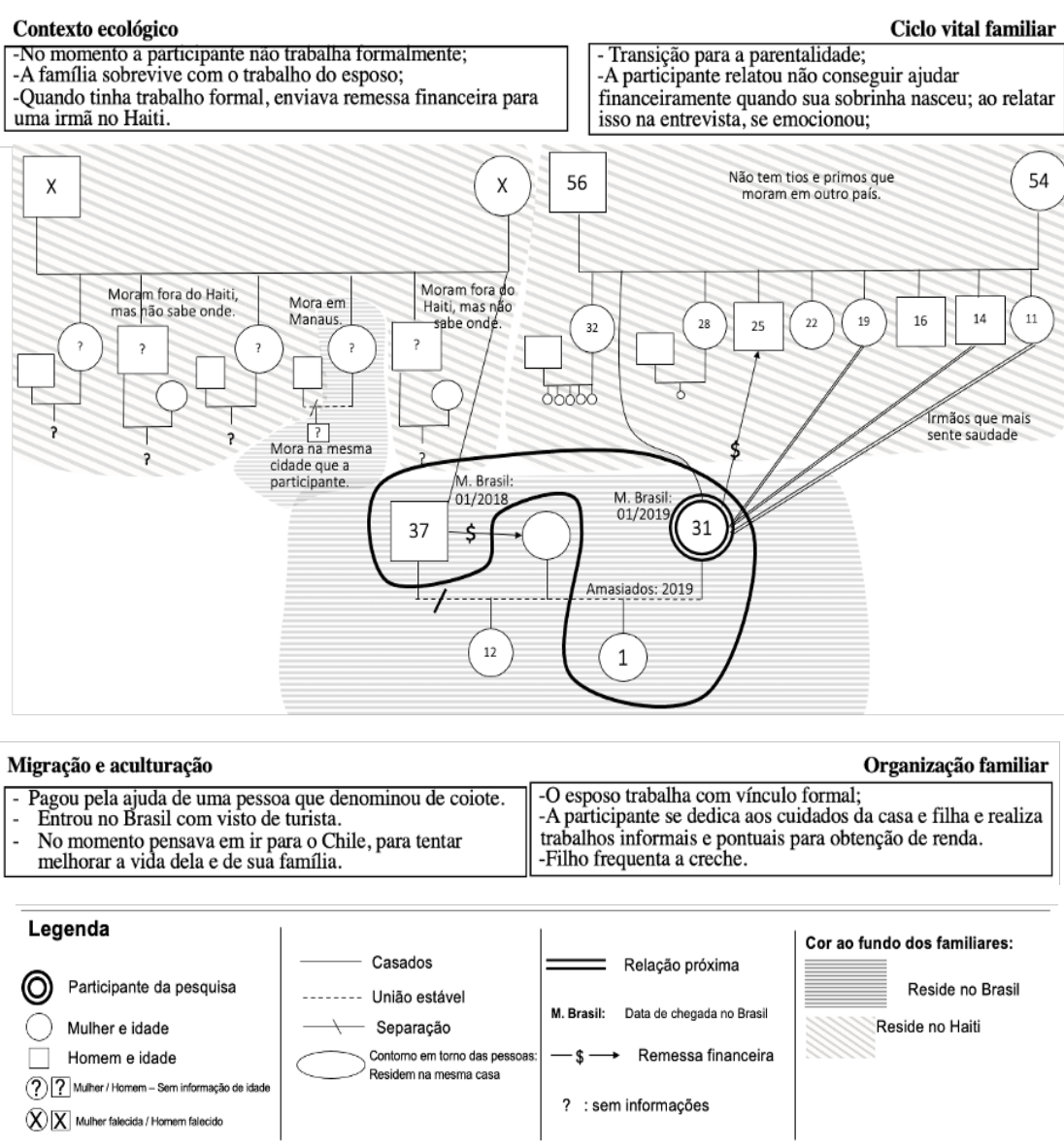
Participante G

A Participante G tem 31 anos, cursou Ensino Fundamental completo e, no Haiti, desempenhava a função de comerciante. A decisão de sair do país se deu pelo contexto de violência, sendo que o Brasil foi escolhido porque seu esposo já se encontrava aqui. G conheceu seu esposo no Haiti, onde ficaram juntos por 1 mês. Ela chegou ao Brasil oito meses depois do marido, em 2019. Após três meses no Brasil, ela engravidou, fato que, juntamente com a pandemia, a impediu de permanecer em um emprego formal. Atualmente reside com seu esposo e a filha de 1 ano e 11 meses. Trabalhou em um emprego não formal por 5 meses e, atualmente, encontra-se desempregada.

A entrevista foi realizada na presença do mediador cultural e linguístico, a pedido da participante que afirmou, nos contatos para realização do agendamento, que acreditava que não conseguiria responder à pesquisa em língua portuguesa, ainda que entendesse bem o idioma.

No momento da entrevista, estava presente na residência a filha da participante, que demandava atenção e cuidados. O esposo não se encontrava no local, pois estava trabalhando. G. mostrava-se interessada e engajada com a participação na pesquisa. Notou-se que ela compreendia as perguntas realizadas em português, mas respondia em creole.

Figura 2: Meca Genograma da Participante G.



Fonte: elaborado pelas autoras (2023)

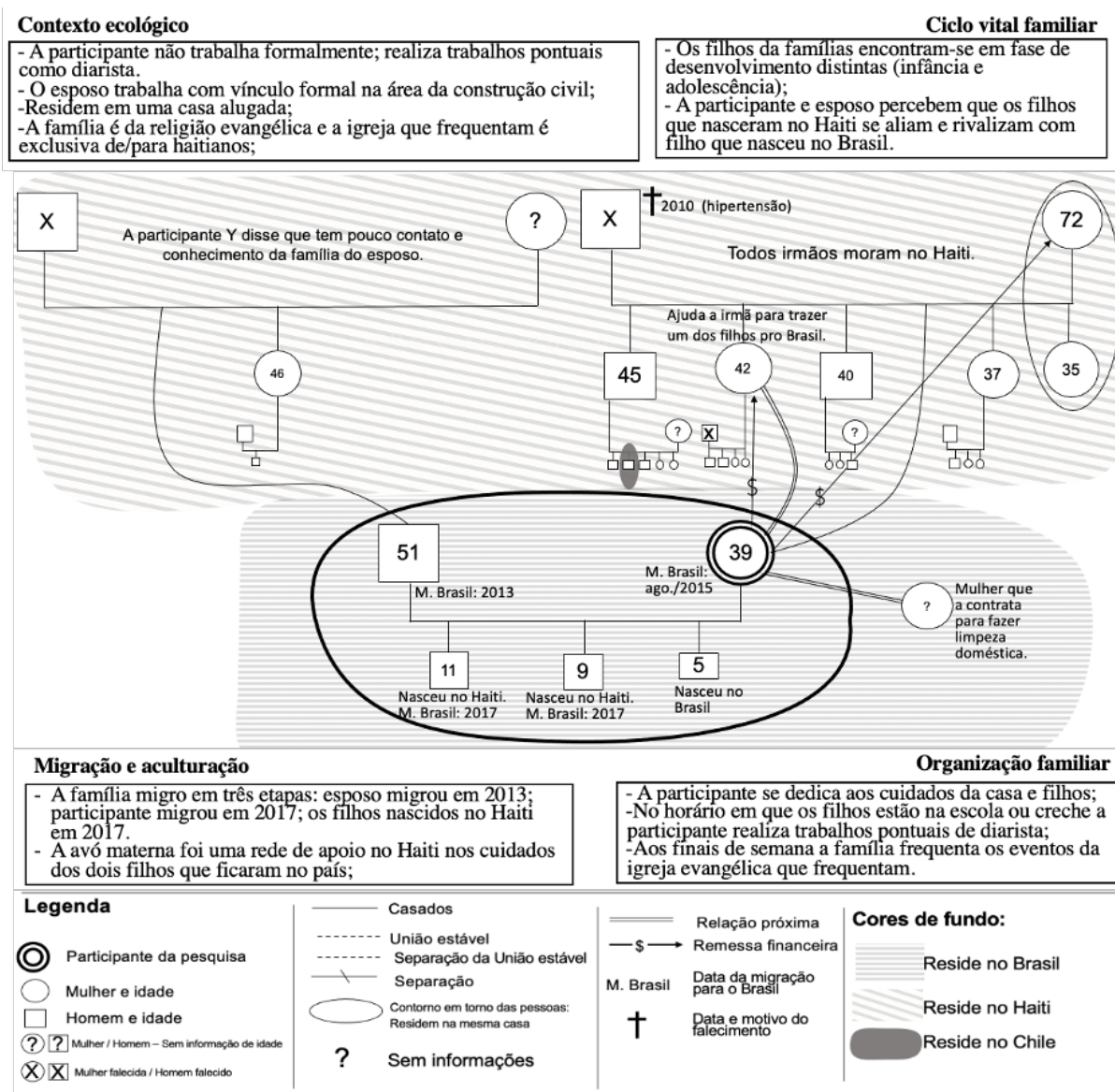
Participant Y

A Participante Y tem 39 anos, cursou Ensino Fundamental completo, é evangélica e no Haiti trabalhava como comerciante. Chegou ao Brasil em 2015, dois anos depois de seu esposo. Está casada há 22 anos e tem três meninos. Os filhos de 11 e 9 anos nasceram no Haiti e chegaram ao Brasil em 2017, e o filho de 5 anos nasceu no Brasil.

No momento da pesquisa, ela se encontrava sem vínculo empregatício formal, trabalhando como empregada doméstica de maneira pontual. Seus filhos mais velhos

frequentam a escola e no contraturno são alunos de um projeto social do bairro, e seu filho mais novo frequenta a creche no período matutino. Y e sua família residem em casa alugada.

Figura 3: Meca Genograma da Participante Y



Fonte: elaborado pelas autoras (2023)

Nas conversas prévias à entrevista, a participante pediu para que as duas etapas de sua participação fossem realizadas em um único dia, já que isso facilitaria na organização da dinâmica da casa e da família. Também preferiu que o mediador cultural e linguístico estivesse presente, pois alegou dificuldades com o idioma português.

No dia da entrevista, toda a família estava em casa e, no decorrer de sua realização, os filhos procuravam a mãe para pedir ajuda com as roupas que usariam para o evento do final da

tarde na igreja. Encontrava-se também na casa da participante a filha de um casal de amigos, de 1 ano de idade, enquanto os pais trabalhavam.

A entrevista foi realizada na parte externa da casa, enquanto a família realizava atividades na parte interna. No decorrer da entrevista, participante, pesquisadora e mediador precisaram se revezar nos cuidados e entretenimento dessa criança.

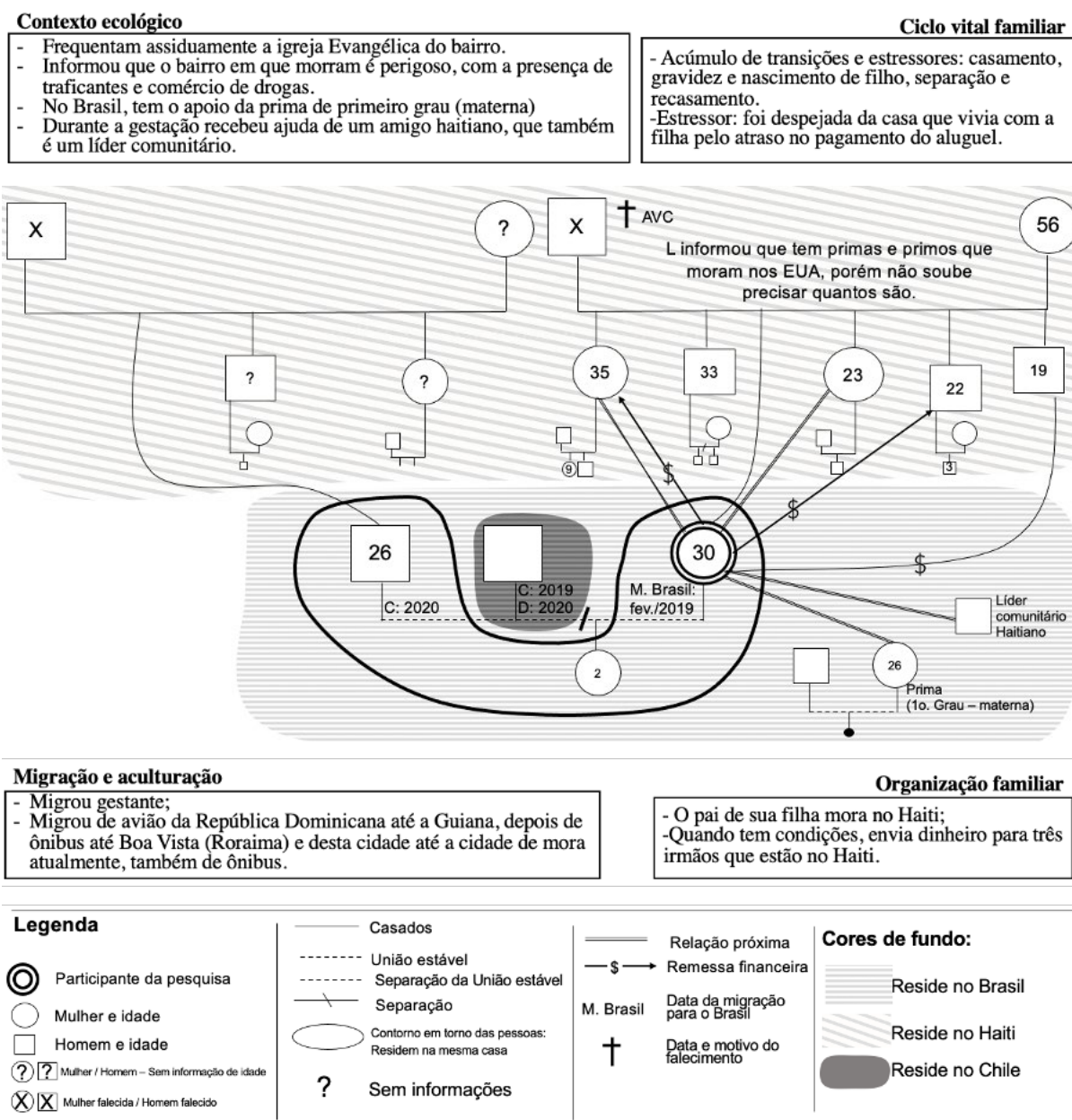
Participante L

A Participante L tem 30 anos, Ensino Médio incompleto e, no Haiti, realizava trabalhos no setor de limpeza e costura. Teve um relacionamento do qual engravidou de sua filha e, aos três meses de gestação, decidiu migrar e assim o fez, realizando a migração sozinha, já que o pai de sua filha não migrou. Chegou ao Brasil em fevereiro de 2019 e contou com a ajuda de um líder comunitário haitiano. Separou-se do pai de sua filha em 2020 e, atualmente, vive com seu novo esposo.

A família reside em uma casa localizada em um bairro reconhecido pela população local e avaliado pela própria participante como perigoso. No dia em que a pesquisa foi realizada, para acessar a residência da participante foi necessário informar aos homens que estavam próximos da casa de L quem estávamos procurando e qual o motivo da visita. Reunindo as informações da participante com a experiência da pesquisadora e do mediador, entendeu-se que aqueles homens atuavam no comércio de drogas do bairro.

No momento da pesquisa, a Participante L encontrava-se desempregada; todavia, já tivera um vínculo empregatício do qual foi demitida no início da pandemia. Essa demissão lhe possibilitou o direito de acessar o auxílio emergencial do governo brasileiro.

Figura 4: Meca Genograma da Participante L.



Fonte: elaborado pelas autoras (2023)

A entrevista com a participante foi realizada com a presença do mediador cultural e linguístico a pedido dela e em um único momento, visto que algumas vezes na semana ela realiza trabalhos pontuais em restaurantes, quiosques, bares ou hotéis. Estava presente a filha da participante e seu esposo se encontrava no trabalho.

Ao terminar a entrevista, enquanto aguardávamos o carro do aplicativo próximo à casa da participante, observamos que ela saiu de casa com roupa de trabalho. Ao passar por nós nos informou que estava indo trabalhar em um restaurante da cidade. Questionamos se a entrevista

havia atrapalhado seus horários, ela respondeu que não e complementou dizendo que não nos havia informado para que não nos preocupássemos.

Considerações Finais

Em termos de considerações finais deste trabalho, avaliou-se pertinente tecer reflexões sobre o caminho metodológico percorrido e a potencialidade dos instrumentos utilizados. Inicia-se pontuando que no decorrer da coleta de dados, ajustes metodológicos precisaram ser realizados com o objetivo de contornar atravessamentos, como a pandemia de Covid-19. Essa adaptação reiterou o quanto o campo de pesquisa é imprevisível, revelando as singularidades do processo de pesquisar. Ainda que se reconheça a importância de um projeto de pesquisa, da organização do pesquisador e da dimensão ética na produção do conhecimento, o campo de pesquisa não é estático e pode se configurar para além dos interesses de um estudo.

Diante dessa imprevisibilidade, a pesquisadora foi tomada por um conjunto de questionamentos e dilemas relativos à produção do conhecimento: que impactos essa mudança apresentou para a pesquisa? A pesquisa ainda segue o rigor metodológico? Essa mudança é coerente com a “ética da pesquisadora”? Possíveis respostas a esses dilemas foram encontradas no Pensamento Complexo, que comporta a imprevisibilidade dos processos. Paralelamente a esses questionamentos, também se avaliou se os objetivos do percurso metodológico foram atingidos, reconhecendo a quantidade, a qualidade e a profundidade dos dados coletados a partir da combinação da entrevista em profundidade, da aplicação do Meca Genograma e dos registros em diários de campo.

Nesta pesquisa adotaram-se abordagens teóricas que permitiram compreender o processo migratório das famílias pesquisadas, entre elas a Abordagem Multidimensional Ecológica Comparativa (MECA), de Falicov (2014), que sustentou as reflexões relacionadas às transformações da família imigrante no processo migratório, bem como a construção do Meca Genograma, a partir de quatro grandes dimensões: migração e aculturação, contexto ecológico, ciclo vital familiar e organização familiar.

Para o caminho metodológico sugere-se a combinação de instrumentos, pois permitem a aproximação e a compreensão de vivências e significados das famílias imigrantes em relação ao processo migratório. Destaca-se sobretudo o exercício constante da pesquisadora ou pesquisador em sustentar, permanentemente, uma postura culturalmente ética e adequada em relação às participantes e aos contextos em que aconteceram as entrevistas. Como parte dessa

postura, avalia-se que o mediador cultural e linguístico foi determinante para compreender, com maior fidedignidade, as narrativas das participantes.

Especificamente em relação à entrevista em profundidade, esta permitiu explorar e trazer à tona um conjunto de narrativas que contornam as vivências das mulheres imigrantes e suas famílias. Essas narrativas deixaram evidenciar as quatro dimensões da Abordagem Comparativa Multidimensional Eossistêmica, o que possibilita afirmar que a entrevista atingiu, de forma eficaz, os objetivos propostos.

O Meca Genograma, aplicado na sequência da entrevista em profundidade, refere-se a um instrumento que evidenciou sua potencialidade no uso com famílias imigrantes, oferecendo uma radiografia de suas vivências e vínculos à luz dos contextos dos processos migratórios. Apostando em seu caráter de ineditismo na produção de conhecimento no Brasil, esta experiência de uso do Meca Genograma permitiu comprovar que se trata de um instrumento com resultados eficientes para a compreensão das histórias e da condição de vida de imigrantes e de suas famílias, pois aprofunda a investigação de diversos elementos que perpassam a vida dessa população.

Avalia-se que esse instrumento também pode ser utilizado complementarmente às práticas de profissionais da saúde, educação e assistência social, contextualizando as demandas das famílias imigrantes. Dada a potencialidade do Meca Genograma, advoga-se por trabalhos que aprofundem o seu uso para explorar, por exemplo, a transgeracionalidade das famílias imigrantes.

Referências

- BARRETO, M.; CREPALDI, M. A. Genograma no contexto do SUS e suas aplicações a partir de um estudo de caso. *Nova Perspectiva Sistêmica*, v. 26, n. 58, p. 74–85, 2017. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/297>. Acesso em: 11 abr. 2026.
- BÖING, E.; CREPALDI, M. A.; MORÉ, C. L. O. O. Pesquisa com famílias: aspectos teórico-metodológicos. *Paidéia*, v. 18, n. 40, p. 251–266, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2008000200004> Acesso em: 11 abr. 2026
- CHARMAZ, Kathy. *Constructing grounded theory: a practical guide through qualitative analysis*. London: Sage Publications, 2006.
- CREPALDI, M. A.; MORÉ, C. L. O.; SCHULTZ, N. C. W. Genograma na pesquisa qualitativa. In: CERVENY, C. M. O. (org.). *O livro do genograma*. São Paulo: Roca, 2014. p. 197–210.

FALICOV, Celia Jaes. Processos das famílias imigrantes: uma estrutura multidimensional. *In*: WALSH, Froma. *Processos normativos da família: diversidade e complexidade*. Porto Alegre: Artmed, 2016. p. 297–323.

FALICOV, Celia Jaes. *Latino families in therapy*. 2. ed. New York: The Guilford Press, 2014.

FALICOV, Celia Jaes. Multiculturalism and diversity of families. *In*: SEXTON, T.; LEBOW, J. (org.). *Handbook of family therapy*. New York: Routledge, 2016.

MACEDO, Rosa Maria Stefanini; KUBLIKOWSKI, Ida. *Família e comunidade: interfaces da Psicologia Clínica*. Curitiba: CRV, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

RISSEN, A. P. *Famílias imigrantes com filhos nascidos no Brasil: processo migratório, reconstrução da dinâmica familiar e estressores do ciclo vital*. 2023. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

O GENOGRAMA COMO FERRAMENTA DE PRODUÇÃO SIMULTÂNEA DE INFORMAÇÃO NA PESQUISA E TRANSFORMAÇÃO CLÍNICA

Andreza Maria Neves Manfredini

Ceneide Maria de Oliveira Cervený

Carla Guanaes-Lorenzi

Introdução

Nos últimos anos de atuação em atendimentos clínicos com famílias e casais, vem-se observando uma crescente demanda por intervenções junto a esses sistemas de relacionamentos, que se apresentam a partir de uma complexificação dos fenômenos sociais e psicológicos que atravessam as relações contemporâneas. As temáticas são diversas, abrangendo questões de ordem financeira, sexual e racial, como também as transformações dos papéis familiares e o enfrentamento de doenças crônicas. Tais questões têm se apresentado de forma cada vez mais complexa e multifacetada, o que exige dos profissionais terapeutas de famílias e casais não somente seu manejo clínico, mas o desenvolvimento do interesse em realizar investigações de cunho científico sobre esses processos relacionais na atualidade.

Dessa forma, considerar a pesquisa com famílias e casais é de extrema importância, pois possibilita o aprofundamento e a ampliação dos entendimentos sobre as dinâmicas relacionais e sobre os significados que os participantes atribuem à experiência que vivenciam. Pode-se dizer que, quando o terapeuta de família e de casal utiliza a pesquisa para produzir conhecimento científico, está produzindo também um recurso para qualificar o exercício de sua prática clínica. Assim, diante da complexidade das relações familiares são necessárias ferramentas que se articulem, de modo simultâneo, com a produção do conhecimento e a intervenção clínica, o que de certa forma favorece uma intervenção mais sensível e um conhecimento específico de cada contexto dos sistemas relacionais.

Neste capítulo, será apresentada uma utilização inovadora do genograma, não apenas como ferramenta de mapeamento familiar, mas como forma interventiva capaz de trazer à luz lealdades invisíveis e padrões transgeracionais relacionados ao uso do dinheiro, produzindo, simultaneamente, informações e transformação no campo pesquisado. Portanto, neste percurso, clínica e pesquisa se integram em um mesmo processo por meio do uso do genograma no

atendimento de casal, permitindo compreender esse instrumento como uma intervenção que, ao mesmo tempo que produz conhecimento, favorece transformações no contexto terapêutico.

O diferencial metodológico: o genograma como interventivo em pesquisa-ação clínica

Macedo (2014) reconhece a importância da teoria sistêmica construída por Murray Bowen para a terapia familiar, por proporcionar uma inovação ao considerar as influências das relações familiares no crescimento pessoal. A autora afirma que a partir do cuidado de Bowen em investigar as influências multigeracionais na família, muitos teóricos da terapia familiar no mundo reconheceram o genograma como instrumento. Conforme aponta a mesma autora, até os anos 1980 a literatura científica apresentava o genograma como ferramenta para engajar clientes, diagnosticar, coletar informações e construir relação entre terapeuta e cliente. Essas funções não foram abandonadas ao longo do tempo, ou seja, os usos citados do genograma não se restringem ao período histórico mencionado.

Algumas pesquisas utilizaram o genograma como um instrumento de coleta de dados (Nascimento; Rocha; Hayes, 2005; Wendt; Crepaldi, 2008; Castoldi; Lopes; Prati, 2006), por ser um instrumento prático e organizador das informações coletadas (Castoldi; Lopes; Prati, 2006) e por seu papel de facilitador na abordagem entre pesquisador e participante (Seleglim, 2011). Foi utilizado também como ferramenta para investigar e conhecer estruturas e dinâmicas familiares (Leonidas; Santos, 2005), como também para entender a história de vida de uma pessoa (Cardim; Moreira, 2013). Pode-se afirmar que todos esses usos do genograma na pesquisa são abordagens tradicionais que descrevem um fenômeno.

Observa-se em algumas das pesquisas mencionadas que a construção do genograma demandou apenas domínio técnico. No entanto, para Wendt e Crepaldi (2008) essa construção demanda também uma postura mais reflexiva por parte do pesquisador. Para essas autoras, a postura do pesquisador constitui elemento central no processo de construção do genograma. Desenvolver uma escuta empática e um acolhimento genuíno a fim de criar um contexto seguro para compartilhar histórias familiares, estar atento à comunicação verbal e à não verbal, estar consciente de suas próprias emoções ao longo do processo são ações relevantes, pois podem influenciar diretamente na condução da atividade e, se não conduzidas adequadamente, podem inibir ou até intimidar os participantes da pesquisa.

Embora Wendt e Crepaldi (2008) apontem para o impacto da postura do pesquisador e de sua intervenção no contexto investigado, a proposta do uso do genograma na pesquisa-ação apresentada neste capítulo assume uma função ativa de ampliar e aprofundar os fenômenos

investigados. O genograma deixa de ser uma ferramenta descritiva e passa a colaborar na construção da mudança no campo pesquisado.

Essa compreensão sobre o uso do genograma vai ao encontro das contribuições de Macedo (2014) ao destacar a importância de não somente utilizá-lo como uma técnica ou um instrumento útil e prático, mas de considerá-lo para além de suas funções tradicionais. Trata-se de uma nova perspectiva de uso desse recurso, a fim de favorecer uma leitura mais ampliada das relações familiares, contemplando os aspectos relacionais, afetivos e intergeracionais. Nesse sentido, é possível explorar formas de relacionamentos que se repetem ou se diferenciam entre os membros familiares, compreender relações próximas e rompimentos que se configuram ao longo das gerações.

Ao integrar os papéis de pesquisadora e terapeuta de casal no trabalho com o casal participante da pesquisa, o uso do genograma possibilitou o acesso e a exploração de narrativas familiares que, possivelmente, não emergiriam com a mesma profundidade com o emprego de outras ferramentas ou estratégias. No caso desta pesquisa-ação, foi realizado o genograma financeiro.

Segundo Mumford e Weeks (2003), o genograma financeiro aborda especificamente a questão do dinheiro, uma vez que avalia seu significado e sua função, bem como os padrões da família de origem relacionados a ele. Em especial, acrescentamos que com o genograma financeiro foi possível, no campo pesquisado, desenvolver as histórias do casal na relação com o dinheiro, atravessadas por heranças intergeracionais que puderam ser identificadas, revisitadas e ressignificadas.

Na presente pesquisa, foi utilizado o genograma financeiro inserido em um contexto de psicoterapia de casal com uma função estratégica e focal. A construção do genograma esteve orientada à investigação das dinâmicas familiares intergeracionais de ambos os cônjuges mediadas pelo dinheiro, o que possibilitou intervenção pontual e direcionada ao tema no *setting* clínico. Além disso, o genograma financeiro demonstrou um elevado potencial de promoção de *insights*, tanto para o terapeuta quanto para o casal atendido. Ao longo de sua construção, foi possível reconhecer, ampliar e compreender as formas de manejo transmitidas pelas gerações de cada cônjuge. Esse processo favoreceu que o casal reconhecesse padrões construídos e muitas vezes normalizados que influenciavam suas práticas financeiras. Destaca-se que esses padrões não se restringem apenas à família de origem, mas se estendem à família extensa, envolvendo valores, crenças, lealdades invisíveis e antimodelos que atravessavam gerações.

A construção do genograma financeiro também possibilitou identificar membros das famílias de ambos os parceiros que apresentavam formas de manejo do dinheiro distintas do padrão predominante no sistema familiar. O reconhecimento desses casos por terapeuta e casal participante permitiu evidenciar a existência de rupturas nos modelos intergeracionais, nas quais determinadas pessoas da família passaram a adotar novos modos de se relacionar com o dinheiro. O modo alternativo de um membro da família lidar com o dinheiro, ao ser significado, mostrou-se clinicamente relevante, pois favoreceu ao casal a ampliação de referências e o entendimento de que os padrões familiares não são imutáveis. Ao contrário, existem trajetórias que rompem com as repetições intergeracionais, o que revela uma nova possibilidade de lidar com o dinheiro e de lhe atribuir novos significados.

Para Mumford e Weeks (2003), o genograma financeiro é baseado em dois conjuntos de perguntas, sendo o primeiro relacionado ao significado e à função do dinheiro e o segundo relacionado às histórias familiares com o dinheiro. No que diz respeito à primeira etapa, as perguntas exploram o que o dinheiro representa, se há tendência a gastar demais ou a economizar, quais as emoções ligadas ao dinheiro como culpa, medo, prazer, ansiedade, o entendimento das prioridades financeiras, como acontece e quem tem o controle do dinheiro no relacionamento do casal. Já na segunda etapa de perguntas o foco está nos padrões de relacionamento, compreendido por meio das histórias familiares sobre como os pais lidavam com o dinheiro no passado, quais eram os papéis financeiros na família, se percebia a condição social da família como de alta, média ou baixa renda e qual o impacto dessa percepção na vida atual da família.

O trabalho com as histórias intergeracionais das famílias do casal sobre a relação com o dinheiro direcionou para as perguntas que Mumford e Weeks (2003) referenciam na construção do genograma financeiro, que foram as seguintes: Qual era o papel da sua mãe e do seu pai em relação às finanças e como o seu papel hoje se parece (ou não) com o de algum deles? Quando você era criança você se considerava rico, pobre ou de classe média, e como essa percepção influenciou sua percepção do dinheiro hoje? Quais foram as preocupações com o dinheiro que você vivenciou na sua família e quais lições você aprendeu? Qual foi o maior sucesso financeiro na sua família e qual foi a lição aprendida com essa experiência, e como essa lição alterou o modo como você lida com o dinheiro? Qual foi a grande perda financeira da família e qual o motivo? Quando aconteceram conflitos financeiros e como foram resolvidos?

O genograma financeiro possibilitou ao casal construir e revisitar suas histórias familiares relacionadas ao dinheiro, muitas vezes não percebidas anteriormente. Esse processo

favoreceu a atribuição de novos significados às relações familiares com o dinheiro, ampliando a consciência de padrões e promovendo mudanças mais conscientes na forma de lidar com as finanças. Isso vai ao encontro da afirmação de Mumford e Weeks (2003) de que o entendimento trazido pelo genograma ajuda o casal a mudar hábitos financeiros antigos e a alcançar maior acordo, compreensão e capacidade de lidar com frustrações.

Vale destacar que não houve uma devolutiva, que funciona tradicionalmente como uma apresentação posterior dos resultados. Ao contrário, o próprio processo de coconstrução do genograma financeiro já se configurou como um *feedback*, uma vez que os efeitos que emergiam da conversação terapêutica eram considerados imediatamente durante a sua elaboração. Partimos do pressuposto de que o casal participante não foi só receptor, mas sim coparticipante ativo e corresponsável pela produção do conhecimento que compartilhava com a pesquisadora/terapeuta. Desse modo, a produção de conhecimento e de significados aconteceu de maneira compartilhada e responsiva, uma vez que a epistemologia do novo pensamento sistêmico tem correspondência com os pressupostos da pesquisa-ação.

Descrição da aplicação

Trata-se de uma pesquisa-ação desenvolvida no contexto de um processo psicoterapêutico de casal, por ocasião da pesquisa de pós-doutorado da primeira autora, sob supervisão da terceira. A pesquisa teve como objetivo realizar uma breve intervenção com o propósito de construir formas possíveis e específicas de interação e conversação terapêutica com famílias, de maneira colaborativa, para abordar as relações com o dinheiro na pós-pandemia de COVID-19 numa perspectiva sistêmica e relacional.

A partir do delineamento da pesquisa-ação, foi desenvolvida uma intervenção psicoterapêutica breve de casal, com total de onze sessões, na clínica particular da primeira autora do capítulo. Houve uma busca por participantes a partir da rede de profissionais psicoterapeutas próximos à pesquisadora, considerando como critérios de inclusão: a) ser uma família ou um casal vivenciando quaisquer das fases do ciclo vital da família – aquisição, adolescente, madura ou última; b) ser o casal morador na mesma residência; e c) ter como questão central ou pedido para a terapia dificuldades relacionadas ao uso do dinheiro.

Antes de seu início, a pesquisa foi avaliada por um Comitê de Ética, tendo sido aprovada (Protocolo CAAE 50942821.4.0000.5407) e os participantes assinaram o Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido, permitindo que as sessões desenvolvidas fossem gravadas, transcritas e analisadas para fins de estudo e pesquisa.

A pesquisa adotou o entendimento proposto por Hersted, Ness e Frimann (2020). Os autores reconhecem que há uma longa tradição de pesquisa-ação, e mapeiam como aspectos comuns a essa prática o foco na ação (implementação de novas práticas), na pesquisa (geração de teorias e conhecimento) e na participação (engajamento dos participantes nos processos de decisão relacionados à pesquisa). Os autores adicionam a esses pilares também a reflexividade e a colaboração, por meio da articulação maior, com uma ênfase construcionista voltada à compreensão do processo de produção de conhecimento. Para os fins deste capítulo, relataremos especificamente o uso do genograma como recurso conversacional adotado na pesquisa para falar sobre o dinheiro e contribuir para a produção de novos significados sobre o seu uso.

Os participantes foram um casal jovem, com cinco anos de casamento, sem filhos, que buscou atendimento em função de dificuldades financeiras, especialmente relacionadas ao endividamento. O processo terapêutico foi conduzido ao longo de 11 sessões, durante as quais se utilizou, como um dos instrumentos de intervenção e investigação, o genograma financeiro.

A decisão de introduzir o genograma financeiro emergiu no contexto das sessões de psicoterapia de casal a partir da posição simultânea da pesquisadora como terapeuta e investigadora. Foi possível por meio das conversações com o casal reconhecer a importância das influências familiares na relação conjugal, apresentada pelos participantes. Desse modo, foi despertada entre terapeuta/ pesquisadora e casal a curiosidade de explorar os relacionamentos familiares que atravessam gerações, presentes na história do relacionamento do casal.

A partir desse movimento, o casal foi convidado a refletir sobre suas famílias de origem e extensa e sobre como as experiências poderiam impactar a relação conjugal atual e vice-versa. Vale ressaltar que o convite não se configurou como imposição técnica da terapeuta/ pesquisadora, mas como uma construção conjunta de um entendimento de ser este um caminho possível para ampliar olhares, significados e sentidos sobre as histórias. Diante dessa abertura, propôs-se a construção do genograma financeiro, aceita pelo casal.

Durante a construção conjunta do genograma, foram utilizados recursos visuais, como o uso de canetinhas coloridas, com o objetivo de destacar informações diferenciadas e ampliar possibilidades de expressão sobre as relações com o dinheiro, como casais ou famílias que tiveram histórias, seja no passado ou no presente, de endividamento ou que enriqueceram, por exemplo. As cores não foram previamente definidas pela terapeuta/pesquisadora, mas

escolhidas pelo próprio casal, que atribuiu significados específicos a cada uma delas. Cerveny (2014) também indica o uso de cores no genograma e as utiliza para demarcar tipos de relações, como boas, péssimas e outras. No caso desta pesquisa, as cores foram usadas para demarcar o tipo de relação que a família estabelece com o dinheiro.

Assim, o genograma financeiro foi introduzido como instrumento de trabalho na pesquisa-ação e passou também a compor o *setting* terapêutico. A partir do momento em que se iniciou o trabalho com o genograma, nas sessões subsequentes este permaneceu visível na parede do consultório, como uma forma de manter ativa a reflexão, podendo a qualquer momento durante a conversação serem atualizadas e ressignificadas tanto as informações dos arranjos familiares quanto as narrativas familiares e conjugais. Cabe destacar que, pelo fato de o genograma não ter a função de mero coletor de informações das famílias, mas de funcionar como um recurso de transformação, este acompanhou todo o processo clínico. Ao final, o genograma financeiro foi entregue ao casal, como lembrança simbólica das conversações e como um material para que pudessem dar continuidade aos registros dos arranjos familiares iniciados no contexto terapêutico.

Observaram-se padrões de repetição transgeracional relacionados ao desempenho profissional e ao manejo do dinheiro. O homem que fazia parte do casal apresentava problemas na finalização de tarefas profissionais, pois assumia demandas que posteriormente não conseguia sustentar, o que gerava sobrecarga na parceira e por vezes, custos adicionais. Esse padrão mostrou-se semelhante às experiências vivenciadas na família de origem, especialmente ao papel desempenhado pela mãe desse homem, o que indicava uma lealdade invisível aos comportamentos de autossabotagem com impacto econômico. Desse modo, entenderam-se as crenças limitantes e disfuncionais acerca do manejo do trabalho e do dinheiro.

Análise Metodológica

O genograma foi utilizado não apenas como instrumento de coleta de dados, mas como uma ferramenta dialógica no contexto do processo psicoterapêutico. O uso do genograma favoreceu uma ampliação das conversações entre terapeuta e casal, o que possibilitou a construção conjunta de histórias acerca das relações familiares e dos modos de atuação com o dinheiro. Desse modo, o genograma configurou-se como um catalisador de mudanças que sustentou processos de coconstrução de novos significados e sentidos, uma vez que aspectos até então pouco explicitados puderam emergir na conversa terapêutica.

A partir de perguntas circulares e reflexivas (Tomm, 1985), o genograma funcionou como apoio, o que permitiu auxiliar na organização das informações, na identificação de padrões e na condução de intervenções mais direcionadas. Assim, tornou-se possível formular questões mais precisas e sensíveis às dinâmicas familiares com o dinheiro.

À medida que o genograma era construído e revisitado ao longo das sessões, também assumiu uma função reflexiva, o que levou o casal a formas de compreender suas experiências e padrões relacionais diferentes. A visualização das dinâmicas familiares de ambas as famílias ajudou a reconhecer e a ampliar consciência sobre a influência da família de origem na organização financeira atual. Esse movimento contribuiu para que casal e terapeuta pudessem problematizar práticas naturalizadas e abrir espaços para pensar em formas mais seguras e confiantes de se lidar com o dinheiro.

No que se refere ao manejo do dinheiro, o uso do genograma financeiro não informou apenas padrões intergeracionais relacionados ao endividamento e às formas de lidar com o dinheiro, mas contribuiu para o esclarecimento de lealdades invisíveis no campo financeiro. As lealdades invisíveis, segundo Boszormenyi-Nagy e Spark (1984), são passadas de uma geração para outra, muitas vezes não são ditas ou vista de forma clara e estão associadas a um livro de contas invisíveis de débitos e créditos, registrando de forma simbólica cuidados, amor e proteção recebidos ao longo da vida, o que gera dívidas que o membro familiar se sente na obrigação de quitar.

O pagamento dessa conta está relacionado com o fato de corresponder às expectativas. Ao tornar visíveis os modos pelos quais aprendizagens e laços afetivos eram estabelecidos na família de origem e influenciavam, de maneira muitas vezes não consciente, as práticas e as tomadas de decisões do casal, e ao contar histórias sobre como o dinheiro atravessou as relações dos antepassados, acessando informações até a terceira geração anterior do casal, foi possível reconhecer a força das lealdades familiares financeiras na repetição de padrões.

Vantagens e limites do uso do genograma na pesquisa com casais

O uso do genograma financeiro nesta pesquisa caracterizou-se não como uma ferramenta de coleta de dados, mas como um mecanismo de transformação clínica, aspecto ainda pouco explorado na literatura científica sobre o uso desse instrumento em contextos de pesquisa. Além disso, houve uma inovação no tipo de genograma, por ser direcionado às

relações da família com o dinheiro. A integração entre investigação científica e intervenção apresenta-se como uma abordagem inovadora, especialmente no campo de pesquisa com casais.

Uma das vantagens observadas foi a aceleração da compreensão dos fenômenos psicológicos envolvidos na relação do casal com o dinheiro. Em contextos de pesquisa, o tempo para a realização dessa compreensão tende a ser mais delimitado e pontual, e o genograma mostrou-se um recurso potente para acessar, de forma mais rápida e estruturada, conteúdos complexos e muitas vezes implícitos nos processos relacionais das famílias do casal.

Além disso, o genograma ampliou a profundidade da análise das relações, pois possibilitou de forma intergeracional conhecer e compreender os padrões relacionais com o dinheiro que se repetem, mapear aqueles que podem ser reducionistas e prejudiciais no contexto atual e identificar membros familiares que se diferenciaram desses padrões e enriqueceram. Algumas lealdades familiares invisíveis relacionadas com o dinheiro tornaram-se visíveis e crenças limitantes e prósperas foram reconhecidas, assim como significado atribuído ao dinheiro.

No decorrer da pesquisa foi realizada uma coconstrução de entendimentos entre pesquisadora e participantes tendo o genograma como recurso, que também promoveu reflexões para a produção de informações e favoreceu uma ressignificação das experiências vividas no passado do casal com suas famílias e com eles próprios. Enquanto Mumford e Weeks (2003) reconhecem que uma das principais funções do genograma financeiro é ajudar o casal a definir suas próprias regras e prioridades financeiras, nesta pesquisa o genograma financeiro demonstrou um alcance mais abrangente.

Pode-se afirmar que o genograma financeiro mostrou-se relevante na pesquisa, pois ao considerar que o dinheiro foi ao longo de tempos e ainda tem sido apontado na literatura como um tema tabu nas relações familiares e conjugais (Manfredini, 2021; Meirelles, 2012; Mumford; Weeks, 2003; Madanes; Madanes, 1997), foi possível observar efeitos colaborativos e reflexivos na conversação entre a pesquisadora/terapeuta e o casal.

Abordar o assunto dinheiro significa deparar-se com barreiras sensíveis associadas ao tema, justamente por não ser tratado de forma aberta entre o casal, uma vez que podem aparecer evitamentos e conflitos também nas conversações terapêuticas e nos contextos de pesquisa. Mesmo diante dessas barreiras invisíveis, o genograma possibilitou um contexto de abertura de um espaço respeitoso, colaborativo e relativamente ágil, pois favoreceu uma abordagem de questões que poderiam ter sido veladas ou silenciadas.

Nessa intervenção com o casal, que trazia como um dos problemas o endividamento, foi possível coconstruir novas ideias e assegurar a homeostase do sistema conjugal com reflexões e conversas sobre o dinheiro e as formas inadequadas de lidar com ele. Assim, o genograma financeiro demonstrou ser potente para acessar e conversar sobre um tema tão sensível e complexo.

Outra vantagem refere-se à integração simultânea entre coleta de informações ou dados e intervenção clínica. Trata-se de uma visão corroborada por estudos recentes, que enfatizam a pesquisa como prática cotidiana e aproximam a atuação do pesquisador e do terapeuta, destacando aspectos comuns a esses papéis, como a postura de curiosidade e investigação, a busca por análise e compreensão aprofundada das situações e contextos e o uso de perguntas para a geração de novos conhecimentos (St. George; Wuff; Tomm, 2015; Rasera; Guanaes-Lorenzi, 2021).

A coleta de dados para a pesquisa aconteceu durante a psicoterapia de casal e à medida que as informações sobre o relacionamento do casal eram levantadas e construídas, a intervenção também era realizada, o que permitiu que terapeuta e casal elaborassem juntos novas compreensões sobre a forma de se relacionarem com eles próprios, com o dinheiro, a rede de trabalho, com os amigos e com as famílias de origem de ambos. Desse modo, a pesquisa e a prática clínica aconteceram de forma integrada e articulada com o que Bradbury-Huang (2010) afirma sobre a necessidade de os pesquisadores de ação valorizar o contexto da prática sobre a teoria, para a criação do conhecimento e também para promover uma mudança. Também Gergen (2015) destaca esse potencial da pesquisa-ação, ao trazer essa prática como um exemplo de uma pesquisa formadora de futuros, ou seja, uma pesquisa que tem seu próprio processo considerado como potencialmente transformador da situação que investiga.

Cabe destacar que a condução desse processo esteve ancorada na epistemologia sistêmica da pesquisadora em diálogo com o movimento construcionista social, a intergeracionalidade e as práticas narrativas. A integração dessas influências favorece a compreensão das realidades como construções relacionais que se alinham diretamente com o uso do genograma como ferramenta dialógica. Esse posicionamento epistemológico contribuiu para uma maior segurança a estar aberto para a condução das histórias familiares a partir do instrumento, o que permitiu à pesquisadora desenvolver uma postura reflexiva, colaborativa e sensível às múltiplas narrativas que emergiram durante o processo. Crepaldi, Moré e Schultz (2014) foram cuidadosas ao destacar que o uso do genograma em pesquisa qualitativa deve ser

realizado por terapeutas de família e de casal, uma vez que essa prática requer manejo adequado do instrumento.

Fazer uso do genograma como recurso potente de transformação exige do pesquisador um conhecimento específico e técnico, experiência clínica e habilidade na condução e na articulação dos processos da pesquisa e da psicoterapia. Nesse sentido, a trajetória da pesquisadora como terapeuta de família e de casal contribuiu para a segurança do uso do genograma financeiro no contexto da clínica e da pesquisa. Outros pesquisadores, com formações e experiências distintas, podem produzir leituras e formas de entendimento diferentes a partir deste mesmo material. Não consideramos que isso seja uma limitação, mas como a valorização do caráter situado e contextual da pesquisa-ação.

Destaca-se, novamente, o uso do genograma simultaneamente como instrumento de investigação e também como recurso terapêutico, havendo uma intersecção entre esses dois campos, não sendo possível, portanto, distinguir informações produzidas para fins de análise da pesquisa daquelas que foram mobilizadas pelo próprio contexto da intervenção clínica. Essa intersecção é potente sob o ponto de vista da produção de informações e do aprofundamento das narrativas e exige do pesquisador uma visão metodológica clara e cuidadosa, especialmente no que se refere ao processo analítico e à construção de sentidos e significados das informações, bem como à explicitação de quais critérios foram adotados pela pesquisadora na condução e na utilização das informações.

Considerações Finais

O genograma, quando inserido em pesquisa-ação clínica, pode ser compreendido não apenas como instrumento de coleta, mas como tecnologia relacional de produção de conhecimento e transformação simultânea. Mais que uma ferramenta útil, mostra-se um recurso potente de investigação e de intervenção, capaz de ser construído conjuntamente entre pesquisador e pesquisado e de favorecer uma conscientização sobre padrões de relacionamento com o dinheiro e sobre crenças e lealdades invisíveis na família que atravessam o uso do dinheiro. Nesse sentido, não se trata de entender de planilhas e orçamentos, mas de reconhecer que as influências familiares estruturam a relação que estabelecemos com o dinheiro. Essa conscientização facilita uma ampliação de olhares e o surgimento de novas possibilidades de fazer diferente, bem como de ressignificar o contexto conjugal.

O diferencial metodológico da pesquisa está justamente na utilização do genograma como um catalisador de mudanças, capaz de coconstruir novas narrativas de padrões intergeracionais e de dinâmicas relacionais, especialmente no que se refere às questões financeiras. O genograma financeiro, nesse contexto, mostrou-se um recurso potente para problematizar relações naturalizadas ou silenciadas nas histórias familiares, o que possibilitou problematizar crenças, lealdades invisíveis e repetições que atravessam gerações.

Destaca-se que o genograma, como proposto nesta pesquisa, está ancorado em uma perspectiva sistêmica e relacional e evidenciou a inseparabilidade entre conhecer e intervir, o que reforça a ideia de que o processo de investigação pode produzir efeitos que levam a transformações. Tal perspectiva contribui para fortalecer práticas integradas, nas quais pesquisador e participante constroem novos significados e sentidos sobre a experiência vivida.

É importante salientar que o uso do genograma como ferramenta interventiva na pesquisa requer domínio técnico-científico, mas sobretudo relacional, sendo recomendável que o pesquisador tenha experiências prévias de uso desse recurso em sua prática clínica. A vivência com o genograma na clínica favorece uma escuta mais sensível, com um entendimento mais ampliado e aprofundado das relações familiares e maior habilidade nas intervenções, tanto naquelas que emergem durante o processo quanto naquelas que permanecem camufladas ou não ditas.

Ainda que a experiência em pesquisa com o genograma possa ser construída conjuntamente ao longo do percurso investigativo, a familiaridade clínica no uso do instrumento constitui um elemento primordial para não relativizar e fornecer condições de complexificar esse tipo de proposta metodológica.

Considera-se que se abrem novos caminhos para futuras investigações que aprofundem a interface entre pesquisa, clínica e dinheiro, consolidando a construção conjunta do genograma como um recurso estratégico tanto na produção de conhecimento quanto para importantes mudanças de contextos.

Referências

BRADBURY-HUANG, H. What is good action research? Why the resurgent interest? *Action research*, v. 8, n. 1, p. 93-109, 2010.

BOSZORMENYI-NAGY, Ivan; SPARK, Geraldine M. *Invisible loyalties*. Levittown: Brunner/Mazel, 1984.

CARDIM, M. G.; MOREIRA, M. C. N. Adolescentes como sujeitos de pesquisa: a utilização do genograma como apoio para a história de vida. *Interface*, v. 17, n. 44, p. 133-43, 2013.

CASTOLDI, Luciana; LOPES, Rita de Cássia Sobreira; PRATI, Laíssa Eschiletti. O genograma como instrumento de pesquisa do impacto de eventos estressores na transição família-escola. *Psicologia Reflexão e Crítica*, v. 19, p. 292-300, 2006.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. *O livro do genograma*. São Paulo: Rocas, 2014.

CREPALDI, M. A.; MORÉ, C. L. O; SCHULTZ, N. C. W. *Genograma na pesquisa qualitativa*. In: Cerveny, C. M. O. (org.). *O livro do genograma*. São Paulo: Rocas, 2014.

GERGEN, K. J. From Mirroring to World-Making: Research as Future Forming. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, v. 45, p. 287–310 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jtsb.12075>.

HERSTED, L.; NESS, O.; FRIMANN, S. (ed). *Action Research in a Relational Perspective: Dialogue, Reflexivity, Power and Ethics*. New York: Routledge, 2020.

LEONIDAS, Carolina; SANTOS, Manoel Antônio. Relações familiares nos transtornos alimentares: o genograma como instrumento de investigação. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, p. 1435-1447, 2015.

MACEDO, Rosa Maria Stefanini. Genograma – origens e usos. In: CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira (org.). *O livro do genograma*. São Paulo: Rocas, 2014. 248 p.
MADANES, Cloé; MADANES, Cláudio. O Significado Secreto do Dinheiro. Campinas: Editorial Psy, 1997. 228 p.

MANFREDINI, Andreza Maria Neves; CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. *As relações com o dinheiro na família*. Curitiba: CRV, 2021.

MEIRELLES, Valéria Maria. *Atitudes, crenças e comportamentos de homens e mulheres em relação ao dinheiro na vida adulta*. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MUMFORD, D. J.; WEEKS, G. R. The money genogram. *Journal of Family Psychotherapy*, v. 14, n. 3, p. 33–44, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1300/J085v14n03_03

NASCIMENTO, L.C.; ROCHA, S.M.M.; HAYES, V.E. Contribuições do genograma e do ecomapa para o estudo de famílias em enfermagem pediátrica. *Texto e Contexto Enfermagem*, v. 14, n. 2, jun. 2005.

RASERA, E. F.; GUANAES-LORENZI, C. O terapeuta como produtor de conhecimentos: contribuições da perspectiva construcionista social. *Nova Perspectiva Sistêmica*, v. 30, n. 69, p. 7–16, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.38034/nps.v30i69.617>

SELEGHIM, Maycon Rogério. Aspectos da estrutura familiar de jovens usuários de crack: um estudo do genograma. *Ciência e Cuidado em Saúde*, v. 10, n. 4, p. 795-802, 2011.

ST. GEORGE, S.; WULFF, D.; TOMM, K. Research as daily practice. *Journal of Systemic Therapies*, v. 34, n. 2, p. 3-14, 2015.

TOMM, K. Interventive interviewing: Part I. Strategizing as a fourth guideline for the therapist. *Family Process*, v. 26, n. 1, p. 3-13, mar. 1987 Disponível em: doi: 10.1111/j.1545-5300.1987.00003.x.

WENDT, Naiane Carvalho; CREPALDI, Maria Aparecida. A utilização do genograma como instrumento de coleta de dados na pesquisa qualitativa. *Psicologia Reflexão e Crítica*, v. 21, p. 302-310, 2008.

UMA PROPOSTA DE ANÁLISE SISTÊMICA DO PROCEDIMENTO DESENHO-ESTÓRIA COM TEMA

Adriana Leonidas de Oliveira

Monique Marques Godoy-Dolcinotti

Yvette Piha Lehman

Introdução

O Procedimento Desenho-Estória com Tema (D-E com tema), derivado do Desenho-Estória (D-E) desenvolvido por Walter Trinca (1972) com base na teoria psicanalítica, consiste em uma técnica de investigação da personalidade que articula a produção de um desenho temático à elaboração de uma história. Tem sido amplamente utilizado em contextos clínicos e não clínicos por favorecer a expressão da dinâmica psicológica e simbólica do indivíduo diante de um tema específico.

Ao integrar desenho e narrativa, o procedimento mobiliza estímulos de apercepção temática, bem como processos expressivo-motores e aperceptivo-dinâmicos. É compreendido como um todo indivisível, no qual desenho, história, título e inquérito constituem uma unidade gráfico-verbal (Trinca; Tardivo, 2011).

Ao longo de mais de quatro décadas, o procedimento Desenho-Estória deixou de ser um recurso exclusivo da investigação clínica da personalidade, ampliando seu alcance para diferentes contextos de atuação. Atualmente, é utilizado em áreas como saúde pública, sistema judiciário, psicologia escolar e social, entre outras. O procedimento beneficia práticas clínicas, pesquisas e ensino em diversas abordagens psicológicas, além de seu emprego na psicanálise, incluindo terapia cognitivo-comportamental, psicologia junguiana, psicodrama e psicologia fenomenológico-existencial (Trinca, 2013).

Nesse cenário, evidencia-se a necessidade de perspectivas analíticas que integrem diferentes dimensões da experiência humana. A partir da prática clínica e de pesquisa das autoras deste capítulo, surge o interesse em desenvolver uma proposta de análise do Procedimento Desenho-Estória com Tema fundamentada na abordagem sistêmica, ampliando as possibilidades de compreensão oferecidas por essa técnica de investigação psicológica.

Nessa perspectiva, a família pode ser compreendida como um sistema de relações, no qual o comportamento de cada membro é interdependente do comportamento dos demais. Sistemas interpessoais, como a família, podem ser entendidos como circuitos de

retroalimentação, em que as ações de cada indivíduo afetam e são afetadas pelas dos outros. A unidade familiar constitui, portanto, um sistema composto por indivíduos que, simultaneamente, configuram subsistemas e integram um sistema mais amplo, desenvolvendo padrões próprios de funcionamento e resposta (Cervený, 2011).

Este capítulo tem como objetivo apresentar um roteiro de análise de base relacional e sistêmica, visando ampliar as possibilidades de compreensão de questões relacionadas à família. A proposta fundamenta-se no referencial de Walter Trinca, articulado aos aportes teóricos da abordagem sistêmica sobre estrutura e dinâmica familiar. Para tanto, são descritas nove categorias de análise: Atitudes Básicas, Figuras Significativas, Sentimentos Expressos, Necessidades e Desejos, Contexto de Vida Familiar, Estrutura Familiar, Dinâmica Familiar, Valores Familiares e Padrões Interacionais.

O roteiro é ilustrado por meio de um exemplo prático de pesquisa em que foi aplicado, permitindo ao leitor compreender sua amplitude e aplicabilidade.

O procedimento desenho-estória com tema

O Procedimento Desenho-Estória com Tema (D-E com Tema) deriva diretamente do Procedimento de Desenho-Estória e consiste na solicitação de um desenho seguido da elaboração de uma estória a partir de um tema proposto pelo examinador. A escolha do tema ocorre em função das necessidades do examinando e/ou dos objetivos do examinador (Trinca, 2001). Em contextos de pesquisa, essa escolha está diretamente vinculada ao foco da investigação em desenvolvimento.

Após as etapas de produção do desenho e da estória, realiza-se o inquérito e se solicita a atribuição de um título, conforme os moldes do D-E tradicional. Assim como este, o D-E com Tema pode ser aplicado a indivíduos de diferentes faixas etárias e níveis socioeconômicos e culturais, desde que apresentem condições mínimas de expressão gráfica e verbal (Trinca, 2001).

De acordo com Trinca e Tardivo (2000), por meio do Procedimento Desenho-Estória com Tema o indivíduo pode revelar disposições, esforços, sentimentos e conflitos ao desenhar e se expressar sobre a situação proposta. Trata-se de uma técnica de aplicação relativamente simples, que possibilita o acesso à representação simbólica do fenômeno investigado.

Para a aplicação da técnica, são necessários os seguintes materiais: papel A4 branco, caixa de lápis de cor (com 12 cores), lápis grafite e borracha. Após o estabelecimento do *rappor*

e a explicação da proposta, solicita-se ao participante a elaboração de um desenho com base no tema definido (por exemplo: “Desenhe uma mulher feliz na carreira”). Em seguida, pede-se que conte uma história sobre o desenho. Posteriormente, pode-se realizar o inquérito, por meio de perguntas que aprofundem a compreensão do conteúdo, e, por fim, solicita-se a atribuição de um título à história.

Proposta de análise sistêmica do Procedimento Desenho-Estória com Tema

A análise do Procedimento Desenho-Estória com Tema aqui proposta está embasada no referencial criado por Tardivo (1985 *apud* Trinca; Tardivo, 2000), no original de Trinca de (1987) e nos referenciais de estrutura e dinâmica familiar de Cervený (2011) e Cervený e Berthoud (2010).

O Referencial de Análise Sistêmica do Desenho-Estória está subdividido em nove categorias: Atitudes Básicas, Figuras Significativas, Sentimentos Expressos, Necessidades e desejos, Contexto de Vida Familiar, Estrutura Familiar, Dinâmica Familiar, Valores Familiares e Padrões Interacionais. Cada categoria apresenta uma série de pontos de análise em uma perspectiva sistêmica, expostas no Quadro 1.

Quadro 1- Referencial de Análise Sistêmica do Desenho-Estória com Tema.

REFERENCIAL DE ANÁLISE SISTÊMICA DO DESENHO-ESTÓRIA	
Atitudes Básicas: Relação estabelecida pelo protagonista consigo mesmo e com o ambiente.	
1-	Em relação a si próprio
2-	Em relação ao mundo/ambiente
Figuras Significativas: Personagens que mantêm relações importantes com o protagonista, formando sua rede social.	
1-	Figura materna
2-	Figura paterna
3-	Figuras fraternas
4-	Figuras conjugais
5-	Figuras filiais
6-	Amigos e demais pessoas
7-	Relacionamento entre as figuras
8-	Relacionamento entre o protagonista e figuras significativas
Sentimentos Expressos: Aspectos afetivos expressos pelo protagonista na história e com a psicóloga durante a aplicação do procedimento.	
1-	Sentimentos positivos
2-	Sentimentos negativos
3-	Sentimentos ambivalentes
Necessidades e Desejos: motivos para as ações do protagonista.	
1-	Necessidades e Desejos primários
2-	Necessidades e Desejos construtivos

3- Necessidades e Desejos destrutivos
Contexto: Plano de fundo da estória, considerando ambiente, situação e fase do Ciclo Vital individual e familiar em que o protagonista se encontra.
Estrutura Familiar: Dados objetivos que configuram a família. 1- Número de componentes 2- Sexo dos componentes 3- Idade dos componentes 4- Religião da família 5- Moradia 6- Nível econômico 7- Profissões 8- Escolaridade 9- Tipo de casamento 10- Tempo de casamento 11- Quem trabalha na família 12- Cor e raça
Dinâmica Familiar: Formas de funcionamento da família 1- Ideal/meta da família 2- Papéis familiares 3- Relações hierárquicas 4- Processo emocional de transição
Valores Familiares: Ideologia implícita do sistema familiar 1- Segredos familiares 2- Tabus 3- Mitos e crenças 4- Rituais e cerimônias
Padrões Interacionais: Formas de interação da família 1- Comunicação 2- Regras Familiares 3- Sequências 4- Triangulações 5- Padrões de Afetividade

Fonte: Oliveira e Godoy-Dolcinotti (2016)

A primeira categoria, **Atitudes Básicas**, refere-se à relação que o protagonista da estória estabelece consigo mesmo e com o ambiente (Tardivo 1985 *apud* Trinca; Tardivo, 2000). Esse item, assim como o original de Trinca (1987), divide-se em relação a si e em relação ao mundo/ambiente. Como o próprio autor sugere, os focos da análise estão na localização dos itens prevalentes, na intensidade de determinados itens e na relação entre itens dessa área, além de seus aspectos positivos e negativos.

No item “Em relação a si próprio”, deve-se analisar os seguintes aspectos: identidade pessoal, imagem e consciência corporal, autoimagem, atitude em relação ao crescimento, entre outros aspectos, enquanto no item “Em relação ao mundo/ambiente”, os aspectos analisados são submissão, domínio, autonomia, necessidade de êxito, insegurança, inibição, oposição, hostilidade, perfeccionismo, egocentrismo, entre outros.

Figuras Significativas são os demais personagens que mantêm uma relação importante com o protagonista dentro da história (Tardivo 1985 *apud* Trinca; Tardivo, 2000), ou seja, refere-se à rede social do protagonista, podendo ser formada por familiares, amigos, colegas etc. Esses personagens podem ser os pais do protagonista, seus irmãos, cônjuges/companheiros, filhos, amigos, colegas de trabalho, entre outros. Em uma perspectiva sistêmica, na possibilidade de o participante desenhar um animal com o qual ele tenha uma relação importante, este também deve ser considerado como figura significativa.

Cada figura significativa pode apresentar aspectos positivos e negativos, devendo o pesquisador atentar na análise dos seguintes itens: dedicação, submissão, sedução, punição, controle, rejeição, ciúme, inveja, intolerância, autoritarismo, gratificação, tolerância, competição, separação, destrutividade, erotismo, briga, compreensão, colaboração, igualdade, oposição, submissão, superioridade, falsidade, ciúme, inveja, arrogância, dependência etc.

Importante ressaltar que neste grupo é preciso analisar a relação das figuras significativas entre si e sua relação com o protagonista. Além disso, Trinca (1987) propõe analisar aspectos da área que prevalecem, omissão de aspectos, itens de ocorrência mais frequente, intensidade de determinados itens, figuras de identificação sexual, lugar ou posição ocupados e que gostaria de ocupar em relação às figuras significativas, e reações diante de frustrações em relação às figuras significativas.

A terceira categoria, **Sentimentos Expressos**, refere-se aos aspectos afetivos expressos pelo protagonista (Tardivo, 1985 *apud* Trinca; Tardivo, 2000). É preciso atentar se os sentimentos expressos pelo protagonista são positivos, como amor e alegria, negativos, como raiva, inveja, ciúme, tristeza, solidão, ou ainda ambivalentes, como por exemplo, culpa ou medo. Trinca (1987) ainda propõe analisar os sentimentos expressos para com o psicólogo, além de analisar sentimentos relativos a situações externas caracterizadas, itens que preponderam e sua intensidade.

Necessidades e desejos foi nomeado por Tardivo (1985 *apud* Trinca; Tardivo, 2000) como tendência e desejo e se referem às motivações do protagonista que figuram na história, ou seja, os motivos que o levam à ação. Assim como no referencial da autora, aqui se dividem as necessidades e desejos do protagonista em três itens: Necessidades e desejos primários, que procuram satisfazer necessidades primárias do ser humano como proteção e abrigo, cuidado e afeto, compreensão etc.; Necessidades e desejos construtivos, que remetem às Tendências Construtivas de Tardivo (1997), como as necessidades mais evoluídas do ser humano, por exemplo, necessidade de cura, de aquisição e construção, de realização, liberdade, autonomia e

crescimento; e Necessidades e Desejos Destrutivos, que são os mais hostis, como desejo de retaliação, de destruição, de separação e de vingança.

A categoria **Contexto** refere-se à necessidade de compreender o plano de fundo da história que influencia as ações do protagonista, e consiste em identificar o ambiente em que o protagonista se encontra e a situação vivenciada. Por exemplo, a história se passa em casa, na escola, ao ar livre? Se for em casa, a situação é de adoção? Ou é de separação dos pais? É de abandono? No Procedimento Desenho-História com Tema o contexto muito provavelmente estará na instrução dada pelo psicólogo/pesquisador. A fase do Ciclo Vital individual e familiar também fornecem dados importantes para o contexto do protagonista.

A categoria **Estrutura Familiar** fundamenta-se em dados objetivos que fornecem a configuração do grupo familiar (Cerveny; Berthoud, 2010). Assim, os itens que compõem essa categoria são: número dos componentes, sexo, idade, religião da família, moradia, nível econômico, profissões, escolaridade, tipo de casamento, tempo de casamento, quem trabalha na família, cor e raça. Embora se baseie em aspectos objetivos, nem todos os itens dessa categoria necessariamente poderão ser analisados. Ainda assim, ela oferece a percepção do participante sobre como sua família se configura, seja na realidade ou na forma como ele gostaria que fosse. Dessa maneira, cabe ao psicólogo ou pesquisador estar atento a possíveis omissões de membros ou a discrepâncias entre a família relatada e a efetivamente existente.

Já as **Dinâmicas Familiares** são as formas de funcionamento da família, abrangendo motivos que viabilizam esse funcionamento e as relações hierárquicas estabelecidas na questão de poder (Cerveny; Berthoud, 2010). Nesta categoria os itens são: meta da família, papéis familiares (quem faz o quê e por quê), relações hierárquicas (tratamento que os membros se dão entre si; quem manda; quem é o mais procurado nas horas de decisão; quem dá a última palavra), regras familiares, processo emocional de transição (o que mobiliza e/ou preocupa a família nessa fase do ciclo vital e foco da atenção da família nessa fase).

A categoria **Valores Familiares** são os aspectos da vida individual e coletiva passados de forma implícita ou explícita entre os componentes do grupo; são a ideologia implícita no sistema familiar (Cerveny; Berthoud, 2010). Os itens dessa categoria são os segredos familiares, os tabus, os mitos e as crenças e os rituais e cerimônias realizados pela família como ir à igreja, refeições, aniversários, festividades.

A última categoria, **Padrões Interacionais**, refere-se às formas como os membros familiares interagem, tendendo a repetir o modelo de suas gerações passadas e baseando-se nos achados de Cerveny (2011). O item comunicação refere-se principalmente a como a

comunicação define a relação dos membros familiares, além do significado e da informação. As regras familiares, de acordo com a autora, são um “conjunto de acordos explícitos e implícitos que é compartilhado e conhecido por um grupo familiar, que faz parte da história da família e se mantém por meio do uso” (p. 67). Sequências se referem às repetições de padrões interacionais e de pensamentos que podem se repetir de geração em geração. As triangulações são formadas por meio de alianças (que buscam proteção) e coalizações (estar contra alguém), e são importantes para o processo de individuação e a solução de conflitos, sendo a triangulação mais comum a pai-mãe-filho. Os padrões de afetividade, que podem ser funcionais ou disfuncionais, referem-se à confiança mútua, à reciprocidade de papéis, à inflexibilidade nas transações, à competição ou cooperação, à consideração ou à desconsideração, à qualificação ou desqualificação, à instabilidade no relacionamento, ao apego, à proteção, ao acordo de crenças e valores, ao diálogo, à agressividade, à comunicação aberta ou bloqueada, aos conflitos abertos ou disfarçados.

Exemplo de pesquisa em que foi aplicado o referencial de análise sistêmica do Desenho-Estória com Tema

Breve contextualização da pesquisa

Esta subseção traz um recorte da pesquisa de doutoramento intitulada “Felicidade e carreira feminina: estudo de casos sobre a articulação do conceito de felicidade com trajetórias profissionais femininas”, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de São Paulo sob o número de parecer 6.950.417 e CAAE 81227424.0.0000.5561. Esta pesquisa tem como objetivo analisar como mulheres de 30 a 45 anos, com carreiras na área da saúde, articulam o conceito de felicidade com suas carreiras, sendo o uso do procedimento de desenho-estória referente à análise da compreensão simbólica das participantes sobre felicidade na carreira.

A base teórica utilizada na pesquisa fundamenta felicidade como um projeto social, no qual produtividade, formas de se relacionar, aparência física, modos de descanso, consumo e ação no mundo passam a funcionar como critérios morais que definem o caráter, a índole e o valor subjetivo das pessoas (Cabanas; Illouz 2022; Antunes, 2024). Já a perspectiva de gênero é compreendida como uma estrutura social utilizada na exploração de mulheres para a geração

de capital, mediante a divisão sexual do trabalho e a perpetuação das desigualdades sociais (Zanello, 2022; Federici, 2025).

Entre esses dois conceitos centrais da pesquisa, felicidade e gênero, o trabalho aparece como um tema central em articulação com a família. O trabalho representa a principal ferramenta para alcançar o imperativismo da felicidade por meio do consumo e da produtividade (Malvezzi, 2016; Malki, 2018; Antunes; Holanda; Sousa; Júlio; Silva, 2022). No entanto, no caso das mulheres, ele precisa estar em harmonia com a família, uma vez que a capacidade de manter a estabilidade familiar configura-se como algo identitário para mulheres em seu processo de socialização (Zanello, 2022).

Dessa forma, esta subseção visa ilustrar como a produção de desenho-estória pode auxiliar na compreensão simbólica do paradoxo da felicidade em que, quanto maior a pressão para ser feliz, mais infeliz a pessoa se torna (Dejonckheere *et al.*, 2022). Para atingir esse objetivo, foram realizadas duas unidades de produção de desenho-estória. A primeira tinha como instrução que a participante desenhasse uma mulher feliz na carreira, e a segunda deveria ser sobre uma mulher com problemas na carreira.

Apresentação da participante

A participante tem 40 anos, reside no município de Bertioga e se autodeclara branca. No momento da coleta de dados, encontrava-se divorciada e vivia com sua filha, que constitui sua única dependente econômica.

Em relação à formação acadêmica, cursou Especialização completa e atua profissionalmente como psicóloga clínica, com prática majoritária de atendimentos remunerados. No entanto, mantém duas vagas destinadas a atendimentos sociais, uma gratuita e outra com valor simbólico, evidenciando a presença de práticas voltadas ao acesso ampliado ao cuidado psicológico.

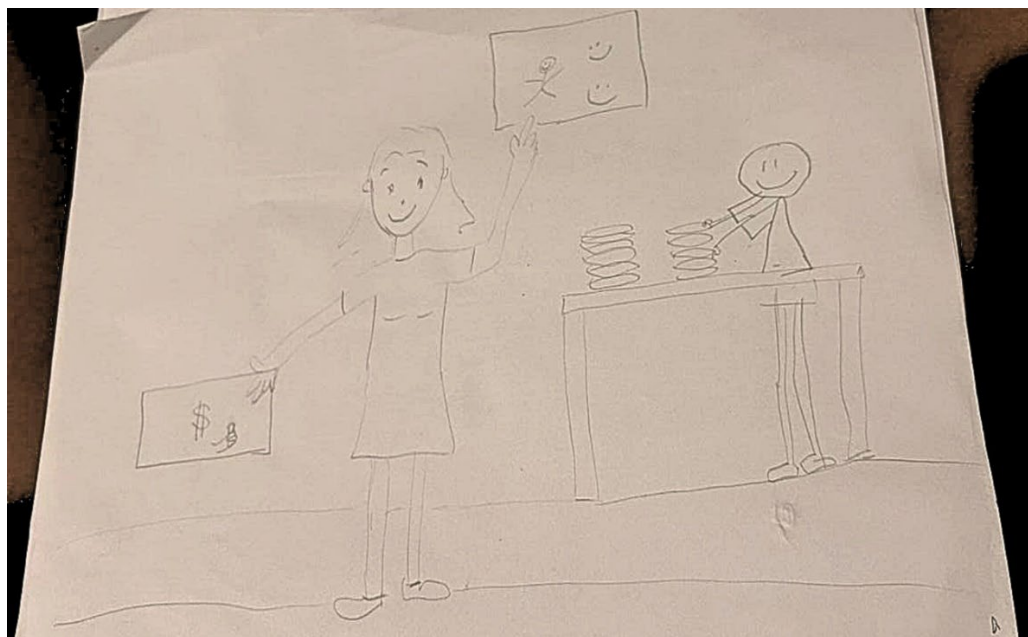
Aproximadamente vinte dos atendimentos realizados pela participante são remunerados. Sua renda individual situa-se na faixa acima de R\$ 10.000,00 mensais. A renda familiar também ultrapassa esse valor e é composta exclusivamente pela renda proveniente de seu trabalho, uma vez que a participante é a única responsável pela manutenção econômica do domicílio.

De modo geral, a participante apresenta uma trajetória marcada pela atuação autônoma na clínica psicológica, pela responsabilidade financeira exclusiva sobre o núcleo familiar e pela

articulação entre atendimentos remunerados e práticas de atendimento social no exercício profissional.

Análise da primeira unidade de desenho-estória: desenhe uma mulher feliz na carreira

Figura 1: Desenho-estória 1 da participante.



Fonte: dados obtidos na pesquisa

A primeira unidade de produção, intitulada “todos ajudam com os pratinhos, assim eu posso ser feliz”, apresenta a protagonista sorrindo com um extrato bancário nas mãos, apontando para um quadro com momentos felizes, uma vez que a instrução foi desenhar uma mulher feliz na carreira. Atrás dela, há uma pessoa que a auxilia, organizando pratos sobre uma mesa. A estória se passa em um ambiente aparentemente doméstico, devido à presença de mesa, pratos e quadros com imagens pessoais. É uma família de mãe solo com filhos ainda dependendo da protagonista. Na carreira, a fase é de estabilidade. A narrativa da estória tem a seguinte descrição:

“Então, tem uma mulher e ela está feliz, um sorriso, uma expressão feliz. Aí aqui ela está mostrando um quadro como se fossem imagens felizes, então tem sorrisinhos e pessoas felizes. Cenas dela sendo feliz e fazendo as coisas que ela gosta, as coisas que fazem ela feliz. Aqui tem um extrato bancário com um jorinha. Está tudo bem com o extrato bancário dela. E aqui tem,

em segundo plano, uma mesinha com vários pratos empilhados e uma pessoa feliz tomando conta. Então, é assim, né? É uma representação de uma mulher que tem todas as coisas que ela tem que dar conta com pessoas ao redor ajudando ela a empilhar esses pratinhos. Os pratinhos estão seguros, em cima de uma mesa, empilhados, bonitinhos. E ela tem tranquilidade de fazer as coisas que ela gosta e com dinheiro seguro. É isso que eu tentei fazer. Essa mulher é feliz.” (Participante).

Quanto às atitudes básicas apresentadas na estória, a relação estabelecida pela protagonista consigo mesmo e com o ambiente é positiva; menciona estar feliz no ambiente e com as ações que realiza nele. Há cinco figuras significativas na produção: (1) filhos, mencionados no inquérito; (2) alguém para ajudá-la, presente no desenho e descrito no inquérito como alguém de rede de apoio, podendo ser um companheiro, membro da família ou ajudante profissional; (3) amigas que a acompanham nas viagens; (4) extrato bancário simbolizando uma relação positiva com o dinheiro e (5) os pratinhos, simbolizando demandas. Essas figuras interagem entre si, permitindo que a protagonista tenha sentimentos de segurança e estabilidade frente às demandas, proporcionando momentos felizes para ela com filhos e amigos.

Houve uma ambivalência de sentimentos expressos, prevalecendo sentimentos positivos na narração da estória e no relacionamento com a aplicadora. No entanto, a participante apresentou sentimentos negativos quanto ao fato de o dinheiro ser a base da segurança para permitir o sentimento de felicidade na carreira. *“Infelizmente, é isso que dá base de segurança”*, afirma a participante. Já as necessidades e desejos aparentes na estória são primários e construtivos, referindo-se a desejo de cuidado, afeto e compreensão, bem como de autonomia e realização.

Com relação aos dados objetivos que configuram a estrutura familiar da protagonista, percebe-se a presença de pelo menos quatro componentes, sendo a protagonista como provedora familiar, filhos e uma pessoa de confiança que pode ser companheiro, avós, amigos ou empregada. Apenas o gênero da protagonista foi identificado, os demais permanecem sem identificação, assim como outros dados de estrutura familiar.

A dinâmica familiar demonstra formas de funcionamento da família, identificando como meta da família a manutenção da felicidade e da estabilidade financeira, acompanhadas por uma harmonia nos papéis. Para que isso ocorra, há o exercício dos seguintes papéis familiares: (1) a mãe, provedora e trabalhadora; (2) os filhos, que trazem diversão e (3) uma rede de apoio, que auxilia nos cuidados. Há relações hierárquicas entre a protagonista e os filhos e a protagonista com quem a ajuda. Dessa forma, entende-se que o processo emocional de transição que

movimenta essa família é atender às demandas de conciliação trabalho-família, sendo possíveis mediante a relação com o dinheiro.

A harmonia exposta no desenho permite analisar uma ideologia implícita nesse sistema, como valores familiares. Os rituais e cerimônias de viagens e passeios são um contraste com a organização constante dos “pratinhos”. Como segredo familiar, existe um esforço invisível para manter a estabilidade da família por meio de serviços domésticos, em que alguém se responsabiliza pelo trabalho reprodutivo do sistema, caracterizando uma relação de exploração para haver a conciliação trabalho-família. O medo de falhar e de ter dificuldades financeiras também aparece na estória como tabu, aliado a mitos e crenças de que (1) não pode demonstrar sofrimento, (2) se todos ajudarem, todos prosperam, (3) dinheiro traz felicidade e (4) é possível dar conta de tudo e ser feliz. Dessa forma, a felicidade se apresenta como uma camada de proteção ao sistema.

Os padrões interacionais apresentados são positivos, com uma comunicação aberta e colaborativa que permite a expressão de emoções positivas e padrões de afetividade com complementariedade de papéis. Os rituais e cerimônias voltam a aparecer como sequências, sustentadas pelas regras familiares de divisão de tarefas e preservação do bem-estar.

Quanto às triangulações, encontram-se três:

- protagonista – rede de apoio – demandas: para lidar com as demandas da conciliação trabalho-família, a protagonista realiza uma aliança de delegação com sua rede de apoio;
- protagonista – dinheiro – momentos felizes: para prover momentos felizes para si e sua família, a protagonista precisa manter um bom relacionamento com o dinheiro.
- protagonista – dinheiro – demandas: o dinheiro age como uma proteção da protagonista frente às demandas, pois é com ele que ela paga a rede de apoio e mantém padrões de consumo.

Análise da segunda unidade de desenho-estória: desenhe uma mulher com problemas na carreira

Figura 2: Desenho-estória 2 da participante.



Fonte: dados obtidos na pesquisa.

A segunda unidade de produção foi intitulada “Fracasso” e representa uma mulher com problemas na carreira. Dessa vez a protagonista aparece sozinha, com um corpo deformado, em especial os ombros. É descrito que sua expressão é de tristeza e há fumaça saindo de sua cabeça, representando preocupações. A protagonista segura uma “sacola muito pesada” (*sic*), que representa suas responsabilidades, e se encontra em uma redoma de vidro, representando sua separação do mundo. Tanto a sacola como a redoma são compreendidas como figuras significativas nessa unidade.

A participante apresenta a seguinte narrativa da estória:

“Tá, vamos lá. É uma mulher... com o corpo deformado, de estresse e cansaço. Muito infeliz na carreira, com muitos problemas aleatórios que eu acho que são opostos daqueles que eu contei que é a carreira da outra. Por exemplo...sendo injustamente remunerada, ou sendo injustamente...não sendo...qualificando ela, dando...lugar para ela, para ela trabalhar, ou se realizar...profissionalmente. Então, ela...enfim, uma série de problemas...que deformam o corpo dela, e deixam ela com a cabeça quente e entristecida. E aí aqui eu pus uma sacola muito pesada. Que ela, obviamente, não consegue carregar. Cheia de responsabilidades. E um arco em volta dela, tipo um...uma redoma, porque ela tá bem sozinha. É isso, eu acho. Uma mulher

que é infeliz na carreira, ela é uma mulher que carrega responsabilidades e dificuldades. Injustiças.” (Participante).

A partir da unidade de produção, é possível identificar atitudes básicas negativas da participante com relação a si mesma e ao ambiente. Tais atitudes derivam das injustiças presentes no ambiente que isolam, invisibilizam e deformam a protagonista, que por sua vez sente-se insegura e fracassada. Quanto às figuras significativas, destaca-se a ausência da rede de apoio, sendo que as figuras aparentes nessa unidade são símbolos, como a sacola, que representa demandas, e a redoma, que representa limitações que isolam a protagonista, identificados no inquérito como desigualdades de gênero proveniente de um sistema patriarcal.

Na estória, prevalecem sentimentos negativos de infelicidade, tristeza e fracasso. Com relação à aplicadora, foram expressos sentimentos de compreensão. Os desejos e necessidades expressos neste desenho eram primários, de proteção, cuidado e afeto.

Considera-se como contexto a vida de uma mulher adulta e trabalhadora, com responsabilidades (simbolizadas na sacola) e que vivencia injustiças decorrentes da desigualdade de gênero (redoma). É um contexto de naturalização da sobrecarga feminina. Quanto a recursos ou rede de apoio para sustentar as dificuldades, a participante simboliza um “chão fraco” (*sic*).

Dos dados objetivos que configuram a família, aparece que a única pessoa que trabalha na família é a protagonista, que também exerce o papel de trabalhadora em submissão ao ambiente de trabalho injusto. Com relação à dinâmica familiar presente no desenho, entende-se que a meta da família seria alcançar felicidade com o trabalho, ao mesmo tempo em que seu processo emocional de transição é movido pelo sentimento de infelicidade na carreira e de naturalização da sobrecarga feminina.

Os segredos possíveis de serem percebidos nesta unidade referem-se a cansaço e estresse não verbalizados pela protagonista e que deformam seu corpo, evidenciando a existência de limites não reconhecidos socialmente e que a tornam infeliz. Dessa forma, é possível identificar que reclamar ou pedir ajuda, bem como evidenciar as injustiças de um sistema patriarcal de trabalho, simbolizado pela redoma, são tabus nesse contexto.

A protagonista encontra-se presa nos mitos e crenças acerca da responsabilização individual de produtividade e sucesso, assim como nos ideais que envolvem felicidade e beleza, tudo isso reforçado pelos rituais de naturalização da sobrecarga feminina e da regra de que é preciso dar conta de tudo sozinha. A triangulação entre a protagonista-trabalho-sociedade é marcada por uma comunicação silenciadora que sistematicamente invalida e desqualifica a

protagonista em um ambiente competitivo, gerando instabilidade nos padrões de afetividade da protagonista com o trabalho.

Discussão da análise

A apresentação da análise das duas unidades de produção do desenho-estória evidencia uma compreensão simbólica de que a percepção de felicidade depende de relações de cuidados que somos capazes de cultivar com familiares, amigos, trabalho, sociedade e governo, conforme apontado por Antunes (2024). Isso porque os sentimentos positivos, necessidades e desejos construtivos e a própria nomeação da felicidade foram manifestados no contexto em que havia rede apoio, complementariedade de papéis, confiança e organização.

A análise sistêmica das produções evidencia que o dinheiro assume um papel central na regulação da dinâmica familiar, ultrapassando sua função material e se configurando como um importante mediador relacional (Rodrigues; Oliveira, 2020). Observa-se, na primeira unidade, a presença de afetos predominantemente negativos associados ao dinheiro, uma vez que a estabilidade e a harmonia familiar são apresentadas como diretamente dependentes dele. Tal configuração sugere a existência de uma associação rígida entre condições financeiras e bem-estar emocional, na qual o dinheiro passa a operar como critério implícito para a manutenção dos vínculos e da coesão familiar.

Nesse contexto, o dinheiro pode ser compreendido como um organizador sistêmico, influenciando a distribuição de papéis, o exercício de poder e as formas de interação entre os membros da família. Além disso, emergem possíveis ambivalências em relação a esse elemento: ao mesmo tempo em que é percebido como necessário para garantir segurança e estabilidade, também parece estar vinculado a sentimentos de desconforto ou rejeição, contrariando o desejo da participante por uma vivência afetiva menos condicionada a fatores materiais.

Tal dinâmica aponta ainda para a presença de crenças familiares internalizadas acerca do dinheiro, que podem estar sendo reproduzidas ou questionadas pela participante (Rodrigues; Oliveira, 2020). Dessa forma, evidencia-se um possível conflito entre valores pessoais e padrões relacionais aprendidos, indicando um movimento de tensionamento e, potencialmente, de diferenciação em relação ao sistema familiar de origem.

A exploração da força de trabalho pelo trabalho reprodutivo aparece em ambas as produções. Na primeira, aparece de forma romantizada, como base da harmonia familiar por

permitir a conciliação trabalho-família, exercido por alguém que ajuda a protagonista. Na segunda produção, aparece como fonte de estresse por ser mais uma demanda da protagonista.

A divisão sexual do trabalho naturaliza o trabalho reprodutivo, aquele destinado a condições de existência, como um não trabalho e espontaneamente feminino, sendo fonte de exploração por meio da hierarquização do núcleo familiar entre assalariados e não assalariado, utilizando-se de disciplinas e violências (Federici, 2025). Enquanto na segunda produção isso é fonte de invalidação da protagonista, na primeira produção há a terceirização desse trabalho para a rede de apoio, que de acordo com Hirata e Kergoat (2007) também se caracterizará como forma de exploração de alguém com menos poder no sistema.

Nesses dois exemplos com dinheiro e trabalho reprodutivo, a relação entre felicidade e infelicidade se evidencia quase como uma equação: é necessário reconhecer ganhos, perdas, potencialidades, limitações, alegrias e sofrimentos como parte do processo de construir a felicidade, sem deixar que isso impeça de percebê-la (Malvezzi, 2012). Imprescindivelmente, a felicidade será impermanente e interdependente da infelicidade (Antunes, 2024).

O sofrimento exposto na segunda produção é sustentado por segredos, tabus, mitos e crenças familiares de uma naturalização e imperativismo do cuidado atribuído às mulheres. A protagonista percebe-se em um ambiente apertado, que a invalida e a invisibiliza em um sofrimento que não pode ser pronunciado ou evidenciado. Com isso, as necessidades e desejos são primários, de abrigo e proteção. Essa é a verdadeira infelicidade: ter o reconhecimento negado.

Antunes (2024) aponta que para a felicidade ser construída como projeto coletivo é necessário denunciar desigualdades. Na segunda unidade de produção do desenho-estória é possível perceber a força da dinâmica familiar e valores e padrões de afetividade que contribuem para a perpetuação do silêncio e a invalidação da protagonista que exerce dupla jornada.

A noção de triangulação, conforme proposta por Bowen (1978), refere-se a um processo relacional em que uma díade sob tensão recorre à inclusão de um terceiro elemento, que pode ser pessoa, objeto ou até conceito, para estabilizar ou regular a ansiedade do sistema. No material analisado na primeira produção, observa-se que o dinheiro e a rede de apoio são incorporados como terceiros elementos em diferentes configurações triangulares. Na relação protagonista–rede de apoio–demandas, a triangulação opera como estratégia funcional de regulação, na qual a delegação permite à protagonista manejar as exigências da conciliação trabalho-família, reduzindo a sobrecarga direta da díade protagonista–demandas. Já nas

triangulações que envolvem o dinheiro, este assume um papel simbólico e regulador mais complexo: tanto na associação com momentos felizes quanto na mediação das demandas, o dinheiro atua como elemento estabilizador das tensões, ao mesmo tempo em que pode reforçar a dependência do sistema em relação a recursos externos para a manutenção do equilíbrio emocional e relacional.

Sob essa perspectiva, as triangulações identificadas não apenas aliviam tensões imediatas, mas também revelam padrões mais amplos de funcionamento sistêmico, nos quais elementos externos são mobilizados para sustentar a organização familiar. Isso pode indicar um movimento adaptativo, porém potencialmente rígido, na medida em que a regulação das relações passa a depender de fatores como disponibilidade financeira e suporte externo, limitando a construção de alternativas internas de enfrentamento e negociação das demandas.

Considerações finais

A prática clínica e de pesquisa das autoras do presente capítulo revela que o uso do Procedimento Desenho-Estória com Tema, quando fundamentado e articulado a um referencial teórico devidamente explicitado, configura-se como um recurso fecundo para a compreensão da dinâmica psicológica dos indivíduos, especialmente no que se refere a aspectos simbólicos e relacionais.

A proposta de análise sistêmica do Procedimento Desenho-Estória com Tema apresenta-se como uma possibilidade rica e consistente para subsidiar o trabalho do psicólogo, ao ampliar o olhar interpretativo para além do intrapsíquico, incorporando as dimensões relacionais, contextuais e familiares que atravessam a produção do sujeito.

Ao considerar o indivíduo inserido em sistemas de interação, essa perspectiva permite uma leitura mais abrangente dos conteúdos expressos, favorecendo a identificação de padrões interacionais, papéis familiares, formas de comunicação e organização das relações. Desse modo, o procedimento passa também a revelar aspectos da dinâmica sistêmica na qual o sujeito se encontra.

Destaca-se, ainda, que o roteiro de análise proposto não pretende esgotar as possibilidades interpretativas do procedimento, mas sim oferecer um caminho estruturado que auxilie o profissional na organização e no aprofundamento de sua escuta clínica e investigativa. Trata-se de um instrumento que pode ser adaptado conforme o contexto de aplicação e o referencial teórico adotado pelo profissional.

Nesse sentido, a articulação entre o referencial psicanalítico, presente na origem do procedimento, e os aportes da abordagem sistêmica mostra-se promissora, ao possibilitar diálogos teóricos que enriquecem a compreensão da complexidade do funcionamento humano.

Por fim, considera-se que a proposta aqui apresentada possa contribuir tanto para o campo da prática clínica quanto para a pesquisa em psicologia, ao oferecer subsídios para análises mais integradas e contextualizadas. Sugere-se que estudos futuros possam aprofundar e validar empiricamente o roteiro proposto, bem como explorar sua aplicação em diferentes populações e contextos, ampliando, assim, seu alcance e potencial de utilização.

Referências

ANTUNES, Deborah Christina. *Felicidade: reintroduzindo o debate na Psicologia*. Jundiaí: Paco Editorial, 2024.

ANTUNES, Deborah Christina; HOLANDA, Rochelly Rodrigues; SOUSA, Brenda Lohanna Fernandes; JÚLIO, Natacha Oliveira; SILVA, Lays Mendes. Psicoterapia on-line e economia do compartilhamento: um estudo do aplicativo FalaFreud. *Psicologia USP*. São Paulo, v. 33, 2022.

BOWEN, M. *Family Therapy in Clinical Practice*. New York: Jason Aronson, 1978.

CABANAS, Edgar; ILLOUZ, Eva. *Happycracia: fabricando cidadãos felizes*. São Paulo: Ubu, 2022.

CERVENY, C.M.O.; BERTHOUD, C. M. E. (org.). *Família e Ciclo Vital: nossa realidade em pesquisa*. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

CERVENY, C. M. O. *A Família como Modelo – Desconstruindo a patologia*. 2.ed. São Paulo: Livro Pleno, 2011.

DEJONCKHEERE, Egon *et al.* Perceiving societal pressure to be happy is linked to poor well-being, especially in happy nations. *Scientific Reports*, v. 12, art. 1514, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41598-021-04262-z>.

FEDERICI, Silvia. *Caça às bruxas e Capital: mulheres, acumulação, reprodução*. São Paulo: Elefante, 2025.

GODOY, M. M. C.; OLIVEIRA, A. L. Uma proposta de análise sistêmica do Procedimento Desenho-Estória com Tema. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA, 46., 2016. Fortaleza. *Comunicações Científicas apresentadas na 46ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia*, Fortaleza, 2016. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Psicologia, 2016.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/344>

MALKI, Yara. A orientação psicodinâmica em tempos hipermodernos. In: LIMA, Giovanna Albuquerque Maranhão de; UVALDO, Maria da Conceição Coropos; DIAS, Maria Luiza. *Orientação profissional & Psicanálise: o olhar clínico*. São Paulo: Vetor, 2018.

MALVEZZI, Sigmar. O trabalho traz felicidade? *Revista Marketing Industrial*, n. 56, p. 66-75, 2012.

RODRIGUES, C. M. D; OLIVEIRA, A. L. A importância do olhar sistêmico às heranças intergeracionais e ao significado e ao uso do dinheiro nas intervenções familiares In: *Psicologia Econômica por Psicólogos: da pesquisa para práticas possíveis*. Curitiba: CRV, 2020, v.1, p. 97 - 116.

TRINCA, W. *Investigação Clínica da Personalidade: o desenho livre como estímulo de Apercepção Temática*. 2.ed. São Paulo: EPU, 1987.

TRINCA, W. *Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema (D-E com Tema)*, 2001. Disponível em <https://desenhos-estorias.com/d-e-com-tema>. Acesso em 30 março 2026.

TRINCA, W. (org.). *Procedimento de Desenhos-Estórias: formas derivadas, desenvolvimentos e expansões*. São Paulo: Vetor, 2013.

TRINCA, W.; TARDIVO, L. S. P C. Desenvolvimento do Procedimento de Desenhos-Estórias (D-E). In: CUNHA, J. A. (org.) *Psicodiagnóstico V*. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TRINCA, W.; TARDIVO, L. S. P. C. Desenvolvimentos do Procedimento de Desenhos-Estórias (D-E). In: CUNHA, Jurema Alcides. *Psicodiagnóstico V*. Porto Alegre: Grupo A, 2011.

ZANELLO, Valeska. *A prateleira do amor: sobre mulheres, homens e relações*. Curitiba: Appris, 2022.

DA TEORIA À PRÁTICA: a aplicação do modelo bioecológico PPCT como método de pesquisa e intervenção no contexto prisional

Daniely da Silva Dias Vilela
Cirlene Francisca Sales da Silva

Introdução

Os diferentes contextos de pesquisa no âmbito da pesquisa qualitativa e os desafios de sustentar os processos de intervenção coerentes com as realidades que abordamos nos defronta, necessariamente, com a busca por metodologias inovadoras e releituras das tecnologias sociais utilizadas na intervenção psicossocial. Nesse sentido, o presente capítulo tem como objetivo discutir os principais conceitos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) proposta por Urie Bronfenbrenner e sua aplicação ao desenvolvimento do homem idoso no contexto prisional, destacando os fatores que influenciam essa aplicação e as implicações para a prática e a pesquisa.

A continuação, destacamos os principais aspectos dessa teoria, em termos de aporte para uma visão ampliada e contextualizada do desenvolvimento humano.

Principais períodos do processo de evolução da teoria

Primeira fase

Nos anos 1970, a ciência estava fundamentada no paradigma positivista, cujas teorias dominantes enfatizavam o rigor metodológico e experimentos controlados "minuciosamente planejados". Para Bronfenbrenner, precursor da Teoria Bioecológica, tais pesquisas apresentavam um escopo limitado, já que frequentemente não refletiam a realidade do indivíduo em seu ambiente natural. Ele criticou o positivismo da época, argumentando que aquela era a "ciência do comportamento desconhecido da criança, em situações desconhecidas, com adultos desconhecidos, pelo menor tempo possível" (Bronfenbrenner, 1996, p.16).

Durante quatro décadas, de 1970 a 2005, Urie Bronfenbrenner dedicou-se à construção de um modelo científico para estudar o desenvolvimento humano, influenciado por pensadores como Dilthey, George Mead, Kurt Lewin, Piaget, entre outros. Nesse percurso, duas fases

foram identificadas: a primeira culminou na publicação da obra *Ecology of Human Development* em 1979, traduzida no Brasil em 1996 (Bronfenbrenner, 1979/1996), em que são introduzidos os conceitos do modelo ecológico.

Segunda fase

Na segunda fase, o autor criticou o modelo anterior em função da ênfase dada ao ambiente e não aos processos individuais (Bronfenbrenner, 1999, 2012; Bronfenbrenner; Ceci, 1994; Bronfenbrenner; Evans, 2000). Na versão mais recente, o autor propõe uma incorporação dos componentes do modelo ecológico aos novos elementos que dão ênfase à interação e à dinâmica das relações, passando a ser denominado como modelo bioecológico (Bronfenbrenner; Ceci, 1994; Bronfenbrenner; Morris, 1998).

O modelo bioecológico pode ser definido como o estudo científico do desenvolvimento humano ao longo do tempo, incluindo o passado e o presente. Assim, o desenvolvimento é estabelecido pelo autor “como o fenômeno de continuidade e de mudança das características biopsicológicas dos seres humanos como indivíduos e grupos. Esse fenômeno se estende ao longo do ciclo de vida por meio das sucessivas gerações e ao longo do tempo histórico” (Bronfenbrenner, 2012, p. 43).

Bronfenbrenner (1996) pontuou que o desenvolvimento humano é um processo contínuo, que provoca mudanças duradouras na pessoa, não apenas temporárias ou restritas a uma situação ou contexto específico. Essa transformação ocorre simultaneamente nos domínios da percepção e da ação, dependendo, portanto, da forma como o indivíduo percebe e interage em contextos tanto próximos quanto distantes.

Desde o início do desenvolvimento de sua teoria até sua morte, em 2005, Bronfenbrenner não deixou registrado um método de pesquisa específico a ser seguido pelos pesquisadores. Ele demonstrou, por meio de diversos estudos, como a teoria poderia ser aplicada e ajudar na compreensão do desenvolvimento humano em diferentes contextos. Assim, o modelo bioecológico, ao propor um sistema interacional entre seus elementos, constitui um referencial teórico adequado para a realização de pesquisas (Bronfenbrenner, 2012).

Elementos da teoria

Embora originalmente concebida como uma teoria explicativa do desenvolvimento humano, a Teoria Bioecológica, em sua formulação mais recente, pode ser compreendida

também como um método de pesquisa e de intervenção. Isso porque, ao operacionalizar os quatro núcleos do modelo PPCT - processo, pessoa, contexto e tempo -, o pesquisador dispõe não apenas de um referencial para interpretar fenômenos, mas de um quadro metodológico capaz de orientar o delineamento dos estudos em contextos naturais, privilegiando as interações recíprocas que sustentam o desenvolvimento (Bronfenbrenner; Morris, 1998).

Do mesmo modo, esse aporte teórico-metodológico fornece subsídios para intervenções que considerem a complexidade ecológica da experiência humana, permitindo a identificação de fatores de risco e proteção e a proposição de estratégias que promovam bem-estar, resiliência e desenvolvimento integral, inclusive em contextos adversos como o cárcere.

Nesse sentido, ao tomar a TBDH como referência teórico-metodológica, torna-se possível examinar de que maneira os elementos do modelo PPCT se manifestam na experiência do homem idoso em situação de privação de liberdade, iluminando os desafios e as potencialidades desse processo de desenvolvimento em um contexto marcado por restrições, desigualdades e possibilidades de ressignificação.

Portanto, o presente capítulo tem o objetivo de discutir os principais conceitos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) e analisar sua aplicação ao desenvolvimento do homem idoso no contexto prisional, destacando os fatores que influenciam esse processo e as implicações para a prática e a pesquisa.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. A amostra foi composta por 20 homens com idade igual ou superior a 60 anos, em cumprimento de pena em duas unidades prisionais localizadas no Estado de Pernambuco. Os participantes foram selecionados por conveniência, considerando-se critérios de acessibilidade e disponibilidade no momento da coleta de dados.

Para esta etapa da pesquisa, foi utilizado um questionário biosociodemográfico, com a finalidade de levantar informações relativas à idade, raça/cor, escolaridade e outras características sociais e demográficas relevantes ao perfil dos participantes.

A aplicação do instrumento foi realizada de forma individual, em ambiente reservado nas dependências das unidades prisionais, respeitando-se as condições operacionais e de segurança das instituições. A coleta foi conduzida pela pesquisadora responsável, com formação em Psicologia e capacitação prévia para o uso do instrumento.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Pernambuco e registrado na Plataforma Brasil, sob o parecer consubstanciado nº 6.083.109. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo assegurados os princípios éticos de confidencialidade, anonimato e respeito à dignidade dos sujeitos envolvidos. Este trabalho integra a tese de doutorado da primeira autora, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, contribuindo para o aprofundamento científico e acadêmico sobre a temática investigada.

Resultados e Discussão

No Estado de Pernambuco, *a população carcerária em celas físicas totaliza 27.646 pessoas, das quais 509 são idosas com mais de 61 anos, representando 1,84% do total. Desse grupo, (97,25%) são homens (n = 495) e apenas (2,75%) são mulheres (n = 14)* (Brasil, 2025). *A predominância do sexo masculino entre a população prisional idosa é recorrente na literatura, tanto em estudos nacionais quanto internacionais* (Greene *et al.*, 2018; Lopes *et al.*, 2022; Minayo; Constantino, 2024; Munday *et al.*, 2019; Sharupski *et al.*, 2018; Vilela; Dias; Sampaio, 2021; Vilela, 2021).

No que refere aos dados sociodemográficos, em 2023, ano de realização da pesquisa, *os participantes tinham entre 60 e 84 anos*. Faixas etárias semelhantes foram observadas em estudos conduzidos na França (O'Hara *et al.*, 2016; Combalbert *et al.*, 2018), Israel (Avieli, 2021) e Estados Unidos (Novisky, 2018), nos quais o recorte de idade variava entre 50 e 87 anos. Essa amplitude se deve ao fato de que, em diversos contextos prisionais, indivíduos acima de 50 anos já são considerados idosos devido ao envelhecimento precoce associado à privação de liberdade.

Quanto ao pertencimento étnico-racial, *a maioria dos participantes se autodeclarou parda (60%), seguida por negros (20%) e brancos (20%)*. Dados semelhantes são descritos por Minayo e Constantino (2024), que identificaram o predomínio de pessoas negras ou pardas na Região Sudeste do Brasil. Em contrapartida, estudos nacionais e internacionais apontam variações, com maior representação de pessoas negras (Nowotny, 2016; Leigey; Ryder, 2015) ou brancas (Lopes *et al.*, 2022; Melo *et al.*, 2016; Novisky, 2018; Vilela; Silva, 2019), a depender do contexto sociocultural analisado.

Em relação à escolaridade, *observou-se que 40% dos idosos eram analfabetos, enquanto 45% haviam cursado parcialmente o Ensino Fundamental. Apenas dois participantes haviam*

concluído o Ensino Fundamental ou Médio, totalizando (10%) com maior nível de escolarização. Esses dados indicam um histórico de acesso restrito à educação formal, aspecto frequentemente relacionado à exclusão social e à limitação de oportunidades ao longo da vida.

O Modelo PPCT: Processo, Pessoa, Contexto e Tempo

Conforme enfatizado por Bronfenbrenner e Morris (1998), o estudo do desenvolvimento humano deve considerar a interdependência e a reciprocidade das interações bidirecionais entre os quatro núcleos fundamentais da Teoria Bioecológica: pessoa, processo, contexto e tempo (PPCT). Esses elementos constituem a base explicativa do modelo e, ainda que aqui sejam apresentados de forma separada por razões didáticas, sua articulação ocorre de modo dinâmico e sinérgico. Tal interação não se reduz a uma simples soma de fatores, mas se expressa na complexa relação entre genética e ambiente, na qual se produz e se sustenta o desenvolvimento humano. No presente estudo, essa perspectiva será discutida à luz da experiência do homem idoso em situação de privação de liberdade.

Processo

Na operacionalização metodológica do modelo, a dimensão *processo* ocupa lugar central no desenvolvimento humano. Para Bronfenbrenner (2005), esse desenvolvimento ocorre por meio de interações recíprocas, progressivamente mais complexas, entre o organismo em evolução e as pessoas, objetos e símbolos do ambiente imediato. Tais interações, denominadas processos proximais, constituem os motores primários do desenvolvimento, sendo caracterizadas pelo engajamento em atividades regulares e prolongadas, de complexidade crescente, reciprocidade nas relações e estímulo oferecido pelos objetos e símbolos do contexto (Bronfenbrenner, 1999).

Esses processos podem assumir múltiplas formas no cotidiano dos idosos encarcerados, como conversas com equipe psicossocial, interações com colegas e familiares, atividades escolares, leitura, oficinas, artesanato, preparo de alimentos, exercícios físicos e resolução de conflitos. A forma, a força, o conteúdo e a direção dos processos proximais variam de acordo com características da pessoa, o contexto, a natureza dos resultados e as mudanças sociais ao longo do tempo (Bronfenbrenner; Morris, 1998).

Os resultados desses processos podem se traduzir em competência - aquisição de habilidades e conhecimentos em diferentes áreas - ou em disfunção, caracterizada por dificuldades na integração do comportamento. Enquanto ambientes estáveis e favoráveis promovem competência, contextos desorganizados tendem a intensificar disfunções (Bronfenbrenner, 1999).

Estudos realizados no Brasil reforçam esses pressupostos. Koller e Ceconello (2016), utilizando a metodologia de Inserção Ecológica, observaram que ambientes hostis - marcados por pobreza, violência e ausência de recursos - limitam os processos proximais e comprometem o desenvolvimento. Pesquisas recentes destacam que idosos privados de liberdade enfrentam condições adversas, como precariedade estrutural, déficit de assistência médica, baixa escolaridade e uso de substâncias, que prejudicam relações saudáveis e a aquisição de competências (Combalbert *et al.*, 2018; Filinson; Ciambrone, 2019; Iftene, 2016; Ridley, 2021; Vilela, 2021).

Apesar disso, o cárcere não elimina totalmente a possibilidade de desenvolvimento. Alguns indivíduos demonstram resiliência mesmo em condições adversas, embora não se deva confiar apenas no potencial criativo individual. Daí a importância de pesquisas que identifiquem e minimizem fatores de risco. Bronfenbrenner (2012) ressalta que é essencial considerar não apenas as condições objetivas do ambiente, mas também a experiência subjetiva que dele fazem as pessoas.

Assim, os pesquisadores que desejam fazer uso dessa metodologia precisam estar atentos ao modo como a pessoa percebe o ambiente, lida com o estresse, mantém o controle do comportamento, busca novas habilidades, estabelece relações mútuas e constrói significados diante das transformações (Polonia; Dessen; Silva, 2005).

Pessoa

O segundo núcleo da Teoria Bioecológica refere-se à *pessoa*, elemento central que interage ativamente com o ambiente. Bronfenbrenner e Morris (1998, 2006) ressaltam que suas características devem ser compreendidas tanto pelas disposições biopsicológicas quanto pelas construídas nas interações contextuais, constituindo parte essencial dos *processos proximais*. Essas características são simultaneamente produto e influenciadoras da dinâmica entre processo, pessoa, contexto e tempo (Bronfenbrenner, 1999).

Os autores distinguem três grupos principais: *disposição*, *recursos* e *demandas*. A *disposição comportamental* pode ser *gerativa* - estimulando e sustentando atividades, como a predisposição ao aprendizado ou ao engajamento em tarefas complexas - ou *inibidora*, quando ligada à impulsividade, apatia, insegurança ou ao isolamento (Bronfenbrenner; Morris, 1998). No cárcere, por exemplo, idosos engajados em programas educativos demonstram disposições gerativas, enquanto aqueles que se recusam a participar das atividades tendem a intensificar sentimentos de solidão e desesperança.

Os *recursos* abrangem capacidades cognitivas, emocionais, sociais e materiais. Habilidades acumuladas ao longo da vida, como inteligência emocional e resolução de problemas, podem facilitar a inserção em programas educativos e a construção de relações colaborativas. Recursos materiais e sociais, como escolaridade, alimentação adequada e apoio familiar também favorecem os processos proximais (Bronfenbrenner; Morris, 2006). Em contrapartida, a baixa escolaridade, frequente entre idosos encarcerados, constitui um fator inibidor (Cecconello; Koller, 2016; Brasil, 2023; Vilela, 2021), enquanto as desigualdades socioeconômicas se refletem na prisão, impactando o acesso a melhores condições (Novisky, 2018). Além disso, patologias genéticas, deficiências e lesões cerebrais podem dificultar a comunicação e limitar relações interpessoais construtivas.

Por fim, a *demandas* diz respeito a atributos que suscitam reações no ambiente social, como aparência física, idade, gênero e etnia (Bronfenbrenner; Morris, 1998). No contexto prisional, a fragilidade física pode despertar solidariedade, mas também pode expor o idoso à exclusão ou abuso. Ao mesmo tempo, características associadas à experiência de vida podem favorecer maior estabilidade emocional, contribuindo para relações mútuas satisfatórias.

Em síntese, as características da pessoa - disposição, recursos e demandas - exercem papel decisivo no estabelecimento e na qualidade dos processos proximais, influenciando a trajetória de desenvolvimento dos idosos em situação de privação de liberdade.

Contexto: microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema

O *contexto* é outro elemento central da Teoria Bioecológica, definido como o conjunto de condições físicas, sociais e culturais que envolvem o indivíduo (Bronfenbrenner, 1996). Esse ambiente se organiza em quatro sistemas interdependentes: microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema.

O *microsistema* corresponde ao espaço mais imediato, no qual ocorrem papéis, atividades e interações face a face, sendo também o *locus* dos *processos proximais* (Bronfenbrenner, 1999). As interações nesse nível podem ser analisadas a partir das *diádes*, classificadas em *observacionais*, *de atividade* e *primárias* (Bronfenbrenner, 1996). As diádes apresentam características de reciprocidade, equilíbrio de poder e complexidade, podendo gerar vínculos afetivos positivos ou negativos. Além disso, influências indiretas - denominadas efeitos de segunda ordem ou *triangulação interpessoal* - podem reforçar ou dificultar os processos interacionais (Bronfenbrenner, 1977; Polonia; Dessen; Silva, 2005).

Outro aspecto relevante no microsistema é a *atividade molar*, definida como ação contínua e significativa que estimula transformações no desenvolvimento. Essa atividade pode ser analisada segundo a perspectiva temporal (presente ou futuro), a estrutura do objetivo (único ou em etapas) e a extensão (lembranças evocadas de pessoas e situações) (Bronfenbrenner, 1996). No contexto prisional, as atividades educacionais constituem exemplo de atividade molar: possibilitam ao idoso preso retomar estudos interrompidos, ressignificar experiências de vida, adquirir autonomia e até mesmo reduzir a pena.

No cotidiano prisional, os microsistemas do idoso incluem interações com colegas de cela (apoio emocional e convivência diária), policiais penais (orientações e regras), profissionais de saúde (atendimento médico e psicológico) e familiares durante visitas. Esses espaços revelam como as experiências mais imediatas, permeadas por padrões culturais e sociais, moldam os processos de desenvolvimento do idoso em situação de privação de liberdade.

Mesosistema

O *mesossistema* corresponde ao conjunto de inter-relações entre os diferentes microsistemas dos quais a pessoa participa, ampliando-se sempre que ela passa a frequentar novos ambientes (Bronfenbrenner, 1996). Essas interações podem favorecer ou dificultar o desenvolvimento. No contexto prisional, um exemplo é a articulação entre a cela, onde o idoso convive cotidianamente com outros presos, e os serviços de saúde oferecidos na instituição. O mesossistema também se expressa nas conexões entre outros espaços da prisão, como a escola, o pátio, a igreja, a copa, a padaria e a horta.

A família, por sua vez, constitui elo fundamental com o mundo externo, mas a realidade carcerária frequentemente dificulta a manutenção desse vínculo. Pesquisas apontam índices

elevados de ausência de visitas entre idosos presos, sobretudo entre mulheres (Oliveira *et al.*, 2013; Santos, 2018; Minayo; Constantino, 2024). Uma revisão conduzida por Vilela, Dias e Silva (2024) evidenciou a carência de estudos específicos sobre familiares de idosos encarcerados, embora tenha destacado repercussões comuns do encarceramento: estigmatização social, perdas financeiras, violação de direitos, fragilização de vínculos e dificuldades na reinserção social.

O abandono familiar figura como um dos maiores desafios à vida no cárcere, podendo estar associado à vergonha, às dificuldades impostas pelas visitas e ao sofrimento diante das condições prisionais (Vilela, 2021; Ghiggi, 2018). Esse distanciamento limita também o acesso a provisões básicas não fornecidas pelo Estado. Entretanto, estudos indicam que a bidirecionalidade entre sistemas se mantém: familiares podem transmitir notícias e demandas do ambiente externo, que afetam emocionalmente a idosa presa, ao mesmo tempo em que levam para fora suas recomendações sobre questões familiares (Vilela, 2021).

Assim, o mesossistema revela como a interconexão entre espaços institucionais e vínculos familiares influencia diretamente a experiência do idoso encarcerado, podendo ampliar tanto fatores de risco quanto possibilidades de apoio ao desenvolvimento.

Exossistema

O *exossistema* refere-se às interações entre contextos nos quais a pessoa não está diretamente inserida, mas que exercem influência indireta sobre seu desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1996). No caso dos idosos encarcerados, destacam-se como exemplos as políticas públicas e a comunidade.

No Brasil, entre 1984 e 2014, foram criadas normas com vistas à proteção da população prisional idosa, como a Lei de Execução Penal (Brasil, 1984), que prevê estabelecimentos adequados para maiores de 60 anos, e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), destinada a assegurar a saúde integral no cárcere (Brasil, 2014). Contudo, pesquisas evidenciam que tais garantias raramente se concretizam: idosos permanecem em celas superlotadas, sem privacidade, muitas vezes dormindo no chão e submetidos à supervisão de presos mais jovens, além de receberem alimentação insuficiente às suas necessidades (Minayo; Constantino, 2024; Vilela, 2021). Situações análogas foram descritas em outros países, como Austrália e Estados Unidos (Jackson; Doyle; Bartels, 2020; Nowotny *et al.*, 2016).

Bronfenbrenner (1996) sublinha que uma perspectiva ecológica exige rever a relação entre ciência e política pública. Em sua proposta, não apenas as políticas devem ser orientadas pela ciência, mas a própria ciência do desenvolvimento humano deve tomar as políticas sociais como referência para definir quais aspectos do ambiente são críticos para o crescimento cognitivo, emocional e social.

Assim, as políticas públicas voltadas à população idosa encarcerada devem priorizar assistência especializada, reabilitação, bem-estar e reintegração social, assegurando a efetividade dos direitos legais. Ainda que esses sujeitos não participem diretamente da formulação das normas, suas vidas são profundamente impactadas por tais decisões, que atravessam os diferentes sistemas e incidem sobre suas condições de desenvolvimento.

Macrossistema

O *macrossistema* corresponde ao nível mais amplo do contexto ecológico, englobando os micro, meso e exossistemas, e é constituído por ideologias, crenças, valores, religiões e formas de governo que atravessam a cultura ou subcultura na qual a pessoa está inserida (Bronfenbrenner, 1996). Esses elementos históricos e simbólicos moldam o cotidiano e influenciam o desenvolvimento humano.

No caso do encarceramento, os indivíduos levam para a prisão suas histórias, valores e crenças familiares, mas passam a conviver com uma nova realidade cultural, marcada por regras, códigos e significados próprios da instituição prisional. Esse choque cultural pode resultar em despersonalização, conceito discutido por Goffman (2010) ao analisar as instituições totais. Trata-se da perda da identidade pessoal e da redução do sujeito a números, uniformes e normas rígidas, o que compromete a autonomia, a autoestima e a expressão individual.

Esse processo, característico das instituições prisionais, acentua a alienação e fragiliza a saúde mental, dificultando tanto o desenvolvimento quanto a reintegração social após a libertação. Para os idosos, os efeitos podem ser ainda mais graves, dada sua maior vulnerabilidade física e emocional.

Tempo

O *tempo*, denominado por Bronfenbrenner como *cronossistema*, permite analisar a influência das mudanças e continuidades que ocorrem ao longo do ciclo vital em interação com

as características da pessoa, do ambiente e da sociedade (Bronfenbrenner; Ceci, 1994). Esse elemento se expressa em três níveis: *microtempo*, relacionado às continuidades e descontinuidades de situações cotidianas envolvendo processos proximais; *mesotempo*, referente à constância de eventos repetidos em lapsos de dias, semanas ou anos; e *macrotempo*, associado às transformações históricas e sociais que impactam gerações (Bronfenbrenner, 1999).

No cárcere, o *microtempo* pode ser observado na rotina diária do idoso, como o horário regular das refeições, que proporciona previsibilidade e estabilidade, ou, em contraste, em mudanças inesperadas nessa rotina, que geram estresse. O *mesotempo* abrange atividades que se repetem em períodos intermediários, como programas educativos, cursos, atividades físicas e visitas familiares, que exercem efeito cumulativo sobre sua adaptação e resiliência. Já o *macrotempo* envolve eventos históricos e sociais mais amplos, como o impacto do crime cometido, que marca uma transição crítica na vida do idoso e de sua família (Carvalho-Barreto, 2016), ou transformações globais, como a pandemia de COVID-19. Nesse caso, medidas como a Recomendação nº 62/2020 do CNJ resultaram na concessão de prisão domiciliar a idosos do grupo de risco, ao passo que restrições às visitas presenciais fragilizaram vínculos familiares, parcialmente compensados por alternativas virtuais (Vilela, 2021).

As experiências temporais também se conectam às transições ecológicas, que representam mudanças no lugar que a pessoa ocupa dentro de seu ambiente. Um idoso condenado a cumprir pena, por exemplo, vivencia uma transição não normativa ao ser deslocado do convívio familiar para a penitenciária, onde o cárcere passa a constituir seu microsistema, enquanto a família se situa no mesossistema (Carvalho-Barreto, 2016). Tais transições contrastam com as normativas, como aposentadoria ou nascimento de filhos, que fazem parte do curso esperado do desenvolvimento.

Assim, o *cronossistema* evidencia que o desenvolvimento humano resulta da interação multidimensional entre o sujeito ativo e os contextos em diferentes temporalidades. Sob essa perspectiva, os fenômenos humanos são compreendidos na relação entre os quatro elementos centrais do modelo PPCT: processo, pessoa, contexto e tempo (Bronfenbrenner; Morris, 1998).

Considerações Finais

Utilizar a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano para leitura de aspectos do homem idoso encarcerado representa inovação no campo da metodologia e das tecnologias

sociais, uma vez que a teoria foi muito utilizada para compreender outras dimensões do ciclo vital, tais como a infância e adolescência. Desse modo, neste capítulo, propusemos realizar uma ampliação teórica e fazer uma inovação ou releitura, explorando a pessoa idosa mediante a teoria apresentada.

Nesse sentido, o desenvolvimento da pessoa idosa no contexto prisional, analisado sob a perspectiva da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner, revela-se um campo de estudo complexo e multifacetado. A teoria enfatiza a importância das interações recíprocas entre a pessoa, os processos, o contexto e o tempo (PPCT), destacando que o desenvolvimento humano é influenciado por uma combinação dinâmica de fatores individuais e ambientais.

No ambiente prisional, os idosos enfrentam desafios específicos que podem contribuir para o não desenvolvimento. No entanto, mesmo em um contexto hostil, é necessário contar com o potencial de resiliência dessa população e as possibilidades de desenvolvimento. Elementos como o apoio familiar, o status socioeconômico e as condições de saúde anteriores ao encarceramento parecem exercer influência sobre a qualidade das interações e o bem-estar dos idosos.

Em suma, a aplicação da Teoria Bioecológica ao estudo do desenvolvimento da pessoa idosa no contexto prisional proporciona uma compreensão mais ampla e profunda dos processos que influenciam o desenvolvimento humano. A análise considerando a interdependência entre os elementos do modelo PPCT contribui para a elaboração de estratégias eficazes de intervenção e apoio, que possam mitigar os efeitos negativos do encarceramento e promover um desenvolvimento saudável e integral. Além de orientar pesquisas em contextos naturais, o modelo PPCT fornece subsídios para a construção de estratégias interventivas no âmbito prisional, voltadas à promoção da resiliência, da saúde integral e da reinserção social da pessoa idosa.

Este estudo evidencia a necessidade de mais pesquisas focadas nas fases posteriores da vida, como a velhice, e em contextos específicos, como o prisional, para ampliar o conhecimento e guiar ações que possam transformar positivamente a experiência de vida dos idosos encarcerados.

Referências

BRASIL. *Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984*. Lei de Execução Penal. Diário Oficial da

União, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm Acesso em: 30 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde; Ministério da Justiça. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP)*. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pnaisp> Acesso em: 30 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais (SISDEPEN). *Dados estatísticos do Sistema Penitenciário*. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen> Acesso em: 30 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais (SISDEPEN). *Dados estatísticos do Sistema Penitenciário*. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen> Acesso em: 30 abr. 2026.

BRONFENBRENNER, U. Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist*, v. 32, p. 513–531, 1977. Disponível em: <https://scottbarrykaufman.com/wpcontent/uploads/2019/07/a4f4a4545519d84c5c57095b4bcc685d7dd9.pdf> Acesso em: 30 abr. 2026.

BRONFENBRENNER, U. Contextos da criação de filhos: problemas e perspectivas. *American Psychologist*, v. 34, n. 10, p. 844–850, 1979a. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0003-066X.34.10.844> Acesso em: 30 abr. 2026.

BRONFENBRENNER, U. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos por natureza e design*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979b.

BRONFENBRENNER, U. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. (Original publicado em 1977).

BRONFENBRENNER, U. Ambientes em perspectiva de desenvolvimento: modelos teórico e operacional. In: FRIEDMAN, S. L.; WACHS, T. D. (org.). *Medindo o ambiente ao longo da vida: métodos e conceitos emergentes*. Washington: Associação Americana de Psicologia, 1999. p. 3-28.

BRONFENBRENNER, U. The bioecological theory of human development. In: BRONFENBRENNER, U. *Making human beings human: bioecological perspectives on human development*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2005. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2004-22011-000> Acesso em: 30 abr. 2026.

BRONFENBRENNER, U. *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Tradução: André de Carvalho-Barreto; revisão técnica: Silvia H. Koller. Porto Alegre: Artmed, 2012. Recurso eletrônico.

BRONFENBRENNER, U.; CECI, S. J. Natureza-nutrição reconceitualizada na perspectiva desenvolvimentista: um modelo bioecológico. *Psychological Review*, v. 101, n. 4, p. 568–586, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0033-295X.101.4.568> Acesso em: 30 abr. 2026.

BRONFENBRENNER, U.; EVANS, G. Developmental science in the 21st century: emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. *Social Development*, v. 9, p. 115-125, 2000.

BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P. A. The ecology of developmental processes. In: DAMON, W. (org.). *Handbook of child psychology*. New York: John Wiley & Sons, 1998. p. 993-1027.

BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P. A. The bioecological model of human development. In: DAMON, W.; LERNER, R. M. (ed.). *Handbook of child psychology: theoretical models of human development*. New York: John Wiley, 2006. p. 793-828.

CARVALHO-BARRETO, A. Paradigma sistêmico no desenvolvimento humano e familiar: a Teoria Bioecológica de Urie Bronfenbrenner. *Psicologia em Revista*, v. 22, n. 2, p. 275-293, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5752/p.1678-9523.2016v22n2p275> ([dx.doi.org in Bing](#)) Acesso em: 30 abr. 2026.

CECCONELLO, A. M.; KOLLER, S. H. Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. In: KOLLER, S. H.; MORAIS, N. A.; PALUDO, S. S. *Inserção ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016. p. 39-64.

COMBALBERT, N.; PENNEQUIN, V.; FERRAND, C.; ARMAND, M.; ANSELME, M.; GEFFRAY, B. Cognitive impairment, self-perceived health and quality of life of older prisoners. *Criminal Behaviour and Mental Health*, v. 28, n. 1, p. 36–49, 2018. doi: 10.1002/cbm.2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28276180/> Acesso em: 30 abr. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Recomendação nº 62/2020, de 17 de março de 2020. *Diário da Justiça Eletrônico*, n. 65, 2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3246> Acesso em: 30 abr. 2026.

FILINSON, R.; CIAMBRONE, D. “Trying to blend in, what else can we do?” Intergenerational relationships among aged inmates. *Journal of Intergenerational Relationships*, v. 17, n. 1, p. 74–92, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15350770.2018.1500328> Acesso em: 30 abr. 2026.

GHIGGI, M. P. Envelhecimento e cárcere: vulnerabilidade etária e políticas públicas. *Mais 60: estudos sobre envelhecimento*, v. 71, n. 29, p. 9-29, 2018. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/online/revistas/edicoes/703> Acesso em: 30 abr. 2026.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

IFTENE, A. Unlocking the doors to Canadian older inmate mental health data: rates and potential legal responses. *International Journal of Law and Psychiatry*, v. 47, p. 36–44, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27037162/> Acesso em: 30 abr. 2026.

JACKSON, I.; DOYLE, C.; BARTELS, L. “An awful state of affairs for you”: managing the needs of older prisoners – a case study from the Australian Capital Territory. *Current Issues*

in *Criminal Justice*, v. 32, n. 2, p. 243–251, 2020. Disponível em: <https://researchprofiles.canberra.edu.au/en/publications/an-awful-state-of-affairs-for-you-managing-the-needs-of-older-pri> Acesso em: 30 abr. 2026.

MINAYO, M. C. S.; CONSTANTINO, P. *Frágeis e invisíveis: saúde e condições de vida de pessoas privadas de liberdade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2024.

NOVISKY, M. A. Avoiding the runaround: the link between cultural health capital and health management among older prisoners. *Criminology*, v. 56, n. 4, p. 643–678, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1745-9125.12188> Acesso em: 30 abr. 2026.

NOWOTNY, K. M.; CEPEDA, A.; JAMES-HAWKINS, L.; BOARDMAN, J. D. Growing old behind bars: health profiles of the older male inmate population in the United States. *Journal of Aging and Health*, v. 28, n. 6, p. 935–956, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0898264315614007> Acesso em: 30 abr. 2026.

OLIVEIRA, L. V.; COSTA, G. M. C.; MEDEIROS, K. K. A. S. Envelhecimento: significado para idosos encarcerados. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 16, n. 1, p. 139–148, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232013000100014 Acesso em: 30 abr. 2026.

POLONIA, A. C.; DESSEN, M. A.; SILVA, N. L. P. O modelo bioecológico de Bronfenbrenner: contribuições para o desenvolvimento humano. In: DESSEN, M. A.; COSTA JUNIOR, A. L. (org.). *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005. p. 71–89.

RIDLEY, L. No place for old men? Meeting the needs of an ageing male prison population in England and Wales. *Social Policy and Society*, v. 21, n. 4, p. 597–611, 2021. doi:10.1017/S1474746421000178. Disponível em: <https://researchportal.northumbria.ac.uk/en/publications/no-place-for-old-men-meeting-the-needs-of-an-ageing-male-prison-p> Acesso em: 30 abr. 2026.

SANTOS, M. O. *Pessoas idosas no sistema prisional: um estudo exploratório a partir do censo penitenciário de 2014, Ceará – Brasil*. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32280/1/2018_MichelledeOliveiraSantos.pdf Acesso em: 30 abr. 2026.

VILELA, D. S. D. *A mulher idosa e a criminalidade: uma compreensão na perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano*. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Recife, 2021. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1345> Acesso em: 30 abr. 2026.

VILELA, D. S. D.; DIAS, C. M. S. B.; SILVA, C. F. S. Familiares de pessoas idosas encarceradas no Brasil: sentimentos e vivências. In: SEMINÁRIO DA REDE INTERNACIONAL DE PESQUISA SOBRE VULNERABILIDADE, SAÚDE, SEGURANÇA E QUALIDADE DE VIDA: BRASIL, PORTUGAL E ESPANHA, 3., 2024, Évora. *Anais[...]* Évora: Rede Internacional de Pesquisa, 2024.

VILELA, D. S. D.; DIAS, C. M. S. B.; SAMPAIO, M. A. Idosos encarcerados no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Contextos Clínicos*, v. 14, n.1, p. 305-332, 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822021000100015 Acesso em: 30 abr. 2026.

VILELA, D. S. D.; SILVA, C. F. S. O idoso como agente do crime. In: RABINOVICH, E. P.; MOREIRA, L. V. C.; BRITO, E. S.; Ferreira, M. M. (org.). *Envelhecimento e intergeracionalidade: olhares interdisciplinares*. Curitiba: CRV, 2019. p. 277-292.

SAÚDE MENTAL DE PESSOAS COM DOENÇA DE PARKINSON: pesquisas mistas com ações multidisciplinares de prevenção e de cuidado

Marianne Ramos Feijó
Carmen dos Santos Godoy Ura
Mariana Sartori Garcia
Ingrid Wenzel Prochnou
Bruno Sampaio Garrido
Fabio Augusto Baribieri

Introdução

A Doença de Parkinson (DP) é uma doença neurodegenerativa que afeta equilíbrio, força e estabilidade postural, com sintomas motores como tremores, congelamento da marcha, lentidão de movimentos e dificuldades de fala, associados a sintomas não motores como insônia, depressão, ansiedade, perda cognitiva e transtorno do controle dos impulsos (Kalva-Filho *et al.*, 2024), sendo que parte dos sintomas não motores antecede os sintomas motores.

A incidência da DP vem crescendo paralelamente ao envelhecimento populacional e se configurando como um desafio no campo das políticas de saúde (Zhu *et al.*, 2024). Com prevalência global de mais de 6 milhões de indivíduos, em sua maioria homens (3:2 em relação às mulheres), a DP é uma das principais causas de incapacidade neurológica na atualidade, especialmente para a população idosa, em que mais perdas físicas e cognitivas são associadas (Ottoni; Reis; Tostes, 2024).

No Projeto de Extensão Ativa Parkinson, realizado na Unesp, em Bauru, cidade brasileira de médio porte no interior paulista, já foram atendidas mais de 150 pessoas com diagnósticos de DP. Em média, 50 pacientes por ano, acompanhados dos respectivos cuidadores, participam de atividades semanais voltadas aos cuidados com a saúde e à promoção da qualidade de vida.

Paralelamente às atividades físicas monitoradas, oferecidas três vezes por semana aos grupos de partilha para cuidadores e para pacientes, são realizados atendimentos psicológicos, avaliações, pesquisas e orientações, de acordo com demandas de cuidados físicos, psíquicos e sociais (Feijó *et al.*, 2020; Kalva-Filho *et al.*, 2024).

Aliados às atividades de extensão, os grupos dos professores Fabio A. Barbieri e Marianne Ramos Feijó realizam pesquisas científicas no intuito de entender melhor os efeitos da DP e melhorar as intervenções motoras e não motoras. As pesquisas têm apoio do

Laboratório de Pesquisa em Movimento Humano (MOVI-LAB), contando com a participação de alunos de graduação e pós-graduação vinculados aos departamentos de Educação Física e de Psicologia. Os estudos objetivam ampliar a sustentação das ações multidisciplinares de cuidado das pessoas com DP e de seus cuidadores, oferecendo informações científicas fidedignas e relevantes para eles, para profissionais, pesquisadores e para a mídia.

A compreensão de dados quantitativos e qualitativos em conjunto por profissionais e estudantes que têm experiência extensionista com pessoas com DP e seus cuidadores tem possibilitado contemplar aspectos individuais, relacionais, processuais e contextuais relacionados ao viver em sociedade com uma doença incurável, que progride de diferentes formas, com diversos sintomas físicos e psíquicos, frequentemente visíveis, mas ainda pouco conhecidos pela maioria das pessoas em sua complexidade e intersecção.

Dessa forma, o presente capítulo visa discutir a importância dos estudos mistos no subsídio de ações de cuidado e de promoção de saúde de pessoas com DP e de seus cuidadores, em projetos de extensão multidisciplinares e em ações de divulgação científica. O capítulo sintetiza uma proposta de pesquisa temática e propõe uma discussão a respeito da importância do uso de dados quantitativos e qualitativos em pesquisas que subsidiam ações multidisciplinares de saúde e de comunicação científica, o que pode fundamentar a criação de políticas públicas.

Metodologia

A pesquisa de métodos mistos, frequentemente utilizada em pesquisas sociais e de base sistêmico-novo paradigmáticas (Vasconcelos, 2005), reúne informações quantitativas e qualitativas que, quando integradas, possibilitam compreensões mais aprofundadas e holísticas que permitem fundamentar ações de prevenção, de cuidado, de preparo profissional e de criação de políticas públicas (Brasil, 2023; Kettler *et al.*, 2016; Santos *et al.*, 2017). Essa integração permite uma compreensão mais profunda e robusta de fenômenos complexos, superando as limitações de se usar apenas um tipo de dado (Costa *et al.*, 2017).

O uso da triangulação em pesquisa, descrito por Flick (2009), consiste em combinar métodos qualitativos capazes de descrever alguns exemplos da população estudada, articulando a complexidade do fenômeno envolvido com os dados analisados, utilizando métodos quantitativos que por sua vez podem verificar se ocorre generalização de pelo menos uma parte dos efeitos observados na pesquisa qualitativa em um número maior de pessoas.

Pesquisas quantitativas alcançam maior número de sujeitos e tendem a gerar dados epidemiológicos relevantes, que sustentam a atenção a determinado grupo e a determinado fenômeno, tal como o adoecimento e os transtornos do desenvolvimento. Já a pesquisa qualitativa favorece a compreensão sobre como as pessoas estudadas são afetadas e enfrentam os impactos da doença ou do transtorno de desenvolvimento.

A revisão bibliográfica (portanto documental), quando antecede coletas de dados em campo, guia os pesquisadores na definição de um problema de pesquisa relevante e original. É comumente utilizada para compreender o que já foi pesquisado sobre determinados temas e problemas e, se analisada de forma qualitativa, permite descrever achados e lacunas de pesquisa (Guerra *et al.*, 2023).

A revisão integrativa apresenta um delineamento amplo que prevê a triagem e a análise de trabalhos de caráter teórico, empírico, experimental e quase-experimental, possibilitando uma abordagem ampliada do fenômeno pesquisado. Para a formulação de revisões integrativas, o caminho metodológico pode ser resumido em “formulação da pergunta, localização dos estudos, avaliação crítica dos estudos, coleta de dados, análise e apresentação dos dados, interpretação dos dados, e aprimoramento e atualização da revisão” (Botelho *et al.*, 2011, p.125).

Estudos indicam que para a aferição dos sintomas depressivos em pacientes com DP são utilizados instrumentos padronizados para a população geral, como o Beck Depression Inventory (BDI), a Hamilton Depression Rating Scale (HAM-D) e a Montgomery–Åsberg Depression Rating Scale (MADRS – Goetz *et al.*, 2008; Leentjens *et al.*, 2000; Leentjens *et al.*, 2003). Tais instrumentos podem apresentar limitações específicas. Instrumentos que se valem de medidas de autorrelato, como o BDI, consideram a experiência subjetiva do paciente, mas podem superestimar a gravidade dos sintomas depressivos por incluir sintomas somáticos prevalentes em DP (Schrag *et al.*; 2007; Seppi *et al.*, 2011).

Escalas de hétero aplicação, como a HAM-D e a MADRS, por outro lado, possibilitam maior controle clínico da avaliação (Schrag *et al.*; 2007; Zigmond; Snaith, 1983). Ademais, recomenda-se também o uso de instrumentos que minimizam a interferência de sintomas físicos para avaliação de sintomas depressivos na população com DP, como a Hospital Anxiety and Depression Scale (HADS) (Zigmond; Snaith, 1983) e a Geriatric Depression Scale (GDS) (Yesavage *et al.*, 1982).

Há também escalas específicas para DP que incluem aspectos de humor e sintomas neuropsiquiátricos, como a Unified Parkinson’s Disease Rating Scale (UPDRS) e sua versão

revisada (MDS-UPDRS) (Seppi *et al.*, 2011). A intervenção terapêutica incide sobre os aspectos detectados nos ou expressados pelos pacientes com DP. Prochnou (2025) destaca a importância de a avaliação dos sintomas depressivos considerar as particularidades clínicas da DP, sendo interessante que se reduza o viés somático e se aumente a sensibilidade para os aspectos afetivos.

A ideia de construção do presente capítulo foi gerada pelo acompanhamento de pessoas com DP e por estudos que se encontram em diferentes fases. Revisões bibliográficas integrativas têm mostrado significativa incidência de sintomas como depressão e ansiedade na população estudada, além de perdas cognitivas e de controle de impulso, algumas vezes associados ao tratamento medicamentoso prolongado. Distúrbios do sono também são observados em pessoas com DP, que podem apresentá-los muito tempo antes do diagnóstico.

Paralelamente aos estudos em andamento, há coletas de dados em curso sobre sintomas motores e não motores da DP, inclusive de dados quantitativos por meio de instrumentos que avaliam saúde mental, apoio social e qualidade de vida, e de dados qualitativos sobre esses aspectos e sobre a periodicidade de atendimentos em saúde, que serão compreendidos por meios de entrevistas com roteiros semiestruturados.

As revisões de literatura iniciais trazem dados epidemiológicos, dados sobre uso de instrumentos de avaliação de sintomas que têm sido mais utilizados e sobre tratamentos mais frequentemente propostos. Os dados coletados em campo permitirão compreender a condição que se apresenta na população atendida, participante da pesquisa. A análise quantitativa será realizada pelo *software* SPSS, por meio de estatísticas descritivas, correlacionais e modelos longitudinais. Os dados qualitativos serão examinados mediante análise de conteúdo, com triangulação de dados.

Nos próximos anos, protocolos de avaliação em saúde mental poderão ser definidos para o Projeto Ativa Parkinson, em que já são avaliados e acompanhados diversos aspectos físicos de saúde dos participantes. Assim, a equipe deste projeto de extensão poderá contar com evidências científicas já publicadas e com dados longitudinais, de natureza mista, que permitirão discutir com a literatura existente e avaliar peculiaridades da população atendida, que além da participação no projeto, apresentam características pessoais e de vida peculiares e certamente algumas comunalidades em relação à população em geral com DP.

Em se tratando de publicações sobre os sintomas não motores da DP, pautamos o desenvolvimento do presente capítulo na relevância de acompanhar, principalmente, depressão, ansiedade, controle do impulso e perdas cognitivas em pessoas com DP.

Resultados e Discussão

Prochnou (2025) indica que a prevalência de depressão é alta, atingindo cerca de 38% da população com DP (Cong *et al.*, 2022), mas o diagnóstico de transtornos depressivos em pacientes de DP é dificultado pela presença de sintomas que se confundem com o quadro depressivo, como fadiga, lentificação psicomotora, distúrbios do sono e redução da energia.

Sanctis (2025), em revisão sobre ansiedade em pessoas com DP, observou que, além da depressão discutida anteriormente, transtornos de ansiedade são também frequentes na população com DP e são considerados bons preditores para efeitos negativos na qualidade de vida desses indivíduos (Alnajjar *et al.*, 2024). Há indícios de que sintomas neuropsiquiátricos na DP raramente ocorrem de maneira isolada; é mais frequente a ocorrência conjunta de manifestações comórbidas, as quais aumentam o impacto funcional da doença (Chuquilín-Arista *et al.*, 2021; Lo Buono *et al.*, 2021; Upneja *et al.*, 2021). Estudos acerca da epidemiologia da ansiedade comórbida à DP indicam prevalência entre 30% a 40% dos sintomas ansiosos em pacientes de DP, frequentemente acompanhados por sintomas depressivos, apatia e distúrbios do sono (Upneja *et al.*, 2021 *apud* Dissanayaka *et al.*, 2014, 967–975).

O tratamento dos sintomas psicológicos associados à DP incluem acompanhamentos tanto psiquiátricos quanto psicológicos, visando principalmente o aumento da adesão terapêutica e da qualidade de vida do paciente (Schneider *et al.*, 2020). Assim como ocorre para depressão, são muitos os possíveis instrumentos utilizados para avaliação de transtornos de ansiedade em pacientes de DP (Alnajjar *et al.*, 2024). Tanto escalas específicas, como a Parkinson Anxiety Scale (PAS), quanto instrumentos validados para população em geral, como o Inventário de Ansiedade de Beck (BAI), a Escala de Ansiedade de Hamilton (HAM-A), a Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse (DASS) e o Inventário de Ansiedade Geriátrica (GAI) são utilizados em pesquisas e avaliações da ansiedade na DP (Alnajjar *et al.*, 2024).

Também observa Sanctis (2025) que diferentes abordagens terapêuticas são adotadas com o objetivo de reduzir os sintomas ansiosos em indivíduos com DP. Intervenções farmacológicas costumam apresentar potencial terapêutico para redução dos sintomas de ansiedade, mas há também limitações na eficácia e tolerabilidade (Schneider *et al.*, 2020). Já intervenções não farmacológicas, como a terapia cognitivo-comportamental (Reynolds *et al.*, 2020; Ji N. *et al.*, 2025) e programas de exercício físico (Beck *et al.*, 2025), costumam demonstrar bons resultados para a diminuição da ansiedade e aumento da qualidade de vida. Sanctis (2025) conclui reforçando a importância de os tratamentos integrarem abordagens

terapêuticas, para agir simultaneamente nos sintomas motores, emocionais e psicossociais da DP.

Garcia (2025) estudou os transtornos do controle de impulso (TCIs) que podem impactar significativamente a qualidade de vida dos pacientes e representam um desafio diagnóstico e terapêutico (Grall-Bronnec *et al.*, 2021), já que os agonistas dopaminérgicos podem exercer papel relevante como fator associado aos TCIs, o que não exclui a influência de outros fatores psiquiátricos, genéticos e psicométricos. Em relação à prevalência de TCIs em pessoas com DP, a autora encontra variações entre 14% e 46% (García-Rubio *et al.*, 2021; Tós *et al.*, 2023; Turcano *et al.*, 2024; Witt *et al.*, 2024). Algumas pesquisas analisam sintomas não motores em geral (Herath *et al.*, 2024; Varshney *et al.*, 2024) e outras avaliam também comorbidades, como apatia (Scott *et al.*, 2024). Em relação ao papel de variáveis psiquiátricas e emocionais, Garcia (2025) encontrou estudos que associam os TCIs à incidência de ansiedade, depressão ou histórico psiquiátrico (García-Rubio *et al.*, 2021; Herath *et al.*, 2024). Não há consenso quanto à influência de fatores genéticos; estudos como os de Grall-Bronnec *et al.* (2022) não identificaram associação significativa entre variantes gênicas estudadas e desenvolvimento de TCIs.

A autora observou concordância também em relação à influência de variáveis clínicas da DP na progressão do TCIs: quanto maior a duração da DP, maior será também a presença de complicações motoras e distúrbios do sono, os quais são fatores associados ao desenvolvimento de TCIs (García-Rubio *et al.*, 2021; Tós *et al.*, 2023). Além disso, quanto mais cedo a DP aparece, maiores as chances de TCIs (Grall-Bronnec *et al.*, 2022). Em relação às terapias indicadas para TCIs, Garcia (2025) observa que a redução ou suspensão de agonistas dopaminérgicos aparece de forma consistente como estratégia eficaz (Debove *et al.*, 2024; Witt *et al.*, 2024).

Segundo Moro (2025), o avanço da pesquisa biomédica e neuropsicológica permitiu reconhecer que a DP é uma condição sistêmica e multifatorial, cuja expressão clínica extrapola os domínios motores e inclui um conjunto diverso de sintomas não motores – como depressão, ansiedade, apatia, disfunções cognitivas, transtornos do sono e distúrbios do controle do impulso – os quais impactam sobremaneira a qualidade de vida de pessoas com DP (Bloem; Okun; Klein, 2021; Chaundhuri; Schapira, 2009).

Almeida e Capella (2025), em pesquisa à base de dados PUBMED, analisaram estudos publicados entre 2020 e 2025 que tratavam da DP em pessoas com mais de 40 anos e observaram que o declínio cognitivo afeta de 20 a 50% da população estudada ao longo da

evolução da doença e a demência pode ocorrer em estágios mais avançados (Aarsland *et al.*, 2021). Fatores como idade, maior tempo com a doença e gravidade clínica associam-se ao aumento do risco de perdas cognitivas maiores (Schapira; Chauduri; Jenner, 2022) que, por sua vez, precisam continuar sendo estudadas para que novos achados terapêuticos sejam disponibilizados, inclusive fármacos.

Diante dos resultados iniciais da pesquisa temática e das discussões propostas, evidencia-se a demanda por e o fértil campo de pesquisa com portadores de DP. Apesar de a doença ter uma incidência significativa na população idosa, existe ainda defasagem de pesquisas brasileiras, especialmente no campo psicológico, que tratam de forma triangulada e integrativa de sintomas motores, não motores, individualidades e comunalidades no desenvolvimento da DP.

A DP evolui de diferentes formas e em ritmos diversos, o que torna cada paciente único. Sintomas motores e não motores se entrecruzam, com difícil relação denexo causal entre eles, mas afetam as pessoas, suas vidas e seus familiares, assim como são afetados por condições de vida e relações. Adaptações ou interrupções de rotinas, de atividades laborais e de atividades de lazer são necessárias para a maioria, mas não são muito previsíveis ou controláveis.

Comorbidades como ansiedade, depressão, perda cognitiva e transtornos do controle do impulso são consideravelmente frequentes na população com DP, podendo aumentar os fatores de vulnerabilidade dos pacientes e familiares, fazendo com que cresça também a necessidade de serviços de suporte e de saúde, tanto para o portador de DP quanto para seus cuidadores (Kalva-Filho *et al.*, 2024, 2026). A avaliação do impacto das comorbidades na qualidade de vida dos pacientes de DP deve ser ampla e abrangente, incluindo investigações não apenas psicométricas, mas também clínicas, que auxiliem no planejamento e na execução de intervenções que busquem a diminuição dos sintomas e suas influências, assim como o aumento da qualidade de vida de pacientes e familiares.

A maioria dos estudos sobre DP trata de diagnóstico, epidemiologia, intervenções medicamentosas e de tratamentos para os sintomas motores. Alguns estudos abordam intervenções neurológicas e psiquiátricas para os sintomas não motores. Há poucas pesquisas realizadas por psicólogos e sobre terapêuticas psicológicas na literatura brasileira, sendo que no país a desigualdade e a falta de acesso aos direitos de parte da população aumenta a vulnerabilidade social e a possibilidade de problemas de saúde se entrecruzam, o que torna ainda mais complexa a compreensão da condição de vida da referida população. Tal complexidade não pode ser compreendida apenas pelas lentes quantitativas.

A importância do embasamento teórico-metodológico em ações extensionistas e de divulgação científica

Como já observado, a adoção de metodologias qualitativas em pesquisas empíricas multidisciplinares, tais como a apresentada neste capítulo, pode ajudar a desvelar facetas dos fenômenos analisados que não são propriamente detectadas por métodos e instrumentos quantitativos ou, quando isso ocorre, dá-se de modo limitado. Algumas dessas metodologias estão amparadas por teorias voltadas ao estudo aprofundado dos significados expressos pelos sujeitos participantes em suas manifestações verbais e não verbais, bem como às condições de produção que regulam e engendram tais formas expressivas.

A análise do discurso, em suas diversas linhas (francesa, anglo-saxã etc.) e a semiótica discursiva tal como proposta por A. J. Greimas e diversos colaboradores, revelam-se aportes teórico-metodológicos bastante pertinentes e produtivos para os propósitos de qualquer estudo que busque congregar métodos qualitativos e quantitativos. Neste relato, apresenta-se uma breve explicação acerca da semiótica discursiva e suas aplicações no contexto já descrito.

A semiótica é uma teoria geral da significação criada para analisar minuciosamente os processos geradores de sentido em quaisquer sistemas significantes. Um texto, seja de qual natureza for, é uma totalidade cujos elementos são combinados e articulados para produzir sentido. Ademais, é uma unidade comunicativa que estabelece o diálogo e a interação entre um enunciador (produtor/veiculador) e um enunciatário (receptor/intérprete). Essa interlocução é crucial para que os sentidos do texto sejam construídos e estabelecidos (Barros, 2011).

Por meio do percurso gerativo de sentido, são analisados os níveis constitutivos do processo de significação (Barros, 2011; Greimas; Courtés, 2008; Bertrand, 2000). Esses níveis cobrem desde os elementos mais profundos e abstratos até os mais superficiais e concretos. O nível fundamental abarca as relações lógicas que alicerçam o texto e que serão complexificadas posteriormente. O nível narrativo trata das transformações narrativas e das relações entre os agentes por elas responsáveis. Por fim, o nível discursivo adiciona às estruturas semionarrativas as instâncias pertinentes à enunciação (categorias de pessoa, de espaço e de tempo) e os elementos temáticos e figurativos que dão ao discurso maior solidez e verossimilhança (Fiorin, 2002; Bertrand; 2000).

Outra vertente semiótica trata dos regimes de interação (Landowski, 2004, 2008, 2014). Em qualquer enunciação, as relações entre os sujeitos caracterizam-se por tentativas e gestos mútuos voltados à convergência e à adesão do polo interlocutor. Tais relações podem guiar-se

pelo regime da junção, baseado na aquisição e na busca, ou pelo regime da união, fundado na copresença e na apreensão mútua. Com base no primeiro, estabelecem-se os regimes de programação e de manipulação, enquanto com base no segundo, instauram-se os regimes da assimilação e do acidente.

O regime de programação estrutura-se na regularidade, no previsível, em relações rotineiras e rigidamente estabelecidas. O regime de manipulação, já previsto no modelo *standard* da semiótica discursiva (Barros, 2011; Greimas; Courtés, 2008; Bertrand, 2000), ocorre sob a dinâmica da persuasão, em que cada subjetividade busca a atenção e a adesão do outro, fazendo-o agir, por volição ou por coerção, conforme seus propósitos.

No regime de ajustamento, por sua vez, as interações entre os sujeitos da enunciação operam sob a lógica do contato, da partilha e da descoberta, em que o principal é ambos vivenciarem e compartilharem as mesmas sensações e experiências. Por fim, o regime do acidente se calca no inesperado, no inconstante e, por isso, as relações se constroem com base na fortuidade e, igualmente, no risco permanente (Landowski, 2004, 2008, 2014).

Em um trabalho de pesquisa multidisciplinar, sobretudo quando há interface com a Psicologia, teorias discursivas como a semiótica greimasiana oferecem ferramentas úteis para desvelar as várias camadas de significação de um texto, seja ele verbal ou não, endossando e ou fortalecendo as constatações obtidas por meios quantitativos. Por exemplo, em entrevistas abertas, seria possível identificar os estados de alma do enunciador-sujeito (Greimas; Fontanille, 1993) e detectar, por meio de seu relato, usos que podem indicar sensações de perda, de inferioridade, de revolta, de conformidade, de resistência (em casos de pacientes com sintomas significativos da DP) ou, por outro, lado, de confiança e de otimismo (quando esses pacientes percebem efeitos positivos durante a participação no projeto).

Em outra frente, as entrevistas também podem revelar o grau de comprometimento do participante com o projeto como uma experiência sensível e significativa (Landowski, 2004, 2008, 2014). Desse modo, informações como grau de adesão (e de convencimento) do participante acerca das diretrizes do tratamento ou da intervenção e o nível de afinidade e de empatia para com os responsáveis (psicólogos, educadores físicos, etc.) podem ser identificadas por meio da semiótica discursiva, e tais dados poderão subsidiar ações mais específicas, como intervenções psicológicas direcionadas.

Construir um contrato fiduciário entre os executores do tratamento ou intervenção e seu público-alvo, de modo a captar e a manter esse público no projeto pelo período estipulado é uma estratégia crucial tanto para informar usuários quanto para minimizar eventuais

resistências e fazê-los aderir ao projeto. Para tanto, são necessárias ações de divulgação científica que traduzam apropriadamente os objetivos do programa para a linguagem cotidiana e estimulem potenciais pacientes a procurá-lo, em prol da própria saúde. Nesse ponto, como observa Garrido (2015), a semiótica discursiva também pode ser uma aliada providencial no planejamento e na elaboração de peças de divulgação, estabelecendo as diretrizes essenciais a serem adotadas nesse tipo de produção.

Como meio de disseminação de saberes científicos, os gêneros de divulgação científica são orientados a agir sobre os indivíduos mediante ações voltadas ao fazer-saber (transmitir conhecimentos), ao fazer-crer (persuadir) e, não raro, ao fazer-sentir (despertar emoções, vivências e experiências). Portanto, a exibição de dados e de resultados, embora fundamental, precisa estar articulada a mecanismos de convencimento do público-alvo para que este compreenda a importância de iniciativas voltadas à promoção de saúde e, sobretudo, interiorize essas informações e construa uma imagem positiva de tais ações, vislumbrando assim uma possibilidade de reabilitação e, principalmente, de recuperação (ainda que parcial) da qualidade de vida outrora comprometida pela DP, entre outras restrições promovidas pela doença (Garrido, 2015; Barros, 2011; Bertrand, 2000; Landowski, 2004, 2008, 2014).

Além dos aspectos observados, outra frente de investigação a ser contemplada por estudos mistos, tais como o proposto neste capítulo, é a verificação sobre como os pacientes, bem como seus cuidadores, buscam informações sobre saúde tanto pelos meios de comunicação tradicionais quanto, principalmente, pela Internet e pelas redes sociais. Estudos dessa natureza são importantes como forma de subsidiar ações extensionistas e de divulgação científica voltadas ao combate da desinformação, assumindo um caráter preventivo contra eventuais efeitos deletérios de conteúdos fragmentados, distorcidos ou mesmo inautênticos ligados à saúde humana. Por isso, iniciativas em letramento midiático vão ao encontro desse propósito, como explicado a seguir.

Segundo Masterman (1985) e Buckingham (2003, 2022), o letramento midiático (ou *media literacy*) capacita os indivíduos a compreenderem as condições de produção, circulação e recepção das mídias em seus contextos econômicos, políticos e socioculturais. É um princípio que dialoga com o conceito de “leitura de mundo” (Freire, 1987, 1989; Freire; Macedo, 2011), segundo o qual a interpretação e a intervenção no mundo precedem o domínio técnico das linguagens. Logo, um sujeito midiaticamente letrado apresenta uma compreensão crítica acerca do funcionamento das mídias, participando de forma fundamentada da vida social: contribui para debates públicos, exerce direitos, expressa ideias e reconhece que os meios constroem

representações orientadas por valores, ideologias e interesses (Masterman, 1985; Buckingham, 2003; 2022).

Em tempos de plataformização das relações humanas, sobretudo na busca por informação e conhecimento, é necessário articular letramento midiático e digital. Para Eshet-Alkalai e Amichai-Hamburger (2004) e Livingstone (2011), o letramento digital significa desenvolver capacidades que permitem atuar criticamente no ecossistema digital: analisar e selecionar informações, produzir conteúdos multimodais, compreender processos de produção e circulação – incluindo algoritmos – e agir com responsabilidade ética e consciência sobre privacidade e direitos digitais. Um letrado digital, portanto, é capaz de avaliar fontes, reconhecer vieses e assimetrias de poder e participar de forma responsável e esclarecida dos ambientes *online*.

Face ao cenário apresentado, abre-se caminho para trazer outro conceito crucial: o de competência midiática (Ferrés; Piscitelli, 2015), que corresponde ao conjunto de habilidades necessárias para atuar autonomamente no ecossistema midiático, integrando dimensões linguísticas, técnicas, interativas, produtivo-distributivas, ideológico-valorativas e estéticas para uma compreensão ampliada dos fenômenos comunicacionais. Nesse sentido, um indivíduo midiaticamente competente lida com as mídias sob uma perspectiva plural, que considera o desenvolvimento pessoal e uma participação social ativa e consciente.

Com base nos fundamentos teóricos acima e por meio de instrumentos como entrevistas (abertas, estruturadas ou semiestruturadas) e grupos focais, entre outros, pode-se verificar os graus de letramento midiático dos beneficiários do tratamento ou intervenção, a frequência com que usam redes sociais, facilidades ou dificuldades no uso da Internet e das redes sociais, tipo de conteúdo sobre saúde que consomem, fontes de informação mais buscadas por esse público e se esses usuários saberiam discernir fontes e conteúdos fidedignos de outros com caráter duvidoso.

Os dados obtidos a partir dessa coleta podem subsidiar ações de extensão, por exemplo a realização de oficinas para ensinar como identificar fontes de informação e o que diferencia o conteúdo legítimo daquele sensacionalista, enganoso ou falso. Além disso, materiais de divulgação voltados a alertar a população sobre a desinformação na área da saúde poderão ser elaborados com base nas investigações feitas previamente, conferindo base fática e científica para essas iniciativas. Como parte das atividades avaliativas das oficinas do projeto em foco e como um dos fundamentos do letramento midiático (Masterman, 1985; Buckingham, 2003, 2022), os próprios participantes poderão desenvolver *posts* e vídeos nas redes sociais, sob

supervisão dos realizadores, ajudando a desmentir conteúdos falsos ou enganosos relativos à saúde que porventura recebam ou visualizem enquanto estão conectados.

Considerações Finais

Os estudos mistos sobre saúde mental e qualidade de vida de pessoas com DP permitem a triangulação de dados e o aprofundamento da compreensão dos possíveis impactos da DP na vida e na saúde dos pacientes, considerando peculiaridades e semelhanças entre pacientes. Tal compreensão possibilita o planejamento de ações de cuidado e de prevenção, o que inclui preparo de profissionais e divulgação científica aos pacientes, cuidadores e população em geral.

A etapa qualitativa, indicada quando os números são insuficientes para compreender os diferentes aspectos do fenômeno estudado, aplicada para a compreensão do adoecimento e do desenvolvimento humano, possibilitou a compreensão das relações em intersecção com os contextos, que influenciam e são influenciados pelo fenômeno em questão. Pesquisas qualitativas geraram explicações para os dados estatísticos e epidemiológicos, cujas generalizações, por sua vez, justificam o aprofundamento, o investimento e o cuidado com pessoas com DP.

Aprofundamentos, compreensão de diferenças, das relações e das interações sociais têm sido possíveis por meio das pesquisas qualitativas. No projeto em questão, participam muitas pessoas, em diferentes etapas de progressão da DP, cujas evoluções de sintomas são muito diversas e as condições de vida e de saúde também. A lista de medicamentos, geralmente extensa e também diversa, aumenta a complexidade do planejamento e da execução de ações de cuidado e de prevenção, o que demanda não só a criação de pesquisas mistas e amplas como a descrita no presente capítulo, mas também de novas, contínuas e de longo prazo, para que na medida em que os tratamentos evoluam e as vidas das pessoas e suas relações se modifiquem, os tratamentos e ações propostos possam ser continuamente avaliados, bem como os aspectos físicos, psíquicos e sociais dos pacientes com DP e de suas famílias.

Cabe destacar como um dos limites do estudo a compreensão da visão dos cuidadores, que não serão entrevistados nas etapas já propostas, e a ampliação dos estudos para a compreensão da família e das condições de vulnerabilidade que afetam e são afetadas pelo adoecimento de um membro diagnosticado com DP. A replicação do estudo em outros projetos e serviços de saúde especializados também se configura como um limite e ao mesmo tempo um convite a outros pesquisadores.

Referências

- ALMEIDA, T. V.; CAPELLA, J. *Perdas Cognitivas Associadas à Doença de Parkinson: revisão integrativa da literatura*. 2025. Projeto de Iniciação Científica. Universidade Estadual Paulista, Unesp, Bauru, 2025.
- ALNAJJAR A. Z.; ABOUELMAGD, M. E.; KRAYIM, A.; ABDELMESEH, M.; BUSHARA, N.; NABIL, Y. Efficacy of cognitive behavioral therapy for anxiety and depression in Parkinson's disease patients: an updated systematic review and meta-analysis. *Neurological sciences: official journal of the Italian Neurological Society and of the Italian Society of Clinical Neurophysiology*, v. 45, n. 11, p. 5277–5290, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10072-024-07659-6> Acesso em: 11 maio 2025.
- BARROS, D. L. P. *Teoria semiótica do texto*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011.
- BECK, E. N.; WANG, M. T. Y.; INTZANDT, B. N.; ALMEIDA, Q. J.; MARTENS, K. A. E. Sensory focused exercise improves anxiety in Parkinson's disease: A randomized controlled trial. *PLoS One*, v. 15, n. 4, e0230803, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0230803>. Acesso em: 11 maio 2025.
- BERTRAND, D. *Caminhos da semiótica literária*. Trad. Ignácio Assis Silva *et al.* Bauru: Edusc, 2003.
- BLOCH, M. M.; FEIJÓ, M. R. Práticas narrativas e qualidade de vida: efeitos em indivíduos com baixa autoestima. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, v. 18, n. 12, e23168, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.18n.12-343>. Acesso em: 11 maio 2025.
- BLOEM, B. R.; OKUN, M. S.; KLEIN, C. Parkinson's disease. *The Lancet*, v. 397, n. 10291, p. 2284–2303, 2021. Disponível em: <https://www.thelancet.com/clinical/diseases/parkinsons-disease>. Acesso em: 11 maio 2025.
- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, v. 5, n. 11, p. 121–136, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>. Acesso em: 11 maio 2025.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *Manual do Pesquisador: Métodos e técnicas de pesquisa qualitativa*. Brasília: MDAS, 2023. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagicad/pesquisas/documentos/relatorio/relatorio_276.pdf. Acesso em: 11 maio 2025.
- BUCKINGHAM. D. *Media education: literacy, learning and contemporary culture*. London: Polity Press, 2003.
- BUCKINGHAM. D. *Manifesto pela educação midiática*. Trad. José Ignácio Mendes. São Paulo: SESC, 2022.

- CHAUNDHURI, K. R.; SCHAPIRA, A. H. V. Non-motor symptoms of Parkinson's disease: diagnosis and management. *The Lancet Neurology*, v. 8, n. 5, p. 464–474, 2009. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16488379/>. Acesso em: 9 maio 2025.
- CHUQUILÍN-ARISTA, F.; ÁLVAREZ-AVELLÓN, T.; MENÉNDEZ-GONZÁLEZ, M.; Impact of Depression and Anxiety on Dimensions of Health-Related Quality of Life in Subjects with Parkinson's Disease Enrolled in an Association of Patients. *Brain Sciences*, v. 11, n. 6, 771, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/brainsci11060771>. Acesso em: 9 maio 2025.
- COSTA, M. *As questões de gênero nos cuidados de pessoas com doenças crônicas: estudos qualitativos descritivos*. 2026. Projeto de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Unesp, Bauru, 2026.
- DEBOVE, I.; PASCHEN, S.; AMSTUTZ, D.; CARDOSO, F.; CORVOL, J. C.; FUNG, V. S. C.; LANG, A. E.; MARTINEZ MARTIN, P.; RODRÍGUEZ-OROZ, M. C.; WEINTRAUB, D.; KRACK, P.; DEUSCHL, G.; MEMBERS OF THE ICBD IN PD MANAGEMENT CONSENSUS GROUP. Management of impulse control and related disorders in Parkinson's disease: an expert consensus. *Movement Disorders*, v. 39, n. 2, p. 235–248, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/mds.29700>. Acesso em: 29 abr. 2025.
- DEGOS, B.; POUGET, P.; MISSAL, M. From anticipation to impulsivity in Parkinson's disease. *NPJ Parkinson's Disease*, v. 8, n. 1, 125, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41531-022-00393-w>. Acesso em: 11 maio 2025.
- ESHET-ALKALAI, Y.; AMICHAÏ-HAMBURGER, Y. Experiments in digital literacy. *Cyberpsychology & Behavior: the impact of the Internet, multimedia and virtual reality on behavior and society*, v. 7, n. 4, p. 421–429, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1089/cpb.2004.7.421>. Acesso em: 22 nov. 2025.
- FEIJÓ, M. R.; BARBIERI, F. A.; PEREIRA, T. I.; AUGUSTO, B. S.; GASPAR, C. S. Grupos com Cuidadores de Pessoas com Doença de Parkinson (DP): um convite à reflexão. *Nova Perspectiva Sistêmica*, v. 29, p. 31-44, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.38034/nps.v29i68.547>. Acesso em: 9 maio 2025.
- FEIJÓ, Marianne Ramos; BARBIERI, Fabio Augusto; WOLFZUN, Camila; YAMAGUCHI, Esther Satie; SILVA, Leticia Pelosi; SANTOS, Thais Lodes; SIMIONI, Mariana Cristina. Grupos de partilha com pessoas com Doença de Parkinson: uma proposta narrativa: *Revista Subjetividades*, Fortaleza [no prelo], 2026.
- FERRÉS, J.; PISCITELLI, A. Competência midiática: proposta articulada de dimensões e indicadores. *Lumina*, v. 9, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21183>. Acesso em: 23 set. 2025.
- FLECK, M. P.; LOUZADA, S.; XAVIER, M.; CHACHAMOVICH, E.; VIEIRA, G.; SANTOS, L.; PINZON, V. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref". *Revista de Saúde Pública*, v. 34, n. 2, p. 178–183, 2000. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102000000200012>. Acesso em: 11 maio 2025.

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

FREIRE, P.; MACEDO, D. *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

GARCIA, M. S. *Transtornos do Controle do Impulso na Doença de Parkinson: Revisão Sistemática da Literatura*. 2025. Projeto de Iniciação Científica. Universidade Estadual Paulista, Unesp, Bauru, 2025.

GARCÍA-RUBIO, M. I.; OTERO-CERDEIRA, M. E.; TOLEDO-LOZANO, C. G.; ALCARAZ-ESTRADA, S. L.; SUÁREZ-CUENCA, J. A.; CORAL-VÁZQUEZ, R. M.; MONDRAGÓN-TERÁN, P.; PINEDA-JUÁREZ, J. A.; DÍAZ-LÓPEZ, L. F.; GARCÍA, S. Analysis of impulse control disorders (ICDs) and factors associated with their development in a Parkinson's disease population. *Healthcare*, v. 9, n. 10, 1263, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/healthcare9101263>. Acesso em: 29 abr. 2025.

GARRIDO, B. S. *Linguagens sincréticas e construção da identidade na Revista Unesp Ciência: um estudo semiótico*. 2015. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2015.

GOETZ, C. G. *et al.* Movement Disorder Society-sponsored revision of the Unified Parkinson's Disease Rating Scale (MDS-UPDRS): scale presentation and clinimetric testing results. *Journal of Movement Disorders*, v. 23, n. 15, p. 2129–2170, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/mds.22340>. Acesso em: 29 abr. 2025.

GRALL-BRONNEC, M.; VERHOLLEMAN, A.; VICTORRI-VIGNEAU, C.; LEBOUCHER, J.; THIABAUD, E.; HARDOUIN, J. B.; SCHRECK, B.; ROUAUD, T.; ROY, M.; DERKINDEREN, P.; CHALLET-BOUJU, G. Parkinson's disease, impulsive-compulsive behaviors, and health-related quality of life. *Journal of Movement Disorders*, v. 17, n. 1, p. 82–88, 2024. Disponível em: <http://www.doi.org/10.14802/jmd.23042>. Acesso em: 11 maio 2025.

GRALL-BRONNEC, M.; VICTORRI-VIGNEAU, C.; ROUAUD, T.; VERHOLLEMAN, A.; SCHRECK, B.; LEBOUCHER, J.; THIABAUD, E.; FEUILLET, F.; ROY, M.; HARDOUIN, J. B.; GUILLOU-LANDREAT, M.; DERKINDEREN, P.; CHALLET-BOUJU, G. Parkinson's disease and iatrogenic impulsive-compulsive behaviors: a case/non-case study to build a complete model of individual vulnerability. *Journal of Behavioral Addictions*, v. 11, n. 3, p. 766–777, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1556/2006.2022.00051>. Acesso em: 29 abr. 2025.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. Trad. Alceu Dias Lima *et al.* São Paulo: Contexto, 2008.

GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. *Semiótica das paixões: dos estados de coisas aos estados de alma*. Trad. Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo: Ática, 1993.

HERATH, H. M. M. T. B.; WIJAYAWARDHANA, K. W. S. M.; WICKRAMARACHCHI, U. I.; SENANAYAKE, S.; RODRIGO, C.; SENANAYAKE, B. Impulse control disorders and other non-motor symptoms in Sri Lankan patients with Parkinson's disease. *PLoS One*, v. 19, n. 10, p. e0312342, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0312342>. Acesso em: 29 abr. 2025.

JEYADEVAN, A.; BAKEBERG, M.; BYRNES, M.; KENNA, J.; MCGREGOR, S.; GHOSH, S.; HORNE, M. K.; STELL, R.; EVANS, T.; MASTAGLIA, F. L.; ANDERTON, R. Quality of life implications for elevated trait impulsivity in people with Parkinson's disease. *Quality of Life Research*, v. 32, n. 4, p. 1143–1150, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11136-022-03321-w>. Acesso em: 29 abr. 2025.

Jl, N.; LU, S.; XU, B.; GUAN, X.; XIAN, Z.; GENG, D.; GAO, D. Levodopa-synergistic CBT intervention improves Parkinson's disease with anxiety disorder by regulating the BDNF/PI3K/AKT pathway. *Neurological Sciences*, v. 46, n. 5, p. 2137–2148, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10072-025-07988-0>. Acesso em: 22 fev. 2026.

JOANNA BRIGGS INSTITUTE (JBI). Critical Appraisal Checklist for Cohort Studies. *JBI*, 2020. Disponível em: https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fjbi.global%2Fsites%2Fdefault%2Ffiles%2F2021-10%2FChecklist_for_Cohort_Studies.docx&wdOrigin=BROWSELINK . Acesso em: 22 fev. 2026.

KALVA-FILHO, C. A.; PENEDO, T.; ASSIS, I. S. A.; SILVA, L. F. G. ; SILVA, L. G. S.; FARIA, M. H.; FEIJÓ, M. R.; BARBIERI, F. A. Ativa Parkinson: uma equipe multidisciplinar no tratamento da doença de Parkinson. 2024.

OLIVEIRA, N. C. (org.). **Abordagens interdisciplinares em atividade física e saúde:** atendimento às pessoas em condição de deficiência, populações especiais, atenção integral à mulher e equidade em saúde. São Carlos: Pedro & João, 2024. V. 1, p. 207-226.

KAPSOMENAKIS, A.; KASSELIMIS, D.; VANIoTIS, E.; BOUGEA, A.; KOROS, C.; SIMITSI, A. M.; STEFANIS, L.; POTAGAS, C. Frequency of impulsive-compulsive behavior and associated psychological factors in Parkinson's disease: lack of control or too much of it? *Medicina (Kaunas)*, v. 59, n. 11, p. 1942, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/medicina59111942>. Acesso em: 29 abr. 2025.

KETTLES, A. M.; CRESWELL, J. W.; ZHANG, W. Mixed methods research in mental health nursing. *Journal of Psychiatric and Mental Health Nursing*, v. 18, n. 6, p. 535–542, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1365-2850.2011.01701.x>. Acesso em: 11 maio 2025.

KOH, J.; TAKAHASHI, M.; OHMAE, Y.; TARUYA, J.; SAKATA, M.; YASUI, M.; TERADA, M.; ITO, H. A single-arm open-label pilot study of brief mindfulness meditation to control impulsivity in Parkinson's disease. *PLoS One*, v. 17, n. 4, p. e0266354, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0266354>. Acesso em: 29 abr. 2025.

LANDOWSKI, E. *Passions sans nom: Essais de socio-sémiotique III*. Paris: PUF, 2004.

LANDOWSKI, E. Da interação entre Comunicação e Semiótica. In: PRIMO, A. *et al.* (org.). *Comunicação e interações*. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 43-70.

LANDOWSKI, E. *Interações arriscadas*. Trad. Luiza Helena O. da Silva. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014.

LEENTJENS, A. F. G. *et al.* The Beck Depression Inventory as a screening tool for depression in patients with Parkinson's disease. *Journal of Movement Disorders*, v. 15, n. 6, p. 1221–1224, 2000.

LEENTJENS, A. F. G. *et al.* The validity of the Hamilton and Montgomery–Åsberg depression rating scales as screening and diagnostic tools for depression in Parkinson's disease. *International Journal of Geriatric Psychiatry*, v. 18, n. 12, p. 1145–1150, 2003. Disponível em: [https://doi.org/10.1002/1531-8257\(200011\)15:6<1221::aid-mds1024>3.0.co;2-h](https://doi.org/10.1002/1531-8257(200011)15:6<1221::aid-mds1024>3.0.co;2-h). Acesso em: 29 abr. 2025.

LIVINGSTONE, S. Internet literacy: a negociação dos jovens com as novas oportunidades on-line. *MATRIZES*, São Paulo, Brasil, v. 4, n. 2, p. 11–42, 2011. Disponível em: <https://revistas.usp.br/matriz/es/article/view/38290>. Acesso em: 22 nov. 2025.

LO BUONO, V.; PALMERI, R.; DE SALVO, S.; BERENATI, M.; GRECO, A.; CIURLEO, R.; SORBERA, C.; CIMINO, V.; CORALLO, F.; BRAMANTI, P.; MARINO, S.; DI LORENZO, G.; BONANNO, L. Anxiety, depression, and quality of life in Parkinson's disease: the implications of multidisciplinary treatment. *Neural Regeneration Research*, v. 16, n. 3, p. 587–590, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4103/1673-5374.293151>. Acesso em: 22 fev. 2026.

MASTERMAN, L. *Teaching the media*. London: Routledge, 1985.

MENA-MORENO, T.; MUNGUÍA, L.; GRANERO, R.; LUCAS, I.; SÁNCHEZ-GÓMEZ, A.; CÁMARA, A.; COMPTA, Y.; VALDEORIOLA, F.; FERNANDEZ-ARANDA, F.; SAUVAGET, A.; MENCHÓN, J. M.; JIMÉNEZ-MURCIA, S. Cognitive behavioral therapy plus a serious game as a complementary tool for a patient with Parkinson disease and impulse control disorder: case report. *JMIR Serious Games*, v. 10, n. 3, p. e33858, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.2196/33858>. Acesso em: 29 abr. 2025.

MORO, G. *Saúde Mental e Qualidade de Vida em Pessoas com Doença de Parkinson*. 2025. Projeto de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Unesp, Bauru, 2025.

OTTONI, I. B.; REIS, P. M. M.; TOSTES, J. G. A importância dos sintomas não motores na abordagem da Doença de Parkinson. *Research, Society and Development*, v. 13, n. 11,

e08131147255, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v13i11.47255>. Acesso em: 11 maio 2025.

PACHI, I.; PAPADOPOULOS, V.; XENAKI, L. A.; KOROS, C.; SIMITSI, A. M.; BOUGEA, A.; BOZI, M.; PAPAGIANNAKIS, N.; SOLDATOS, R. F.; KOLOVOU, D.; PANTES, G.; SCARMEAS, N.; PARASKEVAS, G.; VOUMVOURAKIS, K.; POTAGAS, C.; PAPAGEORGIOU, S. G.; KOLLIAS, K.; STEFANIS, N.; STEFANIS, L. Jumping to conclusions bias, psychosis and impulsivity in early stages of Parkinson's disease. *Journal of Neurology*, v. 270, n. 12, p. 5773–5783, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00415-023-11904-x>. Acesso em: 29 abr. 2025.

PALMERI, R.; CORALLO, F.; BONANNO, L.; CURRÒ, S.; MERLINO, P.; DI LORENZO, G.; BRAMANTI, P.; MARINO, S.; LO BUONO, V. Apathy and impulsiveness in Parkinson disease: two faces of the same coin? *Medicine*, v. 101, n. 26, p. e29766, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/MD.00000000000029766>. Acesso em: 29 abr. 2025.

PROCHNOU, I.W. *Efeitos do acompanhamento profissional semanal na eficácia dos ajustes farmacológicos e na qualidade de vida de pessoas com Doença de Parkinson*. 2025. Projeto de Iniciação Científica. Universidade Estadual Paulista, Unesp, Bauru, 2025.

REN, W.; QI, Y.; LIU, Y.; YAN, Y.; ZHENG, X.; JIN, S.; CHANG, Y. Evaluation of risk factors for impulse control disorder in Parkinson's disease in northern China. *Frontiers in Aging Neuroscience*, v. 15, p. 1257618, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fnagi.2023.1257618>. Acesso em: 29 abr. 2025.

REYNOLDS, G. O.; SAINT-HILAIRE, M.; THOMAS, C. A.; BARLOW, D. H.; CRONIN-GOLOMB, A. Cognitive-Behavioral Therapy for Anxiety in Parkinson's Disease. *Behavior Modification*, v. 44, n. 4, p. 552–579, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0145445519838828>. Acesso em: 22 fev. 2026.

RODRÍGUEZ-VIOLANTE, M.; RÍOS-SOLÍS, Y.; ESQUIVEL-ZAPATA, O.; HERRERA, F.; LÓPEZ-ALAMILLO, S.; SARABIA-TAPIA, C.; CERVANTES-ARRIAGA, A. Assessment of therapeutic strategies for management of impulse control disorder in Parkinson's disease. *Arquivos de Neuropsiquiatria*, v. 79, n. 11, p. 989–994, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0004-282X-ANP-2020-0507>. Acesso em: 29 abr. 2025.

SANCTIS, H. S. *Ansiedade e Doença de Parkinson: revisão integrativa da literatura*. 2025. Projeto de Iniciação Científica. Universidade Estadual Paulista, Unesp, Bauru, 2025.

SANTOS, J. L. G.; ERDMANN, A. L.; MEIRELLES, B. H. S.; LANZONI, G. M. M.; CUNHA, V. P.; ROSS, R. Integração entre dados quantitativos e qualitativos em uma pesquisa de métodos mistos. *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 26, n. 3, p. e1590016, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-07072017001590016>. Acesso em: 11 maio 2025.

SCHNEIDER, R. B.; AUINGER, P.; TAROLLI, C. G.; IOURINETS, J.; GIL-DÍAZ, M. C.; RICHARD, I. H. A trial of buspirone for anxiety in Parkinson's disease: Safety and tolerability. *Parkinsonism & Related Disorders*, v. 81, p. 69–74, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.parkreldis.2020.10.020>. Acesso em: 22 fev. 2026.

SCHRAG, A. *et al.* Depression rating scales in Parkinson's disease: critique and recommendations. *Journal of Movement Disorders*, v. 22, n. 8, p. 1077–1092, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/mds.21333>. Acesso em: 22 fev. 2026.

SEPPI, K. *et al.* The Movement Disorder Society evidence-based medicine review update: treatments for the non-motor symptoms of Parkinson's disease. *Journal of Movement Disorders*, v. 26, supl. 3, p. S42–S80, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/mds.23884>. Acesso em: 22 fev. 2026.

SCOTT, B. M.; EISINGER, R. S.; MARA, R.; RANA, A. N.; THOMPSON, S.; OKUN, M. S.; GUNDUZ, A.; BOWERS, D. Co-occurrence of apathy and impulse control disorders in Parkinson disease: variation across multiple measures. *Archives of Clinical Neuropsychology*, v. 39, n. 7, p. 907–913, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/arclin/acae036>. Acesso em: 29 abr. 2025.

SILVA, C.; REBELO, M.; CHENDO, I. Case report: dopamine dysregulation syndrome, mania, and compulsive buying in a patient with Parkinson's disease. *Frontiers in Neurology*, v. 14, p. 1290653, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fneur.2023.1290653>. Acesso em: 29 abr. 2025.

SPENCER, H.; ANDERTON, R. S. Trait impulsivity as a feature of Parkinson's disease treatment and progression. *Parkinson's Disease*, v. 2024, p. 8770997, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1155/2024/8770997>. Acesso em: 29 abr. 2025.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Integrative review: what is it? How to do it? *Einstein*, v. 8, n. 1, p. 102–106, jan. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>. Acesso em: 11 maio 2025.

TÓS, M.; GRAŻYŃSKA, A.; ANTONIUK, S.; SIUDA, J. Impulse control disorders in Parkinson's disease and atypical parkinsonian syndromes: is there a difference? *Brain Sciences*, v. 14, n. 2, p. 181, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/brainsci14020181>. Acesso em: 29 abr. 2025.

TOŚ, M.; GRAŻYŃSKA, A.; ANTONIUK, S.; SIUDA, J. Impulse control disorders in the Polish population of patients with Parkinson's disease. *Medicina (Kaunas)*, v. 59, n. 8, p. 1468, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/medicina59081468>. Acesso em: 29 abr. 2025.

TURCANO, P.; JACOBSON, J.; GHONIEM, K.; MULLAN, A.; CAMERUCCI, E.; STANG, C.; PIAT, C.; BOWER, J. H.; SAVICA, R. Impulse control disorders and use of dopamine agonists in early onset Parkinson's disease. *Frontiers in Neurology*, v. 15, p. 1404904, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fneur.2024.1404904>. Acesso em: 29 abr. 2025.

UPNEJA, A.; PAUL, B. S.; JAIN, D.; CHOUDHARY, R.; PAUL, G. Anxiety in Parkinson's Disease: Correlation with Depression and Quality of Life. *Journal of Neurosciences in Rural Practice*, v. 12, n. 2, p. 323–328, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1055/s-0041-1722840>. Acesso em: 22 fev. 2026.

URA, C. S. G. *Práticas voltadas à saúde mental e qualidade de vida de pessoas com Doença de Parkinson e cuidadores*. 2026. Projeto de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, Unesp, Bauru, 2026.

VASCONCELOS, M. J. E. *Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas: Papirus, 2005.

VARSHNEY, A.; KUMAR, P.; RAM, V. S. Nonmotor symptoms and impulse control disorders in Parkinson's disease patients in India: a cross-sectional study. *Annals of African Medicine*, v. 23, n. 3, p. 400–405, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.4103/aam.aam_198_23. Acesso em: 29 abr. 2025.

WASKOWIAK, P.; KOPPELMANS, V.; RUITENBERG, M. F. L. Trait anxiety as a risk factor for impulse control disorders in de novo Parkinson's disease. *Journal of Parkinson's Disease*, v. 12, n. 2, p. 689–697, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3233/JPD-212959>. Acesso em: 29 abr. 2025.

WITT, K.; LEVIN, J.; VAN EIMEREN, T.; HASAN, A.; EBERSBACH, G.; GERMAN PARKINSON'S GUIDELINE GROUP. Diagnostics and treatment of impulse control disorders, psychosis and delirium: systemic review-based recommendations – guideline “Parkinson's disease” of the German Society of Neurology. *Journal of Neurology*, v. 271, n. 12, p. 7402–7421, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00415-024-12576-x>. Acesso em: 29 abr. 2025.

WOLFSCHLAG, M.; CEDERGREN WEBER, G.; TIMPKA, J.; WEINTRAUB, D.; ODIN, P.; HÅKANSSON, A. Recognition, management, and patient perspectives of impulsive-compulsive disorders in Parkinson's disease. *Journal of Parkinson's Disease*, v. 15, n. 3, p. 585–594, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1877718X251323922>. Acesso em: 29 abr. 2025.

YE, M.; KANG, X.; KARLSSON, I. K.; WANG, Y.; JI, Q.; LIU, Q.; XU, X.; HÄGG, S.; FANG, F.; WIRDEFELDT, K.; ZHAN, Y. Associations between sleep disorders and impulsive-compulsive behaviors in Parkinson's disease: a prospective cohort study. *Neuroepidemiology*, v. 58, n. 4, p. 256–263, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1159/000536555>. Acesso em: 29 abr. 2025.

YESAVAGE, J. A.; BRINK, T. L.; ROSE, T. L.; LUM, O.; HUANG, V.; ADEY, M.; LEIRER, V. O. Development and validation of a geriatric depression screening scale: a preliminary report. *Journal of Psychiatric Research*, v. 17, n. 1, p. 37–49, 1982. [https://doi.org/10.1016/0022-3956\(82\)90033-4](https://doi.org/10.1016/0022-3956(82)90033-4). Acesso em: 29 abr. 2025

ZIGMOND, A. S.; SNAITH, R. P. The Hospital Anxiety and Depression Scale. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, v. 67, n. 6, p. 361–370, 1983. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1600-0447.1983.tb09716.x>. Acesso em: 29 abr. 2025.

ZHANG, Y.; LIU, S.; XU, K.; ZHOU, Y.; SHEN, Y.; LIU, Z.; BAI, Y.; WANG, S. Non-pharmacological therapies for treating non-motor symptoms in patients with Parkinson's disease: a systematic review and meta-analysis. *Frontiers in Aging Neuroscience*, v. 16,

1363115, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fnagi.2024.1363115>. Acesso em: 22 fev. 2026.

ZHU, X.; GAN, J.; WU, N.; WAN, Y.; SONG, L.; LIU, Z.; ZHANG, Y. Assessing impulse control behaviors in early Parkinson's disease: a longitudinal study. *Frontiers in Neurology*, v. 14, p. 1275170, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fneur.2023.1275170>. Acesso em: 29 abr. 2025.

PROMOÇÃO DE SAÚDE ONLINE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A PSICOLOGIA

Edson Luiz Defendi

Introdução

Os programas de promoção de saúde são recursos e estratégias de grande benefício para a área da saúde de uma forma geral, seja para subsidiar intervenções e pesquisas em saúde mental ou, mais especificamente, para a produção de conhecimento teórico e prático no campo da Psicologia. Com o crescimento e o uso exponencial das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), as modalidades digitais e *online* de promoção de saúde vêm ganhando muito espaço, sendo consideradas bastante inovadoras em políticas públicas.

O objetivo do presente capítulo é traçar um panorama histórico e conceitual acerca dos construtos de promoção de saúde e promoção de saúde *online*, conectando seus pressupostos com os desafios de produzir conhecimento e intervenções contextualizadas em Psicologia. Como resultado dessa explanação e reflexão, pretende-se municiar e encorajar profissionais e pesquisadores das áreas psi e de outras áreas da saúde no desenvolvimento de programas de promoção de saúde *online* como poderosa estratégia de intervenção em âmbito clínico e institucional.

Promoção de saúde

A promoção de saúde consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos pilares centrais das políticas públicas e das práticas profissionais voltadas ao bem-estar humano. Em um contexto marcado por transformações sociais aceleradas, intensificação das desigualdades e aumento expressivo do sofrimento psíquico, tornou-se evidente que a compreensão do conceito de saúde não se restringe à ausência de doença (OMS, 1986), mas envolve dimensões físicas, emocionais, sociais e culturais, exigindo abordagens integradas e interdisciplinares.

Nesse cenário, a promoção de saúde e a promoção de saúde *online*, especificamente em conteúdos sobre bem-estar psíquico, ocupa um lugar estratégico, pois trabalha diretamente com a subjetividade, com a construção de sentido e com os modos pelos quais as pessoas enfrentam suas vulnerabilidades e desafios cotidianos.

A Carta de Ottawa (OMS, 1986) define promoção de saúde como o processo de capacitar indivíduos e comunidades para aumentar o controle sobre os determinantes de saúde e melhorar sua qualidade de vida. Essa definição rompe com a lógica tradicional da prevenção centrada em riscos e inaugura uma abordagem que valoriza autonomia, participação social e fortalecimento de recursos subjetivos e coletivos.

Promoção da saúde é o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle desse processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. A saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver. Nesse sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global (Carta de Ottawa, 1986).

A Carta de Ottawa indica, portanto, que a promoção da saúde se dá com a habilitação da comunidade e dos indivíduos para assumirem o controle sobre sua saúde e sobre o meio ambiente por via da educação e da capacitação, pois dessa forma garante-se o aumento do poder do indivíduo sobre sua própria saúde, capacitando-o a buscar tratamento adequado e proporcionando-lhe maior autonomia.

No centro desse processo encontra-se a lógica de “empoderamento”, ou *empowerment*, em inglês, das comunidades e do indivíduo. Desse modo, a promoção da saúde trabalha por meio de ações comunitárias concretas e efetivas no estabelecimento de prioridades, na tomada de decisões, no planejamento de estratégias e em sua implementação, buscando alcançar um padrão sanitário melhor (OMS, 2009).

A promoção de saúde não pode ser compreendida apenas como mudança de comportamentos individuais, mas como transformação de contextos, fortalecimento de vínculos e ampliação de direitos. Essa visão dialoga diretamente com questões relacionadas a demandas psicossociais, que reconhecem que o sofrimento psíquico é atravessado por fatores sociais, econômicos, culturais e relacionais (Dimenstein, 2011).

De acordo com a Declaração de Jacarta (1997), as estratégias de promoção de saúde incidem sobre estilos de vida, reforçando que as condições sociais, ambientais e econômicas são fatores fundamentais, seja no cuidado, seja em aspectos de preventivos. A partir da

Declaração de Jacarta foram identificadas cinco grandes prioridades para a saúde no século XXI, listadas brevemente abaixo:

- Elaboração de uma política pública saudável, ou seja, promover a responsabilidade social pela saúde;
- Criação de meio ambientes que protejam a saúde: aumentar os investimentos para o desenvolvimento da saúde, especialmente para grupos como mulheres, crianças, idosos, indígenas, pessoas pobres e marginalizadas;
- Fortalecimento da ação comunitária: consolidar e expandir as parcerias para a saúde a fim de permitir o compartilhamento de habilidades e recursos;
- Desenvolvimento de habilidades: aumentar a capacidade da comunidade e capacitar o indivíduo;
- Reorientação dos serviços de saúde: garantir uma infraestrutura para a promoção da saúde por meio de novos mecanismos de financiamento, colaboração intersetorial e treinamento de liderança local.

A partir da expansão do acesso à Internet e da ampliação das interações *online*, as políticas de promoção de saúde foram migrando cada vez mais para os meios digitais.

Como aponta Focosi (2014) as novas tecnologias permitem grande mudança, pois possibilitam que o controle das informações possa estar centrado no usuário, e não mais apenas no profissional. Se no passado era o especialista quem selecionava e passava a informação aos usuários do sistema de saúde, como e até onde achasse necessário, no presente, por meio do uso das ferramentas virtuais de busca de informação, o cliente/paciente pode buscá-la de forma rápida, fácil e até onde lhe convier.

O uso da Internet também promove oportunidades de trocas de experiências, apresentando-se como uma ferramenta de expressão pessoal e de relacionamento interpessoal. Assim, por meio da rede é possível que o indivíduo encontre um grupo de pessoas que passam por situações similares e que possam assegurar a importância de procurar assistência médica, ou mesmo de seguir as recomendações prescritas por especialistas (Focosi, 2014).

Internet e promoção de saúde *online*: histórico e conceitos

O uso da Internet, das TICs e das redes sociais digitais é um imperativo em nosso cotidiano. Vivemos em uma sociedade cada vez mais conectada, na qual a comunicação

proporcionada pela Internet e em rede abre oportunidades sem igual e gera espaços cada vez maiores para conectividade, interatividade e relacionamento entre as pessoas, as organizações e a sociedade, influenciando atitudes e comportamentos pessoais, familiares e comunitários.

Podemos afirmar que as relações mediadas pela Internet estão transformando de maneira irreversível a maneira como as pessoas se relacionam, se socializam, trocam informações, estruturam e adquirem conhecimento, pois o uso cotidiano de recursos tecnológicos e o acesso à rede acontecem com muita rapidez e sem barreiras e limites geográficos, moldando subjetividades e o viver coletivo (Souza, 2016; Carvalho; Francisco; Relvas, 2015; Ungerer, 2013; Dijck, 2013; Castells, 2003, 2011; Nicolaci-da-Costa, 2002).

Em um breve histórico, foi em meados da década de 1990 que aconteceu a grande expansão da Internet no Brasil e no mundo, quando deixou de ser um recurso restrito a academias e ao uso militar e entrou de forma definitiva na vida das pessoas. Miskolci (2017) divide esse desenvolvimento em três momentos: a época dos computadores de grande porte, a dos microcomputadores e o advento da Internet.

Usados exclusivamente para fins militares e de defesa, os primeiros computadores surgiram entre as décadas de 1940 e 1960, nos Estados Unidos, e tinham a finalidade de conectar outros computadores, objetivando defesa em caso de guerra. Na década de 1970, o desenvolvimento digital concentrou-se na adaptação do computador para fins comerciais; porém, foi na década de 1990 que a Internet passou a ser acessível ao grande público, com a criação da conhecida *www* (*world wide web*), da qual se origina o termo *web*, com que designamos a rede mundial de computadores (Castell, 2003, 2011).

Atualmente, os números de uso e de acesso à Internet no Brasil são superlativos. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – Acesso à Internet (IBGE/PNAD, 2024) o uso da Internet no Brasil alcançou 93,6% dos domicílios em 2024, conectando 168 milhões de brasileiros com 10 anos ou mais. O celular é o principal meio de acesso, com crescimento notável do uso de TVs. As redes sociais (WhatsApp, Instagram) e serviços financeiros impulsionam a conectividade, embora barreiras financeiras, estruturais e de alfabetização digital mantenham ainda cerca de 20 milhões de pessoas totalmente desconectadas. A pesquisa destaca que a Internet está presente em 93,6 % dos lares brasileiros, aproximadamente 75 milhões de lares; quanto à frequência, a maioria dos usuários acessa a Internet diariamente, com aumento expressivo de seu uso entre idosos (60+).

Com o grande contingente de pessoas em rede e com a democratização da informação via *web*, utilizar esse recurso para desenvolvimento e intervenção em saúde e educação vem se

tornando um desafio cada vez maior para profissionais e pesquisadores. Por outro lado, os conteúdos disponíveis *online* oferecem uma infinidade de possibilidades de informações e trocas que podem auxiliar as pessoas a tomarem decisões ou a conhecerem mais a fundo determinado tema ou assunto, ou seja, promovem um empoderamento ao disponibilizar os conhecimentos necessários demandados pelo usuário. Esse é um dos importantes paradigmas dos programas de promoção de saúde. Com base nesta perspectiva, a Internet e seus atributos – conteúdo, interatividade, globalidade e rapidez – podem se revelar como importantes recursos de apoio na promoção de saúde *online* a pessoas e comunidades.

Como visto, os princípios da promoção de saúde vêm sendo discutidos mundialmente desde a década de 1970. O foco dos processos está na construção de habilidades e nas competências psicossociais como principais estratégias para o indivíduo gerir e buscar cuidados em saúde e qualidade de vida, destacando o conceito de empoderamento (*empowerment*), que reitera a importância de ofertar aos indivíduos e a sua comunidade recursos para o controle sobre sua própria saúde, seja ela física, mental, social ou espiritual, e também sobre o ambiente em que vive (Carvalho, 2004; Focosi, 2014; Garbin; Guilam; Pereira Neto, 2012).

Eysenbach (2001), em um clássico estudo sobre *e-health*¹⁰, elucida dez aspectos de grande relevância sobre a utilização da Internet como um importante meio de produção de conteúdo em saúde e saúde mental. De forma sintética, podemos citar: 1) *efficiency* (eficiência): aumento de eficiência nos cuidados de saúde, diminuindo os custos e ampliando o alcance de informações; 2) *enhancing quality of care* (melhora da qualidade dos cuidados): aumento da eficiência que envolve a redução dos custos, mas, ao mesmo tempo, a melhoria da qualidade das informações; 3) *evidence based* (baseado em evidências): intervenções *e-health* devem ser baseadas em evidências, no sentido de que a efetividade e a eficiência não sejam presumidas, mas comprovadas e submetidas à rigorosa avaliação científica; 4) *empowerment* (“empoderamento”/aumento do poder das pessoas): a base do conhecimento sobre saúde é que seja acessível por intermédio da Internet, apresentando a informação como um importante recurso de conhecimento e tomada de decisão por parte das pessoas; 5) *encouragement* (incentivo): estímulo a uma nova relação entre as pessoas e os profissionais de saúde, no sentido

¹⁰ O termo *e-health* é usado, geralmente, para caracterizar não só a “medicina da internet”, mas, também, a tudo o que está relacionado a computadores e à medicina/saúde. Aparentemente, o termo foi usado pela primeira vez por líderes da indústria e profissionais de *marketing* (em vez de acadêmicos), no entanto, este uso pareceu adequado e vem sendo utilizado com frequência para designar conteúdos informacionais sobre saúde em seu sentido mais amplo e vem sendo um dos principais pilares para fundamentar boas práticas de promoção de saúde online (Eysenbach, 2001; Eysenbach, Kohler, 2002).

de uma verdadeira parceria, na qual decisões possam ser debatidas de forma compartilhada; 6) **education** (educação): caráter educacional das informações, levando, inclusive, à educação e às informações preventivas; 7) **enabling** (habilitando): permite a troca de informação e comunicação e estímulo ao desenvolvimento de competências e habilidades pessoais para conhecimento ou enfrentamento de situações; 8) **extending** (estendendo): amplia o âmbito dos cuidados de saúde para além de seus limites convencionais, o que significa tanto romper barreiras geográficas, quanto permitir às pessoas obterem, com maior facilidade, serviços de saúde *online* a partir de provedores globais; 9) **ethics** (ética): envolve novas formas de interação entre profissionais de saúde e seus assistidos e traz novos desafios e riscos para as questões éticas em saúde, como a prática profissional *online*, o consentimento informado, a privacidade e as questões de equidade; 10) **equity** (equidade): torna os cuidados de saúde mais equilibrados e democráticos, buscando diminuir desigualdades de acesso.

Jorm, Morgan e Malhi (2013), em seu artigo sobre o futuro do *e-mental health*, destacam importantes cenários sobre a relação entre a tecnologia e seus impactos em programas de promoção e intervenção em saúde e em programas psicoeducativos, entre eles: 1) o grande crescimento e uso das mais diversas possibilidades em tecnologias; 2) as possibilidades e oportunidades de intervenções terapêuticas; 3) o empoderamento das pessoas sobre sua saúde, já que podem acessar informações *online* de forma democrática e com muita diversidade.

É importante destacar que a Internet não substitui os atendimentos presenciais; sua força reside em incrementar as intervenções e promover o acesso à informação sobre saúde, realizado diretamente pelos usuários da rede, sendo que essas informações podem servir de apoio e contribuir para que o indivíduo obtenha maior compreensão sobre situações que envolvam saúde e qualidade de vida (Anderson, 2016; Jorm; Morgan; Malhi, 2013).

Por ser o *e-health* uma área nova e em crescente expansão, diversas críticas são direcionadas a essa modalidade, principalmente no que se refere à qualidade dos conteúdos disponíveis *online*. No entanto, um expressivo aumento de programas e de intervenções de saúde *online* vêm sendo desenvolvidos e aplicados, tendo como um dos principais desafios assegurar a qualidade e monitorar os resultados e a abrangência do acesso às informações, avaliando a efetiva cooperação desses programas (Baumeister; Reichler; Munzinger; Lin, 2014; Jorm; Morgan; Malhi, 2013).

Ebata e Denis (2011) relatam que o desenvolvimento de habilidades e da aprendizagem dos indivíduos vem se alterando substancialmente com o uso da Internet. Os autores reforçam a importância da necessidade de criação de programas de saúde e educativos *online*, com a

justificativa de que as pessoas cada vez mais “estão e usam a internet” (p. 237) numa quantidade considerável de tempo e, com isso, a possibilidade de atingir um número maior de pessoas é um importante aspecto a ser levado em conta. O desafio consiste em ofertar programas de saúde e educação que possam abranger os novos comportamentos de aprendizagem e que tenham uma linguagem que contemple as novas características de relação com a informação.

Os autores citam algumas características de como a relação com a informação mudou após a ampliação do acesso à Internet, tais como: a informação técnica mudou para privilegiar a linguagem do consumidor e traz o desafio de imprimir qualidade a conteúdos e à forma como a pessoa utiliza a informação; o processo de aprendizado e de apreensão de informação via Internet tornou-se anárquico e caótico, pois a busca por informação acontece de forma não linear, o que gera, muitas vezes, uma quantidade grandiosa de conteúdo; a informação tornou-se um negócio global, sujeita a crenças culturais em relação a sua origem; a Internet funciona na cultura das informações imediatas, ou seja, a rapidez e a volatilidade das informações é uma característica a ser considerada; o excesso de informação e sua qualidade são aspectos desafiadores; e, por fim, é preciso considerar que as novas tecnologias criam novas possibilidades de comunicação em rede e novas comunidades, ampliando a circulação de informações (Ebata; Denis, 2011).

Diferentes programas e serviços de promoção e intervenção de saúde e saúde mental *online* e aplicativos para *smartphones* vêm surgindo, tendo em vista as mais diversas demandas de atendimento e orientação (Anderson, 2016; Gomez; Vicente; Irribaria, 2013; Knigth; Hunter, 2013) que, segundo Christensen, Griffith e Evans (2002) e Christensen e Petrie (2013), se referem a serviços e informações de saúde mental realizados por intermédio da Internet e de outras tecnologias de informação e comunicação, além de promoverem a possibilidade de construção de programas psicoeducativos, de orientação e promoção de saúde *online*.

Portanto, diante desse cenário, como podemos pensar intervenções na área da Psicologia baseadas na promoção de saúde *online*? Existe, entre os psicólogos, tanto em nível prático como no âmbito da pesquisa, incentivos para desenvolver promoção de saúde *online*?

Psicologia e promoção de saúde *online*

Em meados de março 2020, em virtude da crise e da emergência sanitária provocada pelo vírus Sars-Cov-2, que passou a provocar um quadro clínico e de adoecimento denominado COVID-19, foi decretado no Brasil um período de quarentena mobilizando todos os setores

sociais, com uma mudança drástica das atividades presenciais para a realidade virtual. De um dia para outro, empresas, escolas, organizações, atividades culturais e sociais passaram a funcionar virtualmente, por intermédio de plataformas digitais (Werner-Sebastiani, 2024). Para a prática psicológica, em seus mais variados campos, essa realidade não foi diferente. Milhares de atendimentos psicológicos passaram a acontecer dentro de uma realidade virtual.

Um pouco antes desse grande evento, em 2018, o Conselho Regional de Psicologia, por intermédio da Resolução nº 11, regulamentou a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de Tecnologias da Informação e da Comunicação. Para além do atendimento psicológico clínico convencional, tal regulamentação constitui importante dispositivo para que psicólogos e psicólogas desenvolvam conteúdos que possam auxiliar e alcançar pessoas em suas comunidades.

A regulamentação do Conselho de Psicologia não aborda especificamente programas de promoção de saúde em Psicologia, mas abre caminho para que profissionais dessa área utilizem as ferramentas digitais no exercício de seu trabalho, respeitando obviamente os critérios éticos da profissão. Como um campo diverso e multifacetado, as intervenções de apoio e suporte, bem como o desenvolvimento de programas e métodos psicoterapêuticos, podem se beneficiar intensamente dos preceitos estabelecidos pelos programas de promoção de saúde realizados de forma presencial ou *online*.

Em uma revisão conceitual sobre promoção de saúde e qualidade de vida em Psicologia da Saúde, Lima (2018) apontou que existe uma grande lacuna a ser explorada no desenvolvimento de programas de promoção de saúde na Psicologia e em conteúdos e programas de saúde mental. A revisão também apontou que a implementação de programas de promoção de saúde é uma estratégia correlacionada à qualidade de vida, principalmente na adoção de mudanças de hábitos e na prevenção de doenças para diversos perfis e públicos (idosos, público infantil, famílias). Embora a revisão de Lima (2018) não tenha considerado a modalidade *online* para a construção de programas de saúde, os resultados são enfáticos em reforçar a importância dessa construção e desse conhecimento no âmbito da Psicologia.

Defendi (2019), estudando a importância do desenvolvimento de programas de promoção de saúde mental *online* a jovens LGBTQs, demonstrou o quanto conteúdos *online* podem contribuir para amenizar o impacto de estressores a esse público. No estudo em questão, foram analisados e avaliados conteúdos disponíveis na rede digital desenvolvidos por especialistas e validados por pessoas da própria comunidade, usuários e beneficiários direto. É muito importante considerar que a produção de conteúdo *online* precisar ser planejada e, antes

de ser disponibilizada, é de extrema valia que seja testada e avaliada por especialistas e pelos próprios usuários, para que se garanta a qualidade e a usabilidade da informação (Souza; Defendi, 2021).

A promoção de saúde *online* no campo da Psicologia pode favorecer processos de autonomia, resiliência e fortalecimento emocional, bem como ampliar repertórios de enfrentamento e promover mudanças nos modos de viver e de se relacionar (Camba; Herrero; Hevia, 2013). A produção de conteúdos orientada pela promoção de saúde deixa de ser apenas um espaço de tratamento e passa a ser um espaço de desenvolvimento humano. O psicólogo atua como facilitador de processos de mudança, ajudando o sujeito a reconhecer recursos internos, construir redes de apoio e enfrentar situações de risco.

Podemos apontar diversas estratégias de Promoção de Saúde em Psicologia que podem facilmente ser implementadas de forma *online*, como por exemplo:

- Processos de Psicoeducação, ofertando maior compreensão sobre emoções, comportamentos e padrões de funcionamento, bem como identificação de sintomas sobre vulnerabilidades psicossociais e transtornos mentais;
- Processos de atuação em educação e regulação emocional para crianças e adolescentes;
- Prevenção de comportamentos autolesivos, prevenção a suicídios e demais transtornos que provocam fragilidade e fragmentação de vínculos afetivos e sociais;
- Promoção de saúde em situações específicas, tais como condições de TEA (Transtorno do Espectro do Autismo) e outros quadros de neurodivergências, situações que vêm ganhando atenção em diversos contextos;
- Promoção da cidadania, reconhecimento de direitos e participação social;
- Produção de conteúdo para mapear vulnerabilidades de saúde mental no território, orientações e atividades que fortaleçam redes de apoio, participação comunitária e corresponsabilização pelo cuidado;
- Promoção de saúde envolvendo ações intersetoriais em parcerias com escolas, empresas, cultura e esporte para ampliar impactos da ação e a construção de ambientes mais saudáveis e inclusivos;
- Promoção de saúde mental no trabalho, atenção a avaliação de riscos psicossociais, prevenção de assédios, criação de ambientes e climas de trabalho dignos;

- Promoção de saúde em diversas situações de violência, com destaques para a violência de gênero, dados os alarmantes índices de violência doméstica, tentativas e situações de feminicídios;
- Promoção de saúde pautada em contextos específicos e em estresse de grupos minorizados e interseccionalidades (Borret *et al.*, 2021) no combate ao estigma e preconceito social.

Cabe salientar que estratégias de promoção de saúde de forma *online* em Psicologia, além de beneficiar diretamente diversos públicos, contribuem para democratizar o conhecimento produzido no campo psicológico, fazendo com que esse conhecimento não permaneça restrito a consultórios, instituições e intervenções individualizadas. Nesse aspecto, a capilaridade promovida pela Internet e pelas estratégias de promoção de saúde *online* expande e torna mais acessíveis os conhecimentos em saúde mental, relacional e social, favorecendo maior aplicabilidade na vida de pessoas e comunidades.

Referências

ANDERSON, G. Internet-Delivered Psychological Treatments. *Annual Review of Clinical Psychology*, v. 12, p. 157–79, 2016. <https://doi.org/10.1146/annurev-clinpsy-021815-093006>

BAUMEISTER, H.; REICHLER, F.; MUNZINGER, M.; LIN, J.; The impact of guidance on Internet-based mental health interventions - A systematic review. *Internet Interventions*, v. 1, p. 205–215, 2014.

BORRET, R.H.; OLIVEIRA, D.O.P.S.; AMORIM, A.L.T.; BANIWA, B. A. Vulnerabilidades, interseccionalidades e estresse de minorias. In: CIASCA, S.V.; HERCOWITZ, A.; LOPES JUNIOR, A. (org.) *Saúde LGBTQIA+ Práticas de cuidado transdisciplinar*. Santana de Parnaíba: Manole, 2021.

CAMBA, U.C.; HERRERO, S.G.; HEVIA T.M; Fundamentos psicosociales del empleo de las TIC em salud. In: GOMEZ, L.P.; VICENTE, C.N.; IRRIBARIA, J.P. *Tecnologías de la comunicacion, jóvenes y promoción de la salud*. Gobierno de la Rioja, Dirección General de Salud Pública y Consumo, España, 2013.

CARVALHO, S.R. Os múltiplos sentidos da categoria “empowerment” no projeto de promoção à saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 20, n. 4, p.1088-1095, jul./ago. 2004.

CARVALHO, J.; FRANCISCO, R.; RELVAS, A. P. Family functioning and information and communication Technologies: how do they relate? A literature review. *Computers in Human Behavior*, v. 45, p. 99-108, 2015.

CASTELLS, M. *A Era da informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Vol. 1 - A Sociedade em Rede São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CASTELLS, M. *A Galáxia da internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CHRISTENSEN, H.; GRIFFITHS, K. M.; EVANS, K. E-Mental Health in Australia: Implications of the Internet and Related Technologies for Policy. *ISC Discussion Paper*, n.3. Canberra: Commonwealth Department of Health and Ageing, 2002.

CHRISTENSEN, H.; PETRIE, K. State of the e-mental health field in Australia: Where are we now? *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, v. 47, n.2, p.117–120, fev. 2013. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23297367> Acesso em: 10 out. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução n.11, de 11 de maio de 2018*. Regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação e revoga a Resolução CFP N.º 11/2012. Disponível em <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/05/RESOLU%C3%87%C3%83O-N%C2%BA-11-DE-11-DE-MAIO-DE-2018.pdf> Acesso em: 23 jun. 2018.

DIJCK, J. V. *The Culture of connectivity: a critical history of social media*. Oxford: University Press, 2013.

DIMENSTEIN, M. A clínica psicológica e o SUS: desafios e perspectivas. *Psicologia & Sociedade*, v. 23, n. 1, p. 18-25, 2011.

DEFENDI, E. L. *Jovens homossexuais masculinos, Internet e promoção de saúde: desafios em assumir e revelar a orientação sexual*. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

EBATA, A. T; DENNIS, S. A. Family life education on the technological frontier. In: DUNCAN, S. F.; GODDARD, H. W. *Family Life Education*. Sage Publication, 2011.

EYSENBACH, G. What is e-health? *Journal of Medical Internet Research*, v.3, n. 2, abr./jun. 2001. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1761894/> Acesso em: 4 nov. 2017.

EYSENBACH, G.; TILL, J. E. Ethical issues in qualitative research on internet communities. *BMJ*, v. 323, n.7321, p. 1103-1105, nov. 2001. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC59687/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

EYSENBACH, G; KÖHLER, C. How do consumers search for and appraise health information on the world wide web? Qualitative study using focus groups, usability tests, and in-depth interviews. *BMJ*, v. 324, p. 573-577, mar. 2002. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC78994/> Acesso em 5 nov.2017.

FOCOSI, A. S. *A internet a serviço dos que sofrem com dor*. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

GARBIN, H. B. R.; GUILAM, M. C. R.; PEREIRA NETO, A. F. Internet na promoção de saúde; um instrumento para desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, v. 22, n. 1, p. 347-363, 2012.

GOMEZ, L. P.; VICENTE, C. N.; IRRIBARIA, J. P. *Tecnologías de la comunicacion, jóvenes y promoción de la salud*. Gobierno de la Rioja, Dirección General de Salud Pública y consumo, España, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *PNAD Contínua: Tecnologia da Informação e Comunicação 2024*. Agência IBGE Notícias, 24 jul. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br> (agenciadenoticias.ibge.gov.br in Bing). Acesso em: 15 abr. 2026.

JORM, A. F.; MORGAN, A. J.; MALHI, G. S. The future of e-mental health. *Australian N.Z.J. Psychiatry*, v. 47, n.2, p.104-106, fev. 2013. Disponível em: <http://anp.sagepub.com/content/47/2/104.full.pdf+html> Acesso em: 2 maio 2016.

KNIGHT, K.; HUNTER, C. Using technology in service delivery to families, children and young people. *CFCA PAPER*, n. 17, out 2013. Disponível em: <https://aifs.gov.au/cfca/publications/using-technology-service-delivery-families-children/introduction>. Acesso em: 1 maio 2017.

LIMA, R. F. O. *Revisão conceitual de promoção da saúde e qualidade de vida na Psicologia da Saúde*. 74 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

MISKOLCI, R. *Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros online*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. Revoluções tecnológicas e transformações subjetivas. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, v.18, n.2, p.193-202, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). *The Ottawa Charter for Health Promotion*. First International Conference on Health Promotion, Ottawa, 21 November 1986. Disponível em: <https://www.who.int/teams/health-promotion/enhanced-wellbeing/first-global-conference/actions> Acesso em 20 abr. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). *Milestones in Health Promotion - Statements from Global Conferences*. World Health Organization, Genebra, 2009. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-NMH-CHP-09.01> Acesso em: 26 abr. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Declaração de Jacarta, 1997. Disponível em: <https://www.who.int/teams/health-promotion/enhanced-wellbeing/healthy-settings>. Acesso em 26 abr. 2026.

SOUZA, R. M. Família e comunicação: desafios do século XXI. In: PINTO, E.V.C.; PERAZZOLO, J. R.; SILVA, M.A.M. (org.) *Família patrimônio da humanidade*. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2016.

SOUZA, R. S; DEFENDI, E. L. A internet como recurso de promoção de saúde a jovens e adolescentes LGTBs. *In: MACEDO, R. M. S; MACEDO, T.E.C.R. (org.) Con-vivendo com a adolescência nos dias atuais*. Curitiba: CRV, 2021.

UNGERER, R. Sociedade Globalizada e Mídia digital. *In: ABREU, C. N.; EISENSTEN E.; ESTEFENSON, S.G.B. (org.). Vivendo esse mundo digital: impactos na saúde, na educação e nos comportamentos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2013.

WERNER-SEBASTIANI, R. Aspectos Epidemiológicos da Saúde Pública no Brasil – impactos da pandemia. *In: SCHEWINKY, S. R.; SILVA, F.C.T. (org.). Reabilitação das sequelas causadas pela Covid-19*. São Paulo: Editora dos Editores, 2024

ORGANIZADORAS



Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré

Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Atua como docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia UFSC. Graduada em Psicologia pela UFSC, com especialização em Psicodrama Terapêutico pelo Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo. Tem Mestrado e Doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica), pela PUC-SP, com estágio Sandwich na Universidade de Los Angeles (Programa de Doutorado em Família) e no Mental Research Institute, California-EU. Pós-Doutorado pela Universidade Autônoma de Barcelona, no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social. Pós-doutorado pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa- Portugal. Desde o ano 2000, é membro do GT da ANPEPP - Família e Comunidade, sendo atualmente Coordenadora do mesmo, (biênio 2025-2026). É integrante do grupo de pesquisa do CNPq: Psicologia da Saúde, Família e Comunidade. Tem experiência na área de pesquisa qualitativa e intervenção em Psicologia da Saúde, Psicologia da Família e Comunitária, com livros, capítulos e artigos publicados relacionados às áreas de investigação. E-mail: carmenloom@gmail.com



Adriana Leonidas de Oliveira

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Taubaté (1992), mestrado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000), doutorado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005) e Pós-Doutorado em Administração de Empresas pela EAESP-FGV (Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade de Taubaté, atuando no Departamento de Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional em nível de Mestrado e Doutorado. É coordenadora do Curso de Especialização em Psicologia Hospitalar e da Saúde. É Coordenadora do Escritório de Relações Internacionais da Universidade de Taubaté. É vice coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté. Foi Diretora do Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté (2015- 2020). É membro da Sociedade Brasileira de Psicologia. É membro da Diretoria da Associação Brasileira de Psicologia da Saúde. Desde o ano 2000, é membro do GT da ANPEPP - Família e Comunidade, sendo atualmente vice coordenadora do mesmo, (biênio 2025-2026). Tem experiência na área de Psicologia da Saúde, Psicologia da Família e Psicologia Organizacional e do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde da família, saúde do trabalhador, desenvolvimento humano e regional, qualidade de vida e qualidade de vida no trabalho. E-mail: adrianaleonidas17@gmail.com.br

AUTORES

Ana Paula Risson

Psicóloga. Mestrado em Ciências da Saúde pela Unochapecó SC. Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGP/UFSC. Integrante do Laboratório de Psicologia da Saúde, Família e Comunidade (LABSFAC/UFSC). Professora na FAE Centro Universitário. Possui experiência de pesquisa e atendimento a migrantes e famílias migrantes. Membro do GT da ANPEPP Família e Comunidade. Temas de interesse e pesquisa: migrações internacionais e saúde, famílias migrantes e dinâmicas familiares. E-mail: annarisson@gmail.com

Andreza Maria Neves Manfredini

Psicóloga. Pós Doutora (2022) em Psicologia pela FFCLRP-USP. Mestre (2007) e Doutora (2019) em Psicologia Clínica, no núcleo de família e comunidade pela PUC-SP. Especialista (2007) em Orientação Familiar, pela UNITAU. Curso de Terapia Colaborativa pelo Instituto Houston (EUA) em parceria com Interfacci - São Paulo. Coordenadora e professora do Curso de Pós-graduação em Intervenção familiar, na UNITAU. Membro do GT da ANPEPP Família e Comunidade. Professora Assistente I do Departamento de Psicologia na UNITAU. E-mail: andreza.m@uol.com.br

Bruno Sampaio Garrido

Doutor em Linguística e Língua Portuguesa (Unesp/Araraquara), Mestre em Comunicação (Universidade Estadual Paulista -UNESP, Bauru), possui graduação em Letras Português/Inglês (Unip), em Letras Português/Espanhol (UniCV), em Jornalismo (USC) e em Tradutor/Intérprete (Uninove). Atualmente é Assistente de Suporte Acadêmico do Departamento de Psicologia da Unesp/Bauru, E-mail: bruno.garrido@unesp.br

Camila Marchiori Pereira

Psicóloga. Doutora em Psicologia pela UFES em 2024, Mestre em Saúde Coletiva pela mesma universidade (2018). Fez Residência Multiprofissional em Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente no Hospital Universitário de Vitória/ES. Tem experiência na área da saúde e desenvolvimento humano, envolvendo os temas como: saúde mental, humanização, maternidade, parentalidade e neurofisiologia do trauma. Atualmente, atua como professora universitária e psicóloga clínica. E-mail: milamarchiori@gmail.com

Carmen dos Santos Godoy Ura,

Mestre e doutoranda em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Bauru. Fez Curso de Especialização em Neuropsicologia e atualmente pesquisa saúde e qualidade de vida em famílias com necessidades de cuidados. Email: carmen.ura@unesp.br

Carla Guanaes Lorenzi

Psicóloga e Terapeuta familiar. É Professora Associada III do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP). Coordenadora do Laboratório de Pesquisa e Estudo em Práticas Grupais (LAPEPG-USP). Co-líder do Grupo de Pesquisa Psicologia, Saúde e Construcionismo Social (CNPq). Bolsista Produtividade CNPq (Pq-2). Contato: carlaguanaes@usp.br

Ceneide Maria de Oliveira Cervený

Psicóloga. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP (1992). Mestre em Psicologia Social pela PUC-SP (1982). Vice Coordenadora do Curso de Pós-graduação Lato Sensu de Intervenção Familiar: Psicoterapia e Orientação da UNITAU. (Universidade de Taubaté). Membro do GT da ANPEPP Família e Comunidade. Experiência na área de Psicologia, com ênfase em Intervenção Terapêutica, atuando principalmente nos seguintes temas: família, terapia familiar, ciclo vital, relações familiares e intergeracionalidade. Autora de artigos, capítulos e livros sobre o ciclo vital. E-mail; ceneidecervený@gmail.com

Cirlene Francisca Sales da Silva

Pesquisadora e Professora da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), leciona na Graduação em Psicologia e no Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica - Mestrado e Doutorado; Coordena a Pós-graduação em Gerontologia e o Programa UNICAP PRATA: Universidade não tem idade. Participa, como responsável no Cenário em Pernambuco, na Rede Internacional de Pesquisa sobre Vulnerabilidade, Saúde, Segurança e Qualidade de vida da Pessoa idosa: Brasil, Portugal, Espanha, EUA, França, Chile, México e Argentina". Faz parte do Laboratório de Família, Interação social e Saúde, e da ANPEPP (GT Família e comunidade). E-mail: cirlene.silva@unicap.br

Daniely da Silva Dias Vilela

Doutora em Psicologia Clínica; Mestra em Psicologia Clínica; Especialista em Intervenção Multiprofissional Jurídica; Especialista em Neuropsicologia; Psicóloga. Tem experiência em Psicologia Clínica com ênfase em Avaliação Psicológica e Neuropsicológica; Professora da Especialização em Gerontologia e pesquisadora assistente da Linha de Família, interação social e saúde (UNICAP); Pesquisadora assistente na Rede de Pesquisa/UFRN com pesquisadores do Brasil, Portugal e Espanha na temática do envelhecimento; atua como Facilitadora - voluntária - no Projeto de Extensão: Estimulação Cognitiva para pessoas 50+ (UNICAP/PRATA). E-mail: danielydiasvilela@gmail.com

Diana Léia Alencar da Silva – Pedagoga e Licenciada em Letras. Doutora em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador (UCSal) e Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento humano. Com experiência em coordenação pedagógica nos cursos de graduação da UAB/UNEB e docência em curso de Educação Superior Presencial e a distância, atualmente é professora do Centro Universitário UNIDOMPEDROAfya. Integra o Grupo de Pesquisa Família, (Auto)Biografia e Poética (Fabep-UCSal). E-mail: dianaleia.silva@ucsal.edu.br

Elaine Pedreira Rabinovich

Psicóloga Clínica. Pós-Doutorado, Doutorado, Mestrado pela Universidade de São Paulo. Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea e da Graduação em Psicologia da UCSal. Membro do Instituto de Estudos Avançados (USP). Coordenadora do Grupo de Pesquisa - Família, (Auto) Biografia e Poética (FABEP/UCSAL). Integrante do GT da ANPEP – Família e Comunidade -mail: elaine.rabinovich@pro.ucsal.br

Edson Luis Defendi

Doutor e Mestre em Psicologia Clínica pela PUC – SP. Especialista em Terapia familiar e de casal pela PUC – SP e Especialista em Psicologia Hospitalar e Reabilitação pela Faculdade de Medicina da USP – Universidade de São Paulo – SP. Professor da USCS – Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Educador e consultor em projetos sociais voltados à inclusão social e profissional de pessoas com deficiência e pessoas LGBTQIAPN+. Integrante do GT da ANPEPP - Família e Comunidade. E-mail: edsondefendi@gmail.com

Elisabete Garcia Marangon.

Mestre em Psicologia Clínica pela PUC-SP, psicóloga e especialista em Terapia de Família e Casal. Certificação internacional em Práticas Colaborativas e Dialógicas. Atua na clínica com foco em famílias, sexualidade, identidade de gênero e relações familiares. Consultora em saúde mental nas áreas educacional, corporativa e audiovisual. Autora de capítulos acadêmicos sobre saúde mental, gênero e práticas clínicas. E-mail: elisabetemarangon@gmail.com

Fabio Augusto Baribieri –

Professor Associado do Departamento de Educação Física da Unesp, Bauru, Docente da Pós-Graduação em Ciências do Movimento e da Pós-Graduação em Design da Unesp, Bauru. Coordenador Geral do Projeto Ativa-Parkinson. Bacharel e Licenciado em Educação Física, Mestre e Doutor em Ciências da Motricidade, Unesp e Ph.D. em Human Movement Science pela VU Amsterdam. Coordenador do Laboratório de Pesquisa em Movimento Humano (MOVI-LAB). email: fabio.barbieri@unesp.br

Ida Kublikowski.

Psicóloga Clínica. Mestrado e doutorado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Associada do Departamento de Psicologia do Desenvolvimento Humano da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde e docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP. Atua na área da Psicologia do Desenvolvimento, com foco no tratamento e prevenção psicológicos, em temas como formação e rompimento de vínculos, intervenções e crises no ciclo vital da família, questões de risco e vulnerabilidade, estudos da diversidade, além de dedicar-se às questões epistemológicas e metodológicas em Psicologia Clínica. Foi coordenadora do G.T. da ANPEPP Família e Comunidade, do qual atualmente é membro. Autora de artigos, capítulos e livros sobre o ciclo vital da família e método em Psicologia Clínica.

E-mail: idakublikowski@pucsp.br

Ingrid Wenzel Prochnou,

Graduanda em Medicina pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), campus Bauru-SP. Desenvolve pesquisa de iniciação científica na Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Bauru. Realizou estágios extracurriculares nas áreas de Pediatria, Patologia e Ambulatório da Dor. Possui formação complementar em metodologia científica, uso terapêutico da Cannabis Sativa, Patient Blood Management (PBM). E-mail: i.w.prochnou@uni9.edu.br

Luziane Zacché Avellar

Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia e do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento da Universidade Federal do Espírito Santo. Pós-doutorado em Psicologia Clínica no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo- IP/USP e Doutorado em Psicologia Clínica, Núcleo de Psicanálise da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Integrante do GT da ANPEPP- Família e Comunidade. E-mail: luzianeavellar@yahoo.com.br

Mariana Sartori Menezes Garcia

Graduanda de Psicologia pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Bauru. Realiza Iniciação Científica através do Programa de Modalidade Voluntária do CNPQ. Líder do Grupo de Estudos Introdutórios à Psicanálise; Extensionista do Projeto Ativa Parkinson e Brinquedista no Centro de Psicologia Aplicada, Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Bauru. E-mail: msm.garcia@unesp.br

Marianne Ramos Feijó –

Docente dos cursos de graduação e de pós graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Bauru. Coordenadora das atividades de psicologia do Projeto Ativa-Parkinson. Graduada em Psicologia, com Especialização, Mestrado e Doutorado pela PUC-SP (Núcleo de Família e Comunidade) e Pós-Doutorado pela UNIFESP-SP. Membro do GT Família e Comunidade da ANPEPP. Email: marianne.r.feijo@unesp.br

Monique Marques Godoy-Dolcinotti

Psicóloga pela Universidade de Taubaté (2014), pós-graduação em Intervenção Familiar: Psicoterapia e Orientação (2017) e mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional (2019) pela Universidade de Taubaté UNITAU. Atualmente, é doutoranda em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo USP. Pesquisadora participante do grupo de pesquisa Saúde, Qualidade de Vida e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté e do grupo de pesquisa Humanização da Assistência à Gestação Parto, Nascimento e Pós-parto da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Professora Auxiliar I no Departamento de Psicologia da UNITAU e coordenadora do curso de Psicologia da Faculdade Santo Antônio. Autora de artigos e capítulos, com os temas de desemprego, resiliência, família e relação família-trabalho. E-mail: monique.mcgodoy@unitau.br

Yvette Piha Lehman

Professora Titular da Universidade de São Paulo -USP - Departamento de Psicologia Social e do Trabalho. Psicanalista-Membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Participa do programa de Pós-graduação do Departamento de Psicologia Social. Coordenadora do Serviço de Orientação Profissional da USP, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho. Membro do Laboratório de Estudos sobre Trabalho e Orientação Profissional. Inúmeras publicações sobre adolescentes e realiza Atendimento Clínico em Consultório. E-mail: yvettepiha@yahoo.com.br



UNITAU

Universidade de Taubaté

ISBN: 978-85-9561-240-2



9 788595 612402